



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Paola Rodrigues Bittencourt

A PRÁTICA NA TEORIA:
ENFOQUES E PERCEPÇÕES SOBRE AS TRÊS IDADES
DOS ARQUIVOS A PARTIR DA ANÁLISE DA
LITERATURA ARQUIVÍSTICA

Tese no âmbito do Doutoramento em Ciência da Informação, orientada pela Professora Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas e coorientada pela Professora Doutora Ana Célia Rodrigues, apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Março de 2022

Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra

A PRÁTICA NA TEORIA:
Enfoques e percepções sobre as três
idades dos arquivos a partir da análise da
literatura arquivística

Paola Rodrigues Bittencourt

Tese no âmbito do Doutoramento em Ciência da Informação, orientada pela Professora Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas e coorientada pela Professora Doutora Ana Célia Rodrigues, apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Março de 2022



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Para minha dinda Margarida e minha avó Maria (in memoriam).

Para meu filho Pedro

E para meu marido Thiago.

Agradecimentos

Não somos nada sozinhos. Não construímos nada sem as muitas ajudas que a “vida” nos dá. Não chegamos a lugar algum sem termos tantas mãos amigas para amparar, erguer e ajudar. É chegado o momento de registrar algumas das tantas mãos que me permitiram chegar até aqui.

Antes de iniciar qualquer agradecimento individual é preciso em primeiro lugar dedicar os devidos méritos às três instituições que passaram a ser meu segundo lar: a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, o Arquivo Nacional do Brasil e a Universidade de Coimbra. Pelo acolhimento, pelo apoio, incentivo e por fazerem dos meus dias de estudo e trabalho sempre muito produtivos e proveitosos. UNIRIO, AN e UC foram e serão o lugar para onde desejarei sempre voltar.

Ao Arquivo Nacional do Brasil, instituição que recebeu uma arquivista recém-formada em 2006, com pouquíssima experiência e transformou em uma pessoa apaixonada por gestão de documentos. Obrigada por ser o meu lugar e por me fazer querer entender porque fazemos o que fazemos como fazemos. Espero voltar às minhas atividades melhor e mais completa para retribuir o investimento feito em mim.

Meu agradecimento a minha orientadora Professora Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas, as orientações de tese faziam parte do processo, mas o carinho e a preocupação comigo e com minha família, para além da tese, são provas que ser um excelente professor vai muito além de dar boas aulas ou dominar os conteúdos. Toda minha gratidão à Professora Doutora Maria Cristina por seguir mesmo ao meu lado. À Professora Doutora Ana Célia Rodrigues, obrigada por aceitar o desafio, por partilhar tanto conhecimento e por conseguir entender minha pesquisa quando nem eu ainda a entendia bem. Nossa primeira conversa foi tão produtiva e perfeita que está em cada página. Esta tese é consequência inevitável das excelentes orientadoras que tive.

Obrigada à Professora Doutora Maria Manuel Borges, coordenadora do nosso Doutorado em Ciência da Informação, por nos acolher e orientar sempre da melhor forma possível. Muito agradeço também à Professora Doutora Maria José Azevedo Santos por ir ao Brasil e nos fazer sonhar com a Universidade de Coimbra. Por ter nos recebido em seu país com tanta generosidade e carinho.

Agradeço hoje e todos os dias da minha vida à pessoa que foi (e será sempre) meu porto seguro. Minha dinda, minha flor, mãe, avó, amiga, conselheira e maior incentivadora em absolutamente todos os meus passos. Infelizmente ela partiu deste plano deixando metade deste percurso doutoral muito sofrido e doloroso. Mas não há um dia, não há um passo da minha vida que seja sem ela. Para minha flor de Margarida, toda a gratidão e amor por ter me feito parte da sua família e por todo incentivo a ir o mais longe que eu conseguisse.

Ao meu filho Pedro, que passou metade do mestrado na barriga e bravamente aventurou-se também em outro país para que os pais pudessem realizar o ousado projeto de cursar um doutorado em Portugal. Ao meu menino mais doce, amigo e resiliente, que cada “agora não posso, preciso estudar” seja lembrado menos como tristeza pela ausência nas brincadeiras e mais como exemplo de que podemos (e devemos) arriscar sempre pelo que nos faz crescer e também nos faz feliz. Obrigada, amor da minha vida todinha.

Ao meu marido Thiago, o rapaz por quem me apaixonei lá no início da faculdade de Arquivologia. Obrigada por ser meu apoio e meu teste diário. Pelo amor, pela amizade e também pelos intensos e acalorados debates arquivísticos sem os quais o doutorado seria bem mais tranquilo, mas também nem tão produtivo. Graduação (ou Licenciatura, como em Portugal), Mestrado e Doutorado juntos. Não foi fácil, mas conseguimos. E seguimos.

À minha família que ficou, a mãe e a avó (in memoriam) que estiveram sempre presentes, mesmo quando eu precisei estar ausente. Obrigada por todo amor e por toda dedicação. Minha vó Maria que agora reza por mim de algum lugar nem tão distante, obrigada por tanto colo e carinho, vó.

À família que minha flor me deu, a família que me acolheu e se tornou minha, que foram sempre tão incentivadores dos meus estudos. Minha madrinha Elizabeth, a dinda Beth, obrigada pelas conversas, pelo incentivo, pelas broncas e por todo apoio em tudo, nos momentos mais dolorosos. Por ser um ombro onipresente fazendo o eixo Estados Unidos x Portugal x Brasil ter uma distância curtíssima. André, meu afilhado, orgulho da madrinha. Ao meu padrinho Eduardo obrigada por fazer eu me encantar pelas aulas de história e por ver quão prazeroso e fundamental é saber de onde viemos e como chegamos até aqui.

Ao meu pai Sérgio e irmãos, Rodrigo Cid e Besty, obrigada por terem sido instrumentos de tanto aprendizado nesta vida.

Ao meus amigos e compadres, Marcelo e Suzana. Agradeço por terem aceito fazer parte da minha família e por terem sido a família da minha família durante os anos em Portugal. Por todo apoio, pelas aventuras, pela amizade sincera e cada vez mais eterna. Marcelo por ter nos feito, no susto, “largar tudo” e partir para o outro lado do Atlântico. Sim, a culpa é toda dele. E também da melhor madrinha e amiga que meu filho e eu poderíamos ter, obrigada minha comadre querida.

Aos meus amigos que mesmo à distância continuaram sendo os melhores amigos que um doutorando poderia ter. Anna Carla, a professora que virou amiga e tem enorme parte nesta tese e no amor pelos arquivos. Danielle, Eduardo, Carmen, Claudio, Renata, Fabrízio, Mariano, Mariana, Ricardo e Elaine obrigada por terem sido e continuarem sendo meu time. Manuela (minha Biju), Gustavo, Elisa, Anna e agora o Leonardo, que possamos recuperar os quatro anos de ausência com abraços infinitos. Este trabalho também é para vocês.

Lúcia, Alexandre e Djalma, obrigada por terem assumido minhas atividades por quatro anos no Arquivo Nacional. Por serem muito mais que amigos de raivas, risos e tantas reuniões. Natasha Hermida obrigada pelos ouvidos digitais, pela amizade e por tantas chamadas de vídeo para aliviar um pouco da saudade do meu mundo arquivístico. A Ana Celeste Indolfo, Maria Izabel de Oliveira e Vera Hess, por terem feito de mim uma arquivista melhor, mais completa e mais apaixonada por gestão de documentos. Obrigada por terem dividido tantas experiências e aprendizados. Eu não teria chegado até aqui sem todas as reuniões e debates em tantos anos de COGED, de Arquivo Nacional.

Luana, Marina, Patrícia e Roberta, minhas amigas que além de todo incentivo compreenderam que era uma jornada necessária. Rafael, o amigo com quem praticamente dividi uma vida acadêmica. Em quatro anos tanta coisa mudou, mas o carinho e a gratidão permanecem intactos. Obrigada por todo apoio e tanta amizade.

Por fim, mas não menos importante (ao contrário até), agradeço imensamente ao meu time brasileiro em Portugal. Pessoas que passaram a fazer parte da minha rotina, da minha vida e sem as quais teria sido tudo ainda mais difícil: Alexandre, Angela Emi e Fernanda. Vocês tornaram tudo muito melhor e mais leve. Fernanda, obrigada pela infinita boa vontade em nos dar “o caminho das pedras”. A turma com quem compartilhei tanto desta trajetória: Ana Filipa, uma amiga querida e a pessoa mais encantadora e generosa que conheci em Portugal e, também, aos colegas portugueses mais incríveis: André, Luis e Suzana.

Resumo

A presente pesquisa teve por objetivo desenvolver um estudo que permitisse a identificação e análise das diferentes abordagens e percepções sobre a teoria das três idades, para compreender como seu desenvolvimento teórico-conceitual é caracterizado pela literatura arquivística, como este modelo tornou-se referência para o gerenciamento dos arquivos e como é percebido e na atualidade em distintos contextos arquivísticos. Caracteriza-se como uma pesquisa básica, cujo método é identificado como fenomenológico. A partir da abordagem para cumprimento dos objetivos, é caracterizada como qualitativa, de natureza exploratória, descritiva e explicativa, tendo, como principais recursos, as fontes documentais e bibliográficas produzidas por autores e instituições, em suas construções teóricas e no desenvolvimento das práticas institucionais. A análise de dados foi realizada a partir da análise de conteúdo, que permitiu identificar e analisar o fenômeno tal qual se delineou na literatura. A elaboração da pesquisa cumpriu o desenvolvimento de três eixos paralelos, cuja construção, possibilitou: identificar um possível marco de surgimento da teoria das três idades e verificar seu percurso demarcado pela literatura; mapear as diferentes percepções, em produções institucionais e acadêmicas, com abordagem sobre a divisão dos arquivos em diferentes estágios de guarda; confrontar as diferentes percepções sobre a teoria das três idades, tendo em vista as novas propostas e demandas para o gerenciamento dos arquivos. O primeiro objetivo pretendeu construir, em uma perspectiva evolutiva, um mapeamento dos indícios de adoção da teoria das três idades, em países da América do Norte, Europa e América do Sul. Com a análise foi possível perceber que a teoria das três idades não surgiu no mesmo ambiente e contexto da gestão de documentos, na administração governamental americana. A divisão dos arquivos em fase corrente, intermediária e permanente, tem seus primeiros indícios na divisão entre *records* e *archives*, resultado do período revolucionário francês, do final do século XVIII, com a então criação de um novo modelo arquivístico estabelecido a partir da criação do Arquivo Nacional francês. Onze anos depois da criação da instituição arquivística francesa, a legislação arquivística italiana, apresenta orientação normativa para utilização de um estágio intermediário entre o arquivo corrente e o permanente, designado como arquivos de depósito. O segundo objetivo tinha a finalidade de identificar os tipos de abordagens sobre a doção das três idades na literatura arquivística. Tal mapeamento verificou que a teoria das três idades foi absorvida pelos diferentes contextos arquivísticos, fato que se reflete na literatura

técnica e científica analisada. Identificou, ainda, que seu uso está presente nas práticas arquivísticas, porém com termos diferentes para sua designação, evidenciando sua constante associação de sinonímia ao modelo de ciclo de vida dos documentos, este sim, ao que indica a literatura, surgido no mesmo ambiente e contexto da gestão de documentos norte-americana. O terceiro objetivo, por fim, dedicou-se a analisar as diferentes designações utilizadas para caracterizar as três idades dos arquivos, a partir da análise dos termos teoria, noção, modelo ou método, para, em seguida, confrontar as diferentes percepções e associações entre teoria das três idades e ciclo de vida dos documentos, confrontadas, na sequência, com o modelo de *records continuum*, indicado pela literatura como uma alternativa ao modelo de ciclo de vida dos documentos. Conclui-se, portanto, que a divisão entre arquivos corrente, intermediário e permanente está fortemente presente na literatura arquivística analisada e não tem seu surgimento associado à concepção da gestão de documentos. Apesar de ter assumido sua designação terminológica como teoria das três idades na segunda metade do século XX, tem sua primeira evidência no final do século XIX e está registrada no manual de Eugenio Casanova, de 1928. Entretanto, o estágio intermediário somente ganhou repercussão nas reflexões teóricas e nas práticas arquivísticas, a partir das propostas norte-americanas voltadas ao controle do grande volume de documentos produzidos no período entre guerras. Ficou também evidente que teoria das três idades e ciclo de vida dos documentos, ainda que sejam elementos complementares, possuem objetivos distintos. Enquanto o ciclo de vida dos documentos funciona como um modelo teórico que oferece uma sequência lógica de fases para explicar que todos os documentos, sem exceção, passam por fases inerentes ao cumprimento de seus objetivos enquanto registros de ações, a teoria das três idades compreende uma referência operacional com a adoção de procedimentos gerenciais cujo objetivo é separar os documentos entre diferentes estágios de guarda a partir do processo de avaliação de documentos visando facilitar o controle e adotar procedimentos específicos de preservação e acesso de acordo com cada estágio de guarda.

Palavras-chave

Arquivística; Gestão de Documentos; Teoria das três idades; Ciclo de vida dos documentos; Teoria arquivística.

Abstract

This research aimed to develop a study that allowed the identification and analysis of different approaches and perceptions about the theory of three ages, in order to understand how its theoretical-conceptual development is characterized by archival literature, how this model has become a reference for the management of the archives and how it is currently perceived in different archival contexts. It is characterized as a basic research, whose method is identified as phenomenological. From the approach, to fulfill the objectives, it is characterized as qualitative, exploratory, descriptive and explanatory in nature, having as main resources the documentary and bibliographic sources produced by authors and institutions, in their theoretical constructions and in the development of institutional practices. Data analysis was performed based on content analysis, which allowed the identification and understanding of the phenomenon as outlined in the literature. The elaboration of the research fulfilled the development of three parallel axes, whose construction made it possible: to identify the path followed by the theory of the three ages of archives; to map the different perceptions, in institutional and academic productions that address the theory of the three ages; to confront the different perceptions about the theory of the three ages, in view of the new proposals and demands for the archives management. The first objective intended to build, in an evolutionary perspective, a map on the evidences of adoption of the theory of three ages, in countries of North America, Europe and South America. With the analysis, it was possible to see that the theory of three ages did not emerged in the same environment and context as records management, in the American government administration. The division of archives into current, intermediate and permanent phases has its first indications in the division between records and archives, a result of the French revolutionary period, in the 18th century, with the creation of a new archival model, the French National Archives. Eleven years later, Italian archival legislation provides normative guidance for the use of an intermediate stage between the current and permanent archives, designated as deposit of archives. The second objective was to identify the types of approaches to the adoption of the three ages in archival literature. Such survey verified that the theory of the three ages was absorbed by different archival contexts, a fact that is reflected in the technical and scientific literature analyzed. It also identified that the use is part of archival practices, but with different terms for its designation, showing its constant association as synonym of the records life cycle model. Such model, as indicated by the literature, emerged from the same environment and context of the North American records management. The third objective, finally, was dedicated to examine the different designations used to characterize the three ages of the archives, from the analysis of the terms theory, notion, model

and method, to then confront the different perceptions and associations between theory of the three ages and the records life cycle, then confronted with the records continuum model, indicated in the literature as an alternative to the records life cycle model. It is concluded, therefore, that the division between current, intermediate and permanent archives is strongly present in the analyzed archival literature and does not have its emergence associated with the concept of records management. Despite having assumed its terminological designation as theory of the three ages, in the second half of the 20th century, it has its first evidence in the late 19th century and is registered in the 1928 manual by Eugenio Casanova. However, the intermediate stage only gained repercussion in the theoretical reflections and archival practices, based on North American proposals, aimed at controlling the large volume of archival records produced in the interwar period. It was also evident that the three ages theory of archives and the records life cycle, although they are complementary elements, have different objectives. While the records life cycle works as a theoretical model that offers a logical sequence of phases to explain that all records, without exception, go through phases inherent to the fulfillment of their objectives as records of actions, the three ages theory of archives comprises a operational reference with the adoption of management procedures whose objective is to separate the records between different stages of custody from the records evaluation process to facilitate control and adopt specific procedures for preservation and access at each stage.

Keywords

Archival Science; Records management; Three ages of the archives; Records life cycle; Archival theory.

Sumário

LISTA DE ACRÔNIMOS E SIGLAS	XVII
LISTA DE FIGURAS	XIX
LISTA DE QUADROS.....	XXI
LISTA DE TABELAS	XXIII
INTRODUÇÃO	1
1. ABORDAGENS METODOLÓGICAS	19
1.1. QUESTÕES E ABORDAGENS: O PROBLEMA INVESTIGADO	19
1.2. OBJETIVO GERAL	28
1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	29
1.4. PERCURSOS METODOLÓGICOS	29
1.4.1. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	35
1.4.2. SELEÇÃO DE FONTES PARA A COLETA DOS DADOS.....	40
1.4.2.1. RAMP STUDY: RECORDS AND ARCHIVES MANAGEMENT PROGRAMME	40
1.4.2.2. LEIS DE ARQUIVOS	44
1.4.2.3. LÉXICOS INTERNACIONAIS.....	46
1.4.2.4. MANUAIS ARQUIVÍSTICOS INSTITUCIONAIS.....	50
1.4.2.5. PESQUISAS ACADÊMICAS	53
1.4.3. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E VALIDAÇÃO	61
2. AS TRÊS IDADES DOS ARQUIVOS: POSSÍVEIS ORIGENS E PERCURSOS	67
2.1. PRIMEIROS PASSOS: OS <i>RECORDS</i> E OS <i>ARCHIVES</i>	68
2.2. TINHA UMA FASE NO MEIO DO CAMINHO: A GESTÃO DE DOCUMENTOS E OS ARQUIVOS INTERMEDIÁRIOS.....	86
2.2.1. NA AMÉRICA DO NORTE.....	87
2.2.2. NA EUROPA.....	107
2.2.3. NA AMÉRICA DO SUL.....	119
3. ENCONTROS E DESENCONTROS: CONCEITOS, TERMOS E DEFINIÇÕES PARA AS TRÊS IDADES NOS DIFERENTES CONTEXTOS ARQUIVÍSTICOS.....	131
3.1. ICA E UNESCO: A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDOS RAMP	133
3.2. LEIS DE ARQUIVO DE ÂMBITO NACIONAL	144
3.2.1. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	146

3.2.2. CANADÁ.....	148
3.2.3. FRANÇA.....	149
3.2.4. ITÁLIA.....	150
3.2.5. PORTUGAL	151
3.2.6. ESPANHA.....	152
3.2.7. COLÔMBIA	154
3.2.8. BRASIL.....	156
3.3. TERMOS E DEFINIÇÕES NOS LÉXICOS	157
3.4. MANUAIS TÉCNICOS E OS ENFOQUES INSTITUCIONAIS.....	169
3.4.1. ESTADOS UNIDOS.....	171
3.4.2. CANADÁ.....	172
3.4.3. FRANÇA.....	174
3.4.4. ITÁLIA.....	176
3.4.5. PORTUGAL	177
3.4.6. ESPANHA.....	178
3.4.7. COLÔMBIA	180
3.4.8. BRASIL.....	181
3.5. SOB A LUZ DOS PESQUISADORES: A PRODUÇÃO ACADÊMICA	182
3.5.1. NA BUSCA RELATIVA A <i>RECORDS MANAGEMENT</i>	182
3.5.2. NA BUSCA RELATIVA A <i>RECORDS LIFE CYCLE</i>	194
4. FATOS E VERSÕES: O QUE DIZEM OS DADOS.....	197
5. UM FENÔMENO E MÚLTIPLAS PERCEPÇÕES.....	215
5.1. DIFERENTES FORMAS DE IDENTIFICAR/ABORDAR: TEORIA, NOÇÃO, MODELO OU MÉTODO?	216
5.2. UMA VIA DE MÃO TRIPLA: TEORIA DAS TRÊS IDADES, CICLO DE VIDA DOS DOCUMENTOS E <i>RECORDS CONTINUUM</i>	229
5.3. NOTAS FINAIS E ANÁLISE	248
CONSIDERAÇÕES FINAIS	257
CENÁRIOS FUTUROS E PERSPECTIVAS.....	269
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	273
APÊNDICES.....	289
APÊNDICE A – TERMOS E DEFINIÇÕES PARA AS TRÊS IDADES NO <i>GLOSSARY FOR ARCHIVISTS, MANUSCRIPT CURATORS, AND RECORDS MANAGERS (ARCHIVAL FUNDAMENTALS)</i>	291
APÊNDICE B – TERMOS E DEFINIÇÕES PARA AS TRÊS IDADES NO <i>GLOSSARY OF ARCHIVAL AND RECORDS TERMINOLOGY</i>	293
APÊNDICE C – TERMOS E DEFINIÇÕES PARA AS TRÊS IDADES NA <i>ENCYCLOPEDIA OF ARCHIVAL SCIENCE</i>	295

APÊNDICE D – TERMOS E DEFINIÇÕES PARA AS TRÊS IDADES NO <i>GLOSSAIRE DE L'ASSOCIATION DES ARCHIVISTES DU QUÉBEC</i>	298
APÊNDICE E – TERMOS E DEFINIÇÕES PARA AS TRÊS IDADES NO <i>DICTIONNAIRE DE TERMINOLOGIE ARCHIVISTIQUE</i>	300
APÊNDICE F – TERMOS E DEFINIÇÕES PARA AS TRÊS IDADES NO GLOSSÁRIO DA <i>DIREZIONE GENERALE PER GLI ARCHIVI</i>	302
APÊNDICE G – TERMOS E DEFINIÇÕES PARA AS TRÊS IDADES NO <i>LENGUAJE Y VOCABULARIO ARCHIVÍSTIVOS</i>	303
APÊNDICE H – TERMOS E DEFINIÇÕES PARA AS TRÊS IDADES NO <i>DICIONARIO DE ARCHIVÍSTICA</i>	305
APÊNDICE I – TERMOS E DEFINIÇÕES PARA AS TRÊS IDADES NO <i>ACUERDO</i> Nº 27 DE 2006 (COLÔMBIA).....	307
APÊNDICE J – TERMOS E DEFINIÇÕES PARA AS TRÊS IDADES NA NORMA PORTUGUESA Nº 4041 DE 2005 ...	308
APÊNDICE K – TERMOS E DEFINIÇÕES PARA AS TRÊS IDADES NO DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA.....	310
APÊNDICE L – TERMOS E DEFINIÇÕES PARA AS TRÊS IDADES NO DICIONÁRIO TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA	311
APÊNDICE M – TERMOS E DEFINIÇÕES PARA AS TRÊS IDADES, EM INGLÊS, NO <i>MULTILINGUAL ARCHIVAL TERMINOLOGY</i>	312
APÊNDICE N – TERMOS E DEFINIÇÕES PARA AS TRÊS IDADES, EM FRANCÊS, NO <i>MULTILINGUAL ARCHIVAL TERMINOLOGY</i>	314
APÊNDICE O – TERMOS E DEFINIÇÕES PARA AS TRÊS IDADES, EM ITALIANO, NO <i>MULTILINGUAL ARCHIVAL TERMINOLOGY</i>	316
APÊNDICE P – TERMOS E DEFINIÇÕES PARA AS TRÊS IDADES, EM ESPANHOL, NO <i>MULTILINGUAL ARCHIVAL TERMINOLOGY</i>	318
APÊNDICE Q – TERMOS E DEFINIÇÕES PARA AS TRÊS IDADES, EM PORTUGUÊS, NO <i>MULTILINGUAL ARCHIVAL TERMINOLOGY</i>	320

Lista de Acrônimos e Siglas

AGN	<i>Archivo General de la Nación (Colômbia)</i>
AN	Arquivo Nacional (Brasil)
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BAnQ	<i>Bibliothèque at Archives Nationales Québec</i>
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
DGARQ	Direção-Geral de Arquivos (Portugal)
DGLAB	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
DIBRATE	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
ICA	<i>International Council on Archives</i>
ICAR	<i>Istituto Centrale per gli Archivi</i>
INTERPARES	<i>International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
LAC	<i>Library and Archives Canada</i>
MGD	<i>Modelo de Gestión Documental</i>
NARA	<i>National Archives and Records Administration</i>
NDLTD	<i>Networked Digital Library of Theses and Dissertations</i>
PEF	Poder Executivo Federal
RAMP	<i>Records and Archives Management Programme</i>
RTA	<i>Red de Transparencia y Acceso a la Información</i>
SAA	<i>Society of American Archivists</i>
UBC	University of British Columbia
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UNESDOC	<i>Unesco Digital Library</i>

Lista de Figuras

Figura 1: O ciclo de vida dos documentos por Rousseau e Couture.	24
Figura 2: Percurso de desenvolvimento da pesquisa doutoral.....	33
Figura 3: Tipos de fontes bibliográficas.	34
Figura 4: Fluxo norteador da pesquisa para o segundo objetivo específico.	39
Figura 5: Fluxo de análise e incorporação de fontes.	60
Figura 6: Verificação e análise das fontes	65
Figura 7: <i>Federal Records Accumulation</i>	95
Figura 8: Ciclo de vida dos documentos.	251
Figura 9: Comparativo entre as fases do ciclo de vida dos documentos e os estágios de guarda da teoria das três idades	252

Lista de Quadros

Quadro 1: Caracterização metodológica da pesquisa	30
Quadro 2: Autores selecionados para construção do objetivo 1 da pesquisa	36
Quadro 3: Estudos produzidos no âmbito do <i>Records and Archives Management Programme</i> utilizados para análise.....	43
Quadro 4: Leis de arquivo por país	45
Quadro 5: Termos utilizados para buscas nos léxicos	48
Quadro 6: Dicionários utilizados para coleta de dados do segundo objetivo específico.....	49
Quadro 7: Manuais arquivísticos institucionais por país.....	52
Quadro 8: Dissertações de mestrado (2008 a 2018) para o termo <i>records management</i>	56
Quadro 9: Teses de doutoramento (2008 a 2018) para o termo <i>records management</i>	58
Quadro 10: Pesquisas de mestrado e doutorado selecionadas na busca pelo termo <i>records life cycle</i>	58
Quadro 11: Divisão dos estágios de guarda nos arquivos italianos de acordo com Lanza e Golinelli (2006)	118
Quadro 12: Definição para o termo arquivo nos léxicos	159
Quadro 13: Termos relacionados ao arquivo corrente nos léxicos analisados	164
Quadro 14: Termos relacionados ao arquivo intermediário nos léxicos analisados.....	165
Quadro 15: Termos relacionados ao arquivo permanente nos léxicos analisados	166
Quadro 16: Termos e percepções para teoria das três idades e ciclo de vida dos documentos nos léxicos	167
Quadro 17: Termos e definições para ciclo de vida dos documentos e teoria das três idades	207
Quadro 18: Termos e percepções dos autores para os termos ciclo de vida e teoria das três idades	250

Lista de Tabelas

Tabela 1: Termos e resultados da busca de teses e dissertações na base Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD).....	53
Tabela 2: Termos e resultados refinados da busca de teses e dissertações na base Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD).....	54
Tabela 3: Quantitativo de pesquisas excluídas de acordo com os critérios aplicados.....	56

Introdução

A produção de documentos não se deu de maneira uniforme, ao redor do mundo, assim como as práticas de gerenciamento e manutenção destes acervos também não. As diferentes demandas e necessidades de cada país influenciadas diretamente por suas condições econômicas, administrativas, históricas e culturais, resultaram no desenvolvimento de modelos e práticas distintas para solução dos mais diversos problemas no campo dos arquivos.

Araújo (2013, pp. 2-3), ao analisar o surgimento e consolidação da Ciência da Informação explica que qualquer tentativa de compreender tal ciência precisa retornar aos primeiros indícios da necessidade humana de registrar suas ações e seu conhecimento, o que esbarra também invariavelmente na história das instituições de salvaguarda desses registros, como arquivos, bibliotecas e museus.

Tais instituições desenvolveram práticas para organização, controle, manutenção e preservação de registros que, com o passar do tempo e a inserção de novas tecnologias, tanto na produção como na manutenção destes registros, mudaram também a forma de olhar para seus acervos.

Neste processo, as sociedades foram desenvolvendo suas formas de administrar seus volumes de documentos e, com isso, algumas desenvolveram mais e melhor determinadas competências do que outras. Para além das necessidades específicas de cada sociedade, suas estruturas político-administrativas também tiveram influência decisiva sobre o conjunto de ações definidas para organização e manutenção dos arquivos. O que não viria a impedir, como já é possível perceber, a difusão dessas práticas para outros locais (Duranti, 1989).

Segundo Araújo, “foi após o Renascimento, a partir do século XV, que começaram a surgir os primeiros traços efetivos daquilo que se poderia chamar de um conhecimento teórico específico da Arquivologia” (Araújo, 2013). Uma preocupação crescente em preservar os mais diversos registros oriundos da atividade humana nas mais diversas áreas, conforme explica o autor, fica evidente pela crescente produção

a partir do século XVII de tratados e manuais voltados para as regras de procedimentos nas instituições responsáveis pela guarda das obras, para as regras de preservação e conservação física dos materiais, para as estratégias de descrição formal das peças e documentos, incluindo aspectos sobre sua legitimidade, procedência e características (2013, p. 63).

Nessa trajetória arquivística, um dos pontos que dão especial contorno à área, é que os princípios e teorias mais fundamentais do campo dos arquivos não são resultados de estudos, pesquisas ou formulações teóricas, por acadêmicos ou pesquisadores. Grande parte dos princípios e teorias foram inicialmente solução, fator este que parece ser fundamental ter em mente, ao se debruçar sobre as construções básicas da Arquivologia, ou, como se identifica no contexto português, a Arquivística¹.

Nesse sentido, Fonseca aponta que tanto o princípio da proveniência quanto a gestão de documentos, as duas maiores rupturas paradigmáticas no universo arquivístico, são resultados de necessidades práticas nos arquivos. A autora afirma que “o princípio da proveniência tem sua origem numa instrução de serviço e a gestão de documentos, num conjunto de artefatos burocráticos” e destaca, ainda, a importância destes elementos nas “tentativas de mapear os contornos disciplinares da Arquivologia” (Fonseca, 2005, p. 47).

Depois de serem medidas administrativas visando a solucionar problemas práticos quanto à manutenção e ao gerenciamento dos documentos, estas foram difundidas, conceituadas e reproduzidas. Seguindo os apontamentos de Fonseca, é possível usar o

¹ Schmidt (2015, p. 72) evidencia que na tradição portuguesa usa-se o termo arquivística para referenciar teoria e prática, assim como na tradição espanhola. No entanto, explica que o termo Arquivologia é o mais utilizado no Brasil para designar o campo de estudos dos arquivos. Portanto, apesar de reconhecer que em alguns países, como o Brasil por exemplo, os termos Arquivologia e Arquivística não são tratados como sinônimo, nesta pesquisa trataremos como sinônimos para designar a “Ciência que tem por objeto os arquivos, os princípios e métodos da sua constituição, conservação e comunicação”

exemplo do princípio da proveniência, apontado, por muitos autores como um dos princípios basilares do campo arquivístico (Sousa, 2003; Tognoli & Guimarães, 2011; Schmidt, 2015).

É preciso esclarecer que, conforme explica Martin-Pozuelo Campillos (1996, pp. 24–25), este não foi um princípio formulado em um único lugar e em um único momento. A autora completa sua explicação, apontando que o estudo de sua origem pode distinguir

Por un lado, las primeras manifestaciones de su puesta en pratica; por otro, sus primeras aplicaciones previas a la formulación teórica posterior, y, por último, la propia formulación que se va desarrollando con el tiempo y extendiendo em un ámbito geográfico cada vez mayor (Martin-Pozuelo Campillos, 1996)

Primeiro a autora identifica, na literatura, as manifestações práticas de aplicação do princípio da proveniência e depois suas formulações teóricas, sem deixar de reconhecer que tal objeto foi resultado de variadas formulações.

Assim como o princípio da proveniência, a gestão de documentos teve, e tem, papel fundamental na teoria arquivística. Ambos trouxeram transformações profundas ao campo arquivístico e foram, à primeira vista, soluções para problemas enfrentados pelos arquivos e pelos profissionais dedicados ao seu tratamento. Do mesmo modo como Martín-Pozuelo Campillos analisa as origens e desenvolvimento do princípio da proveniência, Joaquim Llansó i Sanjuan (1993), avalia que a gestão de documentos também se desenvolveu de formas distintas, em diferentes contextos, como no norte da América e em países europeus (Llansó i Sanjuan, 1993). Ambos os exemplos citados tiveram grande impacto no campo arquivístico, ou até mesmo reformularam, sem que tenham sido elaborados primeiramente no campo teórico.

A inserção tecnológica cada vez mais ampla e mais enraizada no *modus operandi* da sociedade, a partir do século XX, tem intensificado o debate nas mais diversas áreas do conhecimento, sobre os impactos causados pela adoção quase massiva de tecnologias de informação e comunicação. Essa inserção tecnológica alterou profundamente as relações sociais e, como parte desta estrutura, alterou também a forma das organizações se

relacionarem com a sociedade, assim como alterou a forma como o Estado se relaciona com o cidadão e, também, com organizações, sejam estas públicas ou privadas. (Stielow, 1993; Freitas, 2009, Tognoli, 2010, Silva, 2015).

Em meados dos anos de 1990, foi publicado um artigo com algumas reflexões de Charles Dollar (1994) sobre o impacto das tecnologias de informação nos princípios e práticas de arquivo. Dollar comparou a revolução tecnológica à revolução industrial e relaciona aquilo que denomina de imperativos tecnológicos (natureza mutável dos documentos, natureza mutável dos trabalhos e as mudanças da tecnologia), antes de examinar como os conceitos e práticas de arquivo são úteis para lidar com os documentos eletrônicos. Ao analisar os princípios, conceitos e práticas de arquivo o autor aponta para a necessidade de revisitá-los e redefini-los a partir das novas demandas geradas pelos citados “imperativos tecnológicos” (Dollar, 1994, p. 24).

Estas redefinições, não por acaso, têm causado impacto também na forma como a Arquivologia tem se desenvolvido nos últimos anos. A inserção tecnológica alterou a forma de se produzir documentos, não só pelo modo como as ações são registradas, mas também pela maneira como são tramitadas, armazenadas e acessadas. Isso fez com que muitos autores revisitassem as bases teóricas sobre as quais foram construídos diversos elementos do campo arquivístico, assim como fez Rosely C. Rondinelli, em 2011, ao visitar em sua pesquisa doutoral, o conceito de documento arquivístico, frente ao contexto de uma realidade digital.

Já há alguns anos, muitas pesquisas têm se ocupado de refletir sobre o estatuto científico da Arquivologia e sobre seus contornos, objetos e objetivos. Nessa esteira de discussão, surgiram também os debates sobre as teorias e as práticas arquivísticas. Eastwood, ao discutir sobre os novos pensamentos em torno da natureza dos arquivos, afirma que

In the second half of the twentieth and into this century, deep and complex developments in scholarship, administration, information and communication technology, and society in general made a remarkable impact on archival institutions, the role they play in contemporary societies, and expectations placed them. These developments also promoted

rethinking many traditional archival concepts, methods, and practices. (Eastwood, 2010, p. 10)

Para muitos autores, é possível dar conta dos inúmeros desafios impostos por estas transformações tecnológicas, com os mesmos princípios, conceitos e técnicas, desenvolvidos ao longo do percurso da Arquivologia para atender aos “documentos tradicionais” (Duranti, 2007; Rondinelli, 2011; M. da Silva, 2017). Para outros, no entanto, é preciso repensar as bases teóricas da área para dar conta dos novos processos, fluxos e demandas (Cook, 2001; Ribeiro 2002).

Ao seguir esta mesma linha de defesa, Marcel Caya (2004) destaca a necessidade de revisitar, compreender e discutir os fundamentos, métodos, conceitos e práticas arquivísticas. Para o autor, há grande necessidade, para a arquivística, de que pesquisadores se dediquem a investigações que possam apoiar as bases científicas das práticas arquivísticas. Necessidades estas que são, de acordo com Cook, requisito para qualquer avanço da Arquivística enquanto área do conhecimento (Cook, 2001).

As provocações de Cook são acompanhadas por outros autores e pesquisadores que já há alguns anos vêm caracterizando a área como tecnicista, criticando as bases sobre as quais o conhecimento arquivístico foi construído e propondo novas abordagens teóricas e metodológicas para tratamento e estudo dos arquivos. Na opinião de McNeil, há em curso uma transição nas fontes da teoria arquivística. Entre os séculos XIX e XX tais fontes registravam as reflexões dos autores sobre experiências e práticas arquivísticas desenvolvidas até então. A autora registra que

In contemporary archival discourse, this traditional view has been contested on the grounds that it is incompatible with current understandings about the nature of records and recordkeeping, environments and fails to account for the nature of manyfold ways in which human, social, and ideological forces impinge on the use, production, and transmission of archives through time and space (MacNeil, 2010, pp. x-xi)

McNeil aponta, ainda, que estas transformações têm impactado também na forma com que os arquivistas e profissionais de arquivo percebem os princípios mais fundamentais do campo arquivístico. É preciso estar constantemente a discutir e rediscutir a natureza dos arquivos, das práticas e do pensamento arquivístico.

Tais colocações assumem um papel provocativo em relação aos profissionais em questão, uma vez que a tradição manualística do campo arquivístico reflete também a forma como muitas vezes os primeiros manuais foram adotados, nas mais diversas instituições pelo mundo: com um caráter quase prescritivo.

Estas primeiras publicações, atualmente, são utilizadas por muitos pesquisadores como o marco do reconhecimento da Arquivologia como campo científico, e deixam evidente o objetivo dessas publicações de retratar e difundir o *know-how* no tratamento dos arquivos. Assim, refletir sobre o percurso da Arquivologia, assim como sobre os seus diversos componentes, é fundamental para avançarmos na constante construção científica do campo arquivístico.

Maria Odila Fonseca, em 2005, ao discutir o estatuto científico da Arquivologia e ao entender que há fronteiras com a Ciência da Informação, aponta as origens e circunstâncias da Arquivologia. A autora pontua que até aquele momento, refletir de forma sistemática sobre o surgimento da Arquivologia não vinha sendo prioritário entre os arquivistas (Fonseca, 2005).

Entretanto, tais provocações, ao nosso parecer, indicam ainda uma tentativa de alertar a comunidade arquivística sobre a necessidade de uma inserção no processo de construção e reconstrução constante da Arquivologia, de um convite ao debate científico, articulado e aprofundado acerca dos elementos que a configuram enquanto área do conhecimento.

Para Couture e Ducharme a história dos arquivos e da ciência arquivística inclui estudar e compreender a evolução dos princípios e fundamentos arquivísticos, e estes estudos, segundo os autores, têm sido negligenciados pelos pesquisadores da área.

Archival principles and foundations (the principle of respect des fonds, the theory of the three ages of a record, etc.) represent a relevant object of research, one that can be studied from an historical perspective, and one that archivists, according to David Gracy, have ignored for far too long. He believes that “[w]e have neglected to use this traditional and staple field of research to seek a fundamental understanding of the development, place, and core of archival enterprise, which we could gain through historical comparative studies of record-keeping traditions. (Couture & Ducharme, 2005, p. 48)

Tais estudos, sobre os princípios e fundamentos arquivísticos, estão no centro das necessidades de estudo e compreensão do campo arquivístico. Caya (2004) afirma que muitas pesquisas têm sido desenvolvidas por profissionais e acadêmicos da área, vindo a reafirmar ou questionar muitos dos seus aspectos teóricos e/ou práticos da área. O autor explica que a pesquisa arquivística não parece ser um grande problema atualmente, pois não faltam problemas em nossos conceitos e práticas. Para Caya, nos últimos vinte anos, a pesquisa tem sido apoiada e liderada por um elevado número de profissionais e acadêmicos que aprofundam e, eventualmente, questionam os diversos aspectos arquivísticos teóricos ou práticos.

Schmidt, em sua pesquisa doutoral, ao discutir a construção do objeto científico da Arquivologia, aponta para as diversas fases pelas quais a área passou, ao longo de sua história, enquanto campo científico. Nesta trajetória, um dos últimos eixos analisados pela autora é o que ela chama de Arquivologia contemporânea. Nessa fase contemporânea da Arquivologia, muitos elementos a colocam no que Schmidt denomina de “cenário de incertezas” (Schmidt, 2012, pp. 183-184). Esses elementos tendem a variar dado os diversos contextos nos quais a área se desenvolve e não estão relacionados apenas aos suportes dos documentos, como em outros tempos. Estão, sem dúvidas, relacionados às novas tecnologias, que vêm transformando não apenas a forma de se produzir e gerenciar os documentos, ou as relações entre instituições produtoras e custodiadoras de arquivos e seus usuários, mas também vêm afetando diretamente as relações sociais, políticas e administrativas que implicam inevitavelmente em revisitar suas construções teóricas e

metodológicas. Schmidt apresenta um conjunto de questões capaz de interferir na área a ponto de provocar mudanças paradigmáticas. A partir do qual a autora afirma

Todos estes questionamentos são, sem sombra de dúvida, fundamentais para a reflexão da área, porém, o mais importante e que não pode ficar à margem destes enunciados é como seus princípios, teorias e funções estão inseridos nesta discussão, como estão sendo pensados, redescobertos, revisitados, ampliados, adaptados, negados, rejeitados ou até mesmo modificados (Schmidt, 2012, p. 184).

Entre as tantas necessidades que surgiram, ao longo do tempo, para organização e administração dos arquivos, está a teoria das três idades, que se desenvolveu de forma mais ampla no que Schmidt (2012) chama de Arquivologia Moderna², indicada pela autora como a fase paradigmática da Arquivologia. Embora a teoria das três idades dos arquivos³ possa ser, atualmente, referência para a gestão de documentos, em diferentes contextos arquivísticos, não existem estudos que indiquem como ela se desenvolveu, se ainda é utilizada e como está referenciada, nestes diferentes contextos.

Jardim (2015), ao analisar o nascimento, o percurso e as perspectivas da gestão de documentos, afirma que a Arquivologia nasceu na Europa do século XIX mas se desenvolveu de formas distintas em cada país, tanto em sua dimensão teórica quanto na prática, e destaca que, na medida em que a “Arquivologia não surge como algo universalizante”, isso explica seu desenvolvimento de formas distintas em cada país e o uso recorrente pela comunidade arquivística dos termos “arquivologia francesa” ou

² Schmidt (2012, pp. 60-63) divide a Arquivística em quatro fases: História dos Arquivos (período que compreende desde o surgimento da escrita até Revolução Francesa em 1789); Arquivologia Clássica (período demarcado entre a Revolução francesa, com criação do Arquivo Nacional francês, até a primeira metade do século XX); Arquivologia Moderna (período que se inicia em meados dos anos de 1940 marcada pelo surgimento da gestão de documentos, da teoria das três idades e dos Conselho Internacional de Arquivos e vai até 1980); e a Arquivologia Contemporânea (período no qual a inserção cada vez mais crescente da tecnologia nos fluxos de trabalho fez com que a área se questionasse sobre os seus métodos e fundamentos, fazendo crescer consequentemente a produção de conhecimento arquivístico).

³ Arquivos são entendidos nesta pesquisa como um “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (International Council on Archives, s/d). Desta forma, ao usarmos teoria das três idades dos arquivos ou ao referi-la aos documentos, aborda-se a mesma categoria, uma vez que o termo arquivo, aqui referido, compreende o conjunto de documentos arquivísticos, independente do seu estágio de guarda.

“arquivologia canadense”, por exemplo, para a arquivologia construída sob diferentes perspectivas, nos diversos países e com contornos e características próprias. Neste sentido, o autor afirma que “Evidentemente, as circunstâncias histórico-sociais de cada país resultaram em diferentes formas de institucionalização da arquivologia desde o século XIX. Tradições arquivísticas” nacionais foram forjadas sob tais circunstâncias” (Jardim, 2015, p. 20).

Da mesma forma, ao apresentar uma breve introdução à história das práticas arquivísticas na publicação *Research in the Arvhal Multiverse*, Gilliland (2017) coloca que um ponto central e muito pouco abordado é a pluralidade de tradições arquivísticas, com diferentes fatores epistemológicos e com importantes consequências nas práticas desenvolvidas nos arquivos. Gilliland evidencia, ainda, a importância de se buscar identificar e compreender tais diferenças, para que se possa interpretar uma pesquisa que pode estar situada em ambientes arquivísticos diversos, com uma ampla variedade de percepções e configurações (Gilliland, 2017).

O que se sabe, a partir de um estudo realizado por Joaquim Llansó (Llansó i Sanjuan, 1993), é que não existe um único modelo de gestão de documentos que dê conta da grande variedade de tradições administrativas e arquivísticas. Por esta razão, o Llansó i Sanjuan (1993) conclui seu estudo, apresentando diferentes modelos de gestão de documentos desde os Estados Unidos, onde a gestão de documentos surgiu enquanto referencial teórico, até os países europeus, onde a arquivística se desenvolveu de formas distintas e a partir de uma perspectiva completamente diferente dos países norte-americanos, por exemplo.

A ocorrência de formas distintas de desenvolvimento da gestão de documentos, nessas diferentes realidades arquivísticas, pode significar também que, assim como a própria gestão de documentos, os diversos elementos associados, entre conceitos e modelos, podem ter sido adotados de forma diferente, em cada contexto.

Entretanto, outros fatores surgidos nesse mesmo cenário da gestão de documentos norte-americana, viriam a ter consequências diretas no desenvolvimento teórico e prático da teoria das três idades. O principal fator foi o surgimento do ciclo de vida dos documentos como um modelo de referência para compreensão dos estágios pelos quais os documentos

passam, considerando que estas fases pressupõem intervenções específicas a serem realizadas e por um profissional específico.

Na busca por solucionar problemas de guarda, diferenciar e direcionar os procedimentos adotados no âmbito da gestão de documentos, tais conceitos guardam muitas relações e implicam também na forma como a gestão de documentos é percebida e adotada nos diversos países. Por esta razão, não se pode dissociar a compreensão da teoria das três idades da gestão de documentos e, conseqüentemente, tal discussão esbarra por todo seu trajeto de mapeamento com conceito de ciclo de vida dos documentos.

Para além disso, outro elemento que perpassa como pano de fundo toda a pesquisa, diz respeito especificamente à questão profissional. Conforme aponta Dingwall (2010), durante meados do século XX, com o surgimento e desenvolvimento dos preceitos teóricos e práticos da gestão de documentos, a criação dos *records centers*⁴ representou uma solução imediata para o armazenamento de documentos, mas existiam ainda outras questões a serem administradas

The practices that arose during and after World War II in response to the recordkeeping problems of that time established a framework for conceptualizing institutional records. The most significant feature was the separation of recordkeeping responsibilities into two professions: the record manager, whose focus was to improve business efficiencies through the effective management of records that were needed for ongoing business purposes; and the archivist, whose focus was to serve the interests of the research community through the selection and presentation of records relevant to research interests. Intentionally or not, this

⁴ *Records centers* funcionam como depósitos de guarda intermediária de documentos. Nos Estados Unidos da América, onde surgiram, são definidos pela legislação como “an establishment maintained and operated by the Archivist or by another Federal agency primarily for the storage, servicing, security, and processing of records which need to be preserved for varying periods of time and need not be retained in office equipment or space” (44 USC § 2901).

feature placed a barrier between the two types of usage and two professions that facilitated those respective uses. (Dingwall, 2010, p. 142)

Dingwall ressalta, ainda, que esse panorama foi agravado pela criação de instalações físicas separadas para os *records centers*, o que também fez com que os produtores imediatos dos documentos ficassem ainda mais distantes dos arquivos. Portanto, é central que seja esclarecido, já aqui, que, no contexto arquivístico norte-americano, principal fonte teórica e prática da gestão de documentos, há uma divisão que transcende as questões desta pesquisa, cujo entendimento, entretanto, é fundamental para sua compreensão. Enquanto na maior parte dos países da Europa e América do Sul, o arquivista é o profissional responsável tanto pela gestão dos documentos quanto pelos arquivos permanentes ou históricos, como é conhecido em alguns locais, nos Estados Unidos (assim como no Canadá, Austrália e também na Inglaterra), os arquivistas são os responsáveis pelos arquivos (e somente são arquivos quando chegam à etapa de guarda permanente ou histórica), enquanto os profissionais responsáveis pela gestão de documentos são os *records managers*. De acordo com Atherton,

That seems clean, simple, and straightforward: archivists are interested in culture, history, and past events; records managers are concerned with efficiency and the present.

Traditionally, the archivist has viewed himself as a scholar, interested in research and certainly the intellectual equal of the professional historian and researcher. To ensure that this developing status was not threatened in any way, archivists in the past generally refrained from showing any interest in such "unprofessional" activities as management or administration. Records managers, conversely, have viewed themselves as administrators, managers, interested in the development of systems and the increase of efficiency, with little interest in history or understanding of sophisticated historical research techniques (Atherton, 1985, p. 47).

Ao apresentar tal discussão, o autor afirma, ainda, que a profissão de *records managers* foi criada por pressão dos próprios arquivistas ao demandarem a necessidade de avaliação dos documentos que deveriam compor os arquivos.

Tais pontos evidenciam qual o cenário de fundo que deve permear todo o mapeamento e colaborar para uma melhor compreensão sobre as três idades nos arquivos.

Isto significa que é necessário mapear e percorrer um trajeto histórico-epistemológico ainda não explorado, para que se possa contextualizar e compreender o fenômeno das três idades nos arquivos, sem isolá-lo dos contextos em que este foi adotado. Nesse sentido, torna-se, ainda, fundamental explorar as diferentes formas de abordar a teoria das três idades na literatura arquivística e identificar os diferentes sentidos associados, jogando luz sobre suas possíveis distintas interpretações.

Portanto, a presente pesquisa parte da seguinte questão: a considerar os diferentes contextos e ambientes de aplicação do conjunto de procedimentos adotados no âmbito da gestão de documentos, como se deu o surgimento e o desenvolvimento da teoria das três idades, enquanto referência para gerenciamento de arquivos, em diferentes contextos arquivísticos, como este modelo foi caracterizado como uma teoria?

Desta questão de partida desdobram-se duas questões subjacentes:

1. A divisão dos arquivos em fases corrente, intermediária e permanente encontra-se plasmada na literatura arquivística, como um referencial teórico para subsidiar as práticas de gestão de documentos?
2. Qual a relação evidenciada pela literatura entre a teoria das três idades e o ciclo de vida dos documentos, nos diferentes ambientes de gestão de documentos arquivísticos?

Parte-se aqui do pressuposto que a teoria das três idades não teve seu surgimento atrelado ao da gestão de documentos, concebida no contexto norte-americano e, a partir de seus objetivos e atributos, constitui-se, ainda nos dias atuais, como referência adotada para o gerenciamento dos arquivos, cujos componentes foram absorvidos e reproduzidos de formas distintas, nas diversas realidades arquivísticas.

Sendo esta uma pesquisa caracterizada como de natureza teórica (Demo, 2012; E. L. da Silva & Menezes, 2005), tendo como método um estudo fenomenológico, pretendeu-se, a partir de uma abordagem exploratória, descritiva e explicativa, desenvolver um estudo para identificar e analisar as diferentes abordagens e percepções sobre a teoria das três idades na literatura arquivística para compreender como seu desenvolvimento teórico-conceitual é percebido e como se tornou referência para o gerenciamento dos arquivos em distintos contextos arquivísticos.

Assim, mapear a teoria das três idades nos arquivos, a partir da literatura arquivística significa dividir essa escavação em dois eixos principais:

- O primeiro é composto por duas vertentes: a primeira, que segue a explorar os autores que abordam a divisão dos arquivos, para identificar e compreender em uma perspectiva historicizada, os primeiros passos da divisão dos arquivos, até o surgimento da fase intermediária, sustentando assim as três idades dos arquivos. A segunda vertente concentra-se nas publicações que estimulam, sustentam e abordam o desenvolvimento das práticas arquivísticas mais especificamente visando a verificar a adoção das três idades para buscar um entendimento, o mais próximo possível, da realidade no gerenciamento dos arquivos.
- O segundo eixo é dedicado a discutir os elementos que, emergidos do primeiro, buscam verificar as confluências e divergências, assim como procura elucidar diferentes elementos relacionados à aplicabilidade da teoria das três idades e sua relação com os outros elementos, como o ciclo de vida dos documentos e o modelo de *records continuum*.

O desenvolvimento do primeiro eixo dá-se através da historicização da teoria das três idades, por meio da análise das principais referências (bibliográficas e documentais), a partir de 1898, ano de publicação do manual dos arquivistas holandeses. Permite compreender a teoria das três idades em uma perspectiva evolutiva e identificar com maior precisão o cenário de dados coletados para a segunda parte, que se desenvolve em consequência da identificação dos principais termos e definições relacionados à teoria das três idades em fontes documentais e bibliográficas, desde os estudos RAMP, passando por

legislação, manuais e léxicos, até chegar nas produções acadêmicas, no âmbito de pesquisas em *stricto sensu*.

Situado o fenômeno, a partir das diferentes perspectivas, constrói-se o segundo eixo da pesquisa, que é dedicado a discutir os elementos centrais para a compreensão do que se denomina teoria das três idades: sua definição enquanto teoria, modelo, método ou noção e sua relação com o ciclo de vida dos documentos e com o modelo *records continuum*.

A primeira seção é dedicada ao percurso metodológico, expondo inicialmente o tema e o problema que dão forma à pesquisa aqui desenvolvida. Em seguida sua caracterização, quanto à natureza, ao método, à abordagem, ao objetivo e aos procedimentos técnicos. Além do percurso e das ferramentas utilizadas no desenvolvimento de cada objetivo específico da pesquisa.

Já a segunda seção se inicia com o núcleo da pesquisa propriamente dito. Constitui-se de um enquadramento do fenômeno da teoria das três idades no campo arquivístico. A partir de uma construção, que explora, em uma perspectiva histórica, como surgiu essa divisão dos arquivos em fases corrente, intermediária e permanente, e o que se entende por três idades nos arquivos.

Na Arquivística, como ciência social aplicada, ao estudar teoria, é natural que também se esteja a rever sua dimensão prática. Portanto, analisar ou discutir um fenômeno arquivístico, exige reconhecer que estamos, na verdade, revisitando não apenas uma construção teórica, mas também uma solução para problemas de uma dada realidade dos arquivos.

Tal fator tem especial relevância se pensarmos que um determinado fenômeno reflete também a relação tempo-espço, sendo, portanto, preciso entender como este conceito foi construído neste dado contexto, razão pela qual também é fundamental retornar aos clássicos.

Nesta pesquisa, o retorno aos clássicos não se dá por falta de produção recente na Arquivística, pelo contrário, a produção de pesquisas e de reflexões tem aumentado, substancialmente, nos últimos anos. Entretanto, conforme destaca Ítalo Calvino,

O clássico não necessariamente nos ensina algo que não sabíamos; às vezes descobrimos nele algo que sempre soubéramos (ou acreditávamos saber) mas desconhecíamos que ele o dissera primeiro (ou que de algum modo se liga a ele de maneira particular). E mesmo esta é uma surpresa que dá muita satisfação, como sempre dá a descoberta de uma origem, de uma relação, de uma pertinência. (Calvino, 2007, p. 12)

Para que seja então possível mapear a criação e o desenvolvimento de uma determinada concepção e na tentativa de elucidar pontos ainda pouco explorados sobre a adoção da teoria das três idades, em diversos países, é essencial voltar aos clássicos.

Assim, parte-se de uma historicização, que utiliza, como recorte inicial o ano de 1898, por ser o ano de publicação do *Handlciding vocr het ordenen en beschreijven van Archieven*, de S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin. A publicação é considerada por numeráveis autores do campo arquivístico como o marco fundador da Arquivística científica (Fonseca, 2005; Heredia Herrera, 1991; Schmidt, 2012; A. M. da Silva et al., 2009a; Tognoli, 2013). Assim, busca-se na vasta bibliografia arquivística produzida a partir de 1898, a construção narrativa que subsidia a compreensão sobre a divisão dos arquivos.

Dividida em duas subseções, a primeira parte desta segunda seção dedica-se a abordar a divisão em duas de três fases da teoria das três idades, os *records* e os *archives* o que, para alguns autores, como Duranti (2007) e Silva (2017) evidencia uma primeira ruptura na compreensão dos arquivos como um todo.

É importante, ainda, esclarecer, no âmbito desta pesquisa, que o termo *records* é percebido como correspondente a documento arquivístico. Porém, conforme explica Rondinelli (2011), o termo pode estar se referindo, para países de língua inglesa, às fases corrente e intermediária, razão pela qual se utiliza como primeira referência de mapeamento, a distinção entre *records* e *archives*.

A partir da percepção e do reconhecimento sobre a divisão de duas das três fases nos arquivos parte-se a identificar onde pode estar a indicação de uso de uma fase intermediária entre os *records* e os *archives*. Deste modo, a segunda parte desta primeira seção busca mapear indícios do uso da guarda intermediária, tanto em documentos quanto na literatura

arquivística sobre a trajetória da gestão de documentos em que a adoção dos *records centers* tende a estar amplamente refletida e difundida, assim como retorna também aqui aos clássicos europeus para buscar elementos anteriores à própria concepção norte-americana de gestão de documentos.

A partir do desenvolvimento desta primeira seção, com a estruturação de uma perspectiva evolutiva sobre a divisão dos arquivos em fases (ou idades corrente, intermediária e permanente), é possível identificar algumas variações terminológicas e conceituais para o mesmo objeto analisado, além da identificação de diferentes abordagens. Portanto, chega-se então aos termos que devem ser buscados e analisados nas cinco subseções que integram o segundo eixo: estudos RAMP, legislação arquivística, léxicos, manuais institucionais e produtos acadêmicos de pesquisa *stricto sensu*.

Essa segunda etapa, que tem por objetivo mapear as diferentes formas de abordagem da teoria das três idades na literatura técnica e científica arquivística, utiliza, como recursos, diferentes fontes que representam melhor o universo de análise na busca pela compreensão do fenômeno.

Primeiro, verifica-se os estudos produzidos pelo *Internacional Council on Archives* (ICA), em parceria com a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) devido ao seu alcance, influência e objetivos, dentre estes, o de fornecer referencial teórico, para as práticas arquivísticas aos países com alguma carência de material para subsidiar os métodos e técnicas adotados no tratamento dos arquivos.

A segunda etapa identifica e analisa a legislação de alguns países, para identificar referências legais e normativas sobre a adoção da divisão dos arquivos em diferentes estágios de guarda, considerando que a inclusão legal tende a significar uma institucionalização de determinada prática arquivística. Foram verificadas as leis dos seguintes países: Estados Unidos da América, Canadá, França, Itália, Espanha, Portugal, Brasil e Colômbia.

Em seguida, os léxicos são utilizados para compreender como cada país enquadra o fenômeno, na perspectiva de uma designação terminológica e respectiva definição. Uma etapa inicial busca verificar as variações conceituais para o termo arquivo, em cada léxico.

Tal percepção torna-se fundamental para clarificar as definições que virão a seguir. Com o exame dos léxicos, percebem-se as variações terminológicas e conceituais para os termos arquivo corrente, intermediário e permanente, teoria das três idades e ciclo de vida dos documentos (em português, inglês, espanhol, francês e italiano).

A quarta etapa pauta-se na análise de manuais técnicos institucionais como documentos que definem e sustentam as boas práticas organizacionais, uma vez que estes visam a padronizar os processos e procedimentos, tendo o objetivo de melhorar o desempenho institucional. Tais registros subsidiam as rotinas de trabalho também nos arquivos e reflete como as organizações percebem suas referências teóricas. Por esta razão são observados como produtos de contextos arquivísticos locais.

A última etapa é traçada a partir da verificação de uma base de dados internacional nos últimos dez anos (entre 2008 e 2018). Para coleta de teses e dissertações utiliza-se a base *Networked Digital Library of Theses and Dissertations* (NDLTD), com uma busca, no recorte temporal indicado, para os termos *records management* e *records life cycle*.

No decorrer da coleta e da análise de dados, ficam evidentes os pontos que a serem explorados no eixo seguinte. A construção da pesquisa, em dois eixos principais, permite a identificação de outros elementos subjacentes cuja discussão apresenta-se como crucial à compreensão do objetivo principal. Por esta razão, a partir dos elementos surgidos da análise do primeiro eixo a construção do terceiro objetivo, é desenvolvida em duas partes diferentes e complementares entre si.

Esta segunda parte, desenvolvida a partir das diferentes perspectivas sobre a teoria das três idades, evidenciadas na literatura, busca revisar elementos que permitam perceber qual o estatuto da teoria das três idades enquanto referência para o gerenciamento dos arquivos.

A primeira diferenciação importante a ser compreendida fica entre teoria, noção, modelo ou método, em razão das diferentes formas de abordar o fenômeno a partir da literatura utilizada nas seções anteriores, para se denominar a divisão dos arquivos três idades. São analisadas as definições para os quatro termos, utilizados como formas de referenciar a divisão dos arquivos em diferentes estágios de guarda.

Portanto, em seguida, tal seção dedica-se a discutir a diferença que permeia toda a análise e que culmina na relação entre teoria das três idades e ciclo de vida dos documentos. Soma-se a esta a verificação a proposta de modelo de *records continuum*. Uma vez que este é utilizado como alternativa ao modelo de ciclo de vida dos documentos e o ciclo de vida é abordado por muitos autores como sinônimo de teoria das três idades, explorá-lo torna-se fundamental à compreensão contextual do desenvolvimento da teoria das três idades.

1. ABORDAGENS METODOLÓGICAS

Este primeiro capítulo dedica-se a detalhar o caminho percorrido na construção desta pesquisa, a partir da especificação do problema investigado, dos objetivos pretendidos e dos métodos adotados para o desenvolvimento da investigação.

1.1. Questões e abordagens: o problema investigado

Para Umberto Eco, construir uma tese significa “aprender a pôr ordem nas próprias ideias e ordenar dados: é uma experiência de trabalho metódico; quer dizer construir um ‘objeto’ que, como princípio, possa também servir aos outros” (Eco, 2012, p. 5), o que fundamenta uma inquietude de pesquisadora em compreender por que se faz como se faz. Em um dado grau de maturidade profissional, quando reproduzir práticas e modelos não é suficiente para explicar e embasar as escolhas, é preciso buscar entender a raiz da prática, modelo, procedimento ou princípio.

Eco explica, ainda, que quando se diz originalidade na pesquisa, não se fala necessariamente em descobrir “uma nova teoria da relatividade ou uma vacina contra o câncer, podem ser descobertas mais modestas, considerando um resultado científico até mesmo uma nova maneira de ler e entender um texto clássico” (Eco, 2012, p. 2). Assim, acredita-se que cada pequeno passo percorrido individualmente, em cada pesquisa, pode ser considerado mais um passo adiante para cada área do conhecimento.

A Arquivística teve, ao longo de sua história, um desenvolvimento marcado essencialmente pela busca de soluções práticas para o gerenciamento, a guarda, a preservação e o acesso aos documentos e arquivos. Compreender os antecedentes que deram origem a uma área do saber não é uma tarefa simples, tão pouco pode-se estimar que seja linear.

Conforme aponta Schmidt (2015, p. 39) “a Arquivologia surge da observação e reflexão de uma experiência prática, também relacionada enquanto resultado de experimentos e conhecimentos reunidos pela observação consciente”. Por esta razão, cada nova tecnologia desde o surgimento da escrita, ponto fundamental reconhecido de aparecimento dos arquivos impõe à Arquivística a necessidade de revisitar, questionar, repensar e, por vezes, até ampliar os seus conceitos mais fundamentais enquanto área do conhecimento, cuja base está assentada na prática desenvolvida nos arquivos.

Duranti e Franks explicam a teoria arquivística

The term has on occasion been used in the explanatory, scientific sense. It has also been used also a number of times to refer to the meaning of purpose of archival work in the grand scheme of things. But by far the most common view of archival theory considers it archival thinking as a whole. (Duranti & Franks, 2015, p. 90)

As autoras afirmam, ainda, que, em sentido mais amplo, a teoria arquivística pode significar qualquer reflexão publicada em uma revista profissional, dada a compreensão de que há, na teoria arquivística, o “archivists’ thinking” e o “principles guiding the work”. Mas explicam que essa visão é resultado da própria natureza da área e, por esta razão, esclarecem

On reflection, it becomes clear that both these senses of theory - archival thinking and principles guiding the work - are based in a simple distinction between theory and practice. This distinction is both understandable and problematic. It’s understandable to contrast archivists' thinking about their work from the work itself, simply because it reflect reality;

archivists, as practitioners of an applied field of work both, think and do (Duranti & Franks, 2015, p. 90)

Fica evidente, a partir desta análise, que, por ser uma ciência social aplicada, teoria e prática configuram-se como duas faces de uma mesma moeda. Portanto, é um ponto central, ao desenvolvimento da Arquivística, compreender desde a origem, se possível, estas teorias e métodos que fundamentam os procedimentos adotados para a manutenção, o tratamento e o gerenciamento dos arquivos.

Em uma análise sobre a abordagem pós-moderna na pesquisa em Arquivística, Fredriksson (2003) explora as perspectivas de Cook (2001) e de Ketelaar (2001), publicadas na *Archival Science*, e sugere que as ideias destes autores devem funcionar como um *start* para debates mais profundos sobre os métodos científicos utilizados na área. O objetivo de Fredriksson é iniciar essa discussão apresentando alguns problemas para cada ramificação dentro da Arquivística, para os quais os métodos científicos devem ser desenvolvidos. O autor divide essas ramificações da Arquivística como empírica e normativa e é para explicar estas ramificações que esclarece o que entende por teoria arquivística. Fredriksson elucida que o termo teoria arquivística, tal como é usado, parece incluir tantos elementos da teoria científica, que tentam explicar como a realidade é, quanto declarações normativas, que tentam orientar como as coisas deveriam ser. Esta última parte da teoria, a qual o autor se refere, identifica como doutrina arquivística. Embora compreenda duas ramificações evidentes, não as vê como partes independentes, embora possuam públicos-alvo distintos. Para o autor, as partes empírica e normativa são complementares e necessárias uma a outra, pois subsidiam a atividade profissional e a compreensão dos usuários sobre os arquivos. (Fredriksson, 2003)

É nesta perspectiva que se inserem as pesquisas teóricas na Arquivística. Aos profissionais que atuam nos arquivos, é necessário conhecimento não apenas sobre o conceito, mas também sobre seu processo de construção em diferentes contextos. Já vem sendo destacada, por muitos autores, a importância de uma compreensão histórica sobre os diversos elementos que compõem a teoria arquivística.

Ridener afirma que “By means of a historical orientation, these archivists what are working to create and maintain the archival paradigm have sought to both understand and improve upon archival theories of the past” (Ridener, 2009, p. 101). Para conhecer, construir ou consolidar uma teoria arquivística, é preciso verificar profundamente os seus diversos componentes. Isso inclui ter clara a percepção de que há diferentes tradições construídas e partir de diferentes contextos e compreensões.

Ketelaar (1997) dedicou um artigo completo a discutir uma ciência Arquivística comparativa e tomou, como referência, uma das maiores dificuldades da área: as imprecisões conceituais e terminológicas da Arquivística em contextos diversos e sua consequente dificuldade de se comunicar com outras áreas. Em sua reflexão, Ketelaar pontua algo que é central para a compreensão conceitual em qualquer área do conhecimento humano.

Language is conditioned by culture. When translating a word, an expression, a term into a foreign language, we try to convey the deeper cultural meaning, but the equivalent can only be an exact rendering of the original if the two cultures are congruent. But are there any congruent cultures? (Ketelaar, 1997, p. 144)

Apesar de toda a influência que a cultura arquivística de um país possa ter na de outro, fica evidente que replicar um determinado modelo arquivístico não garante que este modelo irá se desenvolver como se desenvolveu no país de origem. Também por isso o percurso da Arquivística ocorreu de formas distintas nos mais diversos países. O próprio autor destaca que não considera correto referirem-se a uma Arquivística Europeia, uma vez que, dentro da Europa, muitos elementos da Arquivística são percebidos de forma distinta e variam de um país para outro (Ketelaar, 1997).

Fonseca (2005) também realçou a importância dos estudos terminológicos na Arquivística, destacando que, apesar de ser um tema de interesse de diversos autores, não se desdobram em estudos aprofundados, no cenário internacional. A autora afirma que “a terminologia arquivística é um território bastante delicado, uma vez que a relação entre termo e conceito nem sempre é clara e amigável, porque se trata de traduzir termos e

conceitos intrinsecamente associados a realidades político-administrativas muito específicas”. Neste sentido, a autora coloca, ainda, que a pesquisa com foco na terminologia arquivística “deve ser um estudo conduzido em perspectiva internacional, e não há instâncias acadêmicas internacionais” (Fonseca, 2005, pp. 98-99).

Ainda que esta não seja uma pesquisa que tenha por objetivo um aprofundamento no campo dos estudos terminológicos da arquivística, o tema perpassa essa pesquisa de forma muito pontual, dado que o objetivo aqui é exatamente compreender o surgimento, a trajetória e as percepções de um elemento central na gestão de documentos e arquivos, o que requer entender um termo e um conceito, em diferentes contextos arquivísticos. O que significa também mais um passo para o preenchimento da lacuna indicada por Fonseca (2005).

É evidente, ainda, que há muitas lacunas no campo teórico que carecem de investigação mais aprofundada. Pela própria análise da literatura, é possível identificar tais lacunas que podem ser resultado tanto da não adoção de determinado modelo teórico, quanto de uma interpretação adaptada ou regionalizada ou, ainda, de uma tradução equivocada.

V. B. dos Santos, ao discorrer sobre os princípios da Arquivística, para além da proveniência, ordem original e a territorialidade, insere o ciclo vital dos documentos e a teoria das três idades na seção relativa aos princípios arquivísticos. O autor afirma que

uma grande contribuição à fundamentação teórica da Arquivística é a constatação da existência de um ciclo de vida documental, muitas vezes apresentado na literatura como sinônimo da teoria das três idades, desenvolvida no contexto que originou, também, o entendimento do que é a gestão documental (V. B. Santos, 2011, p. 184)

O autor corrobora, ainda, sua afirmação, utilizando como referência a abordagem apresentada por Couture e Rousseau (1998), na qual os autores canadenses apresentam o ciclo de vida dos documentos como sinônimo de teoria das três idades, conforme figura abaixo (figura 1):

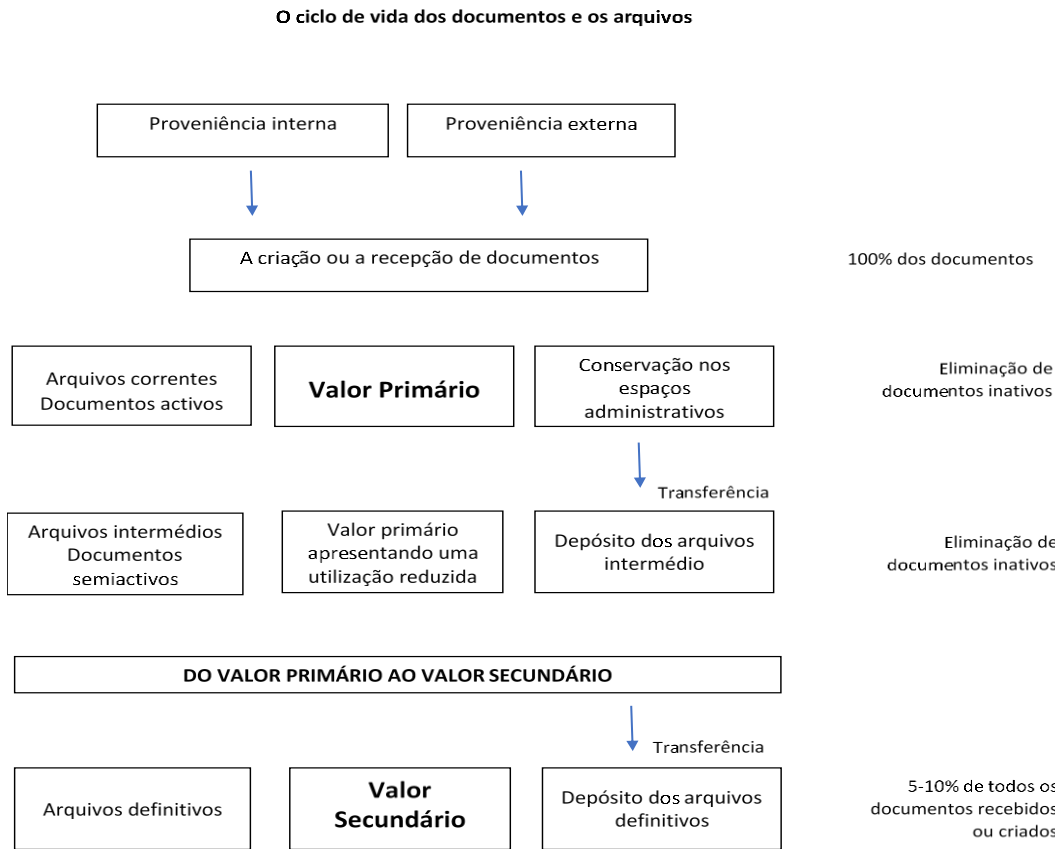


Figura 1: O ciclo de vida dos documentos por Rousseau e Couture.
Fonte: Rousseau e Couture (1998, p. 126)

Na tentativa dos autores de explicar o fluxo do ciclo de vida dos documentos, a figura apresentada por Rousseau e Couture (1998) expõe as divisões da teoria das três idades expondo como e quando os documentos que começam nos arquivos correntes passam aos arquivos intermediários e definitivos.

Pode ser que, ao tratar a teoria das três idades como sinônimo de ciclo de vida dos documentos, os autores canadenses tenham evidenciado uma diferença na absorção do modelo para a realidade canadense, tanto da ideia de ciclo de vida dos documentos quanto

a das idades dos arquivos. Diferença esta que foi difundida para outros países, como Brasil e Portugal, a partir da tradução da obra para a língua portuguesa⁵.

Conforme o próprio Ketelaar aponta em sua análise “The differences in archival systems have to be seen against the background of cultural differences, differences with respect to power distance, individualism, and uncertainty avoidance (Ketelaar, 1997, p. 145). Não basta olhar para um determinado modelo ou elemento sem considerar o contexto ou, ainda, sem perceber que não se trata apenas de uma reprodução isolada. Por esta razão, é fundamental compreender como cada referencial teórico da Arquivística se desenvolveu em contextos diversos do contexto de origem. Também, por isso, o autor aponta a grande necessidade de se investigar e entender as diferenças, uma vez que não considera ser produtivo sugerirmos conformidade onde há tanta diversidade. Seguindo essa mesma linha de pensamento, Santos afirma que

a teoria arquivística não deve ser, como acontece muitas vezes como um conjunto imutável de leis, estabelecidas desinteressadamente; tampouco é linear, formada a partir de um consenso universal. Trata-se, ao contrário, de um mosaico de ideias distintas, que coexistem e misturam-se, encontrando seus campos de aplicação em diferentes tradições político-administrativas, sociais e culturais (P. R. E. dos Santos, 2008, p. 94).

Apesar de Marques (2011) afirmar que seria impossível descrever todas as teorias e práticas arquivísticas, é fundamental debruçar-se sobre referências tão amplamente difundidas e utilizadas para fundamentar a gestão dos documentos de diversos países.

Portanto, conclui Ketelaar, somente depois de se compreender a adoção de cada método ou modelo, em seu contexto de origem, é que se pode revelar um princípio universalmente norteador, pois muitas vezes esses princípios são considerados como ponto de partida do discurso e ao contrário de resultado, que seria uma teoria arquivística universal (ou teorias, como destaca o autor) (Ketelaar, 1997).

⁵ É importante destacar que a obra original é de 1994 e a utilizada como referência neste estudo é a edição portuguesa traduzida em 1998 e publicada pela Publicações Dom Quixote.

Desta forma, pretende-se focar apenas uma das principais e mais basilares práticas da Arquivística contemporânea: as três idades dos arquivos ou teoria das três idades, como é conhecida em alguns países.

A teoria das três idades já foi discutida por autores do campo arquivístico como um elemento presente nas práticas adotadas para a gestão de documentos. Ainda que abordada de forma transversal, a utilização da teoria das três idades é explicada no bojo dos procedimentos aplicados durante o ciclo de vida dos documentos, adotada em consequência do processo de avaliação de documentos (Cruz Mundet, 2012; Heredia Herrera, 1991). Entretanto, até o momento, não foi identificado nenhum estudo que tenha se detido a uma análise mais aprofundada sobre seu surgimento enquanto modelo gerencial e referencial teórico de muitas práticas arquivísticas, ao redor do mundo.

Em conferência realizada na École de Chartes, no ano de 2004, o arquivista canadense Marcel Caya direciona algumas críticas à teoria das três idades e apresenta também alguns questionamentos sobre seu uso. No que mais chama atenção de sua reflexão, o autor questiona em que medida devemos continuar a utilizar a teoria das três idades como fundamento para as práticas arquivísticas, em diferentes contextos, quando os parâmetros de criação, uso e conservação dos arquivos já evoluíram de forma significativa e fundamentalmente diferentes (Caya, 2004). Uma clara crítica aos antigos procedimentos para novas necessidades, como as novas demandas de gerenciamento impostas pela grande produção de documentos em ambientes digitais.

O autor afirma, ainda, que nos últimos vinte anos, especialmente, a pesquisa tem sido apoiada por um número considerável de profissionais e acadêmicos que aprofundam e, as vezes, questionam diversos aspectos dos nossos conceitos e práticas (Caya, 2004). O que marca a evolução de qualquer campo científico não é ter conceitos estanques e indiscutíveis, mas a reavaliação científica, embasada e fundamentada desses elementos. Desta forma, assim como as práticas, as teorias precisam ser revisitadas, discutidas e compreendidas a partir de sua gênese para que possa ser mais bem compreendida diante dos novos contextos e reavaliada em sua real necessidade de ser aplicada em tempos e cenários distintos ao de seu desenvolvimento.

A divisão dos arquivos em três fases ou idades, identificando diferentes estágios de guarda, é reconhecida como uma das teorias que regem os documentos durante seu ciclo de vida e, ao longo dos anos, tem sido reproduzida por diversos países. Entretanto, é preciso destacar que a separação dos arquivos por estágios de guarda, de acordo com a sua frequência de uso, não é unânime. Outras opções teórico-metodológicas sustentam o gerenciamento dos arquivos em países também com tradição reconhecida no campo dos arquivos.

Portanto, a presente pesquisa parte da seguinte questão: a considerar os diferentes contextos e ambientes de aplicação do conjunto de procedimentos adotados no âmbito da gestão de documentos, como se deu o surgimento e o desenvolvimento da teoria das três idades, enquanto referência para gerenciamento de arquivos, em diferentes contextos arquivísticos, como este modelo foi caracterizado como uma teoria?

Desta questão de partida desdobram-se duas questões subjacentes:

3. A divisão dos arquivos em fases corrente, intermediária e permanente encontra-se plasmada na literatura arquivística, como um referencial teórico para subsidiar as práticas de gestão de documentos?
4. Qual a relação evidenciada pela literatura entre a teoria das três idades e o ciclo de vida dos documentos, nos diferentes ambientes de gestão de documentos arquivísticos?

Para que seja possível compreender as três idades nos arquivos, é fundamental que se investigue qual o percurso deste fenômeno desde sua criação, passando por sua disseminação, entre autores de diferentes países e contextos arquivísticos, até que se possa questioná-la em contextos atuais. Portanto, além da necessidade de traçarmos uma linha cronológica dos principais autores, é preciso perceber possíveis divergências e convergências na compreensão do que seria, de fato, a “teoria das três idades”.

No cenário brasileiro, por exemplo, pesquisas da última década indicam que há uma variação na percepção de conceitos fundamentais da teoria arquivística, conforme aponta Vanderlei Batista dos Santos. O autor afirma que, dentro das diferentes regiões brasileiras,

há interpretação distinta para os fundamentos arquivísticos, fato que pode ser constatado pela produção técnica das instituições arquivísticas governamentais (V. B. Santos, 2011).

Conforme já discutido, a partir da análise de Ketelaar (1997), as diferentes compreensões sobre um mesmo termo, e seu respectivo conceito, podem direcionar não apenas a um problema de comunicação com profissionais de outras áreas. Podem representar também uma grande fragilidade no interior de uma área de estudos, uma vez que tendem a dificultar o intercâmbio de conhecimento, fundamental a qualquer campo de estudos e que, no caso de uma área aplicada, tende a se desdobrar em atividades com práticas diferenciadas.

A partir de uma análise prévia da literatura arquivística, científica e técnica, percebe-se que cada país pode posicionar o fenômeno em um lugar diferente. Esta é a razão pela qual torna-se fundamental, aos avanços de uma área científica, realizar um aprofundamento epistemológico que dê conta de explicar como este fenômeno surgiu e se desenvolveu nas diferentes realidades arquivísticas, para compreender suas diferentes alocações e aplicações. Por ser um conceito que, de forma mais ampla, transformou a prática arquivística em diversos países, acredita-se que há uma urgência em revisitá-lo para compreendê-lo, tendo em vista os novos contextos de produção, uso e armazenamento de documentos arquivísticos, é preciso verificar não só como se desenvolveu, como, também, se permanece presente como referência nos dias atuais.

1.2. Objetivo geral

Esta pesquisa tem como objetivo geral desenvolver um estudo exploratório, descritivo e explicativo que identifique e analise as diferentes abordagens e percepções sobre a teoria das três idades na literatura científica de âmbito arquivístico, para compreender como seu desenvolvimento teórico-conceitual é abordado, como tornou-se

referência para o gerenciamento dos arquivos em distintos contextos arquivísticos e como tem sido percebido pelos profissionais e investigadores do campo arquivístico.

1.3. Objetivos específicos

1. Contextualizar o fenômeno da teoria das três idades em uma perspectiva evolutiva, a partir da literatura arquivística, identificando suas características, argumentos e interpretações;
2. Mapear as formas de abordagens sobre a teoria das três idades nos arquivos, em fontes técnicas e acadêmicas, bibliográficas e documentais;
3. Discutir as diferentes perspectivas de aplicabilidade da teoria das três idades evidenciadas na literatura e perceber qual o estatuto de tal teoria na prática de gerenciamento dos arquivos.

1.4. Percursos metodológicos

O início do percurso acadêmico é inevitavelmente marcado por inúmeros questionamentos. O primeiro, e talvez mais polêmico deles, é sobre a cientificidade da pesquisa em desenvolvimento. Segundo Pedro Demo “O critério de cientificidade – em meio a esta polêmica interminável – que nos parece ser mais aceitável é o da

discutibilidade, entendido como característica formal e política, ao mesmo tempo. **Somente pode ser científico, o que for discutível**” (Demo, 2012, pp. 26-27).

Partindo da afirmativa de Demo (2012), compreende-se que quaisquer elementos da realidade social podem ser discutidos cientificamente e diversas vezes, sob diferentes perspectivas. O que muda sobre a abordagem depende invariavelmente dos recursos metodológicos empregados e descritos, sob os quais o objeto de pesquisa será delimitado, observado e analisado.

Para melhor resumir a caracterização metodológica desta pesquisa, antes de nos aprofundarmos nos detalhes inerentes ao seu desenvolvimento, será apresentada sua identificação de acordo com cada perspectiva.

Quadro 1: Caracterização metodológica da pesquisa

Caracterização metodológica da pesquisa	Classificação
Quanto a sua natureza (Demo, 2012; E. L. da Silva & Menezes, 2005)	Básica / Teórica
Quanto ao método da pesquisa (E. L. da Silva & Menezes, 2005)	Fenomenológico
Quanto à abordagem do problema (E. L. da Silva & Menezes, 2005)	Qualitativa
Quanto aos seus objetivos (Gil, 2002)	Exploratória, descritiva e explicativa
Quanto aos procedimentos técnicos (Gil, 2002)	Pesquisa bibliográfica e documental

Fonte: elaboração própria a partir da literatura referenciada.

Quanto à natureza, as pesquisas podem ser classificadas como básicas ou aplicadas. Conforme explicam Silva e Menezes (2005, p. 20), as pesquisas básicas têm por objetivo “gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”. Por outro lado, as pesquisas aplicadas têm o

objetivo de “gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Demo, ao dedicar-se ao aprofundamento da metodologia científica para as ciências sociais, explica que nesta área existem “pelo menos quatro gêneros delineáveis de pesquisa”. Estas podem ser: teóricas (dedicadas a pesquisar conceitos e teorias), metodológicas (que se dedicam a estudar a forma de percorrer os caminhos da pesquisa), empíricas (que têm por objetivo compreender uma realidade social específica) e a prática (que está voltada a produzir mudanças na realidade estudada).

O que Silva e Menezes (2005) caracterizam como básica, Demo (2012) identifica como teórica. Uma vez que esta pesquisa tem como objetivo aprofundar o conhecimento teórico sobre um elemento arquivístico que subsidia a gestão de documentos, está caracterizada como teórica, na perspectiva de Demo, e básica, na perspectiva de Silva e Menezes.

Silva e Menezes (2005) explicam, ainda, que, de acordo o método, as pesquisas podem ser caracterizadas como: dedutivas, indutivas, hipotético-dedutivas, dialéticas ou fenomenológicas, método segundo o qual o foco está na descrição objetiva do fenômeno tal como ele é, visando a compreender sua manifestação e reconhecendo as tantas realidades quantas forem suas interpretações.

De acordo com a forma de abordagem do problema, as pesquisas, segundo Silva e Menezes, podem ser caracterizadas como qualitativas ou quantitativas. A primeira considera que a relação entre os elementos que compõem o universo de pesquisa não pode ser mensurada em números, enquanto, no segundo caso, estes elementos podem ser quantificados e analisados a partir das relações numéricas (Silva & Menezes, 2005, pp. 20-21).

De acordo com Gil (2002, p. 41), as pesquisas devem ser caracterizadas mediante a identificação da finalidade que se pretende e a partir da definição de seus objetivos podendo ser definidas como exploratórias, descritivas e explicativas. Conforme explica o autor:

- As pesquisas exploratórias têm o objetivo de ampliar o conhecimento do pesquisador sobre o tema objeto do estudo e, conforme aponta o autor (2002, p. 41), é “bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”;
- As pesquisas descritivas têm por objetivo compreender as características de um determinado grupo ou fenômeno, além de, em geral, tentar estabelecer relações entre determinadas variáveis. O autor destaca, ainda, que “As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”;
- As pesquisas explicativas têm o objetivo de identificar e explicar os diferentes fatores que influenciam na ocorrência dos fenômenos. Quanto a estas pesquisas, Gil explica que é possível afirmar que “o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos. Isso não significa, porém, que as pesquisas exploratórias e descritivas tenham menos valor, porque quase sempre constituem etapa prévia indispensável para que se possa obter explicações científicas”.

De acordo com os objetivos, compreende que esta é uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, uma vez que está dedicada a ampliar o conhecimento sobre o fenômeno da teoria das três idades e também de compreender suas características, assim como é explicativa, uma vez que se pretende avançar na construção e consolidação das bases do conhecimento arquivístico nessa matéria. As etapas ocorrem conforme descrição a seguir:

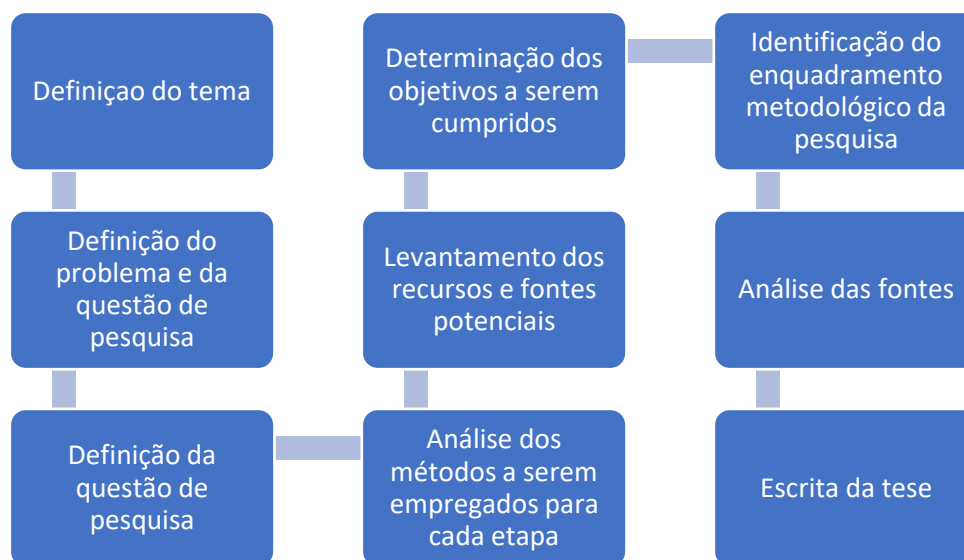


Figura 2: Percurso de desenvolvimento da pesquisa doutoral
 Fonte: elaboração própria

Tendo reconhecido o seu perfil eminentemente teórico, nesta pesquisa já identificada como de caráter exploratório, descritivo e explicativo, é preciso explicitar a seleção das fontes de informação a serem utilizadas para a coleta de dados.

As fontes de informação são entendidas por Baggio, Costa e Blattmann como ferramentas para diversos usuários em contextos diversos, correspondendo a um recurso para o atendimento de demandas por informações. Explicam, ainda, que, fonte de informação pode ser percebida como qualquer meio que atenda a uma necessidade de informação (Baggio et al., 2016).

Tais fontes podem ser divididas em primárias, secundárias e terciárias e compreendem desde documentos de arquivo a publicações ou conferências, que podem ser encontradas pelos mais diversos canais de busca de informação, como repositórios, catálogos, bibliografias e portais, entre outras possibilidades (Baggio *et al.*, 2016, pp. 34-38).

Ao explicar o que é e como se desenvolve uma pesquisa bibliográfica, Gil afirma que estas atendem comumente às pesquisas exploratórias pois “se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase

exclusivamente mediante fontes bibliográficas” e estas fontes estão divididas conforme figura abaixo (figura 3):

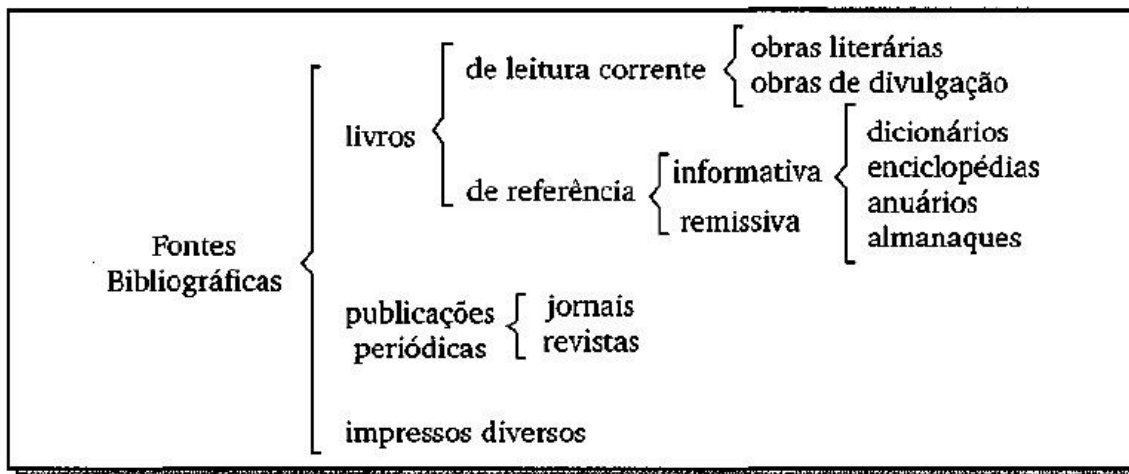


Figura 3: Tipos de fontes bibliográficas.
Fonte: Gil, 2002, p. 44.

Para todos os eixos, a busca de autores e bibliografia foi realizada tendo como referência os países de maior influência na arquivística brasileira, indicada nos idiomas representados no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, produzido pelo Arquivo Nacional do Brasil. Por esta razão buscou-se a literatura em inglês, espanhol, francês, português e italiano⁶.

Como fontes bibliográficas foram utilizadas, de forma majoritária, obras literárias do campo arquivístico e publicações periódicas, como a publicação dos arquivistas americanos *The American Archivist*, iniciada em 1938 e utilizada por muitos profissionais para escoar suas reflexões acerca das práticas de gestão de documentos no pós-guerra. Somam-se a estas publicações as pesquisas acadêmicas, no âmbito de teses de doutoramento e dissertações de mestrado pesquisadas na base de dados da *Networked Digital Library of Theses and Dissertations*. Tais publicações são verificadas na perspectiva de compreensão teórica acerca da gestão de documentos e das teorias arquivísticas.

⁶ O idioma alemão também consta do documento utilizado como referência, mas devido à impossibilidade de pesquisar e analisar as fontes do idioma optou-se por não o utilizar.

Para além das fontes bibliográficas, são utilizadas fontes documentais, como leis, relatórios e manuais institucionais que demonstrem as atividades arquivísticas, com o objetivo de identificar quais as ações específicas realizadas, que possam indicar a divisão dos arquivos em fases de tratamento.

Diante do exposto, pretende-se alcançar o máximo de conteúdos constantes da literatura arquivística, para melhor compreensão do fenômeno das três idades nos arquivos. Assim, dada a vasta produção científica no campo da Arquivologia, para cada etapa da pesquisa será contemplada um tipo de fonte de informação adequada às necessidades de cumprimento de cada objetivo específico.

Para melhor detalhar, no ponto a seguir, são especificadas as fontes que serão utilizadas para o cumprimento de cada objetivo específico.

1.4.1. Procedimentos de coleta de dados

O primeiro objetivo deste estudo dedica-se a contextualizar o fenômeno da teoria das três idades em uma perspectiva evolutiva, a partir da literatura arquivística, identificando suas características, argumentos e elementos definidores. Dedicar-se aqui a explorar as principais publicações arquivísticas para construir uma historicização sobre o surgimento e desenvolvimento da prática, do termo e do conceito da teoria das três idades, nos arquivos.

As fontes bibliográficas são constituídas de material já publicado, principalmente livros e periódicos científicos, enquanto as fontes documentais são compostas de relatórios

de atividades institucionais, como materiais que não receberam tratamento analítico (E. L. da Silva & Menezes, 2005, p. 21).

A identificação e busca dos autores teve como recorte o ano de 1898, com a publicação do Manual de Arranjo e Descrição dos Arquivistas Holandeses, conforme há mencionado, por ser considerado por numeráveis autores como o marco fundador da arquivística (Fonseca, 2005; Heredia Herrera, 1991; Schmidt, 2012; A. M. da Silva et al., 2009a; Tognoli, 2013). Desta forma, foram pesquisadas publicações a partir de 1898, desde os autores mais clássicos como *Sir* Hilary Jenkinson, Eugenio Casanova, Elio Lodolini e Theodore R. Schellenberg, até autores contemporâneos como Eric Ketelaar, John Ridener, Bruno Delmas, Paul Desalle e Luciana Duranti, para construir a melhor compreensão possível sobre a divisão dos arquivos em fases que se plasmou, posteriormente, em alguns países, na teoria das três idades.

A primeira parte da pesquisa constitui-se, então, de uma etapa de levantamento de fontes para construção desta etapa. Para identificar os principais autores da área de arquivos e gestão de documentos buscaram-se as referências de pesquisa dos autores mais recentes, como Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, Joaquim Llansó, Luciana Duranti, Antonia Heredia Herrera, Armando Malheiro e José Maria Jardim. Com a busca nas obras mais recentes, foi possível identificar as publicações e autores citados anteriormente à década de 1990, principalmente, para em uma perspectiva histórica, rastrear o surgimento e enquadramento da teoria das três idades, na literatura.

Deste modo, foi realizada uma seleção de autores que contemplou cerca de 70 nomes, buscando compreender a percepção sobre o fenômeno a partir de diferentes perspectivas e contextos. No quadro abaixo estão elencados os autores, com respectivo ano da publicação.

Quadro 2: Autores selecionados para construção do objetivo 1 da pesquisa

Autor	Ano
Atherton, Jay	1985
Bellardo, Lewis J.	1992
Bellardo, Lynn L.	1992

Bellotto, Heloísa L.	2004
Bradsher, James	1988
Brenneke, Adolf	1967
Brooks, Philip	1940
Buck, Solon	1945
Calvet, Louis Jean	2011
Casanova, Eugenio	1928
Caya, Marcel	2004
Chatfield, Helen	1940 e 1968
Cook, Terry	2001
Couture, Carol	1998
Costa Filho, Murilo	2016
Cottin, Michael	2015
Cruz Mundet, José Ramon	2012
Delmas, Bruno	2010
Delsalle, Paul	2018
Dingwall, Gleen	2010
Dubocsq, Guy	1974
Duchain, Michael	1983
Duranti, Luciana	1989, 1994, 2007 e 2015
Eastwood, Terry	2010
Estevão, Silvia Maria N.	2010
Evans, Frank	1967
Favier, Jean	1975
Fonseca, Maria Odila	2005
Fonseca, Vitor	2010
Fox, Uta	2016
Franks, Patricia	2015
Goody, Jack	1986
Grande, Didier	2015
Heredia Herrera, Antonia	1991
Holgado, Sandra	2015
Indolfo, Ana Celeste	2008 e 2013
Jardim, José M.	1987, 1988 e 2015
Jenkinson, Hilary	1922
Kern, Gilliane	2015
Ketelaar, Eric	1997 e 2001
Leahy, Emmet J.	1940
Livelton, Trevor	1996
Llansó I Sanjuan, Joaquim	1993
Lodolini, Elio	2011
Mabbs, A.W.	1974
Mariz, Anna Carla A.	2005
Marques, Angélica A.	2011 e 2019
Martin-Pazuelo Campillo, María Paz	1995
Mazikana, Peter	1990
Mendo Carmona, Concepción	2004
Norton, Margaret	1956

Pacífico, Michele F.	1988
Paes, Marilenta Leite	2005
Paul, Karen Dawley	1988
Pérotin, Yves	1966
Posner, Ernst	1940 e 1972
Ramos, Julio	1999
Real, Manuel Luís	1999
Ribeiro, Fernanda	1999
Ridener, John	1999
Rhoads, James	1982 e 1989
Rodrigues, Ana Célia	2008
Rondinelli, Rosely C.	2002 e 2011
Rousseau, Jean-Yves	1998
Santos, Paulo Roberto E.	2008
Santos, Vanderlei B.	2011
Schellenberg, Theodore R.	2003
Schmidt, Clarissa M.	2012 e 2015
Silva, Armando M.	1999
Szlejcher, Anna	2017
Tanodi, Aurelio	2009

Fonte: elaboração própria, com base nos dados de pesquisa.

Nas publicações, foram pesquisados e explorados não apenas os conceitos e apontamentos claros e objetivos, mas também todos os elementos que indiquem a divisão dos arquivos em distintos estágios de guarda, com foco em duas etapas: a primeira, de divisão entre *records* e *archives*, e a segunda, com a adoção de estágios intermediários de guarda e tratamento dos arquivos, entre a fase de produção e tramitação e a guarda definitiva dos arquivos.

A busca na literatura científica permitiu reconhecer os termos utilizados nas diferentes realidades arquivísticas, o que contribuiu para a identificação dos termos a serem buscados nos léxicos internacionais. Nos países de língua inglesa, por exemplo, não se usam os termos arquivos correntes, intermediários ou permanentes (pois só é arquivo passa pelo processo de avaliação e são destinados à guarda definitiva). Usam-se “*current records*”, “*semicurrent records*”, “*noncurrent records*”, “*records center*” e “*archives*”.

Essa etapa, para além de fornecer um panorama geral sobre a adoção de termos, permitiu identificar como os autores de diferentes países posicionam o fenômeno em análise nesta pesquisa.

O segundo objetivo específico desta pesquisa concentra-se em mapear as diferentes formas de abordagens sobre a teoria das três idades dos arquivos, a partir de diferentes fontes de informação técnica e científica. Para perceber como esses conceitos são enquadrados terminologicamente nos diferentes contextos arquivísticos, este objetivo foi construído a partir de cinco eixos (fontes):

- 1º) Estudos RAMP.
- 2º) Legislação arquivística.
- 3º) Léxicos internacionais: foram verificados todos os dicionários e glossários que indicam o conceito atribuído a cada termo relacionado.
- 4º) Manuais arquivísticos institucionais.
- 5º) Pesquisas acadêmicas (teses de doutoramento e dissertações de mestrado).

O fluxo de coleta e verificação das fontes seguem as etapas descritas na figura 4 e serão melhor detalhadas mais adiante.

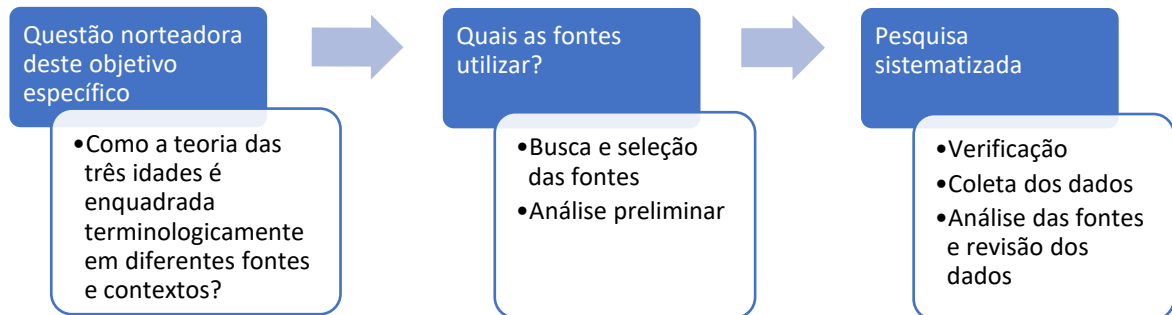


Figura 4: Fluxo norteador da pesquisa para o segundo objetivo específico.
 Fonte: elaboração própria.

1.4.2. Seleção de fontes para a coleta dos dados

Nas subdivisões desta seção, estão descritas as fontes utilizadas para a coleta dos dados utilizados para consecução do segundo objetivo específico desta pesquisa.

A seleção das fontes aqui tem o objetivo de representar um universo diverso, uma vez que a Arquivística tem sua dimensão de aplicação prática. Porém, a considerar que não é objetivo deste estudo analisar as práticas arquivísticas locais, e sim as percepções dos autores, pesquisadores e profissionais. Portanto, optou-se por buscar as fontes que representam a percepção teórica e a interpretação dos referenciais teóricos, buscando assim compreender as duas dimensões arquivísticas (teórica e prática) nos diferentes contextos.

Para os eixos relativos à legislação, léxicos e manuais, na tentativa de identificar mais um país da América do Sul para representar o universo de pesquisa, e dada a impossibilidade de cobrir um universo maior, foi realizada uma análise prévia nos sítios eletrônicos das instituições arquivísticas da Argentina, Peru, Chile, Colômbia e Uruguai para verificar qual destas possuía mais informações relativas à regulamentação e procedimentos para a gestão de documentos no país. Tal análise permitiu identificar que o *Archivo General de la Nación de Colombia* possui um conjunto de informações disponíveis em seu sítio eletrônico (como legislação, glossário e manual arquivístico) que pode fornecer elementos de análise a partir de um país de língua espanhola.

1.4.2.1. RAMP Study: Records and Archives Management Programme

Em 1979, a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* – Unesco, por meio da *Division of the General Information Programme*, desenvolveu o

Records and Archives Management Programme em parceria com o Conselho Internacional de Arquivos, com o objetivo de auxiliar no encaminhamento de demandas de desenvolvimento arquivístico nos países, principalmente os considerados em desenvolvimento.

When PGI launched its Records and Archives Management Programme (RAMP) in 1979, the development of guidelines and standards was recognized as an area of activity requiring substantial effort and assistance. Pursuant to that recognition, a meeting of experts was convoked by UNESCO at Bari in 1979, to draw up a list of guidelines and standards needed by the archival profession, and to recommend priorities (Rhoads, 1982, p. 2).

A partir daí, uma série de estudos foram produzidos no âmbito do *Records and Archives Management Programme* por diversos profissionais do campo dos arquivos, para atender a demandas em temas específicos sobre a gestão de documentos e arquivos. Segundo Rhoads, em um dos primeiros estudos desenvolvidos no âmbito do RAMP, o programa inclui projetos, estudos e outras atividades com o objetivo de:

1. Promote the formulation of information policies and plans (national, regional and international).
2. Promote and disseminate methods, norms and standards for information handling.
3. Contribute to the development of information infrastructures
4. Contribute to the development of specialized information systems in the fields of education, culture and communication, and the natural and social sciences.
5. Promote the training and education of specialists in and users of information (Rhoads, 1982, prefácio).

O RAMP não apenas estimulou o desenvolvimento prático dos arquivos, como também forneceu embasamento teórico para as atividades arquivísticas. Para Araújo (2013, p. 75), o RAMP estava “voltado para diferentes áreas da Arquivologia, assegurou a

publicação de importantes documentos, que se somaram aos trabalhos teóricos que vinham sendo desenvolvidos”.

O *Dictionary of Archives Terminology* possui uma entrada para explicar o termo RAMP, para o qual define

A UNESCO program established in 1979 that seeks to make the general public and decision-makers aware of the importance of records and archives, to assist states in the establishment of efficient records and archives management infrastructures, and to participate in international debate on the principal issues facing archives (Society of American Archivists, 2005, n.p.).

Assim, dada a característica didática, o objetivo de influenciar os tomadores de decisão, a importância dos estudos desenvolvidos no âmbito do programa e o seu alcance a diversos países, foram verificados todos os estudos que abordam a divisão dos arquivos em estágios de guarda diferentes ou os que citam o ciclo de vida dos documentos, já que, para alguns autores, ambos os termos se referem a um mesmo conceito.

Os estudos foram pesquisados dentre os disponibilizados na base de dados da UNESCO *Digital Library*, a UNESDOC. De um total de 142 documentos publicados no âmbito dos estudos desenvolvidos pelo projeto, no período entre 1979 e 1998, 71 estudos foram identificados a partir do filtro relativo à gestão de documentos. Destes estudos, alguns são repetidos, pois foram publicados em inglês e mais um ou dois idiomas, entre francês e espanhol. Assim, após este filtro inicial, ficaram 42 documentos a serem analisados.

Depois de mais uma etapa de verificação, dos 42 documentos restantes, foram excluídos da análise os relatórios anuais e relatórios específicos de missões (total de 13 documentos), dos quais ficaram então 29 documentos para análise final.

Dos 29 estudos para análise completa, onze documentos abordam especificamente a divisão dos documentos e/ou arquivos em fases correntes, intermediária e permanente ou o termo ciclo de vida dos documentos.

No quadro a seguir (quadro 3), encontram-se relacionado todos os estudos RAMP utilizados neste eixo e que compreende um período de dez anos, entre o primeiro e o último estudo utilizado nesta análise.

Quadro 3: Estudos produzidos no âmbito do Records and Archives Management Programme utilizados para análise

Título do estudo	Autor(es)	Ano
The Use of sampling techniques in the retention of records: a RAMP study with guidelines.	Huul, Felix	1981
The Applicability of UNISIST guidelines and ISO international standards to archives administration and records management: a RAMP study	Rhoads, James	1982
A Guide for surveying archival and records management systems and services: a RAMP study.	Evans, Frank Bernard. Ketelaar, Eric.	1983
The Role of archives and records management in national information systems: a RAMP study.	Rhoads, James	1983
Development of records management and archives services within United Nations Agencies: a RAMP study with guidelines	Stark, Marie Charlotte	1983
Scientific and technological information in transactional files in government records and archives: a RAMP study.	Wimalaratne, K.D.G.	1984
Records surveys and schedules: a RAMP study with guidelines.	Charman, Derek	1984
Archival and records management legislation and regulations: a RAMP study with guidelines.	Ketelaar, Eric	1985
Archival appraisal of records of international organizations: a RAMP study with guidelines.	Guptil, Marilla B.	1985
Archives and records management for decision makers: a RAMP study.	Mazikana, Peter C.	1990

The Preparation of records management handbooks for government agencies: a RAMP study.	Doyle, Murielle; Frénière, André	1991
--	-------------------------------------	------

Fonte: elaboração própria com base na coleta de dados.

1.4.1.2. Leis de Arquivos

A legislação de um país reflete, em certa medida, a percepção do Estado sobre determinada temática. Deste modo, busca-se aqui verificar se as leis nacionais de temática arquivística fornecem subsídios teórico-conceituais para a divisão dos arquivos em fases correntes, intermediária e permanente, conforme etapas da teoria das três idades.

O segundo eixo deste objetivo específico está desenvolvido a partir da identificação e análise da legislação arquivística de cada país, a saber: Estados Unidos da América, Canadá, França, Itália, Espanha, Colômbia, Portugal e Brasil. Os países da Europa e América do Norte foram escolhidos em razão da forte influência na Arquivística brasileira, além de serem berço do modelo de gestão de documentos adotado no Brasil e difundido por diversos países.

Foram realizadas as buscas nas páginas das instituições arquivísticas nacionais e verificadas quais as referências legais para as atividades arquivísticas desenvolvidas por essas instituições. Em seguida, são verificadas as bases legislativas de cada país e identificadas as leis que regulam a atividade arquivística em âmbito nacional e arquivístico.

Para os países de língua inglesa e países da Europa, utiliza-se como recorte os países já citados inicialmente por sua influência no campo arquivístico brasileiro, reconhecido a partir da construção do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística produzido e editado pelo Arquivo Nacional em 2005. Para complementar a análise e verificar a

utilização em espanhol foi pesquisa a lei de arquivo também na Colômbia, também da América do Sul.

Assim, esta etapa de identificação de fontes buscou reconhecer quais os países dispõem de legislação disponível para consulta referenciada pela instituição arquivística nacional, tendo nesta o ponto de partida para verificar as referências legais que embasam as práticas arquivísticas em níveis nacionais.

A seguir, as leis verificadas ou identificadas nos sítios eletrônicos de cada instituição arquivística nacional.

Quadro 4: Leis de arquivo por país

Itália	- <i>Regio Decreto 25 gennaio 1900 - Regolamento per gli Uffici di registratura e di archivio delle Amministrazioni centrali</i> - <i>Decreto del Presidente della Repubblica 28 dicembre 2000, n. 445</i>
França	Lei nº 79 de 3 de janeiro de 1979
Portugal	Regime Geral dos Arquivos e do Patrimônio Arquivístico - definido pelo Decreto-Lei n.º 16/1993
Espanha	- <i>Código de Archivos y Patrimonio Documental</i> - <i>Real Decreto 1708/2011, de 18 de noviembre, que establece o Sistema Español de Archivos e regula o Sistema de Archivos de la Administración General del Estado e de sus Organismos Públicos y su régimen</i>
Estados Unidos da América	<i>44 U.S. Code - Public Printing and Documents</i>
Canadá	<i>Library and Archives of Canada Act (S.C. 2004, c. 11)</i>
Brasil	Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991
Colômbia	<i>Ley 594 de 14 de julio de 2000, chamada Ley General de Archivos</i>

Fonte: elaboração própria com base na coleta de dados relativa à legislação.

A partir da verificação legislativa, parte-se para coleta dos léxicos que irão subsidiar a próxima etapa.

1.4.2.3. Léxicos internacionais

O terceiro eixo está constituído a partir da busca nos léxicos internacionais. Os léxicos foram identificados a partir de citações em trabalhos acadêmicos, publicações institucionais e normativas, como a Norma Portuguesa nº 4041 e o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, além de verificadas as páginas de instituições arquivísticas, como o *National Archives and Records Administration*, por exemplo, que utiliza, como referência, em sua página na internet, o glossário da *Society of American Archivists*.

A Arquivística em cada país pode ter influências de naturezas diversas, desde a arquivística francesa da *École de Chartes* aos *records management* norte-americano. Assim, dada a necessidade de recortar a área de investigação e a incapacidade de verificar toda a literatura mundial sobre o tema, tomou-se como referência para a busca, nesse estudo, os idiomas referenciados no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE), produzido pelo Conselho Nacional de Arquivos brasileiro, como forma de reconhecer essa pluralidade de influências a partir da Arquivística brasileira.

Portanto, considerando os idiomas abrangidos pelo DIBRATE: espanhol, francês, italiano, inglês e português, buscaram-se os léxicos internacionais produzidos nos idiomas citados. O alemão foi retirado do escopo da pesquisa em razão da impossibilidade de leitura de todas as obras no referido idioma.

Como uma última fonte de busca por termos e definições foi utilizado o *Multilingual Archival Terminology*, do *International Council of Archives* (ICA), uma vez que o banco de dados de terminologia arquivística do Conselho Internacional de Arquivos é interativo e alimentado por profissionais e pesquisadores locais de cada país filiado. A base de dados é um projeto supervisionado por Luciana Duranti, da *University of British Columbia*, no Canadá. Conforme consta do sítio eletrônico do Conselho, trata-se de:

- An international source for the terminology and definitions used by many traditions to express shared archival concepts

- A dynamic instrument that will reflect international archival practice and its evolution over time
- A product created by archival professionals from around the world using authoritative sources and common practice
- A tool maintained by its users – professionals, academics, researchers, and archival students in the international archival community
- A constantly up-to-date reference for students and professionals alike
- The terminology reference for the ICA Education Modules, Digital Records Pathways: Topics in Digital Preservation
- An opportunity for its users to inform the archival world about the development of new concepts identified by specific terms and definitions⁷

O *Multilingual Archival Terminology* foi utilizado como referência para busca de termos em inglês, português, francês, espanhol e italiano, para servir como parâmetro de comparação com os instrumentos verificados nos idiomas específicos.

Para esta compreensão foi utilizado o que Gil (2002, p. 62) define como “livros de referência informativa” que são os léxicos elaborados por diferentes países definidos no escopo da análise.

Para além dos termos identificados para serem pesquisados nos léxicos, especificados no próximo quadro, percebeu-se que, para esta análise, é preciso reconhecer que o conceito de arquivo tem variações de um país para outro. Desta forma, construiu-se um primeiro quadro com os conceitos de arquivo identificados nos léxicos pesquisados. Essa compreensão é fundamental para que se possa perceber como essa divisão foi inserida

⁷ Fonte: sítio eletrônico do Conselho Internacional de Arquivos
<https://www.ica.org/en/online-resource-centre/multilingual-archival-terminology>

nos contextos institucionais dos diferentes países e identificar a construção conceitual dessa prática nos arquivos.

A primeira busca por léxicos, para serem utilizados na construção desta parte da pesquisa, teve como recorte aqueles referenciados pelo *Multilingual Archival Terminology* do *International Council on Archives* que estivessem em livre acesso. Para além das obras citadas, buscou-se identificar outras obras nos idiomas que compreendiam o escopo da pesquisa referenciadas nos sítios eletrônicos das instituições arquivísticas nacionais.

A busca por léxicos não utilizou recorte temporal pelo caráter referencial das obras e em razão de as publicações mais antigas também serem citadas ou referenciadas nas obras mais recentes.

A busca foi realizada conforme os termos especificados no quadro a seguir (quadro 5), organizados por idioma:

Quadro 5: Termos utilizados para buscas nos léxicos

Inglês	<i>Current records, non-current records, permanent records, records center, life cycle records e record's three age (termo presente somente na Encyclopedia of Archival Science)</i>
Francês	<i>Archive courantes, Archives intermédiaires, archive définitive, théorie des trois âges, préarchivage e cycle de vie</i>
Espanhol	<i>Archivo administrativo, archivo de oficina / de gestión, archivos intermedios, archivo histórico, ciclo vital de los documentos e edad de los documentos</i>
Italiano	<i>Archivio corrente, archivio di deposito, archivio storico</i> Não há termo correspondente a ciclo de vida dos documentos, nem a teoria das três idades.
Português	Arquivo corrente, arquivo intermediário, arquivo permanente, teoria das três idades, ciclo de vida dos documentos

Fonte: elaboração própria.

Por fim, para ampliar a análise e servir de base para comparação, foram coletados os termos e conceitos referenciados no próprio *Multilingual Archival Terminology*.

O quadro a seguir (quadro 6), sintetiza os léxicos utilizados para a coleta de dados, com especificação de país, autoria e ano da publicação.

Quadro 6: Dicionários utilizados para coleta de dados do segundo objetivo específico

Dicionário / Glossário	Autor/Entidade	Autor/Entidade / País	Ano
<i>A Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers (Archival Fundamentals)</i>	Bellardo, Lewis J. e Bellardo, Lynn Lady	Estados Unidos da América Adotado pelo <i>National Archive and Records Administration</i>	1992
<i>Glossary of Archival and Records Terminology</i>	Pearce-Moses, Richard <i>Society of American Archivists</i>	Estados Unidos da América	2005
<i>Encyclopedia Of Archival Science</i>	Franks, Patricia C. e Duranti, Luciana	Canadá	2015
<i>Dictionnaire de terminologie archivistique</i>	France Archives	França	2002
<i>Glossaire de l'Association des archivistes du Québec</i>	Association des archivistes du Québec	Canadá	--
<i>Lenguaje y vocabulário archivísticos</i>	Heredia Herrera, Antonia	Espanha	2011
<i>Diccionario de Archivística</i>	Cruz Mundet, José Ramon	Jose Ramon Cruz Mundet (Espanha)	2011
Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)	Brasil	2005
Norma Portuguesa 4041	Instituto Português de Qualidade	Portugal	2005
<i>Dicionário de terminologia arquivística</i>	Camargo, Ana Maria Almeida	Brasil	2010
<i>Acuerdo n. 27 de 2006 (glossario)</i>		Archivo General de la Nación Colombia	2006
Multilingual Archival Terminology		International Council on Archives	--

Fonte: elaboração própria com base nos instrumentos utilizados na coleta de dados.

A partir da coleta dos léxicos indicados, parte-se então para os manuais técnico-institucionais verificados nos mesmos países onde foram verificados os léxicos e as leis.

1.4.2.4. Manuais arquivísticos institucionais

O quarto eixo foi desenvolvido a partir da análise dos manuais técnicos institucionais, considerados fundamentais para a compreensão das práticas arquivísticas locais, pois tendem a ser o reflexo mais próximo da realidade, traduzindo exatamente a forma como as atividades são desenvolvidas e a forma como as instituições entendem modelos teóricos, por exemplo, no caso das teorias e práticas arquivísticas.

Manuais institucionais são documentos técnicos produzidos com o objetivo de padronizar o desenvolvimento de atividades específicas, otimizar os fluxos e processos, auxiliar no desenvolvimento de métodos e procedimentos. Por isso, explicam a forma como cada tarefa deve ser realizada. De acordo com Cury os manuais são documentos elaborados

com a finalidade de uniformizar os procedimentos que devem ser observados nas diversas áreas de atividades, sendo, portanto, um ótimo instrumento de racionalização de métodos, de aperfeiçoamento do sistema de comunicações, favorecendo, finalmente, a integração dos diversos subsistemas organizacionais, quando elaborados cuidadosamente com base na realidade da cultura organizacional (Cury, 2000, p. 415).

Esses documentos são elaborados, considerando as referências normativas em vigor, as práticas já desenvolvidas e as que devem ser implantadas para melhorar o desempenho de outras. Fornecem, portanto, o alinhamento e a uniformidade nos procedimentos,

garantindo que todos tenham o mesmo entendimento sobre a execução das atividades, que padrões e critérios sejam fixados e restringindo a possibilidade de improvisos e interpretações equivocadas (Oliveira, 2006).

Os manuais técnicos institucionais constituem, portanto, importante fonte de informações sobre interpretações da teoria no âmbito das práticas de gestão de documentos adotadas em diferentes contextos arquivísticos. Tais documentos permitem observar o ponto de vista de profissionais do campo arquivístico abrindo a possibilidade de verificar o grau de adesão sobre o fenômeno das três idades nos arquivos, ao perceber suas possíveis variações contextuais e sua compreensão enquanto referência para o gerenciamento dos arquivos.

A primeira busca por manuais institucionais arquivísticos deu-se de forma livre, sem recorte temporal. Na busca de manuais da Itália, França, Canadá e Brasil foram recuperados cerca de três manuais por país. Na busca por manuais de Portugal, dos Estados Unidos da América e Colômbia, foi recuperado somente um manual por país. No caso da Espanha, o manual utilizado como referência pelos Arquivos da Espanha, conforme indicado no sítio eletrônico do *Ministerio de Cultura y Deporte*, ao qual encontram-se subordinados os arquivos públicos espanhóis é o *Modelo de Gestión de Documentos* da RTA.

Dos manuais que foram recuperados na pesquisa, foram relacionados para análise somente os produzidos a partir de 2008 (mesma data de corte das pesquisas acadêmicas). Somente um manual institucional anterior a este período foi utilizado: da *University of British Columbia*. Uma vez que não foi identificado na pesquisa nenhum outro manual em inglês, posterior ao ano de 2008, optou-se por deixar o documento em inglês mais próximo da data de corte (o manual da UBC é de 2007).

Ressalta-se, ainda, que, no caso dos manuais canadenses, uma vez que o Canadá possui dois idiomas oficiais, foram utilizados manuais dois idiomas: um em francês e o outro, em inglês. Nos demais países, optou-se por utilizar somente os manuais mais recentes identificados na busca, deixando um documento por país.

Assim, de vinte manuais institucionais recuperados na primeira busca, realizado o recorte para o mais recente dos documentos, permaneceram os manuais listados no quadro a seguir (quadro 7):

Quadro 7: Manuais arquivísticos institucionais por país

Itália	<i>Manuale di gestione documentale do Istituto Centrale per il Catálogo e la Documentazione, vinculado ao Ministero per i beni e le attività culturali</i> (2008) <i>Manuale di gestione del protocollo informatico, dei documenti e degli archivi di ICE – Agenzia per la promozione all'estero e l'internazionalizzazione delle imprese italiane</i> (2018)
França	<i>Vade-mecum de l'archivage des documents électroniques, Archives Nationales de France</i> (2012)
Portugal	Orientações para a gestão de documentos e arquivos no contexto de uma reestruturação da administração-geral do Estado (2012)
Espanha	<i>Modelo de Gestión de Documentos y administración de archivos para a Red de Transparencia y Acceso a la Información (RTA)</i>
Estados Unidos da América	<i>Guide to the Inventory, Scheduling, and Disposition of Federal Records – NARA</i> (2018)
Canadá	<i>Guide de gestion des archives: à l'intention des établissements d'enseignement privés du Québec</i> (2016) <i>Records Management Manual, da University of British Columbia</i> (2007)
Brasil	Manual de gestão de documental da Fundação Biblioteca Nacional (2016)
Colômbia	<i>Manual de Archivo y Correspondencia da Agencia Presidencial de Cooperación Internacional de Colombia</i> (2017)

Fonte: elaboração própria com base nos documentos utilizados na coleta de dados.

Na próxima etapa, serão detalhados os procedimentos de seleção de pesquisas acadêmicas, em âmbito de mestrado e doutoramento.

1.4.2.5. Pesquisas acadêmicas

Para a quinta etapa deste objetivo – que é identificar como a teoria das três idades tem sido abordada nas produções científicas acadêmicas – foram utilizadas como fontes as pesquisas de pós-graduação *stricto sensu*.

Dada a natureza teórica desta pesquisa, seu campo empírico compreende a literatura que tem como objeto as reflexões teóricas no campo dos arquivos. Desta forma, a revisão da literatura científica ocorreu a partir de uma coleta de fontes para compor o universo da pesquisa e foi desenvolvida de forma sistematizada, considerando os aspectos inerentes ao cumprimento deste objetivo específico.

Com o propósito de fazer uma busca mais abrangente sem priorizar nenhum país especificamente, a base escolhida para a busca foi a *Networked Digital Library of Theses and Dissertations* (NDLTD), por ser um catálogo coletivo mundial de teses e dissertações patrocinado pela UNESCO que visa ampliar o uso e o intercâmbio de pesquisas de acesso aberto.

As buscas foram feitas entre os dias 25 de janeiro e 12 de fevereiro de 2019 e repetidas em 30 de dezembro de 2019 para confirmação ou atualização dos resultados obtidos. A primeira tabela demonstra a quantidade de resultados, no período de 2008 a 2018, para os dois termos buscados.

Tabela 1: Termos e resultados da busca de teses e dissertações na base Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD)

<i>Termos de pesquisa</i>	<i>Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD) (número de resultados)</i>
<i>Records management</i>	276
<i>Records life cycle</i>	7
<i>Total</i>	283

Data da busca: 30 de dezembro de 2019

Fonte: elaboração própria com base na pesquisa na base *Networked Digital Library of Theses and Dissertations* (2008 a 2018).

Sem a possibilidade de recortar a busca apenas para os resumos dos trabalhos, em razão de limitações nos campos de busca do próprio sítio eletrônico da NDLTD, foram realizadas buscas livres apenas com os termos entre aspas, feitas conforme instruções constantes do sítio eletrônico da *Networked Digital Library of Theses and Dissertations*.

Uma busca inicial para o termo *records management* retornou com 276 resultados (sem restrição de datas o total era de 453 trabalhos). Para o termo *records life cycle* houve um retorno de sete resultados, com aplicação de filtro de data (2008 – 2018).

Essa primeira busca foi realizada para a construção do projeto de tese em janeiro de 2019. Uma última busca, antes de fechar a etapa de coleta de pesquisas acadêmicas (teses de doutoramento e dissertações de mestrado) foi realizada, entre 26 e 30 de dezembro de 2019, para confirmar os resultados identificados (ou atualizar os resultados, se fosse o caso).

Confirmados os resultados no final de dezembro de 2019, destes trabalhos encontrados na base *Networked Digital Library of Theses and Dissertations* para o termo *records management*, foram selecionados, dentre os idiomas disponíveis como opção para refinar a pesquisa, os trabalhos nas seguintes línguas: português, inglês, francês e espanhol (incluindo o catalão).

Aplicados os filtros, chegou-se aos quantitativos descritos na tabela a seguir. Ficaram, então, 107 resultados para serem verificados e analisados individualmente, na busca para o termo *records management*, e três resultados para o termo *records life cycle*.

Tabela 2: Termos e resultados refinados da busca de teses e dissertações na base Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD)

<i>Termos de pesquisa</i>	<i>Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD) (número de resultados)</i>
<i>records management</i>	107
<i>records life cycle</i>	3
<i>Total</i>	110

Data da busca: 30 de dezembro de 2019

Fonte: elaboração própria com base nos resultados da busca na base de dados da NDLTD.

A partir daí, foi realizada uma primeira análise de todos os resumos de pesquisas retornadas na busca na *Networked Digital Library of Theses and Dissertations* (NDLTD), considerando os seguintes requisitos para inserção e para exclusão dos trabalhos no escopo desta pesquisa:

1. Critérios de inclusão:
 - a) Pesquisas epistemológicas sobre a Arquivística que tratem, ainda que transversalmente, de conceitos relacionados à gestão de documentos;
 - b) Pesquisas cujos objetivos estejam relacionados às reflexões teóricas ou práticas sobre a gestão de documentos, e
 - c) Pesquisas que tenham a gestão de documentos como eixo central no referencial teórico.
2. Critérios de exclusão:
 - a) Pesquisas que não tenham, em seus objetivos, discutir questões teóricas e/ou práticas arquivísticas;
 - b) Pesquisas em que não sejam identificados, como referencial teórico, os critérios de busca anteriormente assinalados;
 - c) Pesquisas escritas em idiomas em que não foi possível à pesquisadora reconhecer e utilizar a produção, como chinês, japonês e árabe, para citar alguns de exemplo;
 - d) Pesquisas cujos textos completos não se encontram disponíveis para consulta;
 - e) Pesquisas que não tenham sido realizadas no âmbito de mestrado ou doutoramento.

Para este refino, tentou-se acessar todas as 110 pesquisas que retornaram da busca inicial, para identificar se todas possuíam textos completos disponíveis para análise. Posteriormente foram verificados os elementos pré-textuais para verificar o âmbito da pesquisa, sua data de publicação e se já consta da lista para análise. Em seguida, foram verificados os resumos e sumários para identificar quais pesquisas abordam especificamente

a gestão de documentos, integrando a discussão teórico-conceitual dos trabalhos analisados. A partir das questões de corte relacionadas acima, utiliza-se a tabela a seguir para sintetizá-las:

Tabela 3: Quantitativo de pesquisas excluídas de acordo com os critérios aplicados

<i>Especificação de corte para as pesquisas acadêmicas</i>	<i>Quantidade</i>
<i>Redundantes</i>	25
<i>Licenciatura</i>	3
<i>Fora do recorte cronológico (2008 – 2018)</i>	4
<i>Não abordam temática arquivística</i>	18
<i>Texto completo não disponível</i>	21
<i>Sem abordagem teórica sobre a gestão de documentos</i>	15
<i>Total</i>	86

Fonte: elaboração própria com base nos critérios de exclusão na base NDLTD.

A partir destas duas etapas preliminares de verificação (resumo e sumário), foram analisados todos os trabalhos em que a gestão de documentos constituía uma seção ou subseção do sumário, considerando que isto significa que há uma abordagem teórica possivelmente relevante para esta análise. A partir da identificação do sumário, os trabalhos que abordavam gestão de documentos foram analisados individualmente para verificação de possíveis abordagens sobre as três idades nos arquivos, assim como o ciclo de vida dos documentos.

No quadro a seguir (quadro 8), são relacionadas todas as dissertações analisadas neste eixo, na busca relativa ao termo *records management*, no período de 2008 a 2018 (perfazendo um total de 14 trabalhos).

Quadro 8: Dissertações de mestrado (2008 a 2018) para o termo *records management*

Título da pesquisa de mestrado	Autor	Ano
<i>Document management system in owner companies during project execution.</i>	<i>Wilson, Welma</i>	2010
O impacto da gestão de documentos no processo de produção digital da TV Senado.	Carvalho, Edna de Souza	2010

Além do que se vê: o uso e o pós-uso da informação orgânica arquivística	Ávila, Rodrigo Fortes de.	2011
<i>Investigation into the state of Digital Records Management in the Provincial government of Eastern Cape: a case study on the Office of the Premier.</i>	<i>Ndakasharwa Munetsi.</i>	2011
<i>Records management in government ministries in Swaziland.</i>	<i>Vusi W. Tsabedze</i>	2011
Um estudo sobre gestão de documentos arquivísticos digitais na administração pública federal brasileira.	Rocco, Brenda Couto B.	2013
O Arquivo Universitário e as suas diretrizes: um estudo de caso do Sistema de Arquivo da Unicamp (SIARQ).	Geronimo, Michele Brasileiro	2014
<i>The management of court records in Magistrate Court: A case of Middledrift Magistrate Court, Eastern Cape</i>	<i>Mafu, Ntombizandile Victoria</i>	2014
<i>Management of medical records for healthcare service delivery at the Victoria Public Hospital in the Eastern Cape Province: South Africa.</i>	<i>Mathebeni-Bokwe, Pyrene.</i>	2015
<i>Records Management and Electronic Records Management Opportunities and Limitations: A case study in Greek companies.</i>	<i>Manikas, Konstantinos.</i>	2015
Repositório arquivístico digital confiável para o patrimônio documental oriundo do processo judicial eletrônico.	Rodrigues, Mateus de Moura.	2015
Política de preservação digital: subsídios a partir da análise diplomática do histórico escolar da UFSM.	Pradebon, Daiane Regina Segabinazzi	2016
Modelação de Processos Aplicável à Verticalização de uma Solução de Software de Gestão Documental.	Correia, Edite Mafalda Gama	2017
Gestão documental e seus impactos: uma abordagem nos processos de auditoria.	Almeida, Maria Fabiana Izídio de.	2018

Fonte: elaboração própria com base nas pesquisas de mestrado identificadas na base NTDL D para o período de 2008 a 2018

No quadro 9, são relacionadas todas as teses de doutoramento, analisadas neste eixo, para a busca relativa ao termo *records management*, no período de 2008 a 2018 (total de sete trabalhos).

Quadro 9: Teses de doutoramento (2008 a 2018) para o termo *records management*

Título da pesquisa de doutoramento	Autor	Ano
A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina.	Santos, Paulo Roberto E.	2008
<i>The Long Reach of War: Canadian Records Management and the Public Archives.</i>	<i>Rose, Kathryn Elizabeth</i>	2012
Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)	Indolfo, Ana Celeste	2013
<i>The Emperor's New Clothes' Recordkeeping in a New Context.</i>	<i>Kallberg, Maria</i>	2013
<i>Managing records in South African public health care institutions: a critical analysis.</i>	<i>Adu, Kofi Koranteng</i>	2015
<i>A framework for management of electronic records in support of e-government in Kenya.</i>	<i>Ambira, Cleophas Mutundu</i>	2016

Fonte: elaboração própria com base nas pesquisas de doutoramento identificadas na base NDLTD para o período de 2008 a 2018

No quadro 10, encontram-se relacionadas, as pesquisas acadêmicas retornadas da busca relativa a *records life cycle*.

Quadro 10: Pesquisas de mestrado e doutorado selecionadas na busca pelo termo *records life cycle*.

Título da pesquisa de mestrado e de doutoramento	Autor(a)	Ano
Possíveis limitações ao ciclo vital dos documentos ante ao pós-custodialismo: o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação (mestrado)	Costa Filho, Cassio Murilo	2016
<i>The significance of records management to fostering accountability in the public service reform programme of Tanzania</i> (doutoramento)	<i>Ndenje-Sichalwe, Esther</i>	2010

Fonte: elaboração própria com base na coleta de dados na base NDLTD.

Para a análise das pesquisas identificadas na busca, foram verificadas as técnicas e ferramentas da análise de conteúdo, que, conforme explicitado por Laurence Bardin, “é um método muito empírico, dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação a que se pretende como objetivo”. A autora explica, ainda, que “Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (Bardin, 2016, pp. 32-33).

Optou-se por analisar exclusivamente as teses e dissertações, por considerá-las a fonte principal de produção científica, resultado de pesquisas mais aprofundadas em um determinado tema, produzidas com rigor metodológico, avaliadas e aprovadas por bancas examinadoras e com o ineditismo em seus objetivos de análise.

Portanto, um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos de observação e análise permitiram verificar as produções acadêmicas e descrever o conteúdo de suas mensagens, para identificar se a teoria das três idades é abordada nesta literatura e, em caso positivo, como a divisão dos arquivos é abordada pelos pesquisadores, uma vez que o objetivo principal desta análise de produções acadêmicas é perceber se a teoria das três idades tem sido trabalhada ou evidenciada pelos pesquisadores e, caso seja, como são feitas as abordagens nestes segmentos específicos de produção teórica arquivística.

O terceiro objetivo dedica-se, por fim, a discutir as diferentes perspectivas de aplicabilidade da teoria das três idades, plasmadas na literatura científica e evidenciadas a partir da análise dos dados, tentando perceber qual o estatuto da teoria das três idades no contexto de gerenciamento dos arquivos. Pretende-se contrastar a percepção sobre a teoria das três idades nos arquivos por diferentes autores e pesquisadores do campo arquivístico, evidenciando as confluências e dissonâncias a partir das diferentes exposições.

O desenvolvimento metodológico deste objetivo foi baseado na análise e confronto dos autores verificados na construção do primeiro e segundo objetivos. A partir do desenvolvimento histórico sobre o processo evolutivo das três idades e dos elementos identificados na coleta e análise de dados, foi possível confrontar as ideias e perceber os elementos incontornáveis à percepção teórica e prática sobre a divisão dos arquivos em

estágios de guarda. Tal busca foi revista constantemente, sendo somente esgotada quando os dados nos pareceram estar saturados.

A identificação e verificação de fontes ocorreram de forma constante e seu crescimento ocorre sempre que são identificados autores relevantes na temática da gestão de documentos, que podem contribuir para a compreensão da teoria das três idades relacionada com outros elementos, nos diferentes modelos de gestão de documentos.

O fluxo de análise e incorporação de fontes ocorre conforme descrito na figura a seguir.



Figura 5: Fluxo de análise e incorporação de fontes.
Fonte: elaboração própria.

Assim, neste tópico, foi possível confrontar elementos que identificam diferentes formas de consenso, ou dissenso, em torno da compreensão sobre a designação da teoria das três idades e, ainda, identificar diferenças e divergências nas percepções para que se possa compreender se há algum nível de consenso sobre o fenômeno.

Da análise emergiram dois pontos que precisaram ser explorados em duas vertentes:

1º) A forma de abordar as três idades nos arquivos: teoria, noção, modelo ou método

As diferentes formas de designar as três idades tendem a impactar a forma como são percebidas e aplicadas nos diferentes contextos. Por esta razão, partiu-se da identificação e análise do termo teoria desde sua aceção no dicionário da língua portuguesa até a definição de Karl Popper, no campo da filosofia.

2º) A tripla aliança formada pela teoria das três idades, o ciclo de vida dos documentos e o modelo de *records continuum*.

Durante todo o percurso da pesquisa, foi verificado o caminho incontornável de confrontar o conceito de ciclo de vida dos documentos com a teoria das três idades, uma vez que, em grande parte da literatura, foi identificado que os termos são tratados, em muitos contextos, como sinônimos, ainda que tal abordagem não seja consensual.

Assim, um outro elemento emergiu do paralelo entre os termos ciclo de vida e teoria das três idades: o modelo de *records continuum* como proposta alternativa ao *records life cycle*, que foi então confrontado, para compreender melhor a abordagem dos muitos autores analisados, ao utilizarem esse modelo como opção metodológica para tratamento dos arquivos.

Buscaram-se então, os autores identificados como idealizadores da proposta de *records continuum*, para melhor compreensão sobre a percepção desses autores acerca do que entendem por ciclo de vida e o que pretendiam com a nova proposta, bem como suas consequências para a teoria arquivística.

1.4.3. Procedimentos de análise e validação

Bauer e Gaskell (2012) afirmam que um dos pontos de maior dificuldade no percurso da pesquisa científica é definir qual o método mais adequado para responder seu problema de pesquisa e, conseqüentemente, justificar seus procedimentos metodológicos e sua análise sobre os dados encontrados.

No âmbito da pesquisa qualitativa, o método adequado direciona o olhar sobre os dados coletados e deve, portanto, oferecer instrumental coerente com os objetivos pretendidos.

Após explicitado o percurso percorrido pela coleta de dados para observação e exame das fontes, é preciso realçar o que é o potencial, mas também a sua dificuldade, nos estudos qualitativos: produzir uma quantidade densa em dados e possibilidades de manipulação para delinear e executar o estudo.

Bauer, Gaskell e Allum (2002) explicam que as pesquisas sociais estão apoiadas sobre evidências desta realidade (a social). Destas evidências, citam as comunicações, os registros produzidos por diferentes atores de uma dada realidade. Os autores explicam, ainda, que estas comunicações podem ser informais (as não explícitas e sem exigência de conhecimento especializado e específico) ou formais (que requerem domínio prévio da temática e domínio da técnica de comunicação).

Os dados coletados e analisados – produzidos por diversos autores, pesquisadores e profissionais do campo arquivístico – constituem, portanto, fontes no domínio da comunicação formal (nomeadamente publicações arquivísticas, como livros, artigos e pesquisas científicas, assim como registros de atividades institucionais e atos regulatórios), que, no escopo desta pesquisa, cumprem a função de subsidiar a percepção sobre as formas de abordagens acerca de um termo e de um conceito específico do campo arquivístico: a teoria das três idades.

Dentre os métodos possíveis para a análise qualitativa, percebe-se que a análise de conteúdo fornece as possibilidades de um olhar mais adequado às pesquisas em ciências sociais, correspondendo à análise qualitativa do conjunto de assuntos, conceitos, temas e ideias expressos nos documentos.

Para Laurence Bardin (2016⁸), a análise de conteúdo corresponde a dois objetivos: o de transpor, de ultrapassar o limite das incertezas, em que o pesquisador questiona a si próprio se irá encontrar de fato o que pretende nas fontes que escolheu, para compor o

⁸ A versão original de Laurence Bardin, sob o título *L'Analyse de Contenu*, foi publicada em francês no ano de 1977. A publicação consultada é a traduzida para o português e publicada pela Edições 70 no ano de 2016.

universo de pesquisa; e também o alcance do fator enriquecedor que tem a leitura, quando elas permitem descobertas que confirmam ou não o que se pretende demonstrar com o trabalho, mas independente disso, esclarecem cenários dos quais não se tinha conhecimento anterior.

Destes dois polos de objetivos, Bardin explica que a análise de conteúdo possui então, duas funções. Uma primeira exploratória, em que se caminha sem saber exatamente aonde se vai chegar, e a que define como administração de prova, onde a análise sistemática caminha no sentido de verificar uma formulação prévia. Vale esclarecer, no entanto, que a autora coloca as duas funções como eventualmente complementares, a depender do tipo de pesquisa e do terreno em que se caminha.

Assim, Bardin define então a análise de conteúdo, não como um único instrumento, mas como um conjunto de ferramentas, possibilidades, ou como afirma: “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2016, p. 44).

A análise de conteúdo contribui aqui, portanto, para a revelação de variados elementos sobre os fatos, sobre a realidade arquivística expressa pela literatura. Descortina o cenário e permite que se possa jogar luz sobre esta realidade, interpretar e criar inferências a partir daí.

Marconi e Lakatos (2010) explicam que há uma relação de interdependência constante entre fato e teoria, razão pela qual seus elementos e variáveis levam a revisitar constante de um e de outro – fato (realidade) e teoria. Assim, a exploração da literatura arquivística permite que o trânsito entre as várias formas de percepções e interpretações sobre as realidades arquivísticas.

Após a seleção das fontes para compor o campo de estudo, estas foram divididas em dois grupos (caracterizados por similaridade de produção e conteúdo):

- a) Grupo de fontes 1: composto pelas fontes bibliográficas (livros, artigos, estudos e pesquisas acadêmicas); e

- b) Grupo de fontes 2: composto pelas fontes documentais (legislação, relatórios e manuais institucionais).

A primeira fase de análise (denominada pré-análise), realizada após a seleção das fontes especificadas na coleta de dados, partiu de uma leitura menos profunda dos materiais, com análise de resumos, sumários, busca de termos, verificação de ocorrências, definições, temática e incidências de abordagens.

A partir desta pré-análise, foi possível identificar quais fontes precisavam ser analisadas com profundidade e chegou-se, então, à segunda fase: a análise propriamente dita. Nesta etapa, os dois grupos de fontes foram analisados exaustivamente, verificadas as ocorrências, termos, formas de abordagens e eventuais relações conceituais com outros termos e conceitos.

O último passo é a interpretação dos dados verificados e a construção de inferências para, em seguida, serem incluídas na construção da análise, o que se considera como fase 3 nas etapas de análise das fontes.

A figura a seguir representa os passos percorridos para verificar os grupos de fontes (bibliográficas e documentais), buscando identificar elementos que permitam compreender a forma como a teoria das três idades é abordada em contextos diversos.

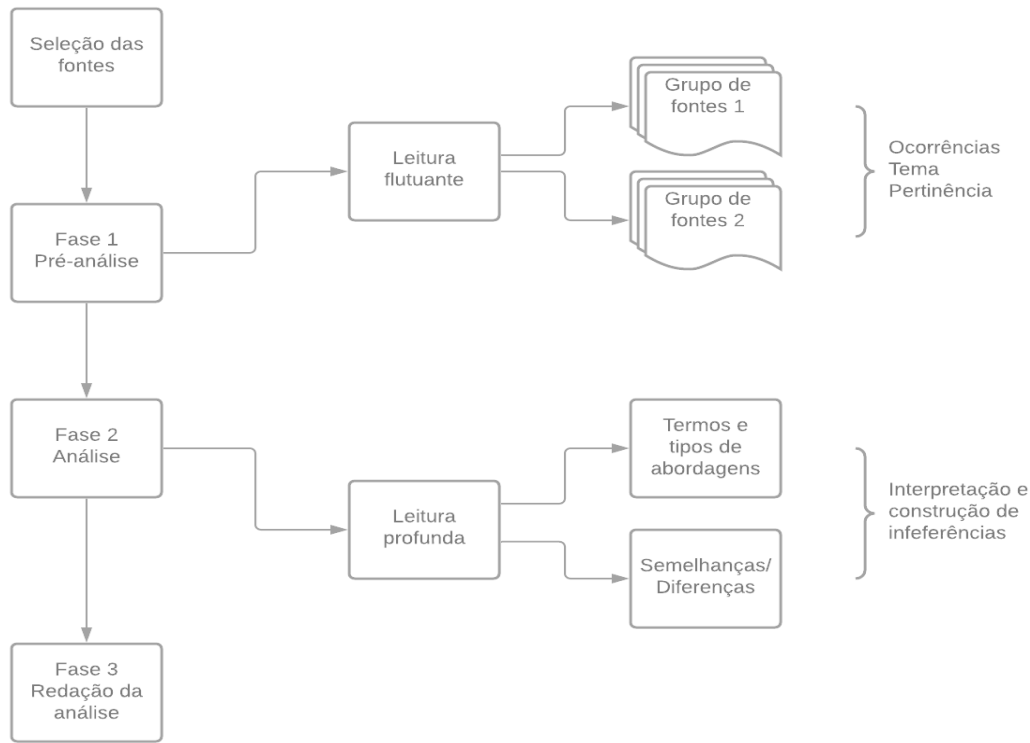


Figura 6: Verificação e análise das fontes

Fonte: elaboração própria com base nas etapas percorridas para análise dos dados

A pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais pode lidar com grande quantidade de dados e imenso esforço na organização da análise, para extração de sentido e construção narrativa, com base nos elementos diversos evidenciados pela verificação. Assim, percebe-se que esta estratégia cumpre a função de instrumentalizar a pesquisa, explorando seu potencial de extração de dados e significados.

Tais elementos, neste trabalho, estão expressos nas fontes selecionadas por um conjunto de expressões que permitem, com a análise textual e interpretação, percorrer o conjunto de dados destinados à verificação do conteúdo.

Com a seleção, coleta e, posteriormente, análise das fontes bibliográficas e documentais, é possível perceber a adequação dos métodos e técnicas selecionados para a pesquisa, uma vez que correspondem ao preenchimento da lacuna de compreensão relativa ao objeto de estudo.

Assim, as fontes verificadas, a partir da análise e interpretação dos textos, dividem-se, então, precisamente, em três grupos, a partir da análise e interpretação sobre o uso, orientação, ou definição para a divisão dos arquivos em idades corrente, intermediária ou permanente.

O primeiro grupo compreende as fontes que citam ou explicam que os conjuntos de documentos se dividem de acordo com o seu uso e tempo de guarda, ainda que sem determinar um termo específico para designar tal divisão. Neste conjunto de fontes, a percepção sobre a adoção teórica das três idades é identificada a partir de termos correlatos, conforme explicado anteriormente na coleta de dados.

O segundo grupo explica a teoria das três idades, mas o termo utilizado para defini-la é ciclo de vida dos documentos. No caso destas fontes, portanto, os autores percebem os dois termos como sinônimos.

O terceiro grupo utiliza o termo teoria das três idades conceituado como a divisão de arquivos em fases ou idades corrente, intermediária e permanente, reconhecendo o termo teoria para designar a adoção da divisão dos arquivos em etapas diferentes.

Os elementos percebidos na análise estão evidenciados, explorados e comparados, considerando seus respectivos contextos, na seção relativa à análise dos dados, que, em termos práticos, materializa-se nos capítulos 4 e 5 desta pesquisa.

2. AS TRÊS IDADES DOS ARQUIVOS: POSSÍVEIS ORIGENS E PERCURSOS

Pretende-se nesta seção contextualizar o fenômeno da teoria das três idades em uma perspectiva evolutiva, a partir da literatura arquivística, identificando suas características, argumentos e interpretações, a partir de uma análise exploratória de duas fontes principais: bibliográfica e documental.

O uso das três idades nos arquivos é reconhecido pela literatura da área como a prática de separar os conjuntos de documentos arquivísticos produzidos por uma instituição entre os documentos em uso pelos setores que os produziram, os documentos com pouca frequência de uso, porém ainda úteis ao cumprimento de suas ações geradoras e os documentos que serão mantidos definitivamente.

Antes de buscar especificamente o termo e o conceito das três idades nos arquivos ou de teoria das três idades, pretende-se explorar os principais autores e publicações no campo dos arquivos, tentando compreender melhor em que momento e contexto essa prática de dividir os arquivos em idades, caracterizados por diferentes estágios de guarda, foi reconhecida e disseminada como uma nova concepção para a administração e organização dos arquivos.

Segundo a literatura da área, de forma mais ampla, essa separação foi pensada como forma de otimizar os recursos gastos com a manutenção de documentos de arquivo. Não por acaso, rastrear essa prática de dividir os arquivos em fases requer percorrer também a trajetória da gestão de documentos. Antes de uma nova fase ser implantada, a intermediária, já havia duas outras fases para os arquivos: a administrativa e a histórica. Consequência de uma parte da história dos arquivos — entre os séculos XVI e XVIII — que, segundo Paul Desalle (1998), é uma fase “crucial”, pois refere-se ao período de centralização dos

arquivos. A própria existência desta separação de arquivos entre administrativos e históricos já se constitui como um elemento indicativo para nossa análise e compreensão.

2.1. Primeiros passos: os *records* e os *archives*

Enquanto em muitos países, como França, Espanha, Portugal, Brasil e Colômbia, a definição de arquivo engloba todos os documentos produzidos por uma organização ou pessoa, pública ou privada, independentemente da fase de tratamento em que esteja. Para países como os Estados Unidos e Canadá, cuja influência sobre a gestão de documentos que conhecemos é percebida em diversos outros contextos, o arquivo é considerando apenas o acervo destinado a guarda definitiva (ou permanente). Para o *National Archives and Records Administration* a definição de arquivo identifica

An archives is the repository of the permanently valuable records of an organization. Such records are traditionally transferred to an archives, both physically and legally, when the organization that created them no longer needs them in the course of business. Archival records then become available to researchers who use them not only to document the history of the organization that created them but also to research the society of which that organization is part (National Archives and Records Administration, [s.d.]-a).

Os estágios anteriores, como se pode perceber, não são considerados como arquivo. Pode vir a ser arquivo após o processo de avaliação, ou não. Para os estágios anteriores dos documentos, os conjuntos de documentos são denominados *records*. O NARA, também em seu sítio na web, baseado na definição constante da legislação do país, define *records* como “all recorded information, regardless of media or characteristics, made or received and

maintained by an organization or institution” (National Archives and Records Administration, [s.d.]-b).

Eric Ketelaar, em um estudo RAMP sobre legislação e regulamentos para os arquivos e a gestão de documentos, afirma que em vários países é feita a distinção entre *records* e *archives*.

Records may be defined as recorded information regardless of form or medium created, received and maintained by an agency, institution, organisation or individual in pursuance of its legal obligation or in the transaction of business of any kind.

Archives are a function of the records of an organisation or person. They may be defined as non-current records permanently preserved, with or without selection, by those responsible for their creation or by their successors in function for their own use or by an appropriate archival repository because of their archival value (Ketelaar, 1985, p. 6).

A distinção evidenciada por Ketelaar compreende os registros fora do escopo arquivístico. Desta forma, um primeiro indício para entender a divisão em fases dos arquivos tal como se conhece hoje pode estar relacionada à distinção entre *records* e *archives*. Tal separação têm impacto não apenas na prática de gerenciamento dos arquivos, mas principalmente no campo teórico onde a adoção de termos e conceitos, se realizada de forma descontextualizada, tende a produzir efeitos que comprometem a adoção de determinados modelos. Conforme destaca P. R. E. Santos

Se por um lado, o crescimento da produção documental e a evolução tecnológica colocavam desafios de ordem prática, a definição da arquivística logo se colocou como um problema teórico e prático. A separação que se estabeleceu entre os conceitos de *records* e de *archives*, sobretudo nos países anglo-saxões, acabou por gerar novas preocupações de caráter teórico e por fomentar, a partir dos anos 60, o debate em torno do que deveria ou não ser considerado material de arquivo (2010, pp. 72-73).

A distinção evidenciada por P. R. E. Santos não é somente um problema de ordem prática, na medida em que identifica campos e profissionais distintos. Reflete também uma questão cujo desdobramento implica na percepção sobre a teoria das três idades como referência para o gerenciamento dos arquivos.

Esta distinção perpassa, ainda, outras questões e propostas apresentadas pela literatura e reproduzidas por atores deste cenário como possibilidades e perspectivas mais amplas do que as conhecidas em seus universos arquivísticos. A arquivologia integrada proposta por Couture e Rousseau e o modelo de *records continuum* proposto por Upward e McKemmish são exemplos destes desdobramentos (Rousseau & Couture, 1998). O *records continuum* será discutido mais adiante. Por enquanto, nos prenderemos à distinção entre *records* e *archives* e seu impacto na concepção da gestão de documentos e, conseqüentemente, o ciclo de vida dos documentos e, especificamente, na construção da teoria das três idades.

O estudo RAMP, desenvolvido por Peter C. Mazikana no início dos anos de 1990, trazia em seu escopo algumas explicações contextuais do universo arquivístico, sem deixar de reconhecer que não são questões aceitas universalmente, Mazikana explica que as distinções entre *records* e *archives* nem sempre existiram, nem se pode dizer que sejam universalmente aplicáveis, pois há uma grande variedade de percepções sobre o que os constitui. Para o autor, o termo arquivo tem origem na Grécia antiga, onde *archeion* era o termo utilizado para fazer referência aos documentos pertencentes a um escritório governamental. Entretanto, explica Mazikana, seu uso mudou ao longo do tempo e, atualmente, é utilizado para designar um edifício ou uma unidade de guarda de arquivos, uma agência ou unidade administrativa responsável pela administração dos arquivos (Mazikana, 1990).

Já consta da literatura arquivística que a origem dos arquivos está relacionada à formalização de atos e negociações. Pela necessidade de registrar o que antes era mantido em acordos e com auxílio de testemunhas, incluídas aí as relações diplomáticas. Essas “necessidades práticas” apontadas por Calvet (Calvet, 2011) são também relacionadas por Goody (1986), seja pelas necessidades práticas imediatas de rotina, seja por relações

diplomáticas e questões políticas. O autor explica o surgimento da escrita intimamente relacionado ao surgimento da burocracia, pois “A escrita não era essencial ao desenvolvimento do estado, mas de um certo tipo de estado, o burocrático” (Goody, 1986, p. 111).

Portanto, ao longo de sua história os arquivos eram formados tendo em vista o seu papel probatório, geralmente relacionado à manutenção dos direitos e privilégios das elites e da nobreza, e dos deveres dos governados. Ou seja, “e l’Antiquité à la Révolution française, les archives étaient des actes notariés qui servaient d’abord aux différentes institutions et aux personnes à prouver leurs droits” (Kern, Holgado e Cottin, 2015, p. 44). Este caráter probatório, evidenciando a natureza exclusivamente administrativa dos arquivos prevaleceu por muitos anos (Duranti, 2007; Mendo Carmona, 1995; Rondinelli, 2002).

Casanova aponta que, entre os séculos XVI e XVII, os documentos contidos nos arquivos começaram a receber atenção especial dos historiadores. Os documentos antigos passaram a ter o reconhecimento de fonte para a compreensão do passado, fato que impulsiona a necessidade de os historiadores pleitearem direito de acesso aos registros para realização de estudos sobre a história. Paul Delsalle (2018, p. 131) reforça essa explicação

This period marks the start of enquiry into the theory and practice of archives administration, of thinking about, of thinking about the use of archives and of the best ways of managing them. Throughout Europe, chanceries and archives started to divide into separate entities, the former creating the records and the latter keeping them (Delsalle, 2018).

Apesar de algumas iniciativas, como pontua Delsalle, até o fim do século XVIII, mantinha-se, de um modo geral, a percepção e utilização dos arquivos apenas pela administração que o tinha gerado, como instrumento de governança, com acesso restrito e previamente autorizado. Porém, as diversas transformações sociais trazidas à Europa, pelo século das luzes, tiveram impacto também na forma como os arquivos eram percebidos pela sociedade. Diferentes percepções dão conta de explicar tais transformações no universo arquivístico.

Ao examinar a trajetória percorrida pelo arquivo entre deixar de ser somente o local de guarda dos documentos para ser reconhecido (com a mesma nomenclatura) como o conjunto de documentos que era mantido nestes locais, Duranti aponta para a consequência deste movimento, que viria a resultar na diferenciação entre “*records*” e “*archives*”.

While the diplomatists, who examined documents preserved in archival places, called them all “archival documents,” jurists of both Latin and German tongue would distinguish between “acts” (i.e., the documents that have not yet passed the archival threshold) and “archival documents” (i.e., the documents that have passed the archival threshold). This of course did not create any problem until the French revolution, because the documents were kept and used for the same reasons for which they were generated, and by the same juridical persons (Duranti, 2007, pp. 452–453).

Duranti explica que, apesar da diferenciação de termos ter sido adotada por juristas latinos e alemães⁹, tal fato não produzia efeitos na prática dos arquivos, enquanto os documentos lá depositados não tinham uso diferentes daqueles para os quais foram produzidos. Este uso para fins diferentes dos quais foram criados, e por outros interessados que não exclusivamente os produtores, é exatamente um dos eixos de fundamentação básica na constituição dos *archives* (ou dos arquivos permanentes). A autora aponta, ainda, que o termo arquivo, utilizado também para designar o local de guarda, é consolidado no século XVIII.

Por um lado, de acordo com Duranti (2007), a distinção entre documentos e documentos de arquivo não significou nenhuma alteração profunda neste contexto, até que a Revolução Francesa abriu uma brecha ao novo mundo, também para a história dos arquivos, conforme afirma Brenneke (1967)¹⁰, pois este momento histórico

⁹ Segundo Silva (2017) no período de guerras e conflitos territoriais, a movimentação de arquivos e as discussões sobre a territorialidade destes conjuntos levaram juristas e profissionais da administração a desenvolver os primeiros aportes da literatura arquivística utilizando o direito romano para fundamentar “as prerrogativas de instituir um arquivo e como os documentos ali reunidos podem ser considerados autênticos” (2017, p. 123)

¹⁰ A publicação utilizada na pesquisa é a versão italiana, publicada em 1967. A publicação original de Adolf Brenneke, *Archivkunde - Ein Beitrag zur Theorie und Geschichte des europäischen Archivwesens*, foi publicada em 1953.

creò i presupposti per ciò che noi possiamo considerare l'impronta caratteristica del nuovo periodo archivistico: la raccolta degli atti di archivio nel moderno archivio di concentramento, l'autonomizzazione dell'amministrazione archivistica, costituita in ramo amministrativo specifico, la pubblicità degli archivi ed il loro organico collegamento con gli uffici e con le loro registature, nonché l'organizzazione della loro utilizzazione per fini scientifici (Brenneke, 1967).

Posner (1940), no artigo *Some Aspects of Archival Development from the French Evolution*, analisa alguns dos impactos da Revolução Francesa no campo dos arquivos. Assim como Brenneke, Posner avalia que a Revolução Francesa marca o início de uma nova era na administração dos arquivos. O autor indica, ainda, três pontos os quais considera as principais consequências do evento para os arquivos.

O primeiro ponto, a criação do Arquivo Nacional francês, com a centralização de responsabilidade sobre os diversos depósitos de arquivos existentes na França, que foram então definidos como arquivos departamentais. O segundo efeito, apontado pelo autor, foi o reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre os documentos do passado, ainda que, nos primeiros anos de revolução, tenha sido instituída a destruição de imensa quantidade de documentos históricos que eram relativos ao regime feudal. O terceiro impacto foi a determinação legal de abertura dos arquivos ao público (Posner, 1940, pp. 161-162).

A formação dos estados nacionais, e a conseqüente criação de diversas instituições públicas, acarretou também na ideia de criação de uma instituição centralizadora dos arquivos produzidos pelo Estado. Até a Revolução Francesa, existiam mais de 400 depósitos de arquivos espalhados por Paris e, em toda a França, somavam-se mais de 1.000 depósitos (Mariz, 2005, p. 49).

A criação de uma instituição arquivística que fosse responsável por centralizar todos os documentos, produzidos pelo Estado francês, trouxe consigo a ideia de que os arquivos deveriam estar reunidos e disponíveis para acesso da sociedade.

Estabeleceu-se o quadro de uma gerência de arquivos públicos de âmbito nacional: o Arquivo Nacional passou a ser um órgão central dos arquivos do Estado, ao qual se subordinaram os depósitos existentes. Pela primeira vez uma administração orgânica de arquivos englobou toda a rede de depósitos (Mariz, 2005, p. 50).

Por ter impactado de diferentes formas e causado diversas transformações, no âmbito arquivístico, este período representou um marco na história dos arquivos, tanto pela criação do Arquivo Nacional francês, que imprimiu um modelo institucional posteriormente seguido por muitos arquivos nacionais pelo mundo, quanto pelo princípio de acesso aos arquivos estabelecido a partir da Revolução Francesa.

Posner afirma também que “The French had established a central archives depository for the noncurrent records of central agencies and Archives Departementales for such records of the administrative sections of the state. Most of the other countries found it convenient to imitate this organization” (Posner, 1940, p. 163). Assim, é possível verificar que este período de significativas mudanças representou também um momento de profundas rupturas. O estabelecimento de uma instituição responsável por custodiar os documentos considerados representativos da história francesa teve consequências, conforme explica Duranti.

As a consequence, the records created prior to the Revolution and not necessary to the current administration of the new state, were concentrated in the National and departmental archives (departments are regional governments in France) and open to consultation, while records still active were maintained in the offices of the new administration and kept secret. This determined a material and theoretical distinction between administrative and historical archives, which is still present in Romance countries and corresponds to the German distinction between *registratur* and *archiv* and the Anglo-Saxon distinction between records and archives (Duranti, 1989b, p. 8).

Por um lado, criação do Arquivo Nacional francês representou uma grande mudança na história dos arquivos, pois significou a criação de um modelo de instituição arquivística

bastante comum ainda nos dias atuais. Um modelo de instituição responsável por centralizar, custodiar, organizar e preservar toda a documentação produzida pelo Estado é produto dos ideais da Revolução Francesa.

Por outro lado, conforme destaca Duranti (2007), este não foi exatamente um período muito feliz para os arquivos, pois, neste mesmo período, a destruição dos arquivos administrativos alterou profundamente o perfil dos conjuntos de documentos franceses, imprimindo a estes um papel exclusivamente de arquivo histórico.

Este desenvolvimento de um novo perfil, que não somente o administrativo, dos arquivos foi também resultado da Revolução Francesa, conforme destaca M. da Silva (2017, p. 144). “Com a Revolução Francesa e o desenvolvimento da historiografia voltada para as fontes do passado, os arquivos que eram estreitamente vinculados à administração estatal, se tornam arquivos históricos e perdem sua função administrativa e legal” (M. da Silva, 2017).

Esta percepção dos arquivos como fonte de conhecimento histórico fez com que os acervos fossem subtraídos de seus organismos geradores para serem incorporados a instituição arquivística criada na França, para atender à nova demanda da sociedade por conhecimento sobre sua própria história. Conforme indica Duranti (2007, p. 454)

However, the documents created by living bodies were for the first time subtracted to a controlled procedure aimed to ensure the reliability of their creation and the authenticity of their transmission and preservation, and were kept by the creators or their successors until old age transformed them into sources for history. The dichotomy between administrative and historical archives was born.

A criação do Arquivo Nacional francês, não obstante tudo o que ele representou enquanto modelo institucional para os diversos arquivos do mundo, significou também uma ruptura brusca que viria a impactar, de forma definitiva, nas teorias e práticas arquivísticas. Constituiu também uma divisão de responsabilidade e guarda para os documentos criados até a Revolução Francesa, considerados históricos, e os criados a partir daquele momento, como os documentos administrativos.

A terceira, das três principais consequências indicadas por Posner, é a abertura dos arquivos ao público. A ideia de que os historiadores precisavam ter acesso aos registros antigos se torna mais ampla com a chegada do século XVIII, o século das luzes, onde as transformações na sociedade tiveram grande impacto na manutenção e uso dos arquivos. Sousa analisa as reflexões de Duchemin (1983) e conclui a apontar que

Essas transformações na manutenção e utilização dos arquivos possui uma relação direta com o fim do regime absolutista e tem como consequência uma abertura gradativa dos arquivos para o acesso ao público. O reconhecimento da importância dos documentos para a sociedade foi uma conquista da Revolução Francesa, que gerou importantes realizações no campo arquivístico: criação de uma administração nacional e independente dos arquivos; proclamação do princípio de acesso do público aos arquivos; reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor do passado (Sousa, 2004, p. 107).

Com a Revolução Francesa, os arquivos deixaram de ser percebidos apenas em suas funções puramente jurídica e administrativa e passaram a ser considerados fundamentais não apenas à manutenção dos direitos da nobreza, mas a toda a sociedade. De acordo com Schellenberg

Durante toda a Revolução Francesa, os documentos foram considerados básicos para a manutenção de uma antiga sociedade e para o estabelecimento de uma nova. Os documentos da sociedade antiga foram preservados, principalmente e, talvez, sem essa intenção, para usos culturais. Os da nova sociedade o foram para proteção de direitos públicos. O reconhecimento da importância dos documentos para a sociedade foi uma das grandes conquistas da Revolução Francesa (Schellenberg, 2002, p. 27).

Este reconhecimento, de que o Estado deveria ser o responsável pela manutenção e acesso aos documentos por ele produzidos, pode ser considerado um marco não apenas na história dos arquivos ou na evolução do papel dos arquivos como fonte para o estudo e

compreensão da história, mas também para a percepção de que os arquivos possuíam momentos distintos entre produção, manutenção e acesso aos documentos. Santos aponta que

A Revolução Francesa foi um marco na conceituação, organização, tratamento e uso dos arquivos. No século XVIII os arquivos públicos ainda eram entendidos no âmbito restrito da administração pública.

[...] Durante a Revolução Francesa proclamou-se um princípio fundamental que só algumas décadas depois teria desdobramentos: o de que os arquivos, propriedade da Nação, deveriam ser postos à disposição dos cidadãos (P. R. E. dos Santos, 2010. p. 67).

Os arquivos, que até então serviam somente ao Estado e à manutenção de privilégios das elites, a partir do século XVIII, passaram a ser usados por grupos de pesquisadores e intelectuais que teriam o privilégio de ter acesso aos registros do passado e comunicá-los à sociedade. Apesar de um novo princípio de acesso aos arquivos, aprovado pelo artigo 37 da Lei do 7 Messidor¹¹, avanços e retrocessos foram registrados nos períodos que se seguiram à Revolução Francesa.

Assim, pode-se compreender que as três principais consequências do período revolucionário francês, indicadas por Posner (1967), relacionam-se de forma mais ou menos direta com a construção da ideia de que os arquivos cumprem diferentes fases ou etapas durante sua existência. Primeiro, por ser percebido que os documentos podem possuir interesses outros que não somente o de cumprir a finalidade para o qual foram criados. Segundo, conforme aponta Duranti (2007), pela ruptura criada entre os arquivos gerados pela administração — que seriam mantidos por esta — e os documentos antigos mantidos pelo Estado, em uma instituição criada para esta finalidade.

É bastante evidente que esta diferenciação entre *records* e *archives* desenvolveu-se de formas distintas em determinados contextos arquivísticos. Entretanto, alguns países

¹¹ A Lei do 7 Messidor foi promulgada em 25 de junho de 1794, durante a Revolução Francesa, e estabelecia que todos os documentos dos arquivos nacionais franceses deveriam ser de livre acesso a todos os cidadãos que solicitasse acesso (Duchain, 1983, p. 3).

deixaram essa separação mais evidente não apenas na teoria, mas também na prática arquivística.

No momento em que os arquivos deixam de servir somente aos seus produtores e são percebidos como fonte de conhecimento para a história da sociedade, cria-se uma separação que pode ser reconhecida como uma primeira base do que futuramente viria a ser as três idades nos arquivos. Esta separação, entre os documentos que serviam à administração e os arquivos que serviam à história, cumpriu o entendimento do que viriam, mais tarde, a ser dois dos três estágios, da teoria das três idades — o arquivo corrente que serve à administração e o arquivo permanente como o que serve à compreensão histórica, ou como se conhece na língua inglesa, os *records* e os *archives*.

Essas alterações no perfil, em função da percepção dos arquivos como fundamentais para a sociedade e sua compreensão da história, a responsabilidade do Estado sobre estas fontes e a criação de uma instituição responsável por manter e preservar fontes históricas para gerações futuras, assim como outras alterações resultantes da Revolução Francesa, trouxeram aos arquivos significativas transformações no percurso.

Conforme explicado por Duranti, essas mudanças representaram, para o campo arquivístico, uma transformação que ainda se mantém nos dias atuais, no contexto anglo-saxão. A separação entre *records* (documentos em fase corrente ou intermediária) e os *archives* (arquivos permanentes) atende não somente à distinção do perfil profissional que deverá atuar em cada uma das fases, mas também pressupõe funções e responsabilidades distintas para quem atua em cada uma destas fases. Esta distinção explicada por Duranti não aparece, no entanto, em uma das publicações mais clássicas do campo arquivístico.

O manual dos arquivistas holandeses, publicado em 1898 é considerado por Paul Delsalle (2018) como o primeiro manual a sistematizar orientações para gestão de arquivos e é também, segundo o autor, o manual de maior abrangência até então (foi traduzido em diversos idiomas, como alemão, italiano, francês, espanhol e português, o que ocorreu em momentos distintos de acordo com iniciativas de diferentes países).

A publicação de Muller, Feith e Fruin não aborda o termo *records*, assim como também não identifica a distinção para os *archives*. Ao discutir a origem e composição dos

arquivos, os arquivistas definem arquivo como “o conjunto de documentos escritos, desenhos, material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário” (1973, p. 13). Entretanto, a distinção que não está evidente na obra dos arquivistas holandeses, é discutida por *Sir Hilary Jenkinson*.

Jenkinson (1966), cujo manual foi originalmente publicado em 1922, para discutir o que são os arquivos, ressalta logo de início a distinção entre *records* e *archives* para a compreensão mais ampla (ainda que mais adiante aproprie-se do termo *document* para designar sob sua perspectiva tudo o que contempla os *records* e os *archives*) e afirma que

We are faced at once with the necessity of choosing a nomenclature and fixing a definition. With regard to the name, we have a choice between Records and Archives. The first of these is highly technical and narrow in its correct sense and exceedingly loose in its ordinary usage. There is little doubt that we must adopt the second Archives which has the advantage of being common to many languages (Jenkinson, 1922, p. 2)

É importante lembrar que o *Manual of Archives Administration*, de *Sir Hilary Jenkinson*, reflete seus muitos anos dedicados ao *Public Record Office*, cuja atuação foi muito dedicada a acervos medievais. A obra foi originalmente publicada em 1922 e aponta para uma preocupação de Jenkinson que é bastante oportuna ainda para os dias atuais, ainda que se reconheça a distinção entre *records* e *archives* naquele contexto, o termo arquivo é o mais comumente adotado em muitos idiomas.

Contemporâneo de Jenkinson, outro dos autores mais clássicos do pensamento arquivístico que abordou a distinção entre *records* e *archives* foi o italiano Eugenio Casanova, cuja publicação de 1928, *Archivistica*, deixava clara a distinção, ao seu ver óbvia, entre *registrazione* e *archivio*

Checché altri sostenga, quelle due funzioni della registrazione e dell'archivio sono assolutamente fra loro distinte. La prima riguarda tutti gli atti che concernono l'attività

dell'amministrazione, mentre quest'alriceve, listudia, lispedisce; l'archivio custodisce quell'iche la medesima amministrazione ha già ricevuto, studiato concluso, ma de'quali reputa conveniente conservare memoria. Entrambe, però, sono fra loro intimamente connesse; ed entrambe si ritrovano presso tutte le amministrazioni moderne, grandi o piccole, che siano (Casanova, 1928, p. 136).

Do lado americano, o autor cuja publicação também se tornou um clássico na literatura arquivística e que não só abordou a distinção entre *records* e *archives*, como também fundamentou propostas metodológicas de tratamentos dos arquivos nessa distinção, foi T. R. Schellenberg. Suas reflexões, publicadas originalmente em 1956, na obra *Modern Archives — Principles e Techniques*, são amplamente discutidas pelos mais diversos autores do campo arquivístico dada a sua enfática distinção entre os *records* e os *archives*. Tal diferenciação fica evidente a partir da adoção de definições distintas para *records* e *archives*.

No percurso para definir o termo *archives*, Schellenberg reconhece a existência de diferentes acepções para o termo nos vários países e esclarece, ainda, que estas diferenças são necessárias para que se adequem as definições às diferentes realidades arquivísticas. Para o autor, “The definition may be modified in each country to fit its particular needs. The definition that is adopted should provide a basis on which archivists can deal effectively with the materials produced by the government they serve” (Schellenberg, 2003). O autor explica, por exemplo, que uma definição de arquivos para quem trabalha com documentos medievais será diferente da definição de arquivos para quem trabalha com documentos modernos.

Mais adiante, Schellenberg afirma que o maior problema dos arquivistas modernos é “to select archives for permanent preservation from among the mass of official records created by public (or private) institutions of all kinds” (grifo nosso). Para seguir sua análise o autor define *records* como:

All books, papers, maps, photographs, or other documentary materials, regardless of physical form or characteristics, made or received by any public or private institution in

pursuance of its legal obligations or in connection with the transaction of its proper business and preserved or appropriate for preservation by that institution or its legitimate successor as evidence of its functions, policies, decisions, procedures, operations, or other activities or because of the informational value of the data contained therein (2003, p. 16).

Enquanto para o termo *archives*, o autor define como “Those records of any public or private institution which are adjudged worthy of permanent preservation for reference and research purposes and which have been deposited or have been selected for deposit in an archival institution”. O autor destaca, no entanto, que, para ser considerado arquivo, os documentos precisam ter valores diferentes daqueles para os quais foram produzidos.

A separação entre *records* e *archives* por Schellenberg evidencia, portanto, uma outra perspectiva defendida pelo autor e vastamente difundida na comunidade arquivística: a utilização do método de avaliação de documentos a partir da identificação de valores primários e secundários. Para o autor, somente após um processo de avaliação e identificação do valor secundário, um documento irá compor os *archives*, dada sua importância como prova ou de fonte para pesquisa.

Para Livelton (1996), a separação apresentada por Schellenberg entre *records* e *archives*, coloca o segundo grupo em uma categoria especial e diferenciada resultante do primeiro e ressalta que a argumentação do arquivista americano tinha o claro objetivo de separar os *records* e os *archives*, respaldando-se na necessidade de preservação para fins de pesquisa, como o caráter específico e diferenciado destinado apenas aos *archives* (Livelton, 1996).

Diversos autores, como Livelton (1996) e Cook (1997), questionam a distinção que afirmam ter sido criada por Schellenberg entre *records* e *archives* (Parkinson, 1993). No entanto, de acordo com o que se pode constatar, a partir da análise de Duranti (2007), conforme citado anteriormente, como consequência da Revolução Francesa e da criação do Arquivo Nacional francês no universo arquivístico, na prática, esta separação é bem anterior à publicação de Schellenberg. O que o autor fez foi consolidar em uma construção teórica

o que já ocorria na prática e, conseqüentemente, difundir esta separação, dada a ampla repercussão de sua publicação.

Para Mazikana, as diferenças que existem na terminologia arquivística podem parecer insignificantes e artificiais, mas, na realidade, têm considerável influência na forma como os custodiadores de documentos, arquivos e as próprias instituições arquivísticas, percebem seus papéis e responsabilidades com os arquivos. Segundo o autor, são diferenças que, nas décadas de 1950 e 1960, distinguiram os trabalhos e reflexões de Jenkinson e Schellenberg. Explica, ainda, que em termos cronológicos, históricos e geográficos, os autores refletiram as diferenças na prática entre a escola de pensamento arquivístico tradicional, representada por aqueles com longa tradição na criação e manutenção de documentos, e aquelas sociedades estabelecidas mais recentemente, criadas nos últimos quatro ou cinco séculos. Mazikana destaca que essas diferenças determinaram a definição e o escopo do trabalho arquivístico, assim como as atividades e serviços que esperam dos arquivistas, ressaltando que, em muitos aspectos, eles são centrais e críticos para a lacuna que existe atualmente entre os produtores e os custodiadores dos arquivos (Mazikana, 1990).

O impacto das reflexões e propostas de Schellenberg, em meados dos anos de 1950, não foi apenas na consolidação da divisão entre *records* e *archives*, a partir da identificação de valores primários e secundários de documentos de arquivo, mas também no campo profissional, uma vez que as atribuições são claras e distintas para os responsáveis pela gestão dos documentos, os *records managers*, e para os responsáveis pelos arquivos, os *archivists*. Segundo Parkinson, “by distinguishing records and archives, and primary and secondary value, Schellenberg was able to establish a boundary between records managers and archivists which had become a wall by the 1960s” (1993, p. 58).

Na obra de Rousseau e Couture, originalmente publicada em 1994, os autores canadenses, ao escreverem sobre Os Fundamentos da Disciplina Arquivística¹², ainda que sem entrar diretamente nas discussões sobre a distinção entre *records* e *archives*, explicam as diferentes acepções para o termo arquivo, nos idiomas inglês e francês. Os autores

¹² A obra consultada foi a versão traduzida para a língua portuguesa, editada pela Publicações Dom Quixote em 1998.

afirmam que “Em inglês, a palavra *archives* remete para a noção de valor permanente, enquanto a acepção moderna da palavra francesa *archives* significa um conjunto de documentos orgânicos”.

Ao discutir o conceito de avaliação e realizar uma análise sobre teoria arquivística, Duranti afirma que, ao definir o valor secundário dos documentos como exclusivo para o interesse em finalidades outras que não aquelas para os quais foram criados, Schellenberg “prepared the path for the complete divergence of American archival practice from that of the rest of the Western world” (Duranti, 1994, p. 338).

A divisão entre *records* e *archives* tem diversos desdobramentos no campo arquivístico. Pode-se relacionar três dos mais evidentes que impactam diretamente no entendimento da teoria das três idades e impactaram, sem dúvidas, na forma como foram percebidas e adotadas em diferentes realidades arquivísticas. O primeiro destes desdobramentos, sem dúvida, está relacionado ao campo de atuação profissional. O segundo está relacionado às construções teóricas, com seus termos e conceitos. Já o terceiro desdobramento refere-se às funções arquivísticas desempenhadas em uma e outra etapa.

O impacto na atuação profissional dá-se em razão de que tal divisão tem, por consequência, a exigência de perfis distintos para atuar nas diferentes etapas de tratamento dos documentos. Já, no que tange às construções teórico-conceituais, a utilização de termos e conceitos encontram obstáculos resultantes da adoção de modelos diferentes de percepção dos arquivos. Enquanto, em países como Estados Unidos e Alemanha, está consolidada a divisão entre *records* e *archives* ou entre *registratur* e *archiv*, respectivamente, em outros países como Espanha, Portugal e Brasil, não há esta distinção. Nestes últimos, seja qual for a etapa de gerenciamento e tratamento, o termo utilizado, de forma genérica, é arquivo.

Nas questões relativas às funções arquivísticas desenvolvidas na prática de gerenciamento dos arquivos, o impacto da divisão entre *records* e *archives* pode ser evidenciado, por exemplo, pela análise de Schmidt, na qual a autora discorre sobre o impacto na função de classificação de documentos. Schmidt aponta que “Dessa perspectiva de classificação, entre *records* e *archives* surgem dois termos diferentes para denominar essa

função; Arranjo para os arquivos permanentes – *archives*, e Classificação para os arquivos correntes – *records* (2015, p. 158).

Apesar de Duranti, conforme foi possível ver anteriormente, apresentar o percurso histórico da separação entre *records* e *archives*, Cook (1997), aponta que foi Schellenberg (além de outros autores americanos) quem introduziu esta mudança no pensamento arquivístico, ainda que se possa reconhecer que o arquivista americano apenas registrou suas reflexões evidenciando uma distinção que já ocorria nas práticas de tratamento e manutenção entre *records* e *archives*.

Another major change in archival thinking was introduced by Schellenberg and his American colleagues. The Dutch and Jenkinson believed that all material created and received by an administration was "archives." For Schellenberg, "archives" were only that much smaller portion that had been chosen by the archivist for preservation from the larger, original whole, which he termed "records." Records were the concern of records managers and creating institutions; archives were the concern of archivists and archival institutions. Despite good cooperation between the two professions, and the "continuum"-like cooperation envisioned by Philip Brooks, the Schellenbergian distinction between "records" and "archives" has tended to emphasize the differences between records managers and archivists, and between records and archives, rather than their similarities and interconnections. That legacy creates strategic problems for archivists in a computerized world, because electronic records especially require "up front" intervention by archivists if records are to be preserved as archival evidence (Cook, 1997).

Nos apontamentos de Cook (1997) ao discutir a história das ideias, ou teorias arquivísticas, a partir de 1898, com a publicação dos arquivistas holandeses, o autor explica as consequências das propostas de Schellenberg, que foram resultado da política e da cultura norte-americanas da época.

Por outro lado, a necessidade de uso dos *records* por usuários a qualquer momento anteriormente à sua avaliação para integrar (ou não) os *archives*, conforme explica Duranti, fez com que essa divisão, proposta por Schellenberg, passasse a ser questionada, conforme explica a autora, por inúmeros autores do campo arquivístico (1994). Tais questionamentos tiveram como uma das possíveis consequências o surgimento de outras propostas metodológicas para referenciar para o gerenciamento dos arquivos, como a proposta de uma arquivística integrada apresentada pelos arquivistas canadenses Jean-Yves Rousseau e Carol Couture e o modelo de *records continuum* defendido por Frank Upward e Sue McKemmish.

Ambas as propostas visavam superar a ideia de rompimento, especificamente no que tange ao campo de atuação profissional, para tratamento dos arquivos, causado pela divisão entre *records* e *archives*. Cook (1997) aponta que

David Bearman, McKemmish and Upward assert that the Schellenbergian distinction between "records" and "archives" as the purview of, respectively, records managers and archivists distracts from their common, unifying purpose as "archival documents" at any point in their life, which they see as a common continuum rather than separate, distinct cycles (Cook, 1997, pp. 39-40).

Entende-se, portanto, a proposta metodológica do *records continuum*, visando a fornecer uma alternativa ao modelo de *records life cycle*, uma vez que pretende assumir toda as fases de gerenciamento e manutenção de “registros e arquivos” como um só campo, cujos profissionais devem atuar em todas as etapas de tratamento, como uma consequência da separação vigente entre *records* e *archives*.

2.2. Tinha uma fase no meio do caminho: a gestão de documentos e os arquivos intermediários

Ainda que o foco deste trabalho esteja em um dos pontos que integram o conjunto de procedimentos aplicados à gestão de documentos, e que grande parte das pesquisas e produções acadêmicas sobre este tema retratem apenas sua história mais recente, é preciso ressaltar que tais práticas de criação, organização e manutenção de documentos pelas civilizações mais antigas, já foram apontadas por Duranti (1989). Em “The Odyssey of Records Managers”, a autora joga luz sobre as práticas de gestão de documentos já existentes, muito antes do período entre guerras, e explica que as origens do “*records management*” estão em civilizações como as mesopotâmicas, incas, entre outras, ao redor do mundo, ainda que sem o termo específico tal como se conhece atualmente.

Entretanto, autores, como Marques (2011) e V.B. Santos (2011), assim como Caya (2004), apontam que o surgimento da divisão dos arquivos por idades a partir de diferentes estágios de guarda está diretamente associada ao crescimento da produção documental resultante da adoção de tecnologias de informação e comunicação, na produção de documentos durante a primeira metade do século XX, nos Estados Unidos. Isto, principalmente, em razão do clima bélico, no período entre a primeira e a segunda guerra mundial, e do crescimento exponencial na produção de documentos, especificamente por causa da Segunda Guerra Mundial, mesmo contexto e período em que surgiu a gestão de documentos.

Assim, é preciso reconhecer que este desenvolvimento se deu, de formas diversas, em cada contexto arquivístico, e explorar esse cenário, principalmente a partir da literatura arquivística, é fundamental para que se possa mapear a adoção de mais uma fase — ou idade — na prática da divisão dos arquivos, que, até então, restringia-se aos *records* e aos *archives*, conforme visto na seção anterior.

2.2.1. Na América do Norte

O acúmulo de documentos foi um problema central e crucial nos países da América do Norte, principalmente no período da 2ª Guerra Mundial, mas as preocupações com o acúmulo de documentos e, especificamente, com os documentos que iriam compor os arquivos de forma definitiva são anteriores, conforme é possível perceber pela literatura.

Entretanto, é possível recuar um pouco mais e perceber que há uma questão de impasse no processo de “avaliação” dos documentos, entre o que deveria ou não ser eliminado e por quanto tempo os registros deveriam ser mantidos. Jenkinson (1922) já discutia essa questão

However, it would certainly be well to fix, if we can, some limit to the time during which they may be kept on probation. Unfortunately we here come up against the question how long documents can be said to remain in current use, and that is one which none but the office concerned can settle. Perhaps, therefore, it would be best to rule that after a certain number of reconsiderations all documents should go into a class of what we may call Probationary Archives. At any time while they were in this state reconsideration might take place if desired; and in this state they would continue until the time fixed by the Office at which their character of currency expired. They would then automatically pass, after, perhaps, a final scrutiny, to the status of Archives. Whether these were still preserved in the Office or relegated to a special Repository, they would now be regarded as having reached a stage when destruction was no longer possible under any circumstances : this stage being reached, it will be noticed, at the point at which the knowledge necessary for condemning them might be reasonably assumed to have lapsed (Jenkinson, 1922, p. 159, sublinhado nosso).

Ao discutir “*The limit of current use and the passing of Documents into Archives*” (Jenkinson, 1922) propõe que, após uma análise inicial, os documentos devam passar por

um período em que fiquem “*sub judice*”, em que o produtor possa reconsiderar a análise inicial e alterar a decisão anterior, fosse ela de eliminar ou transferir para os “*archives*”, dado o reconhecimento da importância do registro para a história.

Na ocasião, não havia uma proposta clara de que deveria haver um local de guarda específico e separação física dos documentos. Apenas um prazo para que os documentos pudessem passar por uma nova análise e confirmar, ou não, a definição inicial quanto à destinação dos documentos. O que, por um lado, não é efetivamente o que se plasmou como as três idades nos arquivos, por outro, pode-se perceber que já era vislumbrada uma necessidade de guarda que não fosse a definitiva, mas que também resguardasse a administração da incerteza na decisão pela eliminação.

Na primeira metade do século XX, principalmente nos Estados Unidos, por conta da iminência da Segunda Guerra Mundial, mas também no Canadá, o uso crescente de tecnologias de informação e comunicação, somado ao processo de ampliação das funções desenvolvidas pelo Estado, fez com que a produção de documentos tivesse um crescimento exponencial nas instituições governamentais.

Nos Estados Unidos, o *National Archives*, criado em 1934, era uma instituição governamental ainda recente, mas que já tinha uma função crucial na administração americana. “All that the authorizing legislation had done was to permit the Archivist (or his deputy) to inspect personally the archives" of any agency of the United States Government whatsoever and wheresoever located" (Ross, 1985, p. 34). Ross, ao descrever os primeiros quinze anos de atuação do Arquivo Nacional americano, ressalta ainda que a legislação que criou a instituição não definia quais documentos seriam transferidos para sua guarda. Tal decisão seria competência de um Conselho Nacional de Arquivos.

O *National Archives Act*, de 1934, define além das competências do *National Archive* e do Arquivista responsável pela instituição, a possibilidade de transferência dos documentos públicos para depósitos temporários, cuja definição compete ao gestor responsável pelo acervo.

All archives or records belonging to the Government of the United States (legislative, executive, judicial, and other) shall be under the charge and superintendence of the Archivist to this extent: He shall have full power to inspect personally or by deputy the records of any agency of the United States Government whatsoever and wheresoever located, and shall have the full cooperation of any and all persons in charge of such records in such inspections, and to requisition for transfer to the National Archives Establishment such archives, or records as the National Archives Council, hereafter provided shall approve for such transfer, and he shall have authority to make regulations for the arrangement, custody, use, and withdrawal of material deposited in the National Archives Building: Provided (Congress of the United State of America, 1934)

A preocupação com os documentos produzidos pelas agências governamentais fez com que fossem dados plenos poderes ao Arquivista quanto à decisão de inspecionar e determinar a transferência de documentos para o Arquivo Nacional dos Estados Unidos.

O artigo “*Problem of records from the standpoint of management*”, de Helen Chatfield, publicado em abril de 1940, descreve suas reflexões sobre as diversas questões que envolvem a gestão de documentos e utiliza, como referência, sua experiência como arquivista do Tesouro americano. Ao discutir sobre a custódia, controle e destinação dos documentos, Chatfield (1940, pp. 99-100) afirma que

The fact that documents are constantly coming into existence and accumulating indicates the necessity of control.

During their life cycle they pass through the following periods:

1. The period of accumulation and current use;
2. The period of infrequent governmental use; and
3. The period of historical use.

It is axiomatic that the material should be located near the people who are to use it most frequently. This requirement necessitates that record material be not kept in the same place throughout its life cycle. (Chatfield, 1940, grifo nosso)

Chatfield (1940) evidencia de forma clara, talvez pela primeira vez registrada na literatura arquivística norte-americana, a necessidade de os documentos produzidos pelas agências passarem por três fases distintas de guarda, durante o que denomina seu ciclo de vida: uma fase corrente, para as quais salas de arquivo deveriam ser instaladas pelas organizações com o objetivo de manter os documentos de uso corrente; uma fase intermediária, cujas salas podem ficar mais distantes das unidades produtoras dos documentos, uma vez que estes já reduziram a frequência de uso destes documentos; e uma fase histórica, cujo local de guarda deve manter os documentos definidos para guarda definitiva.

Logo na sequência de Helen Chatfield, Philip Brooks, examinador especial do Arquivo Nacional americano, publicou, em outubro de 1940, também na revista *The American Archivist*, suas reflexões sobre uma palestra que foi antes apresentada em uma reunião da *Society of American Archivist* preocupada com a seguinte questão: “what records shall we preserve?”. A apresentação de Brooks deu origem ao artigo “The selection of records for preservation” em que o autor afirma que “The administrator looks upon records positively as he needs to use them and negatively as they represent a space problem and a task of serving outsiders who wish to consult them” (Brooks, 1940).

Também é neste artigo que Brooks propõe que se utilize, como parâmetro para seleção dos documentos que deveriam ser preservados (ou não), o percurso dos documentos ao longo de sua história de vida. Brooks indica que, durante a *life history* são possíveis categorias de valoração dos documentos: a primeira, definida como o valor para o administrador, razão pela qual o documento foi criado; e a segunda categoria, após ter concluído o valor para a administração, deveria ser definido pelo arquivista¹³.

¹³ Nos Estados Unidos da América o arquivista é o profissional responsável somente pelos conjuntos de documentos cujo processo de avaliação determinou para guarda definitiva, os arquivos permanentes.

O Arquivo Nacional americano, criado recentemente já tinha um enorme problema pela frente. Os documentos se acumulavam nas agências produtoras, fato que pode ser verificado, inclusive, por ser um problema abordado de forma recorrente nos artigos publicados na revista *The American Archivist* já em seus anos iniciais.

Emmett J. Leahy, assim como Brooks, compunha o grupo de examinadores especiais¹⁴ do Arquivo Nacional americano. O autor também publicou suas reflexões na *The American Archivist*, as quais eram produto imediato de sua atividade no NARA, ao realizar a análise e a identificação dos documentos que não possuíam “valor arquivístico” e, portanto, poderiam ser eliminados.

Ao apontar questões sobre a necessidade de programas de redução de documentos públicos, Leahy assinala ser importante, para sua análise a comparação com “*policies in the reduction of archival materials of the more important European government*” (Leahy, 1940, p. 13) e destaca, ainda, que, em muitos desses países europeus, além do processo administrativo de seleção de documentos, podem-se discutir alguns elementos usados que, frequentemente, podem influenciar no grau de eficácia desses programas. Como exemplo o autor explica que

intelligent planning of the reduction program may safely include a selection of records worthy of temporary or permanent in situ, in the archival depository, or in specially selected depositories, and an indication of categories of valueless documents, accumulated and to be accumulated, which may be promptly disposed of after stated lapses of time (Leahy, 1940, p. 26).

Leahy retrata, no texto, suas buscas por experiências diversas, pelo mundo, na tentativa de levar ao modelo americano as melhores práticas, na avaliação e seleção de documentos arquivísticos. A prática de separar os documentos já sem uso começava a aparecer em alguns países, ainda que não aparecesse como uma “guarda temporária” de arquivos sem “valor arquivístico”. Nesse período, a administração pública nos Estados

¹⁴ Os examinadores especiais tinham, entre outras atribuições vinculadas ao Arquivista americano (Diretor do National Archives and Records Service), a responsabilidade de auxiliar na seleção dos registros que seriam transferidos para os “archives”.

Unidos possuía uma grande quantidade de documentos acumulados sem que se pudesse controlar o acúmulo desses documentos. Esse aumento na quantidade de documentos era resultante não só da produção desenfreada e agravada pelas tecnologias e pelo período de guerras, mas também pela proibição legal de destruí-los.

Os relatórios anuais do Arquivo Nacional americano apresentavam, ano a ano, as mudanças na forma de perceber os problemas crescentes com o acúmulo de documentos assim como na forma de reduzir esse acúmulo de documentos. O *Sixth Annual Report of the Archivist of the United States* (1939-1940) apresenta o crescimento desordenado de documentos na administração governamental americana e indica as mudanças em curso, tanto na legislação, quanto na atuação do Arquivo Nacional, para eliminação de documentos públicos.

Legislation regarding the disposal of public records is necessarily strict, however, to prevent the alienation or destruction of material of value, and The National Archives has, since its establishment, performed an important role by assisting in determining what records appear to be worth preserving (United State Government, 1940, p. 12).

O relatório subsequente, o *Seventh Annual Report of the Archivist of the United States* (1940-1941), (United State Government, 1941), apresenta ainda os “records administrations problems” como um reconhecimento oficial da necessidade de resolver as questões que envolviam a administração dos documentos.

O Arquivo Nacional americano possuía, nos limites de suas atribuições legais, um problema crítico. Por um lado, precisava ser criterioso para definir o que iria compor o acervo custodiado pela instituição e representar a “história e a memória do país”. Por outro, precisava resolver o excessivo acúmulo de documentos nos escritórios governamentais, resultado da burocracia e também do uso elevado de técnicas de reprodução de documentos que gerava elevada quantidade, também de duplicatas.

Ainda que, nos relatórios anteriores, constem as ações empreendidas para avaliação e destinação de documentos, foi o relatório produzido para sistematizar as atividades

desenvolvidas no período 1941-1942, que pode talvez ser o indicador mais exato da concepção da gestão de documentos naquele contexto, ainda que com outro termo.

A criação do *records administration* ocorre sob a prerrogativa dos poderes concedidos ao “Archivist”, pelo *National Archive Act*, de 1934, e ainda sob a alegação de que a instituição estava sendo obrigada a aceitar quantidades cada vez maiores de documentos não correntes, que se acreditava terem valor permanente e interesse histórico.

Pela primeira vez, o Arquivo Nacional americano coloca, entre as ações desenvolvidas no período, e como resposta para resolver os “records administration problems”, conforme consta do relatório, o item “*records administration program*”, um primeiro passo para o que viria a ser futuramente identificado pelo *Hoover Commission Report*¹⁵ como um “*records management program*”.

Conforme observou Frank Evans (1967), anos mais tarde, esta foi uma iniciativa que buscava atender às necessidades do governo americano de determinar, já na criação dos documentos, o momento em que eles seriam avaliados e qual seria o seu destino. Isso evitaria um acúmulo desordenado e economizaria o gasto com a guarda de documentos desnecessários. O autor aponta, ainda, no ano de 1941, um outro marco institucional na gestão de documentos, pois o “Records management, as a professional activity of government archivists, received its first formal recognition by this Society in 1941 when the Society's existing Committee on Reduction of Archival Material was renamed the Committee on Record Administration” (Evans, 1967, p. 45).

Outro elemento, identificado nos relatórios do *National Archives*, é o uso de termos como “*current records*”, “*noncurrent records*” e “*permanent value*”. A teoria das três idades foi difundida não apenas sob essa perspectiva, mas principalmente com os termos corrente, intermediário e permanente (ou de guarda permanente).

Em um outro artigo, três anos após publicar sua primeira reflexão sobre os aspectos relativos à avaliação e preservação dos “public records” americanos, Philip Brooks volta a

¹⁵ A Comissão Hoover, oficialmente denominada *Commission on Organization of the Executive Branch of the Government*, foi instituída com o objetivo de reorganizar o Poder Executivo Federal dos Estados Unidos (Pinto, 1953). As comissões receberam, como apelido, o nome do presidente das duas edições da comissão (1947 e 1953): Hebert Hoover.

discutir as questões relativas ao gerenciamento dos documentos públicos e publica o texto intitulado “Currents Aspects of Archive Administration” (Brooks, 1943).

Solon Buck, também funcionário do Arquivo Nacional norte-americano que publicou suas reflexões sobre as atividades iniciais do “*records administration*” na instituição, apontou que “The task of bringing under control the permanently valuable noncurrent records accumulated by agencies of the federal government during more than a century and a half is far from being complete” (Buck, 1945, p. 114) . O autor ressalta, ainda, que, fora do governo americano existiam muitas iniciativas preocupadas com a administração dos documentos.

Apesar dos esforços já iniciados para resolver o grande acúmulo de documentos, a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial teve impacto direto nesse cenário. A produção de documentos já crescente nas agências do governo americano, tomou proporções ainda maiores e as questões que envolviam o armazenamento escapavam ao controle.

Dado esse contexto, no âmbito de um conjunto estruturado de ações visando a uma ampla reestruturação na organização e administração do Estado Americano, durante o governo do presidente Truman, foi instituída a *Commission on Organization of the Executive Branch of the Government*.

A Comissão tinha por objetivo apresentar propostas de mudanças administrativas ao governo americano. Conforme consta do sítio eletrônico do *National Archives and Records Administration*¹⁶, “Studied and investigated organization and methods of operation of the Executive branch of the Federal Government, and recommended organization changes to promote economy, efficiency, and improved service”. Presidida pelo ex-presidente Herbert Hoover, a Comissão mais tarde ficaria conhecida como Comissão Hoover.

O trabalho da Comissão Hoover resultou na reorganização do poder executivo dos EUA e teve, no seu escopo, entre as diversas alterações profundas na forma de administrar o governo americano, propostas de mudanças na forma de se produzir, gerenciar e arquivar os “public records”. Pela primeira vez foi apresentada, com números inclusive, a quantidade

¹⁶ Fonte: <https://www.archives.gov/research/guide-fed-records/groups/264.html>

de documentos armazenada e o qual o gasto do governo americano para manter todos os documentos guardados, um valor estimado à época em 20 milhões de dólares (conforme figura 7).

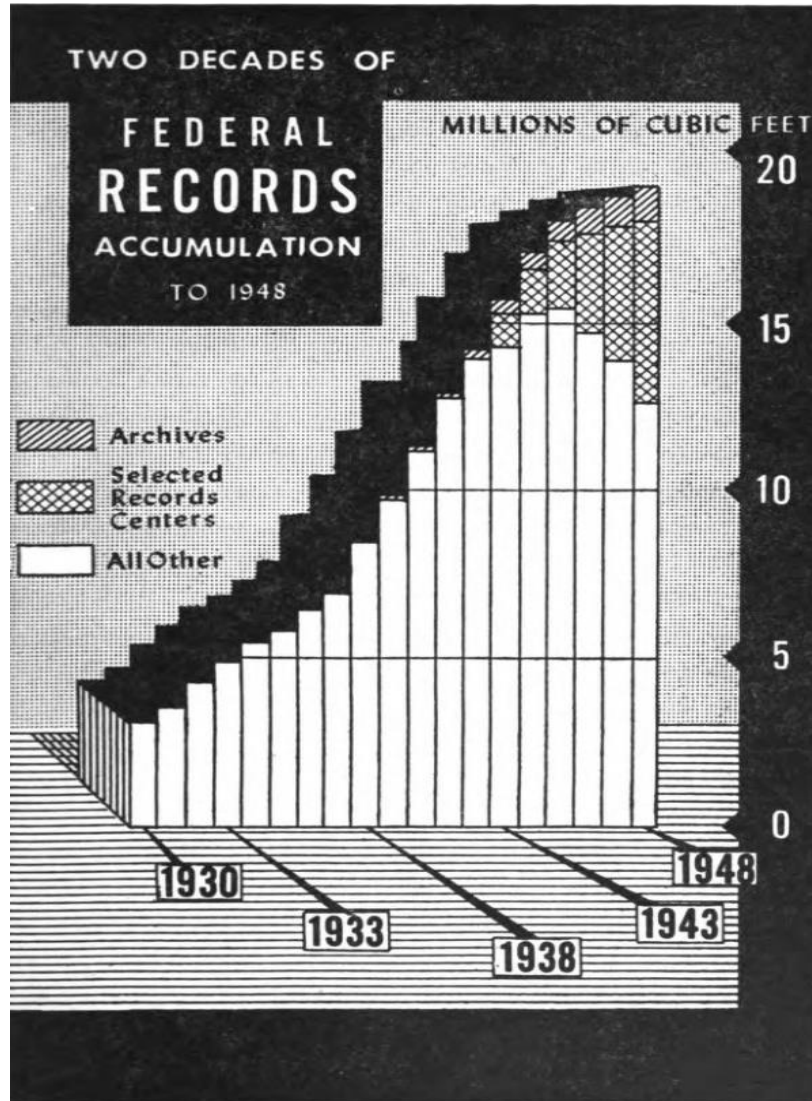


Figura 7: Federal Records Accumulation
Fonte: The Commission Hoover Report, 1948, p. 79

O produto da primeira Comissão Hoover foi o “*The Hoover Commission Report*” que apresentou, entre os diversos diagnósticos realizados, os dados sobre o acúmulo de documentos no período de 1930 a 1948. Para além dos números indicados na figura chama a atenção a legenda para o gráfico de acúmulo de documentos do período. O total de documentos produzidos pelas agências governamentais americanas é indicado com uma

divisão de três partes: os *archives*, os *selected records centers* e *all others*, ou seja, os que compunham os arquivos permanentes que eram de guarda definitiva, os que aguardavam decisão de eliminação ou transferência para os *archives* e todos os que não estavam em nenhum dos grupos anteriores.

A partir do gráfico demonstrado, foi indicada a necessidade da criação de *federal centers* e uma administração central para os *records centers*, como uma medida para redução dos custos com a manutenção de documentos.

Our task force estimates that, on the basis of rental value alone, the space costs for this volume of records is at least 20 million dollars annually. The filing equipment for handling these papers would be worth 154 million dollars at current prices.

A new central records service is needed to consolidate and reduce the records centers which various Government agencies now operate, and to direct the work of these regional records centers along with that of the National Archives in Washington (Hoover, 1949, p.80).

No período de 1947 a 1949, a Comissão Hoover produziu aproximadamente 300 relatórios e um total de oito planos de reorganização da administração americana. Um dos resultados destes planos de reorganização foi o *Reorganization Act*, em 1949, que transformou o então *National Archives* em *National Archives and Records Service*.

Conforme apontado no “The Hoover Commission Report” (1949), foram identificados, pela Comissão, os 24 principais problemas do governo e da administração do Estado americano. Destes problemas, foram elaboradas diversas recomendações com propostas de adequações nas estruturas e nas atividades desenvolvidas pela administração central. No âmbito dos “*public records*”, o *Commission Hoover Report* (1949, p. 80) relacionou três recomendações pontuais:

- a) The creation of a Records Management Bureau in the Office of General Services, to include the National Archives.
- b) Enactment of a new Federal Records Management Law to provide for the more effective preservation, management, and disposal of Government records.

c) Establishment of an adequate records management program in each department and agency. (Hoover Commission, 1949)

Obviamente os três pontos estavam interligados e representariam futuramente uma mudança significativa na forma de se conceber, controlar e manter os documentos produzidos pelo governo americano. A enunciação desses pontos ressignificou a compreensão dos arquivos também do ponto de vista teórico, ao estabelecer a gestão de documentos como um programa de ações que deveria subsidiar, de forma eficaz tanto a eliminação quanto a preservação dos documentos.

Os relatórios elaborados pela Comissão Hoover resultaram também no *Federal Records Act*, de 1950, que impôs, a partir de então, a elaboração e aplicação de programas de gestão de documentos nas instituições governamentais federais, fato que conseqüentemente viria alterar a atuação do Arquivo Nacional americano e deixar a instituição mais próxima da administração do governo, uma vez que a gestão de documental tinha a missão de resolver problemas de acúmulo nos escritórios das agências governamentais.

No Canadá, os primeiros esforços dedicados a conhecer e controlar o volume de documentos produzidos pelas agências governamentais remontam à trajetória canadense da gestão de documentos narrada por Uta Fox (2016), assim como a preocupação com a guarda e preservação de documentos históricos, que remetem aos anos iniciais do século XIX, apesar de somente em meados do século XX, com a Segunda Guerra Mundial os documentos foram alvo de preocupações e ações específicas, assim como no país vizinho.

Fox (2016) explica que a gestão de documentos teve origem no país vizinho, onde adquiriu o nome *records management*, no fim de 1940, e ressalta que os programas de gestão de documentos derivam dos arquivos. Para explicar o processo de desenvolvimento da gestão de documentos no Canadá, Fox aponta para iniciativas ocorridas a partir de 1824 e esclarece que, para entender este processo no Canadá é preciso ter claro que, naquele país, os documentos históricos — aqueles que registram a história do Canadá — são de responsabilidade pública. Fox explica, ainda, que

Records volumes increased dramatically during and following the Second World War. Additionally, huge growth in records activity coupled with the ability to create records more rapidly through such technologies as the typewriter and microfilm greatly expanded the governments' holdings. The Royal commission on the National Development in the Arts, Letters and Sciences, 1949-1951, known as Massey Commission.

The Commission also addressed the state of federal records. It did applaud the government's establishing a Public Records Committee in 1945. This committee, under the auspices of the Secretary of State, had the Dominion archivist as Vice Chairman. (Fox, 2016)

O processo no Canadá ocorreu de forma semelhante à dos Estados Unidos, e com a organização e realização das Comissões¹⁷ (além da Massey de 1949 a 1951, também ocorreu a Glassco, de 1961 a 1962). A comissão foi a responsável por apontar os problemas que deveriam ser sanados, inclusive, com a fusão de duas agências governamentais que possuíam atribuições muito próximas, a *Archives Branch* e a *Records Branch*. As comissões deveriam estudar a eliminação periódica de documentos e propor iniciativas que pudessem reduzir custos e conflitos.

Ambas resultaram no estímulo ao desenvolvimento e aplicação de programas de gestão de documentos nos organismos governamentais, assim como impactaram na criação de “braços” para centralizar a manutenção de documentos públicos, como um depósito central para o arquivo, culminando com a fusão entre as agências *Archives and Records Branches*.

¹⁷ A Comissão Massey, formalmente conhecida como *Royal Commission on National Development in the Arts, Letters and Sciences* foi estabelecida em 1949 e tinha por finalidade examinar o papel de instituições governamentais canadenses de cultura. Como produto desta comissão foi criada a Biblioteca Nacional do Canadá, atual *Library and Archives Canada*.

Já a Comissão Glassco, formalmente instituída como *Royal Commission on Government Organization*, teve por objetivo verificar as organizações e procedimentos utilizados pelas agências governamentais canadenses com a finalidade de propor uma reorganização governamental no Canadá. Fonte: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en>

As reflexões teóricas sobre as práticas que envolvem a gestão de documentos nos Estados Unidos continuam a ser escoadas principalmente na publicação *The American Archivist*, da *Society of American Archivist*.

Margaret Norton, arquivista do Estado de Illinois e uma das fundadoras da *Society of American Archivists*, tem em suas publicações o registro da preocupação já voltada aos arquivos desde o momento da produção. Em 1956, Norton publicou um artigo na revista *The American Archivist*, sobre uma pesquisa que seria realizada em todas as organizações públicas do Estado Illinois, acerca de como criar documentos de modo a melhorar a eficiência administrativa do Estado, da qual consta as informações disponíveis aos licitantes que iriam concorrer para realizar a pesquisa em nome do governo. Entre estes pontos, a autora indica a necessidade de chamar a atenção para os documentos “*non-current*” e “*semi-current*”.

Calling the attention of the heads of State agencies to non-current or semi-current records in their offices and storage agencies which should be sent to the Archives, destroyed as obsolete or kept in the form of microfilm copies. (All destruction of records and substitution of microfilm copies must, by law, be approved by the State Records Commission.) (Norton, 1956)

No mesmo ano de 1956, sai a primeira edição da publicação *Modern Archives: Principles e techniques*, de Theodore R. Schellenberg, arquivista americano. Schellenberg foi um dos principais autores americanos de meados do século XX, responsáveis pela difusão dos preceitos de uma avaliação dos documentos públicos, a partir de uma proposta de identificação dos valores primário e secundário. A proposta do arquivista americano foi resultado de sua experiência como examinador especial e como arquivista do Arquivo Nacional dos Estados Unidos.

Seu objetivo era definir critérios específicos para uma eliminação segura e a consequente redução da quantidade de documentos sem uso nas unidades produtoras. Assim como servia para determinar quais conjuntos de documentos deveriam ser transferidos para custódia definitiva no Arquivo Nacional americano.

Para Michael Roberge (2012), Schellenberg foi o responsável pelo desenvolvimento do conceito da teoria das três idades, baseando-se no “l'état dans lequel se trouvent les documents, par conséquent les dossiers par rapport à la gestion des activités des organisations: *actifs, semi-actifs* ou *inactifs*” (Roberge, 2012). Ainda antes de Roberge, Paul Delsalle (2018)¹⁸ fazia a mesma referência ao arquivista americano. Para Delsalle, a concepção de ciclo de vida dos documentos, a adoção de valores primários e secundários e a consequente separação entre arquivos correntes, intermediários e permanentes são consequência das ideias do arquivista (2018, pp. 174-175).

A obra de Schellenberg sistematiza as reflexões e propostas do arquivista americano para os arquivos públicos do mundo moderno, resultado de suas experiências no *National Archives and Records Service*. A obra é dividida por procedimentos a serem adotados no tratamento dos arquivos e não se preocupa em indicar uma sequência lógica para as operações apresentadas ou apontar quais operações deveriam ser feitas nos arquivos (neste contexto entendido apenas como o arquivo de guarda permanente).

Para além do modelo de avaliação de documentos proposto, o autor aponta, como um procedimento no âmbito da administração e destinação dos documentos, a possibilidade de se transferir os documentos para *records centers*, locais de guarda para armazenamento temporário de documentos que aguardavam sua destinação final. Ao discorrer sobre destinação de documentos o autor explica que

The term “disposition”, as it is used in this book, embraces all actions taken with respect to records that determine their ultimate fate. This fate may be transfer to a record center for temporary stage or to an archival agency for permanent preservation, reduction of volume by microphotographic means or outright destruction

[...]

¹⁸ A obra de Paul Delsalle foi publicada pela primeira vez em 1998, em francês, com o título original: *Une histoire de l'archivistique*, em Quebec (Canadá).

The third alternative disposition action is to transfer records to a record center for temporary stage. Records centers serve at least three very definite needs: 1. They serve to accommodate certain types of records that regularly accumulate in the government and must be held for long periods of time 2. They serve to accommodate special accumulation of records of defuncts agency or of terminated activities, and 3. They serve as place for de concentration of all past accumulations of records (Schellenberg, 2003)

Embora esse procedimento não seja definido pelo autor como parte de uma construção teórica ou produto de reflexões e propostas metodológicas mais profundas, percebe-se, no procedimento, a identificação do que viria a ser mais tarde a “teoria das três idades” dos arquivos. Os indícios mais fortes da obra podem ser constatados em três pontos específicos na abordagem de Schellenberg:

1. A adoção no uso dos termos *current records* para indicar os documentos que integram a fase de produção/uso/tramitação nas agências governamentais;
2. Os *records centers* como depósitos temporários dos documentos com menor frequência de uso, que estariam se acumulando nas unidades de trabalho, onde seriam armazenados os *noncurrents records*;
3. Após o processo avaliação dos documentos, havendo a identificação de valor secundário estes poderiam ser transferidos ao *archive*.

Essa mudança teve impacto em diversos países, que, a partir de então, começaram a pensar no gerenciamento de seus documentos de arquivo desde o momento da produção, assim como na perspectiva de avaliar os documentos pensando nos que teriam valor para serem preservados ou não.

A solução da administração de documentos veio a encontrar eco ainda nas mais diversas reflexões. Evans ressaltava que os documentos produzidos pela administração governamental americana eram gerados, utilizados e depois “they were simply stored in any available space with no regard for their original order or their relationship to other records of the same agency” (Evans, 1967, p. 241). O *records administration program* era a solução encontrada para atuar o quanto antes nas ações de seleção e preservação dos documentos.

Isso era especificamente uma medida de economia, que visava a diminuir os custos com manutenção de documentos e uma eventual guarda definitiva desnecessária.

Para Helen Chatfield (1968), a gestão de documentos nos Estados Unidos se divide em duas fases. Uma fase inicial após a instituição do *records administration program* pelo *National Archives*, em 1941, e uma segunda fase, inaugurada pela Comissão Hoover, sete anos mais tarde, em 1948. A autora afirma que com a entrada em vigor desta nova fase iniciada pela primeira Comissão Hoover, o termo “*records administration*” mudou para “*records management*” e o objetivo principal também mudou “from a concern for improvement of the accessioned records in the National Archives to an emphasis on management and its effectiveness in achieving economy and efficiency in the documentation process in the agencies” (Chatfield, 1968, p. 244).

Essa preocupação, voltada então aos registros contidos nas agências, que tinha como um dos focos principais a redução do volume de documentos acumulados nas agências governamentais, torna-se mais uma percepção mais ampla sobre os fins a serem atingidos com a gestão de documentos. Agora, a gestão de documentos começava a ser atrelada aos princípios de economia e eficácia para o governo americano, questão que já havia sido indicada por Norton, em 1956.

Entre os autores que publicaram tais preocupações, está Jay Atherton, que nos apontamentos de um de seus artigos, explica a forma como os arquivos são constituídos. Para ele, “System should concentrate on efficient administration of current records, ensure systematic disposition procedures, and what remains is archives” (1971, p. 44). Tal análise não está centrada na constituição dos “archives” e sim como os “current records” precisam de total atenção para a eficiência administrativa.

Jay Atherton (1979) descreveu o processo de criação de *records centers* no Canadá como uma necessidade dos departamentos governamentais canadenses. Apesar de registrar a criação oficial do *Public Archives Record Centre*, em 1956, o autor destaca que as primeiras atividades que podem ser identificadas como atribuições de um *Public Archive Record Centre* foram atribuídas a um escritório do governo canadense ainda no século XIX. A situação narrada por Atherton descrevia uma total ausência de controle dos departamentos

de governo sobre os documentos que produziam, o que resultava em armazenamento inadequado e eliminação de documentos públicos sem qualquer controle por parte do *Treasury board*¹⁹ (Atherton, 1979).

Assim como Atherton, William Benedon também descreve o desenvolvimento dos *records centers*. Franks, na *Encyclopedia of Archival Writers 1515-2015*, discorre sobre vida e as contribuições intelectuais de William Benedon para o campo dos arquivos. Em seu texto a autora cita uma das principais reflexões de Benedon, “*The records center: a continuing role*”, de 1976, em que, segundo a autora, Benedon explica como os *records centers* tinham se desenvolvido desde o seu modelo original. Segundo Franks, Benedon compartilhou sua percepção de que “the records center had evolved from the original concept and combines responsibility for both inactive records and the vital records of an organization” (grifo nosso, p. 43). Explica também que Benedon

foresaw the increased need of this type of storage solution in response to changes in document format, automation, legislation, and personnel concepts. He expressed his belief that an outstanding characteristic of the well-organized records management program is its flexibility, which has been amply proven by its adaptation to recent new technology (Duranti & Franks, 2019, pp. 42-43)

James G. Bradsher e Michele F. Pacífico (1988), ao realizar uma breve análise sobre a história da administração de arquivos, apontam que, ao contrário da tradição europeia em que os arquivistas eram treinados como historiadores, com foco na manutenção dos arquivos do passado, nos Estados Unidos se afastaram das tradições europeias e estabeleceram um novo conceito para a profissão. Explica, portanto, que o ciclo de vida dos documentos estende a administração arquivística incluindo os documentos desde o momento da produção até sua destinação, aumentando a eficiência e garantindo que os documentos arquivados não sejam perdidos antes de chegarem ao seu destino final (Bradsher & Pacífico, 1988).

¹⁹ Setor responsável por controlar os gastos públicos onde foi inicialmente lotada a atribuição de controlar os documentos produzidos pelos demais departamentos do governo.

Assim como as demais publicações de autores norte-americanos, Karen Dawley Paul (1988) não explicita o termo “três idades”, mas explica sobre o *records disposition*, como uma parte de programas de gestão de documentos, sob a qual é definido quando os documentos devem sair dos *offices* para locais de guarda que não são os setores de trabalho, nem os arquivos permanentes. A autora explica que a destinação é parte de um programa integral de gestão de documentos, que se dedica aos documentos semi-correntes ou não correntes. E exemplifica que entre as ações está incluída a transferência para um *records center* para guarda temporária, ou também para um arquivo, ou, ainda, para eliminação. Tais programas, de acordo com a autora, determinam os períodos adequados de guarda para a agência produtora e definem se os documentos que não são mais atuais deverão ser mantidos em um *records center* enquanto aguardam também a eliminação (Paul, 1988).

Uma das publicações, cuja tradução para língua portuguesa (publicada em 1998) teve ampla divulgação no Brasil, foi o livro que Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, autores canadenses, publicaram em 1994. A obra tornou-se rapidamente referência no Brasil, por exemplo, provavelmente pela ausência de publicações, com reflexões internacionais sobre a teoria e a prática arquivísticas, traduzidas para a língua portuguesa. Para os autores, a teoria das três idades está no escopo dos princípios arquivísticos e é um dos alicerces da “arquivística moderna”.

A abordagem das três idades assenta nas etapas de vida dos documentos. Na idade activa, o documento serve regularmente para a administração; na idade semiactiva é utilizado ocasionalmente, e na idade inactiva é destruído ou conservado de modo permanente. Há poucos textos sobre a abordagem, mas sua aplicação generalizou-se rapidamente. É oriunda dos Estados Unidos e tem as suas raízes nas reflexões que os arquivistas e os *records managers* tiveram de fazer para resolver os seus problemas de massa documental, no início do século (Rousseau & Couture, 1998, p. 53).

Como um dos modelos de gerenciamento para os documentos de arquivo, percebe-se que a teoria das três idades se manifesta de formas distintas, nas diferentes tradições arquivísticas. Apesar das publicações americanas, a obra dos canadenses Rousseau e

Couture, refere-se aos documentos ativos, semiativos e inativos, nas páginas iniciais, e arquivos correntes, intermediários e permanentes (1998, p. 114-16). Por outro lado, há outros dois elementos que chamam a atenção na perspectiva apresentada pelos canadenses.

O que precisa ser destacado sobre a análise de Rousseau e Couture é que os autores explicam, como nota de rodapé, o que compreendem como as três idades nos arquivos.

Pode constatar-se nas obras sobre arquivística que o conceito das três idades, que caracteriza a organização e o tratamento dos arquivos, tem cada vez mais adeptos no plano internacional. Não é exagerado afirmar que, geralmente, onde os arquivos recebem um mínimo de atenção, isso é feito com base nas três idades. Por outro lado, faz-se notar que não utilizamos a expressão “teoria das três idades” como se tratasse de uma hipótese cujas possibilidades de aplicação necessitassem ser verificadas. Preferimos falar de conceito ou de abordagem das três idades (1998, pp. 126-127).

Rousseau e Couture, para além de ressaltar o uso internacional e o destaque que a teoria das três idades recebeu em diversos países, afirmam que não a compreendem como uma teoria, mas sim como um conceito ou uma abordagem.

Os autores canadenses afirmam, ainda, que Pérotin, Dubosq e Wyffel (os dois primeiros, franceses e o terceiro canadense francófono) foram os responsáveis por trazer à luz a necessidade de um período de guarda entre o “período de atividade e o de inatividade” dos documentos. Esse período serviria tanto para evitar uma transferência prematura dos documentos à guarda definitiva dos arquivos, quanto para reduzir os custos de manutenção dos documentos nos escritórios, junto aos produtores. Couture e Rousseau concluem, afirmando que as “razões de espaço e justificações de ordem econômica estão na origem da criação do período de semiatividade” (1998, p. 112).

Michel Roberge, ao analisar as três idades dos arquivos inseridas no novo contexto de produção, tramitação e armazenamento de documentos em ambientes digitais, afirma ser impossível manter um modelo rígido de gerenciamento, sendo preciso, portanto, pensar em um novo modelo para gerenciar o ciclo de vida dos documentos. Assim, considerando que

as três idades se dividem em corrente, intermediária e permanente, ele propõe um novo modelo baseado em duas etapas

Sur la base de ce principe universellement reconnu, on devrait adopter un nouveau modèle conceptuel de gestion du cycle de vie en deux temps : une durée de vie utile (en nombre total d'années ou sur une base temporelle plus petite — mois, semaines ou jours — ,selon les besoins) et un sort final lorsque les documents et les dossiers n'ont plus d'utilité pour la gestion des activités qu'ils documentent : à détruire, à conserver en totalité comme documents d'archives ou à trier (conserver les documents ou les dossiers ayant une valeur d'archives et détruire le reste).

Au besoin, pendant la période d'utilité, un ou des sites de conservation pourraient être assignés plus spécifiquement pour les dossiers 100 % ou en partie papier pour lesquels des modalités d'entreposage se traduisant par une localisation autre que celle des unités administratives s'imposent. (Roberge, 2012, grifo do autor)

Apesar de o termo *records management* ter seu surgimento associado ao Arquivo Nacional americano, na década de 1940, Luciana Duranti (1989) descreveu, em um artigo dividido em duas partes, o longo percurso da profissão do *records manager*, desde 4.000 antes de Cristo até os anos 1950²⁰. Nesta trajetória discutida por Duranti, um dos elementos a serem destacados, para ampliar a percepção do que viria a ser a disposição da teoria das três idades nos arquivos, foi a criação e gestão de depósitos para guarda de documentos descentralizada em razão da própria administração descentralizada, característica marcante da administração governamental do Império Romano (Duranti, 1989a).

Entretanto, a autora destaca que, é a partir da Revolução Francesa, que os arquivos assumem uma nova configuração, com a divisão alemã entre *registratur* e *archiv* e como a

²⁰ Resguardadas as variações temporais, pois Duranti reconhece que seria demasiado cedo identificar o *records managers* como uma categoria profissional, a autora percorre como as funções destes profissionais eram desenvolvidas nos períodos demarcados por ela.

divisão americana entre *records* e *archives*. É nesta divisão que se insere a diferença profissional entre os que atuam na gestão de documentos e os que atuam nos arquivos, conforme já explicado na seção anterior.

Para Glenn Dingwall, ao examinar o contexto histórico de origem e desenvolvimento do modelo de ciclo de vida dos documentos, a criação de *records centers*, para servirem de apoio à administração, funcionando como arquivo intermediário, significou a solução de um problema. Não só a adoção de arquivos intermediários, como a utilização de profissionais distintos, dependendo da fase de tratamento dos documentos — corrente e intermediária ou permanente —, como boa solução, foi reproduzida por outros ambientes institucionais, tanto públicos em outras esferas governamentais americanas, quanto privadas.

2.2.2. Na Europa

O termo utilizado no inglês para designar a guarda dos documentos nos *records centers* ficou conhecido como *intermediate* (Bellardo & Bellardo, 1992), mas na Europa os termos para esta etapa entre os *records* e os *archives*, tiveram designações diversas nos, vários países.

A passagem dos arquivos por fases e a própria designação de idades, na literatura arquivística foram primeiramente identificadas na publicação de 1928, de Eugenio Casanova. Entretanto, o próprio autor explica que o papel do arquivo de depósito já constava da legislação francesa de 1918, como depósito provisório e essa divisão constava também do *Decreto del Regno* de “25 gennaio 1900, n.º 35, che approva il Regolamento per gli uffici di registratura e di archivio nelle amministrazioni centrali” (Casanova, 1928, p. 6).

Ainda no âmbito das noções gerais explicadas em seu manual *Archivistica*, o autor italiano aponta que considera o arquivo como um todo e explica que

Come una realtà che nasce da un cespite comune ma se ne stacca e vive di vita propria, con scopi tutti suoi, anche quando sembrano ausiliari ad altre attività, anche quando scompaiano per il gran pubblico e si sommergano nelle ondate della vita tumultuosa del giorno.

Esse riguardano, anzi tutto, l'età degli archivi, e diversamente li ripartiscono secondo le fasi di questa età.

(...)

Gli archivi vivi alla loro volta si suddividono, secondo l'età della loro parti, in archivio corrente, archivio di deposito, archivio generale. È corrente l'archivio i cui atti si riferiscono ad affari che esigono ancora provvedimenti ovvero si riconnettono strettamente a trattative outora vigenti (1928, pp. 21-22).

Assim, no contexto europeu, Casanova foi, talvez, o primeiro autor a sistematizar a passagem dos arquivos por uma fase extra entre os *records* e os *archives*. O autor explica que os arquivos correntes são, pelo próprio nome, atuais e devem apoiar a administração que os criou, e a que os arquivos de depósito devem também atender, embora em menor intensidade. Para os *archivos de deposito*, Casanova afirma que “è quello in cui si considerano tuttora necessari atti antichi, che non vengono, ma che possono ancora venire in uso” (1928, p. 149).

O Decreto Real nº 35 de 25 de janeiro de 1900, citado e explicado por Casanova (p. 137), resultado de uma comissão especial definida para estudar e propor “un metodo di registrazione e di archiviazione delle carte che faccia risparmiare lavoro e spesa; che garantisca la buona custodia degli atti; che permetta di eliminare con facilità e sicurezza quelli, dei quali sarebbe inutile la conservazione”, para além de abordar etapas e procedimentos de recebimento, registro, classificação, transcrição e expedição de documentos, determina, em seu artigo 79, “Ogni Ufficio di registratura avrà un archivio per gli affari che esigono ancora provvedimenti, e si chiamerà corrente. Ogni Ministero avrà un archivio per gli atti sui quali fu definitivamente provveduto e si chiamerà deposito” (Itália, 1900).

O Decreto italiano dispõe, ainda, sobre os prazos de retenção dos documentos nos depósitos e determina, em seu artigo 81, que “Dopo un decennio gli atti dell’archivio di deposito che più non occorrono ai bisogni ordinari dell’amministrazione passano all’archivio del Regno o sono eliminati”. Assim, o decreto não apenas estabelece divisões entre arquivos atuais, depósitos (com documentos de uso menos frequente) e os de guarda permanente que seguirão para o *archivio del regno*, como ainda estabelece prazos para passagem de uma fase a outra, especificando também que “Gli archivi, corrente, di deposito, e del Regno sono ordinati egualmente; cioè la collocazione degli atti vi corrisponde alle classi nelle quali essi furono, sino dall’origine, ripartiti” (art. 85, DR 35/1900).

No francês, essa etapa intermediária, ou o arquivo de depósito italiano, ficou conhecida como *préarchivage*. Em compreensão semelhante à dos EUA, o termo determinava uma fase anterior aos *archives* — onde a guarda é definitiva.

Um dos primeiros autores franceses a explicitar a ideia de que os arquivos deveriam passar por três fases foi Jean Favier. O autor, cuja primeira edição de sua publicação *Les Archives* foi publicada em 1958, afirma que:

Les administrations ne versent qu'exceptionnellement leurs archives triées et classées en vue de la conservation définitive. Des étapes intermédiaires, dites de "préarchivage", s'imposent donc pendant la période où les dossiers, ayant cessé de s'enrichir et de servir couramment, sont encore trop récents pour qu'une élimination puisse être faite sans risque pour l'administration.

[...]

Après vingt ou trente ans, vient le temps de l'archivage définitif, que prépare un triage et l'élimination de divers types de documents. Restent ceux que l'on pense pouvoir servir à l'histoire, et ceux dont l'administration peut avoir un besoin illimité (Favier, 1975, p. 39).

O autor discute, ainda, a recente mudança na forma dos arquivistas gerirem os arquivos e afirma que a mudança nos métodos de gestão fez com que o arquivista ao final

do século XX não aparecesse até que os documentos perdessem parte de seu uso corrente. Tal reflexão é decorrente de uma perspectiva em curso. No período arquivístico anterior à gestão de documentos, os arquivistas apenas tinham responsabilidade pelos documentos quando eles chegavam aos arquivos — entendido como aquele de guarda definitiva. É preciso ressaltar que no modelo arquivístico americano, o arquivo ainda é somente aquele identificado como de guarda permanente. A gestão de documentos ainda é responsabilidade dos “*records managers*”, que contam com o auxílio dos arquivistas apenas no processo de avaliação.

Assim como Favier, Yves Pérotin foi um autor francês que atuou na difusão da teoria das três idades. Apontado por Michel Caya como o difusor das três idades nos arquivos para o mundo francófono (Caya, 2004), Pérotin publicou um artigo na *American Archivist Journal*, em 1966²¹, denominado *Administration and the “Three ages” of archives*. No artigo, o autor defende o que chama de “A naive view of things” quando explica que, ao contrário do que se possa imaginar, há ainda uma fase fundamental entre a Administração e a História. Para o autor:

At this point of the analysis, current records and archival records seem perfectly heterogeneous, which renders unthinkable the passage from one stage to another, a passage which nevertheless must have been made. The little-informed observer is not troubled by this mystery because he does not see the problem. If, however, you apply him cleverly with questions, he will eventually discover that an intermediate stage exists between the apparent order of the dossiers of the bureaus and the apparent order of the archival containers. He will quickly recognize that, if the papers conserved in the archives did not proceed directly from the portfolios of the administrators, they must have come from those accumulations that are found in the corridors of offices and in the closets of bureaus, or they may have been

²¹ Em nota de rodapé o Pérotin explica que, apesar da orientação editorial ser para publicação de artigos inéditos, o editor, reconhecendo a importância do tema, recomendou a publicação. O artigo original foi publicado por ele em 1961 sob o título *L'Administration et les “trois ages” des archives*, publicado na revista *Seine et Paris*.

hidden in hovels or storage places that are firetraps or even in lofts and cellars that rain and water from rivers and sewers do not always spare. Thus an intermediate age is revealed, the awkward age, that of piles [of papers] — the troublesome transition between Administration and History (Pérotin, 1966, p. 364)

Essa visão, defendida por Pérotin e Favier, não era uma concepção absolutamente nova nas práticas de gerenciamento dos documentos nas agências americanas. Foi uma das soluções encontradas para reduzir o volume de documentos nas unidades de trabalho, ao mesmo tempo em que se implementavam os “*records administration program*”, que deveriam controlar os documentos desde o momento da sua criação, racionalizando a produção e garantindo a destinação adequada.

A criação de depósitos, para armazenamento de documentos que ainda atendiam à administração e não cumpriam os requisitos para serem transferidos à autoridade arquivística, era a solução reconhecida como mais adequada por parte dos especialistas em arquivo e pelos gestores responsáveis pelos documentos. Entretanto, para além da guarda física, Pérotin (1966) reconheceu nesta proposta, de uma fase intermediária de guarda entre as já reconhecidas “*current records*” e “*archives*”, uma solução adequada e a difundiu, como uma nova concepção teórica no campo dos arquivos.

Didier Grande (2015), em seu texto na publicação *Encyclopedia of Archival Writers 1515 – 2015*, ao escrever sobre Yves Pérotin, destaca que o artigo escrito pelo autor, na *American Archivist Journal*, foi resultado de suas pesquisas sobre os *records centers* que já vinham sendo instalados na administração governamental americana como solução para redução do volume de documentos, nas agências governamentais.

Posner (1972), ao fazer a revisão da publicação *Manual of Archives Administration; Theory and Practice of Public Archives in France: A Review Article*, aponta nomes que trabalharam na teoria e na prática com o *records administration* na França, como Pérotin e Duboscq. Ainda que o manual publicado pela Direção de Arquivos da França tenha contado com 42 colaboradores, Pérotin e Duboscq são citados como os autores que aliavam conhecimento teórico e prático sobre o *records administration* francês (Posner, 1972). O

autor cita, ainda, Dousset (1971), outro autor francês que destaca a influência das três idades na teoria e na prática do campo arquivístico. Segundo Posner (1972), Dousset enfatiza dois fatores em sua obra: a cada vez mais importante troca de ideias no cenário internacional e a evolução acelerada de doutrinas e práticas do nosso campo, entre elas a teoria das três idades dos arquivos e a preocupação com a gestão de documentos, chamada *préarchivage* em França.

Duboscq (1974), assim como Favier e Pérotin, também é indicado pela literatura como responsável pela difusão do termo e do conceito das “três idades dos arquivos” para a Europa, especialmente para os países de língua francesa. O então diretor dos Arquivos Nacionais de França elaborou pela Unesco, juntamente com A. W. Mabbs, do Reino Unido, um documento intitulado “The organization of intermediate record storage” (Mabbs & Duboscq, 1974), tendo como referências as práticas dos países anglo-saxões. Um documento alinhado às necessidades da França também foi elaborado pelos autores, considerando as diferenças existentes nas diferentes realidades administrativas e, conseqüentemente, arquivísticas.

O documento publicado pela Unesco, entre os pontos abordados no tratamento dos arquivos mantidos nos *records centers*, examina os princípios gerais dos *records centers* em uso, por muitos países, e, também, a transferência de documentos dos *records centre* para os *archives*. Os autores afirmam, ainda na introdução do documento, que, em muitos países, mesmo os que possuem menor experiência no gerenciamento dos arquivos, para um controle efetivo dos documentos, é preciso dar especial atenção aos locais para seu armazenamento, enquanto ainda são necessários à administração que os produziu. E concluem que “The generally accepted solution is for the public archival authority to provide intermediate storage of the kind which has come to be known as the records centre” (Mabbs & Duboscq, 1974, p. 10).

Mabbs e Duboscq (1974) destacam que um depósito de arquivamento intermediário era a solução mais satisfatória, uma vez que reúne as condições para a redução de custos, por retirar o excesso de documentos dos escritórios, para manter o cuidado ao realizar a avaliação e a eliminação, assim como também cumpre o requisito de não enviar para os

archives documentos que ainda eram úteis às unidades produtoras. Mabbs e Duboscq registram, ainda, que problemas similares ao aumento do acúmulo de documentos públicos foram registrados inicialmente nos Estados Unidos, mas também em outros países. Assim como a mesma solução tinha sido adotada e exemplifica que, na França os *records centers* eram conhecidos por *depôts prearchive*, enquanto na Alemanha eram conhecidos por *zwischenarchive*. E em Londres, nos primeiros dias de desenvolvimento do seu repositório intermediário, o *Public Record Office* usava o termo *limbo* para descrever um repositório com documentos que aguardavam eliminação ou guarda definitiva (Mabbs & Duboscq, 1974).

Descrevem, também, os problemas com o acúmulo de documentos em diversos países: Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Tchecoslováquia, Israel, Malásia, Itália, Noruega, Holanda, Polônia, Romênia, Suécia, Suíça, Reino Unido e Iugoslávia. Ao citar os problemas enfrentados também por outros países, além dos já nos conhecidos Estados Unidos e Canadá, no próprio contexto de surgimento da gestão de documentos, assim como na França, país de Guy Duboscq, os autores colocam na discussão a realidade arquivística de diversos países.

Entretanto, outros conflitos anteriores já causam turbulência na concepção e difusão da divisão dos arquivos em fases que identifica como *archivio corrente*, *archivio di deposito* e *archivio storico*, conforme destaca Elio Lodolini, cuja publicação foi originalmente publicada em 1984. Para o autor, este é um problema, inicialmente, de terminologia, pois, para ele,

Chi considera che l'«archivio» nasca sin da questo momento designa il complesso di documenti, in questa fase, com la locuzione «archivio corrente» chi, al contrario, ritiene che non si possa ancora parlare di «archivio» chiama il complesso di documenti «registratura corrente» o «protocolo corrente (Lodolini, 2011, pp. 35-39)

O autor não apenas reconhece a existência das três idades no arquivo, como identifica que há um problema terminológico na apreensão teórica e prática deste conceito.

O espanhol Joaquim Llansó i Sanjuan (1993) dedicou sua pesquisa de doutorado a mapear os principais e diferentes modelos de gestão de documentos, em diversos países, e identificou, em sua pesquisa, que prevaleciam basicamente dois modelos de gestão de documentos: o modelo norte-americano e canadense, de um lado, e, de outro, o europeu. O autor destaca, ainda, a distinção entre o modelo canadense anglófono e o francófono, este último ressaltando a adoção da *préarchivage* do modelo arquivístico francês. Dentre os padrões europeus, a análise de Llansó i Sanjuan resalta a existência de “modelos baseados em registros”, presente nos Países germânicos, Itália e Inglaterra e o modelo de *préarchivage* francês.

Llansó i Sanjuan afirma, ainda, que a gestão de documentos teve maior difusão após a concepção da ideia de ciclo de vida documental, segundo a qual, os documentos seriam gerenciados até sua destinação final para eliminação ou para os arquivos (instituição arquivística responsável pelos arquivos permanentes).

O autor demonstra, ainda, que o conceito de gestão de documentos precisa ser revisto, uma vez que não é um conceito que engloba as práticas que variam de um contexto para o outro, pois não há uma prática universalmente padronizada, e este conceito também não é aplicado universalmente. Llansó i Sanjuan explica que as práticas de gestão de documentos não são uniformes por todo o mundo e sua instauração repercutiu nos países em níveis distintos. Assim, as práticas europeias absorveram melhor os elementos que faltavam em suas práticas, como a eliminação de documentos e o estabelecimento dos depósitos de guarda intermediária. Entretanto, segundo o autor, “difícilmente puede decirse que estos países hayan variado — especialmente en la fase de archivo corriente — las practicas administrativas e archivísticas cotidianas a consecuencia de la implantacion y posterior desarrollo del records management em los Estados Unidos” (Llansó i Sanjuan, 1993, p. 237).

Ainda seguindo a análise de Llansó i SanJuan sobre os modelos de gestão de documentos, o autor explica as três idades como fases do ciclo de vida dos documentos, cuja formulação atribui a Philip Brooks. Tais estágios da teoria das três idades são divididas em *corrientes*, *semicorrientes* e *no corrientes*, para as quais coloca:

Primera edad: circulación y tramitación de los asuntos iniciados. La documentación forma parte de los archivos de gestión, y es de uso frecuente.

Segunda edad: el documento o el expediente referente a un asunto debe conservarse, siendo objeto de consulta o de uso como antecedente de manera poco frecuente. Es la fase de archivo intermedio, en el que el valor primario decrece en la misma proporción que aumenta el valor secundario.

Tercera edad: el documento adquiere valor permanente, de manera que su uso será únicamente por su valor cultural o de investigación. Su conservación será definitiva. (1993, p. 34)

O autor destaca, também, em sua análise, que o objetivo da formulação conceitual das três idades era garantir a presença do arquivista e de seus métodos, em cada uma das fases de tratamento dos arquivos, uma vez que, para cada fase ou idade, os procedimentos a serem adotados são diferentes em razão das necessidades específicas de cada estágio de guarda.

Em uma resenha publicada na revista *Cadernos de Estudos Municipais*, do Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, Armando Malheiro da Silva escreve sobre o livro *Fundamentos da Disciplina Arquivística*, de Rousseau e Couture. O autor português afirma que

O contributo da "escola" canadiana, personificada no professor Carol Couture e seus colaboradores, para esse debate distingue-se pela preocupação de combinar a prática anglo-saxónica/americana com a francesa/europeia tentando superar as limitações incorporacionistas e historicistas da noção de Fundo (formulada em 1841 pelo inspector dos Archives Nationales Natis de Wailly) através de uma perspectiva sistémica dos Arquivos que incorpora a pretensa "teoria das três idades" (para nós uma mera evidência empírica ...) e permite falar, por isso, em Arquivística integrada (1998, p. 222).

Malheiro da Silva, em sua resenha, ainda que sem aprofundar sua análise sobre a teoria das três idades, coloca em xeque o seu caráter epistemológico. Mais adiante o autor português, juntamente com Fernanda Ribeiro, Julio Ramos e Manuel Real, publicou uma das primeiras obras, originalmente em língua portuguesa, que apresenta uma ampla reflexão sobre a história dos arquivos, das práticas e da teoria arquivística, desenvolvida por Silva et al (1999), intitulada *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*.

Na obra, os autores explicam que os arquivos intermediários não são considerados um fenômeno completamente uniforme, nos vários países, pois existem várias teorias relativas às idades dos documentos. Em alguns casos, apontam, existem duas, três ou até quatro idades para os arquivos e ressaltam, também, que a terminologia apresenta divergências, inclusive, sobre o que é, ou não, considerado arquivo.

Conforme apontam os autores, o *records management* e o *pré-archivage* representam dois fenômenos que marcaram um determinado período, na história da Arquivística. Entretanto, destacam que estes fenômenos em nada acrescentaram teórica ou metodologicamente ao desenvolvimento da área. Para os autores

Embora valorizando aspectos fundamentais dos arquivos — até então pouco considerados pelo modelo historicista surgido com a Revolução francesa, estes conceitos pecam, porém, por excessiva preocupação com questões parcelares do sistema. Nessa medida, vêm consubstanciar uma ruptura no seio da Arquivística, que desde finais do século XIX vinha procurando afirmar-se como disciplina autônoma, fazendo valer uma perspectiva tecnicista, mas também mais integradora na forma de encarar os arquivos.

A distinção criada entre as várias fases da vida dos documentos, fazendo corresponder tipos diferentes de arquivos a cada uma delas, alertou para a existência de um processo contínuo, mas não trouxe qualquer contributo metodológico ou teórico para o desenvolvimento da Arquivística (A. M. da Silva et al., 2009b, p. 135)

Ao contrário do que defendem os autores portugueses, para a espanhola Concepción Mendo Carmona (2004), o ciclo de vida corresponde a um dos dois princípios

metodológicos que regem a Arquivística. O primeiro princípio corresponde ao princípio da proveniência (incluído neste, a ordem original) e o segundo princípio, ao ciclo vital dos documentos que, conforme explica, compreende às fases pelas quais passam os documentos desde a produção ao seu destino final (eliminação ou guarda permanente), fases estas que, segundo a autora, correspondem as três idades dos documentos.

Os italianos Emanuela Lanza e Paolo Golinelli na obra *Elementi Essenziali di Archivistica Teorica e Pratica* (2006), dedicam uma seção a abordar as três fases do arquivo, as quais explicam

La vita dell'archivio, inteso come complesso di documenti, si articola in tre fasi: l'archivio corrente, ossia la fase della produzione e dell'attribuzione dell'ordine originario dei documenti, con durata circa 5 anni, ma assai diversificata a seconda della lunghezza dei procedimenti; l'archivio di deposito, ossia la fase conservativa, della durata di una quarantina d'anni, dei documenti che hanno fatto esaurito la funzione amministrativa e sono soggetti ad una scelta per passare alla fase dell'archivio storico, in cui i documenti vengono conservati, almeno in linea teorica, permanentemente e di conseguenza sono utili per fini storico-culturali. (Lanza & Golinelli, 2006, p. 33).

Entendidos aqui de maneira diferente do contexto norte-americano, para os autores italianos, são reconhecidos como arquivos os conjuntos de documentos desde o momento da produção, ocasião em que ressaltam, inclusive, ser atribuída a ordem original²².

Os autores apontam para uma divisão dos estágios de guarda, a partir da perspectiva temporal — cinco anos de arquivo corrente e 40 anos no intermediário (*archivio di deposito*). Entretanto, Lanza e Golinelli explicam, ainda, que o modelo de gestão de documentos norte-americano, agora também adotado na Itália, considera, para tais divisões, a avaliação e a seleção documentais, que devem definir aqueles documentos destituídos de

²² “O princípio de respeito à ordem original relaciona-se à manutenção dos documentos na ordem que lhes foi imposta durante a fase corrente” (Sousa, 2004, p. 25).

valor, para serem destruídos, e os documentos que devem ser guardados de maneira permanente.

Para explicar as três fases do arquivo e comparar a divisão italiana, utilizamos o quadro reproduzido a seguir (quadro 11)

Quadro 11: Divisão dos estágios de guarda nos arquivos italianos de acordo com Lanza e Golinelli (2006)

	Prima fase	Seconda fase	Terza fase
Concezione Italiana	Archivio corrente	Archivio di deposito Selezione o Scarto (fase comune)	Archivio storico
Concezione Tedesca	Registratura corrente	Registratura di depoisto	Archivio
Concezione Anglo-americana	Records management		Archivio

Fonte: Lanza e Golinelli (2006, p. 35)

Alguns textos avulsos, resultados de suas próprias reflexões, foram reunidos e publicados em um livro pelo arquivista e historiador francês Bruno Delmas. Na publicação “Arquivos para quê? textos escolhidos”, o autor busca explicar, em um conjunto de reflexões, o que são e para que servem os arquivos, explorando, para tanto, suas funções e objetivos. Um dos temas abordados pelo autor é a evolução do conceito de gestão de documentos e a teoria das três idades, que, conforme afirma Delmas (2010, p. 65) "Yves Pérotin, arquivista do município de Paris, formulou, em 1961, a teoria das três idades dos arquivos, que os canadenses rebatizaram como ciclo de vida dos documentos e os australianos, como continuum”.

O autor espanhol José Ramón Cruz Mundet, no livro *Archivística: gestión de documentos e administración de archivos* (2012), dedica uma seção completa a cada fase dos arquivos correntes, intermediários e permanentes. Em cada capítulo o autor aponta as especificidades de tratamento dos documentos em cada fase do processamento técnico. Entretanto, no preâmbulo da seção dedicada aos arquivos correntes, Cruz Mundet aponta que “A efectos pedagógicos y expositivos, a la teoría de las etapas o fases del archivo es la que mejor se acomoda, aunque establezca divisiones que cada vez están más difuminadas”

(Cruz Mundet, 2012). Ainda que reconheça o caráter didático desta divisão, para melhor compreensão dos arquivos, o espanhol afirma que a teoria das três idades encontra-se em contornos cada vez mais atenuados, principalmente na perspectiva da crescente produção de documentos em ambientes digitais.

Para além de estar institucionalizada nas práticas arquivísticas europeias, a teoria das três idades começa, como tantas práticas arquivísticas, a ser rediscutida a partir das novas percepções e necessidades trazidas pelas novas formas de se produzir, armazenar, gerenciar e acessar os documentos arquivísticos.

Assim como Roberge, Marcel Caya em conferência realizada em dezembro de 2004 na *École de Chartes*, discute a necessidade da teoria das três idades, que identifica como um dos conceitos mais fundamentais da profissão. Para Caya a teoria das três idades formulada por Yves Pérotin fica abalada a partir de alterações na própria estrutura arquivística governamental francesa, quando o governo francês decide interromper com o serviço de arquivo intermediário do *Archives nationales de Fontainebleau*. Daí para adiante Caya destaca, ainda, elementos que tornam questionável a adoção da teoria das três idades, como os documentos gerados em ambientes informatizados, cujas práticas de gerenciamento e preservação não podem mais ser feitas, considerando apenas os modelos tradicionais de tratamento dos arquivos.

2.2.3. Na América do Sul

Conforme analisa Mariz (2012) o modelo de instituição arquivística, criado na França do século XIX, teve ampla aceitação e reprodução nos demais países da Europa e também em países da América. Pois “guardadas as especificidades de cada país, estabeleceu-se um modelo institucional que permaneceu até meados do século XX” (Mariz, 2012, p. 39).

No Brasil, as práticas arquivísticas têm grande influência externa, especificamente francesa e americana, conforme destacam Fonseca (2005) e Tanus e Araújo (2013). Ainda que estas influências sejam mais perceptíveis em razão do modelo francês de instituição arquivística, assim como a adoção teórica e prática da gestão de documentos da administração governamental americana, há também grande influência da arquivística espanhola, que pode ser percebida pela análise da literatura utilizada pelos autores e pesquisadores brasileiros.

O perfil de instituição arquivística adotado no Brasil seguiu, durante muitos anos, o modelo francês²³ (Estevão & Fonseca, 2010; Fonseca, 2005; Tanus & Araújo, 2013), instituído no século XVIII, até que, com o surgimento da gestão de documentos, passou a ter grande influência também o modelo americano²⁴, inclusive na atuação das instituições arquivísticas que passaram a olhar para as instituições produtoras e para os documentos arquivísticos, visando a implantar rotinas de controle, desde o momento de produção desses documentos, até sua destinação final.

A adoção teórica e prática da gestão de documentos representou um novo ciclo para Arquivística e, conseqüentemente, para os arquivos. Especificamente com relação às instituições arquivísticas, esta mudança de modelo representa a primeira grande ruptura com a tradição arquivística no modelo francês, no qual o foco da instituição arquivística estava centrado na guarda, preservação e acesso aos arquivos permanentes. “A ideia de que os documentos arquivísticos podem cumprir um ciclo de vida caracterizado por fases corrente, intermediária e permanente alterou profundamente a arquivologia praticada até a Segunda Guerra Mundial” (Jardim, 1988).

Em 1988, José Maria Jardim, na ocasião diretor da divisão de pré-arquivo do Arquivo Nacional do Brasil, publicou suas reflexões abordando questões teóricas sobre a gestão de documentos e a prática na realidade brasileira, quando afirma que “a gestão cobre

²³ Fonseca (2005, p. 39) destaca que “as instituições arquivísticas, como hoje concebemos, remontam à criação, em 1789, do Arquivo Nacional da França [...]”.

²⁴ Em 1960 T. R. Schellenberg visitou o Arquivo Nacional do Brasil, a convite do então Diretor-Geral da instituição, José Honório Rodrigues, com o objetivo de produzir um diagnóstico da instituição e orientar sobre as melhores práticas arquivísticas a serem adotadas pela instituição brasileira.

todo o ciclo de existência dos documentos desde sua produção até serem eliminados ou recolhidos para arquivamento permanente, ou seja, trata-se de todas as atividades inerentes às idades corrente e intermediária” (Jardim, 1988, p. 35).

O autor, em seu texto, aborda o conceito e principais objetivos da gestão de documentos, explicando seu contexto de criação nos Estados Unidos e Canadá e ressaltando que, embora esta prática seja datada de meados dos anos 1940, “possuía raízes já no final do século XIX” (p. 36). Explica, ainda, como a gestão de documentos vinha sendo discutida por autores internacionais e quais os impactos das práticas de gestão de documentos nas instituições governamentais.

É preciso ressaltar, no entanto, a própria criação de uma unidade administrativa, no Arquivo Nacional brasileiro em 1975, cuja denominação assumida na ocasião foi Divisão de Pré-Arquivo. Assim como no contexto arquivístico francês, onde o termo adotado foi *pré-archivage*, também no Brasil o termo utilizado para designar a unidade administrativa responsável pela gestão de documentos supostamente reproduzia a lógica de divisão norte-americana entre *records* e *archives*, ainda que não se possa afirmar a reprodução de tal modelo integralmente, conforme configuração dada pela separação entre *records* e *archives*.

A Divisão de Pré-Arquivo do Arquivo Nacional do Brasil, estabelecida em 1975, deu origem à Divisão de Gestão de Documentos, a partir de 1991, na qual um dos setores criados vinculados à divisão foi a Seção de Arquivos Intermediários, que tinha, entre suas atribuições, a responsabilidade de “realizar o processamento técnico dos documentos que aguardam destinação final em depósito de armazenagem temporária” (Portaria nº 384 do Ministério da Justiça do Brasil, 1991).

No Brasil, durante muito tempo, em uma época em que o intercâmbio de experiências e o acesso a literatura internacional não era tão facilitado como nos dias atuais, a publicação “Arquivo: teoria e prática”, de Marilena Leite Paes, cuja primeira edição data de 1986, foi uma das poucas referências de leitura, em língua portuguesa, para os arquivistas brasileiros. O trabalho, é preciso ressaltar, é produto da experiência profissional da autora que, por muitos anos, dedicou-se ao tratamento e organização dos arquivos. Conforme

afirma Paes, na apresentação da primeira edição, deverá servir como “introduzir os interessados nos complexos labirintos das técnicas de arquivo” (Paes, 2005).

Já no sumário, a autora dedica uma seção à gestão de documentos, a qual subdivide em arquivos correntes e arquivos intermediários. E uma outra seção, dedica-se aos arquivos permanentes. A divisão do sumário já reflete a própria divisão de fases da teoria das três idades. Paes afirma que, em um contexto de pós-guerra, dada a incapacidade de as instituições (principalmente as governamentais americanas) gerenciarem os grandes volumes de documentos acumulados surgiu a teoria das três idades e a gestão de documentos (2005, p. 53).

Paes explica, ainda, que os arquivos passam por diferentes “estágios de evolução” e que a metodologia de tratamento deverá ser específica para cada estágio dos arquivos. Tais fases, a autora explica, foram estabelecidas por Jean-Jacques Valette (1973) “como as três idades dos arquivos: corrente, intermediária e permanente”. A autora afirma, também, que “para cada uma dessas fases — que são complementares — corresponde uma maneira diferente de conservar e tratar os documentos e, conseqüentemente, uma organização adequada” (2005, p. 21-22).

Assim como Marilena Leite Paes, Heloísa L. Belloto foi mais uma das poucas referências teóricas no tratamento de arquivos no Brasil durante muitos anos, com o livro *Arquivos Permanentes – tratamento documental*²⁵, cuja primeira edição foi publicada em 1988. A autora, uma das mais tradicionais e de maior alcance na arquivística brasileira, afirma que a teoria das três idades sistematiza uma distribuição entre a administração e a história (2004, p. 30) através da passagem dos documentos entre as fases, desde a corrente à permanente. Já na primeira seção da obra, Belloto dedica-se a abordar o ciclo vital dos documentos e explicar que tais fases correspondem à divisão dos arquivos entre as fases corrente, intermediária e permanente.

²⁵ A primeira edição da obra *Arquivos Permanentes – tratamento documental*, de Heloísa L. Belloto foi publicada em 1988.

A primeira é a dos arquivos correntes, nos quais se abrigam os documentos durante seu uso funcional, administrativo, jurídico, sua tramitação legal; sua utilização ligada às razões pelas quais foram criados. (...)

A segunda fase – a do arquivo intermediário – é aquela em que os papéis já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativa, mas ainda podem ser utilizados pelo produtor. Permanecerão em um arquivo que já centraliza papéis de vários órgãos, porém sem misturá-los ou confundi-los pelo prazo aproximado de 20 anos. É nessa fase que os documentos são submetidos às tabelas de temporalidade, que determinam seus prazos de vigência e de vida, segundo as respectivas tipologia e função. (...)

Abre-se a terceira idade aos 25 ou 30 anos (segundo a legislação vigente do país, estado ou município), contados a partir da data de produção do documento ou do fim de sua tramitação. A operação denominada recolhimento conduz os papéis a um local de preservação definitiva: os arquivos permanentes (Bellotto, 2004, pp. 23-24).

Percebe-se que o entendimento de Bellotto sobre a teoria das três idades vai ao encontro da interpretação de alguns outros autores para os quais a divisão dos arquivos em correntes, intermediários e permanentes, corresponde à explicação do ciclo de vida dos documentos. Mesma interpretação apresentada por Helen Chatfield em 1940.

Bellotto não utiliza, em nenhum momento, o termo teoria das três idades. Apenas afirma que “o ciclo de vida dos documentos compreende três idades” e explica mais adiante que “a própria localização física dos arquivos correspondentes às três idades dos documentos já demonstra suas especificidades” (2004, p. 25). Segundo explica a autora, o arquivo corrente deve ser mantido junto ao produtor para que seja possível manter o acesso ágil aos documentos. O arquivo intermediário, por ter consulta menos frequente que os arquivos correntes, pode ser mantido em local mais barato (e mais afastado), uma vez que os documentos neste estágio aguardam a seleção para serem eliminados ou seguirem para a guarda definitiva. O arquivo de terceira idade são os que, na ótica de Bellotto, interessam mais a pesquisadores do que aos produtores destes documentos e por esta razão devem estar

em locais de fácil acesso e dotados de estrutura para consulta por parte dos usuários (Bellotto, 2004).

Outras obras, por muito tempo referências únicas no tratamento dos arquivos no Brasil, caso, por exemplo, das publicações traduzidas dos arquivistas holandeses, de Schellenberg e da dupla de arquivistas canadenses Rousseau e Couture.

Enquanto autores portugueses já referenciados na seção anterior defendiam que a gestão de documentos, assim como a divisão dos arquivos, não representou qualquer contribuição ao desenvolvimento da Arquivística, ao pesquisar sobre os fundamentos teóricos e metodológicos na elaboração de instrumentos de gestão de documentos, Ana Célia Rodrigues (2002) explora o surgimento da teoria das três idades atrelado ao surgimento da gestão de documentos e afirma que

O reflexo destas mudanças ocorridas, primeiramente nos Estados Unidos e Canadá, se fez sentir na arquivística pelo enunciado de uma nova concepção de arquivo, fundamentada na teoria das três idades, princípio pelo qual os documentos passam por fases estabelecidas de acordo com sua vigência administrativa e frequência de consulta: idade corrente, intermediária e permanente.

A adoção desta teoria revolucionou o uso dos arquivos e a própria Arquivística, ocorrendo transformações de ordem conceitual e prática. Surge um modelo sistêmico de organização de arquivos, onde o documento passa a ser controlado desde o momento de sua produção até sua destinação final: eliminação criteriosa ou guarda permanente, definido como gestão documental (A. C. Rodrigues, 2002, p. 26).

Conforme já foi apontado, identificar na literatura os diversos elementos que perpassam a criação da teoria das três idades, acaba por perceber um entrecruzamento indissociável com o surgimento e desenvolvimento da gestão de documentos. Não são partes dependentes entre si, mas estão relacionadas muito intimamente, uma vez que tinham como objetivo principal reduzir os gastos com manutenção de documentos e, ainda, por ter

sido a difusão sobre um estágio de guarda entre o arquivo corrente e o permanente, consequência da difusão teórica e prática de gestão de documentos.

Ao analisar a institucionalização da Arquivística, Fonseca (2005) aborda, ainda que de forma resumida, o processo que deu origem à gestão de documentos e à teoria das três idades, onde além de explicar a criação dos *records centers*, subordinados ao *National Archives and Records Service*, como depósitos de baixo custo e com armazenagem eficiente para documentos, enquanto aguardavam sua destinação final.

Fonseca avalia também o impacto das intervenções, por etapas do ciclo de vida dos documentos — “produção, utilização, conservação e destinação” — na redefinição do campo arquivístico, pois, segundo a autora, este impacto pode ser mensurado a partir da “cisão, típica da arquivística norte-americana e de alguns países anglo saxônicos, entre arquivistas, profissionais encarregados dos arquivos permanentes, e *records managers*, profissionais encarregados da gestão de documentos”, constituindo, portanto, categorias profissionais distintas (2005, pp. 46-47).

Por outro lado, o autor Aurelio Tanodi, reconhecido por traduzir reflexões da Arquivística na Argentina, explora as fases dos arquivos como arquivos “vivos, concluídos e históricos”. Tanodi faz equivalência dos termos para explicar melhor o que pretende e relaciona os arquivos vivos ao termo *records*, em inglês, e ao termo *registratur*, em alemão (Tanodi, 2009, pp. 109-110). Exemplifica, ainda, que os arquivos vivos também são conhecidos por arquivos administrativos, podem ser subdivididos em correntes e de depósito. Para o termo arquivo concluído, embora o autor explique que os arquivos concluídos irão compor os arquivos históricos, esclarece que se trata dos arquivos também reconhecidos por arquivos mortos²⁶.

Os termos apresentados por Tanodi ainda não tinham sido identificados em qualquer obra consultada para o desenvolvimento desta pesquisa. Entretanto, reconhece-se que são termos comumente utilizados, principalmente por instituições sem profissionais com formação em Arquivística. É preciso destacar que essa imprecisão terminológica pode ser

²⁶ No Brasil o termo arquivo morto faz referência às massas documentais acumuladas, grandes volumes de documentos arquivísticos que não passaram por qualquer processo de identificação, classificação e avaliação.

indicada como uma das maiores fragilidades na instituição da Arquivística como campo científico, conforme já discutido anteriormente.

Como produto de muitas pesquisas realizadas no campo dos arquivos diversas reflexões de pesquisadores brasileiros têm contribuído para a compreensão do desenvolvimento das práticas e das teorias arquivísticas. Uma das autoras que vieram movimentar o universo das publicações arquivísticas, no Brasil, foi Roseli C. Rondinelli, cujos estudos estão voltados às práticas de gestão de documentos em ambiente digital.

A primeira publicação da autora, em 2002, propõe reflexões teóricas acerca do gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos, quando Rondinelli afirma “No bojo do conceito de gestão de documentos está o ciclo vital, ou teoria das três idades” (2002, p. 41). Segundo ela tal conceito viria a causar uma ruptura profissional nos países anglo-saxões “geradores do conceito de gestão de documentos” (p. 42), onde os arquivistas estariam dedicados aos arquivos permanentes, *archives* nesses países anglo-saxônicos, enquanto os *records managers* estariam ocupados dos documentos em fases corrente e intermediária. Rondinelli, no entanto, faz ressalvas

Verifica-se, assim, uma ruptura não só entre os profissionais de arquivo dentro dos EUA e Canadá, como também em relação aos que atuam na Europa e América Latina, já que, nesses continentes, o conceito de ciclo vital não foi entendido de maneira estanque, ou seja, as fases corrente, intermediária e permanente, pelas quais o documento arquivístico passa, não foram vistas como excludentes uma da outra, e, conseqüentemente, não houve o surgimento de uma nova categoria profissional.

Ao final do século XX o conceito de ciclo vital apresentava o seguinte quadro: aceitação unânime de um lado e aplicação diferenciada de outro (Rondinelli, 2002, pp. 41-42).

Rondinelli não deixa de lembrar que as novas demandas oriundas da produção de documentos produzidos em meio eletrônico, fizeram com que muitos princípios e métodos da Arquivística fossem revisitados “inaugurando o que se constitui no quinto marco histórico dessa área do conhecimento” (2002, p. 42).

Ao analisar a institucionalização da arquivologia no Brasil, Paulo Roberto Elian dos Santos esclarece sobre o desenvolvimento da teoria das três idades e os conceitos, métodos e técnicas relacionados a esta teoria, especificamente nos Estados Unidos e no Canadá. Santos afirma que, no período anterior ao surgimento da teoria das três idades “o gerenciamento dos arquivos encontrava-se, desde meados do século XIX, sob a dicotomia valor histórico/administrativo dos documentos” (2008, p. 19). P.R.E dos Santos esclarece que o Arquivo Nacional do Brasil, sob direção de José Honório Rodrigues (de 1958 a 1964), esboçou um projeto de Sistema Nacional de Arquivos que seria “uma das primeiras tentativas de aproximação das noções de valor histórico e administrativo” (2008, pp. 19-20).

P. R. E dos Santos afirma, ainda, que a teoria das três idades é também denominada ciclo vital dos documentos e que representa as sucessivas fases por que passam os documentos desde o momento em que são criados até sua destinação final (2008, p. 20).

Indolfo, ao contrário de Rondinelli e Santos, não se refere às fases ou idades dos arquivos como ciclo de vida. Para abordar as questões teóricas da avaliação de documentos nos arquivos, a autora explica, utilizando como referência o manual produzido pelo Arquivo Nacional do Brasil (2005), que a teoria das três idades é uma teoria segundo a qual os arquivos são considerados correntes, intermediários ou permanentes (Indolfo, 2013a).

Schmidt (2015), por sua vez, em sua pesquisa doutoral que busca identificar o objeto científico da Arquivologia, explica que, no Brasil, convencionou-se denominá-la como sinônimo de ciclo vital dos documentos. Mais adiante, a autora aborda as origens da teoria das três idades e aponta para Philip Brooks como precursor desta teoria, reconhecendo, logo em seguida, entretanto, que coube ao historiador belga Carlos Wyffels, em 1972, um aprofundamento teórico para explicá-la.

Interessa-nos particularmente o problema apresentado por Schmidt, no qual a autora afirma que, da mesma forma que o princípio da proveniência e o da ordem original, a teoria das três idades e o ciclo vital dos documentos apresentam-se “à concepção de diferentes definições” (p. 152). Para explicar as relações entre os dois conceitos, utiliza, como

referência, a autora espanhola Mendo Carmona e o português Armando Malheiro, para em seguida concluir com a análise de Vanderlei Batista dos Santos.

Para Mendo Carmona, o ciclo de vida dos documentos, concebido no âmbito dos relatórios apresentados pela Comissão Hoover (1949 e 1953), é um dos princípios que fundamentam a metodologia arquivística e refere-se às distintas fases pelas quais passa o documento, desde sua criação à sua destinação final, correspondendo tais fases às idades corrente, intermediária e permanente (Mendo Carmona, 2004). Para Silva *et al* (1999, p. 207), o “apotídico princípio das três idades” pode ter suas raízes na Itália, no início do século XX, e corresponde a questões meramente práticas para instalação dos documentos.

Em 2011 Vanderlei Batista dos Santos pesquisou a consolidação, reafirmação e atualização dos fundamentos da teoria arquivística tendo como marco a publicação do manual dos arquivistas holandeses, em 1898. Na seção dedicada aos princípios arquivísticos, o autor abordou a proveniência, ou respeito aos fundos, a ordem original, a territorialidade e, por fim, o ciclo vital dos documentos e teoria das três idades.

V. B. dos Santos, antes de iniciar a seção dedica ao ciclo vital dos documentos e a teoria das três idades, explica que apesar de a teoria das três idades, assim como a ordem original, não atender aos requisitos para ser considerada como um princípio, foi incluída na análise dada a sua repercussão na literatura arquivística. Para o autor “uma importante contribuição à fundamentação teórica da Arquivística é a constatação da existência de um ciclo de vida documental, muitas vezes, apresentado na literatura como sinônimo da teoria das três idades, desenvolvido no contexto que originou, também, o entendimento do que é gestão documental” (V. B. dos Santos, 2011, p. 184).

Apesar de esclarecer que muitos autores da literatura arquivística (como Lodolini, Couture e Rousseau) percebem ambos os termos como sinônimos, V. B. dos Santos esclarece que a conclusão não foi baseada apenas na literatura arquivística brasileira. O autor reconhece que o ciclo vital dos documentos e a teoria das três idades são conceitos distintos, ainda que complementares. O autor explica que apesar da associação indicada em muitos autores, a diferenciação entre os termos também possui muitos adeptos e esclarece que a teoria das três idades é derivada da instituição de um processo de avaliação de documentos pautado na identificação de valores primários e secundários.

Ainda sobre a relação entre as três idades e o ciclo de vida dos documentos, V. B. dos Santos afirma que “do princípio do ciclo vital, embora geralmente mencionada uma criação simultânea, deriva a teoria das três idades, que busca explicar detalhes adicionais do ciclo, interpretando e propondo uma aplicação prática” (2011, p. 185).

Por fim, V. B. dos Santos afirma que o ciclo vital dos documentos e a teoria das três idades, a partir da análise realizada, podem ser considerados princípios arquivísticos, pois “é um conceito geral, aplicável a qualquer realidade documental arquivística e plenamente aceito pela comunidade (2011, p. 187).

Mais um exemplo dos apontamentos evidenciados por Santos e que pode ser identificado na literatura arquivística sul-americana é a análise de Anna Szlejcher, arquivista e professora da Universidade de Córdoba, na Argentina, que explica que a teoria do ciclo de vida dos documentos foi desenvolvido pelos países anglo-saxônicos “a fin de poder establecer la unión em su evolución temporal, através de los archivos administrativos (de gestión, centrales o intermédios) e históricos o generales” (2017, p. 58).

Angelica Alves da Cunha Marques, para analisar a trajetória da Arquivologia no Brasil, em 2013, explica também o percurso da área e aponta quais os princípios que regem a Arquivologia. Do quadro da autora constam quatro princípios arquivísticos que, assim como fez V. B. dos Santos, são enumerados: o princípio da proveniência, o respeito à ordem original, a territorialidade e a teoria das três idades, que a autora identifica como uma “abordagem apoiada nas etapas de vida dos documentos, contempla os arquivos correntes, intermediários e permanentes” (2019, p. 58).

Para a teoria das três idades, Marques explica, ainda, que “embora o seu uso seja corrente no Brasil, não a identificamos nos principais dicionários brasileiros da área e, mesmo que não seja um princípio consideramos esta teoria tendo em vista a sua repercussão teórica” (p. 58).

Uma pesquisa mais recente, dedicada a estudar o ciclo de vida dos documentos no contexto das novas demandas oriundas da gestão de documentos digitais, à luz do modelo de *records continuum*, foi desenvolvida por Costa Filho (2016). Na pesquisa, o autor mapeou o surgimento do ciclo de vida dos documentos e pontuou sua frequente associação

à teoria das três idades, reconhecendo que, muitas vezes o ciclo vital e as três idades são tratadas como sinônimos (2016, p.51).

Entretanto, ainda que Costa Filho reconheça, ao longo de sua análise, as diversas abordagens que identificam o ciclo de vida e as três idades como sinônimos, conclui sua exposição corroborando com a distinção de ambos, assim como Santos (2011), e explica que “a teoria das três idades consiste em uma interpretação do conceito de ciclo vital, sobretudo no que concerne à sua aplicação prática” (Costa Filho, 2016, p. 56).

É importante salientar, conforme apontam V. B. dos Santos (2011) e Costa Filho (2016), que no contexto brasileiro, a teoria das três idades encontra-se institucionalizada pela legislação arquivística, vigente desde 1991. A lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Em seu artigo 8º define que os documentos públicos são identificados como correntes, intermediários e permanentes, explicando, então, o que compreende cada estágio, baseado na frequência de uso dos documentos e na identificação valor secundário para guarda permanente.

A lei nº 8.159 de 1991, também conhecida no Brasil por lei de arquivos, representa não somente um marco regulador no campo dos arquivos, mas, também, a partir do momento que conceitua termos utilizados para sua regulação, funciona também como uma parametrização na forma como os profissionais, ao menos da esfera pública, deverão compreender as três idades dos arquivos, no âmbito de suas atuações profissionais.

A forma como a teoria das três idades está retratada na literatura arquivística brasileira, assim como na legislação, tende a refletir mais como esta teoria foi percebida do que a forma como ela foi adotada nas práticas de gerenciamento arquivístico das organizações.

3. ENCONTROS E DESENCONTROS: CONCEITOS, TERMOS E DEFINIÇÕES PARA AS TRÊS IDADES NOS DIFERENTES CONTEXTOS ARQUIVÍSTICOS

A construção desta seção cumpre a função de apresentar os dados coletados nas cinco fontes relacionadas na seção relativa ao percurso metodológico para verificação sobre o uso e difusão da teoria das três idades. Dedicar-se a apresentar como a divisão dos arquivos em diferentes estágios de guarda está abordada, se há e qual é a designação terminológica, como está adotada e como se desdobra nos diferentes contextos arquivísticos locais.

Após uma primeira construção teórico-conceitual historicizada sobre as três idades nos arquivos, foram identificados os termos explorados pelos principais autores do campo arquivístico no cenário internacional. A partir dessa identificação, foram selecionados cinco tipos de fonte, conforme explicado na seção relativa ao percurso metodológico, a saber:

1. Estudos RAMP:

Foram selecionados onze documentos que abordam especificamente a divisão dos documentos e/ou arquivos em fases corrente, intermediária e permanente, ou o termo e especificação do conceito de ciclo de vida dos documentos, já que, para muitos autores, são sinônimos. Os onze estudos, utilizados aqui como referência, foram publicados no período de 1981 a 1991.

2. Legislação arquivística

Foram identificadas e verificadas as leis que tratam da temática arquivística, sejam exclusivamente arquivísticas ou não, nos seguintes países: Itália, França, Portugal, Espanha, Estados Unidos da América, Canadá, Brasil e Colômbia.

3. Léxicos internacionais:

Foram verificados todos os dicionários e glossários que indicam o conceito atribuído a cada termo relacionado. Portanto, considerando os idiomas relacionados pelo DIBRATE: espanhol, francês, italiano, inglês e português, buscaram-se os léxicos internacionais produzidos nos idiomas citados.

Como uma última fonte de busca por termos e conceitos, de forma a complementar a compreensão no plano internacional, foi utilizado o *Multilingual Archival Terminology*, do *International Council of Archives* (ICA), uma vez que o banco de dados de terminologia arquivística do Conselho Internacional de Arquivos é interativo e alimentado por profissionais e pesquisadores locais de cada país.

4. Manuais arquivísticos institucionais

Dos manuais recuperados na busca, foram relacionados, para análise, somente os produzidos a partir de 2008, acrescentando-se somente um fora do período indicado: o da University of British Columbia. Uma vez que não foi identificado na pesquisa nenhum outro manual posterior ao ano de 2008, em inglês, optou-se por deixar o documento em inglês mais próximo da data de corte (o manual da UBC é de 2007).

Ressalta-se, ainda, que, no caso dos manuais canadenses, foram utilizados dois: um em francês e outro em inglês (uma vez que os dois idiomas correspondem à línguas oficiais do país). Nos demais países, optou-se por utilizar somente os manuais mais recentes identificados na busca, deixando um documento por país.

4. Pesquisas acadêmicas (teses de doutoramento e dissertações de mestrado).
As pesquisas, aqui utilizadas, foram buscadas na base *Networked Digital Library of Theses and Dissertations* (NDLTD), por ser um catálogo coletivo mundial de teses e dissertações, patrocinado pela UNESCO, que visa a ampliar o uso e o intercâmbio de pesquisas de acesso aberto. Dois termos foram buscados na base: *records management* e *records life cycle*. Para o termo *records management*, foram analisadas 14 dissertações de mestrado e sete teses de doutoramento (após aplicados todos os critérios de inclusão e exclusão, descritos na seção relativa ao percurso metodológico). Para o termo *records life cycle* foram analisados aqui duas pesquisas: uma dissertação de mestrado e uma tese de doutoramento.

Importa lembrar aqui que a utilização de leis de arquivo e manuais institucionais cumprem a função de representar a perspectiva da teoria das três idades também sob a ótica dos profissionais que atuam nos arquivos, uma vez que se trata de uma referência teórica eminentemente de cunho prático. Por esta razão, os documentos que formalizam as interpretações da literatura foram também utilizados como referência: as leis de âmbito arquivístico (no nível mais geral) e os manuais institucionais (no nível mais específico de interpretação e conceituação), ambos voltados a subsidiar as práticas profissionais no campo dos arquivos, mas que representam também a compreensão da percepção teórica acerca do tema.

Cabe elucidar que, nesta seção, são apresentados os dados coletados em cada grupo de fontes (estudos RAMP, leis de arquivo, léxicos, manuais institucionais e pesquisas acadêmicas). O resultado da análise, sobre os aspectos verificados, encontra-se contemplado na próxima seção, dedicada exclusivamente a expor a análise dos dados.

Assim, para além desta compreensão, é preciso analisar o que se entende por três idades, em cada contexto específico também para isolá-la de um outro conceito que historicamente vem sendo usado como sinônimo para teoria das três idades em diversos dicionários e normas, o de ciclo de vida dos documentos.

3.1. ICA e UNESCO: a participação dos estudos RAMP

Neste mesmo contexto, em que se desenvolvia a gestão de documentos, principalmente nos Estados Unidos, foi criado em 1950, em Paris, durante o I Congresso Internacional de Arquivos, o *International Council on Archives*, visando a viabilizar uma cooperação internacional no campo arquivístico, assim como nivelar conceitos e fundamentos, cuja atuação, neste cenário arquivístico internacional, teve papel fundamental,

tanto na adoção de modelos quanto na difusão de conceitos arquivísticos desenvolvidos em outras realidades.

Conforme Santos, aponta “Iniciava-se um longo processo de edição de publicações voltadas para a divulgação dos princípios teóricos e das práticas arquivísticas associadas aos arquivos do mundo desenvolvido” (P. R. E. dos 2008, p. 92). Os estudos desenvolvidos no âmbito do RAMP, para além de oferecer muitos trabalhos sobre funções e educação arquivística, fornecem também um valioso quadro sobre as práticas arquivísticas no mundo (Cox, 1990).

A partir do fim dos anos de 1970, e durante os anos de 1980, o *International Council on Archives*, em cooperação com a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), iniciou o *Record and Archive Management Programme* (RAMP), que deu origem a primeira publicação do ICA, o *Ramp Studies*. Esta série de estudos tinha como finalidade²⁷:

- Conscientizar o público em geral e tomadores de decisão sobre a importância dos arquivos para o planejamento e desenvolvimento da salvaguarda do patrimônio nacional;
- Assistir os Estados-membros no estabelecimento de infraestruturas de gestão de registros e arquivos eficientes por meio de padronização, legislação arquivística, treinamento e melhoria de infraestrutura (prédios e equipamentos); e
- Promover debates internacionais sobre as principais questões na área de arquivologia.

No âmbito dos estudos RAMP, a parceria UNESCO e ICA pretendia apresentar uma série de estudos para o desenvolvimento das atividades, em diversos segmentos arquivísticos. Para cada uma das propostas a serem construídas, eram formadas parcerias

²⁷ Informações retiradas da página da UNESCO: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/libraries-and-archives/>.

do ICA/UNESCO com profissionais da área, para que se elaborasse um estudo e se consolidasse um documento final. Muitos dos estudos, desenvolvidos no âmbito deste projeto, tornaram-se referência para tratamento dos arquivos em diversos países, assim como passaram a compor a literatura arquivística amplamente utilizada em diversas pesquisas.

O primeiro estudo, utilizado aqui como referência foi de 1981, *The Use of sampling techniques in the retention of records: a RAMP study with guidelines*, de Felix Hull. O autor relaciona um quadro de referência sobre o tema da avaliação de documentos, com alguns pontos que são analisados por ele. Em um dos pontos afirma

Nevertheless, appraisal is but the core, the very heart, of the larger concept of records management and over the years an entirely new emphasis has arisen which relates to the creation, maintenance and use of records rather than only to their destruction, so that, in current terms, the control to be exercised over records covers their whole life-cycle. (Hull, 1981, p. 3)

Ainda que o autor não apresente uma conceituação do que entende por ciclo de vida dos documentos, explica que é uma perspectiva da avaliação e da gestão de documentos e que está focada na criação, manutenção e uso dos documentos, durante todo seu ciclo de vida.

O estudo seguinte foi o apresentado por James Rhoads, em 1982, *The Applicability of UNISIST guidelines and ISO international standards to archives administration and records management: a RAMP study*. Neste primeiro estudo de Rhoads para a Unesco o autor não define ciclo de vida, mas aponta que “both reprography and terminology are essential tools in the management of records through their entire lifecycle, from creation to eventual disposition (Rhoads, 1982, p. 5).

O estudo desenvolvido no ano seguinte (1983), por Frank Evans e Eric Ketelaar, *A Guide for surveying archival and records management systems and services: a RAMP study*, mirava nas instituições arquivísticas públicas visando a auxiliar na elaboração de pesquisas institucionais que pudessem colaborar para a padronização de procedimentos,

termos e conceitos. Evans e Ketelaar não citam um termo para designar a divisão de fases entre os documentos, assim como também não usam o termo ciclo de vida, mas explicam

Efforts to rationalize the creation, maintenance and use, and disposal of these modern records have resulted in the establishment of Records Management Programmes in a number of industrialized countries, and to closer relations between those responsible for 'administrative archives' (current and semi-current records) and those responsible for 'historical archives' in both industrialized and developing countries. (Evans & Ketelaar, 1983, p. 1).

Após esclarecer sobre o aumento de volume de documentos, no último meio século, os autores, ainda que sem usar termos específicos para designar tanto o ciclo de vida, quanto as três idades, abordam a “criação, manutenção, uso e destinação” e também a divisão entre os arquivos administrativos e os históricos.

Já no segundo estudo desenvolvido por Rhoads, em 1983, para a Unesco, no âmbito dos estudos RAMP, o autor escreve o documento *The Role of archives and records management in national information systems: a RAMP study*. Neste, são apontadas diversas atividades prioritárias para o desenvolvimento da gestão de documentos e a administração de arquivos nos sistemas nacionais de informação, amplamente apoiados pela UNESCO, na época, principalmente nos países em desenvolvimento.

Rhoads (1983) destaca a importância, para a gestão destes documentos, que sejam designados ou construídos espaços ou depósitos com a exclusiva finalidade de manter os documentos de arquivo. Para Rhoads, a gestão de documentos era a base fundamental na formação dos arquivos (permanentes).

Good archives are dependent, in significant measure, on effective records management programmes, for only when they exist is there assurance that records likely to be of permanent value are created on durable materials, are organized so that they can be easily retrieved, are adequately cared for during the active period of their existence, and are properly scheduled, appraised and transferred to the archives.

Archival management focuses on preserving and facilitating the use of records of permanent value (Rhoads, 1983, p. 51).

A ideia de retratar as diferentes fases pelas quais passam os documentos de um arquivo, durante a vida dos documentos, para além de explicar que os documentos podem ter um tempo de vida útil, trouxe à Arquivística conflitos terminológicos e conceituais, que serão analisados mais adiante.

É importante destacar que, dentre as propostas apresentadas por James Rhoads consta um modelo de avaliação dos programas de gestão de documentos. Este modelo, adotado por países como o Brasil, identifica que a gestão de documentos é aplicada em diferentes níveis pelas instituições. Conforme aponta o autor, um programa de gestão de documentos pode enquadrar-se em um dos seguintes níveis:

The Minimal Level.: A government can hardly be said to have a records management programme unless it has, as a minimum, systems in place for the development of records retention and disposition schedules, procedures for the timely disposal of records pursuant to the provisions of those schedules, and procedures for transfer to the national archives of records that have been appraised as having permanent value;

The Enhanced Minimal Level: This level embodies the scheduling, disposal, appraisal and transfer systems of the "minimal level" supplemented by the existence and systematic use of one or more records centres;

The Intermediate Level: This level includes the systems and services in the "enhanced minimal level" as well as other basic sub-programmes which would usually include forms design and management, correspondence management, reports management, development of filing and retrieval systems, files management and a vital records programme;

The Optimal Level: This level encompasses all, or essentially all, of the systems and services described in Section 3.1 and includes, in addition to those in the "intermediate

level," directives management, mail and telecommunications management, office copying machine management, management information systems, systems analysis, and the use of word and text processing in the generation of correspondence, reports and directives, and in the completion of forms. As a rule, records management programmes at the optimal level will be characterized by utilization of computer and reprographic technology in a variety of applications (Rhoads, 1983, pp. 38-39).

Como um dos níveis de aplicação de programas de gestão, no nível mínimo ampliado, definido por Rhoads, é apontada a necessidade de instalação e manutenção de depósitos de arquivos, para manter os documentos que já não servem à administração que os gerou, enquanto aguardam a destinação final.

O estudo de Marie Charlotte Stark, *Development of records management and archives services within United Nations Agencies: a RAMP study with guidelines*, de 1983, que tinha por objetivo auxiliar as agências da UNESCO no desenvolvimento de uma gestão de documentos e sistemas arquivísticos modernos, tem uma seção dedicada a “managing the life cycle of records and archives”, mas antes registra a importância do estabelecimento de normativas que, entre outras coisas, tenha “Definitions of basic terms, namely, records, stages in their life cycle — current, semicurrent and noncurrent — and specific exclusions from that definition — ephemeral or transitory and nonrecord; archives; record centre/archives; records management, including schedules, transfer and disposal” (Stark, 1983, p. 8).

Stark explica, ainda, mais adiante, sobre a divisão dos estágios nos arquivos, o que define como ciclo de vida. A autora afirma que os estágios do ciclo de vida dos documentos são

Creation — their preparation and receipt or accumulation in the conduct of agency business and retention for record purposes; current maintenance while in active use; and disposal — the actions taken with regard to semicurrent and noncurrent records, following their appraisal, by authorized destruction as having no further reference value, by transfer to a

record centre for continuing reference for specified periods related to their administrative, legal or informational value, pending their destruction as authorized, or by transfer to the archives as having permanent or long-term historical or informational value (Stark, 1983).

Ainda que explique que os estágios do ciclo de vida são criação, manutenção e descarte ou transferência para o *archive*, a autora aponta dentro desta mesma definição, a divisão dos arquivos em fases corrente, semi-corrente e não corrente.

O estudo *Scientific and technological information in transactional files in government records and archives: a RAMP study*, de Wimalaratne, K.D.G. (1984) visa a auxiliar o tratamento de arquivos com informações científicas e tecnológicas. Wimalaratne (p. 1) antes mesmo de se aprofundar no objetivo do documento, considera importante definir o que entende por documentos correntes, semicorrentes e não correntes

Current records: This term is used to refer to those records needed to conduct the current business of the institution or agency. They should be immediately accessible and maintained in prime office space and appropriate filing equipment.

Semi-current records: This term refers to those records no longer needed in office space to conduct current business and which should be retained in Intermediate/Limbo, inexpensive storage.

Non-current records: Those records no longer needed by the agency or institution in conducting current business are referred to as non-current records. Those non-current records where action is complete are closed for transactions and should be disposed of after appraisal.

Archives: The non-current records of an organization or an institution preserved because of their continuing value are referred to as archives. (Wimalaratne, 1984, pp. 1–2).

Mais adiante o autor explica que a importância de separar os documentos semi e não correntes tem como objetivo a redução de custos de armazenamento e que “it is a vital stage in the life-cycle of records” (p. 22).

O estudo produzido por Derek Charman, *Records surveys and schedules: a RAMP study with guidelines*, já na introdução, aponta para a instabilidade terminológica inerente a qualquer campo em transformação, explicando para isso que “Because the basic terms now in use have acquired a variety of meanings in different contexts and countries, this introduction indicates the particular meanings assigned to the terms used in this study” (p. 1). Charman, então, explica a divisão dos arquivos em fases

Current records: records that are regularly used for the current business of an agency, institution or organisation and continue to be maintained in their place of origin or receipt (sometimes called active records);

Semi-current records: records that required so infrequently for current business that they should be transferred to a records centre pending their ultimate disposal (sometimes called semi-active records);

Non-current records: records no longer required for current business which should be either destroyed or transferred to an archival repository (sometimes called inactive records) (Charman, 1984, pp. 1-2).

O autor complementa a análise explicando, ainda, que “Archives are non-current records preserved by the organisations responsible for their creation, or by their successor in function, or by an appropriate archives service, because they are permanent value” (p. 2).

Ressalta-se, no entanto, que a divisão das fases em *current records*, *semi-current records* e *non-current records* é utilizada pelo autor para definir e explicar as etapas do ciclo de vida dos documentos.

Eric Ketelaar, autor de outro estudo RAMP, *Archival and records management legislation and regulations: a RAMP study with guidelines*, de 1985, também aborda a

prática da divisão dos arquivos em fases corrente, semi-corrente ou não corrente. Especificamente sobre os arquivos intermediários, *records centre* ou *intermediate repository* o autor aponta que são “any special building for storage of current or semi-current records would be a records centre” (p. 56).

Para além desta definição, Ketelaar aborda sobre os documentos correntes e os semi-correntes ou não correntes, ao relacionar os países em que os arquivos intermediários são apontados na legislação e os que possuem a função do arquivamento intermediário.

Records centres are referred to in the legislation of Algeria, Brazil, Canada, Federal Republic of Germany, France, Lower Saxony (FRG), Panama, Quebec (Canada), Senegal, Tanzania, United States. In some other countries (e.g. United Kingdom) records centres exist. In Brazil the records centre functions are carried out by the Division du prearchivage of the National Archives. In France, semi-current records (archives intermediaries) may be kept in records centres (depots de prearchivage), administered or supervised by the direction of the Archives de France. In the absence of records centres the semi-current records are kept either in the offices of the records creating agency, under supervision of the Archives, or by the Archives in archival repositories. The time limits for maintaining current records, preservation of semi-current records and disposal are fixed by agreement between the administration concerned and the Archives de France. The USA Federal Record Management Act entitles the Administrator of General Services to establish, maintain and operate records centres for federal agencies (Ketelaar, 1985, p. 56).

O autor relaciona a adoção de depósitos de guarda intermediária a partir da análise da legislação arquivística de países da América do Norte, Europa, América do Sul e Central e África. Um elemento destaca-se dos apontamentos de Ketelaar, pois, segundo o autor, na ausência de depósitos para guarda intermediária de documentos, os arquivos são mantidos nas unidades produtoras dos documentos.

O estudo desenvolvido por Marilia B. Guptil, *Archival appraisal of records of international organizations: a RAMP study with guidelines*, apesar de não conceituar nem utilizar termos para definir a divisão dos arquivos em fases, aborda as funções que abrangem a gestão de documentos e os arquivos, com ênfase no processo de avaliação de documentos. Para isso, Guptil esclarece que a gestão de documentos se refere à criação e ao controle de todos “current, semi- current, and non-current records and their disposition” de uma organização.

No estudo desenvolvido por Peter Masikana, *Archives and records management for decision makers: a RAMP study*, de 1990, o autor explica as razões pelas quais a divisão dos arquivos em fases é o que considera um princípio básico da gestão de documentos. Ainda que denomine tal divisão como ciclo de vida dos documentos, Mazikana explica que os registros devem passar por três fases distintas, ao longo do seu ciclo de vida.

At its creation and through its active usage, the records are said to be current. As their rate of usage declines from the frequent to the infrequent, they move on to the semi-current phase and from there on to the non-current stage. In the latter stage a decision has to be made as to whether or not the records should be disposed of. A mistake is often made by equating non-current records to archives because the two are definitely not equivalent. The various stages of the life-cycle of records should also be distinguished by differences in where the records are to be found. During the current stage the records are kept in the office or registry where they can be accessed with ease as required. As the records become semi-current, they should then be retired from the office and registry into some storage area (Mazikana, 1990, p. 24).

Ainda que explique o uso da divisão dos arquivos em fases, Mazikana foi o primeiro autor verificado, dos estudos RAMP, que aponta, nesta passagem entre as fases diversos problemas e que tende a ser um fator crítico, dentro dos processos da gestão de documentos. Isso ocorreu após longas décadas de uso e disseminação deste modelo de divisão dos arquivos.

Em sua análise, o autor afirma que, de acordo com os dados coletados para seu estudo, identificou que existem dificuldades no processo de transferência dos documentos dos escritórios (arquivos correntes) para os centros de registro/arquivamento (os arquivos intermediários) e que, muitas vezes, este processo ocorre de forma não sistemática e descontrolada. Segundo o autor, sem uma sala ou depósito para os escritórios manterem seus documentos em uso, estes ficam nas salas de trabalho por um tempo muito superior ao da “vida ativa”, sendo mantidos pelas agências criadoras por cerca de 15 a 25 anos.

Cumprir voltar a esclarecer (conforme já evidenciado no capítulo anterior), que os *records center* (os centros de arquivamento intermediário) são depósitos afastados do produtor e, no caso de países como os Estados Unidos, gerenciados pela instituição arquivística governamental, o NARA.

Outro documento que aborda a divisão dos arquivos em fases corrente, intermediária e permanente, foi o elaborado a partir do estudo realizado por Murielle Doyle e André Freniere, *The Preparation of records management handbooks for government agencies: a RAMP study*, de 1991, que teve por objetivo auxiliar na produção de manuais de gestão de documentos em agências governamentais. Ao esclarecer sobre as políticas administrativas que devem preceder à elaboração das diretivas, os autores esclarecem que estas podem ser gerais, no âmbito da gestão de documentos, ou específicas de acordo com a etapa na qual se encontram os documentos. Para explicar que estas políticas podem ser setorizadas por fases, descrevem quais são as fases

Current Records': records that are widely used for administrative or legal purposes. *See 'Current Records'.

'Semi-current Records': records that are occasionally used for administrative or legal purposes.*See 'Intermediate Records'.

'Non-current Records': records that are no longer used for administrative and legal purposes.*See 'Non-current Records': records no longer needed for current business. (Doyle & Freniere, 1991, p. 9).

Explicam, ainda, que o escopo da gestão de documentos começa quando os documentos são produzidos e, se encerra, quando são destruídos ou transferidos para os *archives*. Portanto, Doyle e Freniere detalham os estágios de guarda e especificam que o último estágio de guarda, a permanente, não está incluída no escopo da gestão de documentos.

A análise dos estudos RAMP, produzidos pela parceria ICA e UNESCO (documentos elaborados entre os anos de 1981 e 1991) e selecionados, cumpriu dar a conhecer diferentes formas de abordagens para a divisão dos arquivos em fases ou idades que deveriam ser disseminadas para diversos países, conforme objetivo do programa. Ainda que sem o termo teoria das três idades ou que, em alguns documentos, tenha sido identificado como ciclo vital dos documentos, é importante reconhecer que seja esta uma teoria, modelo ou procedimento, é referenciada pela literatura internacional como uma prática central no gerenciamento dos arquivos e, por esta razão, referenciada em diversos estudos RAMP.

3.2. Leis de arquivo de âmbito nacional

A forma como o campo arquivístico vem se desenvolvendo, nos diferentes países é também resultado da aplicação de diferentes leis e decretos, assim como outras normativas mais específicas, que estabelecem em muitos casos as diferentes práticas arquivísticas, do plano mais geral ao mais particular.

O conjunto dessas normativas locais define e redefine, constantemente, o conjunto de técnicas e procedimentos que devem ser aplicados aos arquivos em cada contexto específico, e estas normativas tendem a refletir um contexto mais amplo, em níveis nacionais, considerando fatores políticos, econômicos, culturais e sociais, vigentes à época de sua definição e implantação.

Evidente está que o impacto dessas normativas, muitas vezes, pode ir além do contexto local e dos objetivos pretendidos com sua implantação. Um exemplo disso é a circular elaborada no Ministério do Interior, na França, no final do século XIX, que é um marco regulamentar, identificado como um dos elementos que marcam a origem do princípio da proveniência, ou princípio de respeito aos fundos. Segundo Duchein (1986, p. 15), essa circular, assinada e divulgada em 24 de abril de 1841, “é a certidão de nascimento da noção de fundo de arquivo”.

Uma lei de arquivos tem, portanto, o papel fundamental de amparar diretrizes específicas, subsidiar decisões e direcionar as ações no tratamento dos arquivos, em seus contextos nacionais, mas também tende a elucidar a compreensão dos contextos e das práticas arquivísticas desenvolvidas localmente e adotadas a partir de referenciais teóricos da área.

Está exposto aqui o conjunto de normas e ordenamentos jurídicos que regula as funções arquivísticas, desenvolvidas em alguns dos países verificados. É preciso ressaltar, no entanto, que os países possuem organização jurídica e administrativa diferentes, por esta razão, em casos específicos, estão expostos regulamentos diversos.

A coleta da legislação foi realizada a partir da verificação dos sítios eletrônicos das instituições arquivísticas nacionais, uma vez que estas têm funcionamento regulado por lei. A partir desta identificação, nos países que não possuíam legislação disponível, nos sítios eletrônicos das respectivas instituições arquivísticas, as leis referenciadas foram buscadas na base legislativa do país, a partir da referência nas páginas destas instituições arquivísticas, a saber: *Direzione Generale Archivi* (Itália), *Archives Nationales de France* (França), *Subdirección General de los Archivos Estatales* (Espanha), Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal), *National Archives and Records Administration* (Estados Unidos da América), *Library and Archives Canada* (Canadá), Arquivo Nacional (Brasil) e *Archivo General de la Nación* (Colômbia).

Em todos os casos, quando a lei que regulamenta as atividades arquivísticas do país não estava disponível na página da própria instituição, era indicada qual a normativa e a base legislativa para a busca.

A partir da identificação das leis nos sítios eletrônicos, foi feita inicialmente uma leitura preliminar para verificar a organização temática da lei e a ocorrência de termos específicos que pudessem ser utilizados. A partir desta leitura prévia, em todas as leis que abordavam ou indicavam a utilização da divisão dos arquivos em idades, foi extraído o trecho relativo para compor esta seção de dados relativos à legislação.

3.2.1. Estados Unidos da América

O sítio eletrônico do NARA reúne e disponibiliza acesso direto a suas leis básicas para gestão de documentos da administração governamental, não redirecionando para outro sítio eletrônico que organiza e disponibiliza todas as referências legais do país. Também não faz referência a quaisquer dispositivos legais precursores da lei atual.

O 44 U.S. Code — *Public Printing and Documents* foi aprovado em 22 de outubro de 1968 e permanece em vigor. Entretanto, suas alterações foram realizadas por meio de emendas aprovadas por leis públicas e o 44 *US Code* corresponde a um compilado de diversas leis que aprovam e alteram os conteúdos específicos.

Em seus capítulos, o código norte-americano define, entre outras disposições, sobre funções, atribuições, responsabilidades e objetivos de atores e agências, relativos aos documentos gerados pela administração governamental dos Estados Unidos.

Uma análise preliminar em todo o 44 *US Code* foi realizada com objetivo de identificar as seções que pudessem conter elementos de interesse da análise, com

abordagens relativas aos *current records*, *records center* e *disposition*. Após esta etapa, foram identificados, como de interesse para pesquisa, os capítulos 29 e 31, relativos à gestão de documentos, com atribuições do NARA (capítulo 29) e das agências federais americanas (capítulo 31) e, por último, foi verificado também o capítulo 33, relativo à disposição de documentos.

Após a leitura dos três capítulos, para verificar os termos e especificidades da lei, foram extraídos os elementos que são trazidos para esta análise como representativos do contexto norte-americano, no que tange à utilização da divisão dos arquivos em fases corrente, intermediária e permanente. O capítulo 29 traz os termos e definições aplicáveis à compreensão da normativa e define que o termo gestão de documentos significa o planejamento, controle, direção, organização, treinamento, promoção e outras atividades que relativas a “records creation, records maintenance and use, and records disposition in order to achieve adequate and proper documentation of the policies and transactions of the Federal Government and effective and economical management of agency operations”.

Este mesmo artigo define que o termo *records disposition* refere-se à eliminação de documentos temporários, transferência de documentos para instalações das agências federais ou para os *records centers*, transferência de documentos de valor histórico ou outro valor para o NARA. Por fim, define por *records centers* o estabelecimento mantido e operado pelo NARA ou por outra agência federal para armazenamento, manutenção, segurança e processamento de documentos que precisam ser mantidos por longos períodos, mas cuja manutenção não precisa ser feita no escritório do produtor.

Já o artigo 31, que dispõe sobre a gestão de documentos pelas agências federais, dispõe, no parágrafo 3103, sobre a transferência de documentos para os *records centers*.

When the head of a Federal agency determines that such action may affect substantial economies or increased operating efficiency, the head of such agency shall provide for the transfer of records to a records center maintained and operated by the Archivist, or, when approved by the Archivist, to a center maintained and operated by the head of the Federal agency (Title 44 US Code - Public Printing and Documents, [s.d.]).

É importante frisar que a transferência de documentos para os *records centers* são definidas, conforme consta, pelo chefe da agência a partir da necessidade de garantir a economia e eficácia na gestão dos documentos das agências governamentais americanas.

O capítulo 33 define regras e procedimentos gerais, relativos à eliminação de documentos. Entre as regras, define que poderão ser eliminados os documentos que, conforme cronograma específico, já não possuam valor administrativo, legal, de pesquisa ou outro que seja suficiente para garantir sua preservação (definitiva).

3.2.2. Canadá

A busca foi iniciada pelo sítio eletrônico da *Library and Archives of Canada*, que também direciona a consulta de leis para uma base de legislação do governo canadense²⁸. Entretanto, não foi preciso realizar busca, pois o sítio eletrônico do LAC direciona direto para o ato legal específico, o S.C. 2004, 11.

A normativa que subsidia as práticas arquivísticas no âmbito governamental é a *Library and Archives of Canada Act* (S.C. 2004, c. 11) cuja seção relativa aos registros governamentais e ministeriais dispõe sobre a destinação dos documentos, onde define que:

a) nenhum documento produzido por instituição governamental pode ser eliminado sem autorização prévia e por escrito do Bibliotecário e Arquivista do Canadá (ou pessoa por ele delegada).

b) a transferência de documentos para a responsabilidade do Bibliotecário e Arquivista será realizada quando ele considerar que os documentos possuem valor histórico

²⁸ A base de legislação do Canadá está disponível em: <https://laws-lois.justice.gc.ca/>

ou arquivístico e mediante acordo entre a instituição governamental ou pessoa responsável pelos documentos.

Ao contrário da legislação dos Estados Unidos, em que há a previsão legal para a passagem de documentos pelos *records centers*, a Lei de Arquivos e Bibliotecas do Canadá não prevê, em seu texto mais geral, a utilização de depósitos para guarda de documentos de valor temporário. A transferência de que trata a lei refere-se à passagem dos documentos das agências produtoras para a responsabilidade do Bibliotecário e Arquivista (cargo mais alto da *Library and Archives of Canada*). O ato não especifica, entretanto, se a transferência de responsabilidade indica transferência física dos documentos para algum local operado pela LAC (*Library and Archives of Canada Act, 2004*).

3.2.3. França

O sítio eletrônico dos *Archives Nationales de France* indica que a legislação deve ser consultada na página específica do governo francês que disponibiliza toda a legislação francesa para consulta. Na base,²⁹ foi realizada busca para o termo *archives* e o primeiro retorno da busca é a Lei nº 79-18 de 3 de janeiro de 1979.

A *Loi n° 79-18 du 3 janvier 1979 sur les archives*, que já orientava pela separação dos documentos, após concluído o prazo de utilização corrente, conforme consta do sítio eletrônico da *Légifrance*, permaneceu em vigor de 5 de janeiro de 1979 a 13 de abril de 2000. A norma publicada em abril de 2000, entretanto, foi novamente revista e atualizada, sendo substituída pelo Código do Patrimônio Francês, para o qual a *Ordonnance n° 2004-178 du 20 février 2004*, constitui sua parte legislativa (*Ordonnance n° 2004-178 du 20 février 2004 relative à la partie législative du code du patrimoine, 2004*).

²⁹ A base *Légifrance* está disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/contenu/menu/droit-national-en-vigueur>.

Neste documento, o Livro II é dedicado aos arquivos, e a Seção 1, do capítulo 2 é dedicada aos arquivos públicos, onde define que, após concluído o período de utilização corrente pelas unidades que produziram ou receberam, os documentos devem ser classificados e separados os que não possuem mais interesse administrativo dos que possuem interesse histórico e deverão ser conservados.

Ainda que não especifique os termos intermediário e permanente em seu regulamento geral, ou determine de forma mais operacional as fases dos arquivos, a legislação francesa determina a seleção e separação de documentos que não tenham mais utilidade administrativa, especificando, inclusive, que esta ação de seleção deverá ocorrer somente após a conclusão da função administrativa do documento arquivístico, e que tal ação tem o objetivo de separar os documentos que ainda tenham interesse administrativo ou histórico, dos documentos destituídos de valor.

3.2.4. Itália

A página da *Direzione Generale Archivi* direciona, na seção relativa às referências normativas dos arquivos, para o sítio eletrônico do *Istituto Centrale per gli Archivi* – ICAR. Este, por sua vez, disponibiliza uma base de dados com todas as normativas relacionadas à produção e ao gerenciamento dos arquivos italianos.

A busca pela lei que regulamenta as atividades arquivísticas na Itália, entretanto, identificou o *Regio Decreto 25 gennaio 1900*, citado por Casanova (1928), que foi a normativa mais antiga identificada e que determina o *Regolamento per gli Uffici di*

registratura e di archivio delle Amministrazioni centrali. Não foi possível identificar, no entanto, se o Decreto Real italiano ainda permanece vigente³⁰.

Destaca-se, ainda, que outros ordenamentos jurídicos foram aprovados nos anos que se seguiram, sendo o mais recente identificado o *Decreto del Presidente della Repubblica 28 dicembre 2000*, n. 445. “Testo unico delle disposizioni legislative e regolamentari in materia di documentazione amministrativa” (Decreto del Presidente della Repubblica 28 dicembre 2000, n. 445, 2000). O decreto atual dispõe, em seus artigos 67 a 69, sobre a gestão de documentos e define, nestes dispositivos, que trata, no artigo 67, sobre a transferência dos documentos do arquivo corrente para o arquivo de depósito; especifica como dever feita e que o responsável pela transferência é o serviço de gestão dos fluxos documentais e arquivo, setor responsável, também, pelas ações especificadas no artigo 68 relativas à definição de critérios para organização, seleção periódica e conservação permanente. O artigo 69 especifica que os documentos selecionados para conservação permanente devem ser mantidos e organizados para que seja facultado acesso pelo Estado.

Assim como já constava da publicação de Casanova, de 1928, citando o decreto real de 1900, portanto, a adoção de estágios de guarda permanece representada na legislação italiana, ainda que sem designação terminológica para tal divisão, apenas mantendo os mesmos termos de *archivio corrente*, *archivio di deposito* e *storico*.

3.2.5. Portugal

No âmbito português, a busca foi iniciada pelo sítio eletrônico da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. O próprio sítio eletrônico da DGLAB, relativos aos

³⁰ Em contato com o *Istituto Centrale per gli Archivi* para consultar sobre a vigência do Decreto Real n. 35 de 25/01/1900, foi respondido apenas que todas as normas arquivísticas italianas estão disponíveis em uma seção do site do ICAR.

arquivos, disponibiliza o Regime Geral dos Arquivos e do Patrimônio Arquivístico na seção relativa à legislação.

O Regime Geral dos Arquivos e do Patrimônio Arquivístico está definido pelo Decreto-Lei n.º 16/1993, que tem o objetivo de “definir os princípios que devem presidir à sua organização, inventariação, classificação e conservação” e, já em seu artigo 4º, sobre os arquivos, aponta algumas definições e determina que os conjuntos documentais passam por três fases: corrente, nos quais os documentos são necessários aos organismos produtores; intermédio, onde os documentos deixaram de ter utilização corrente mas ainda podem ter interesse para a administração do organismo produtor; e definitivo ou histórico, quando os documentos perderam totalmente sua utilidade para o organismo produtor mas devem ser conservados de forma permanente para fins “probatórios, informativos ou de investigação” (Regime geral dos arquivos e do património arquivístico, 1993).

Mais adiante, no artigo 11, Arquivo Intermédio Público, determina que “o órgão de gestão ou qualquer entidade pública, ouvido aquele, podem criar arquivos intermédios, destinados à solução de problemas de arrumação ou preparação de espólios”.

A separação de arquivos em fases está expressa, ainda, no conceito de gestão de documentos, utilizado pela lei portuguesa, para a qual os procedimentos técnicos devem ser aplicados aos documentos nas fases de arquivo corrente e intermédio.

3.2.6. Espanha

No caso da legislação espanhola, o sítio eletrônico do *Ministerio de Cultura e Deporte* da Espanha, na seção relativa a normas e legislação, indica o *Código de Archivos*

y *Patrimonio Documental* e direciona para busca e consulta na biblioteca jurídica do governo³¹.

O *Código de Archivos y Patrimonio Documental* tem como primeiro grupo de normas, a Legislação estatal e os dois grupos subsequentes são de: *normativa preconstitucional vigente e legislacion autonómica* (das 17 regiões autônomas do país). Foi consultada apenas a parte relativa à legislação estatal em vigor e geral para a Espanha. Não foram consultadas as leis das comunidades autônomas.

O *Real Decreto 1708/2011, de 18 de noviembre*, que estabelece o *Sistema Español de Archivos* e regula o *Sistema de Archivos de la Administración General del Estado e de sus Organismos Públicos y su régimen de acceso*, determina diretrizes para a coordenação de critérios arquivísticos aplicáveis à Administração Geral do Estado e aos seus órgãos subordinados. A normativa define em seu artigo 2º, o que entende por ciclo de vida, como “las diferentes etapas por las que atraviesan los documentos desde que se producen hasta su eliminación conforme al procedimiento establecido, o en su caso, su conservación permanente” e mais adiante, em seu artigo 8º, estabelece que os arquivos do Sistema de Arquivos da Administração Geral do Estado, para atender ao ciclo de vida dos documentos se classificam em a) *Archivos de oficina o de gestión*; b) *Archivos generales o centrales de los Ministerios y de los organismos públicos dependientes de los mismos*; c) *Archivo intermedio*; e d) *Archivos históricos*” (Real Decreto 1708/2011, 2011).

O artigo 9º explica que os *archivos de oficina o de gestion* são os arquivos presentes em todos os órgãos, todas as unidades administrativas e em fase de tramitação, utilização e uso administrativo. Estes documentos, cessado o cumprimento de suas funções, serão transferidos aos arquivos centrais departamentais, de acordo com os prazos de guarda definidos no processo de avaliação. O artigo 10 define o que são os *archivos generales o centrales de los Ministerios y organismos públicos*, identificados como os arquivos dos Ministérios e órgãos públicos para custodiarem os documentos, após finalizado o cumprimento de suas funções e finalizada a sua tramitação. O artigo 11 registra a definição de *archivo intermedio* como uma instituição responsável pela custódia de documentos

³¹ Bibliota Juridica Digital da Espanha disponível em:
https://www.boe.es/biblioteca_juridica/codigos/codigo.php?id=92&modo=2¬a=0&tab=2

gerados por diferentes instituições de um Ministério, e utiliza, como exemplo, que o “*Archivo General de la Administración, es el archivo intermedio de la Administración General del Estado, según la normativa vigente*”. O artigo 12 define que os *archivos históricos* são os responsáveis pela conservação e tratamento dos fundos que compõem o patrimônio documental histórico espanhol e que estes refletem toda a história da administração estatal.

A legislação arquivística espanhola, conforme indica, já estabelece a divisão dos arquivos em fases, de acordo com a vigência dos documentos, assim como a frequência de uso dos documentos produzidos pela administração governamental, dividindo os arquivos em quatro fases: *archivos de oficina, archivos centrales o generales, archivos intermedios e archivos históricos*.

Entretanto, é importante ressaltar aqui que a lei espanhola define quatro categorias estabelecidas para compor o que denomina o ciclo de vida dos documentos. Portanto, percebe-se, a partir de suas definições, que os arquivos centrais são unidades administrativas dentro dos organismos produtores responsáveis pela guarda dos arquivos intermediários. Por outro lado, há ainda os arquivos centrais como instituições de guarda intermediária para centralizar todos os documentos produzidos por instituições governamentais de cada ministério.

3.2.7. Colômbia

A busca pela lei de arquivos na Colômbia começou pelo sítio eletrônico *do Archivo General de la Nación Colômbia*. Da seção do sítio eletrônico relativa à política consta uma subseção referente à *Política de Archivos*, em que está disponível o documento *Política Pública de Archivos*. Deste documento, constam os marcos regulatórios que subsidiam a

definição da política arquivística da Colômbia e especifica que a *Ley 594 de 14 de julio de 2000* é a lei geral de arquivos do país.

A lei nº 594/2000, no entanto, não foi identificada como disponível no próprio sítio eletrônico do AGN Colômbia, que indica que leis e normativas relativas à atuação da instituição devem ser pesquisadas no *Sistema Único de Información Normativa del Estado colombiano*.

A chamada *Ley General de Archivos*, define as regras e princípios gerais que regulam a administração dos arquivos na Colômbia, tendo, como âmbito de atuação os organismos públicos e os privados que exerçam funções públicas.

A Colômbia possui uma lei bastante ampla e detalhada a respeito dos princípios, regras, objeto, objetivos e responsabilidades no campo da administração de arquivos públicos, tendo em conta as diferentes fases do que define como ciclo de vida dos documentos: *Archivo de gestión*, *Archivo central* e *Archivo histórico* (Ley General de Archivos, 2000). Foram extraídos da lei os trechos que se referem especificamente à obrigatoriedade de adoção do ciclo de vida dos documentos e qual a sua definição para seu âmbito de atuação.

A lei geral de arquivos da Colômbia, na seção relativa à administração dos arquivos, artigo 11, estabelece que o Estado está obrigado a criar, organizar, preservar e controlar os arquivos, tendo em conta os princípios de procedência, a ordem original, o ciclo de vida dos documentos e a normatividade arquivística.

O artigo 23 da *Ley general de archivos* dispõe sobre a formação dos arquivos que, tendo em conta o ciclo de vida dos documentos, se classificam por: *archivo de gestión*, que abrange os documentos em uso contínuo e consulta frequente pelas unidades produtoras; *archivo central*, onde estão reunidos os documentos oriundos dos diferentes *archivos de gestion* de uma organização, que já não possuem consulta frequente mas ainda estão vigentes; e *archivo historico*, que é o responsável por receber os documentos que são transferidos a partir do arquivo central para guarda permanente.

A lei geral de arquivos da Colômbia, conforme se percebe no artigo 11, obriga, no seu âmbito de atuação — organismos públicos e privados que exerçam função pública — a

adoção do ciclo de vida dos documentos. Entretanto, o que considera ciclo de vida dos documentos não é a produção, uso e destinação dos documentos, mas sim os estágios de guarda corrente, intermediária e permanente.

3.2.8. Brasil

A busca pela lei de arquivos foi iniciada no sítio eletrônico do Arquivo Nacional, onde ela se encontra disponível na íntegra. A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Em seu artigo 3º, define o que é gestão de documentos e qual o seu âmbito de atuação, os arquivos em fases corrente ou intermediária. O capítulo II, relativo aos arquivos públicos, define, no artigo 8º, que os documentos públicos são identificados como correntes, intermediários ou permanentes e apresenta a definição para cada um. Os documentos correntes são os que estão em tramitação ou são objeto de consulta frequente; os documentos intermediários são os que não estão em uso corrente e por interesse da administração aguardam eliminação ou recolhimento para guarda permanente; e os documentos permanentes são os que possuem valor histórico, probatório e informativo, que devem, portanto, ser preservados de forma definitiva (Lei de Arquivos, 1991).

A lei de arquivos do Brasil, para além de definir o que entende por documentos correntes, intermediários e permanentes, situa a gestão dos documentos no âmbito das duas primeiras idades. Entretanto, não define local de guarda nem responsabilidade sobre os documentos de guarda intermediária, somente os de guarda permanente são de responsabilidade do Arquivo Nacional do Brasil.

3.3. Termos e definições nos léxicos

A terminologia é parte fundamental da compreensão de qualquer área do conhecimento, permitindo o intercâmbio, no âmbito acadêmico e profissional, e a percepção sobre as manifestações dos mais diversos campos. De acordo com Krieger & Finato,

Desde tempos remotos, os homens criam e utilizam palavras para expressar e denominar conceitos, objetos e processos dos diferentes campos de conhecimento especializado. Essa produtividade linguística, de feição terminológica, ocorre notadamente no universo das ciências, das técnicas e das distintas atividades de trabalho profissional (Krieger & Finato, 2004, p. 37).

Assim, a terminologia constitui elemento central à comunicação de áreas especializadas e reflete peculiaridades específicas e inerentes às mais diversas áreas. Benveniste (1989) defende que a própria constituição de uma terminologia “em toda ciência, o advento ou desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. Poder-se-ia mesmo dizer que a história articular de uma ciência se resume na de seus termos específicos” (*apud* Krieger & Finato, 2004).

No universo arquivístico, mais do que difundir termos, é preciso compreender a forma como eles foram assimilados e conceituados em diferentes contextos administrativos e realidades arquivísticas. Claro que isso se traduz também na definição terminológica, mas a adoção de um determinado conceito é, por vezes, uma ação de alto risco e com impactos profundos nas práticas arquivísticas. “Diferenças terminológicas, de tradução, de natureza jurídica e administrativas específicas de cada país e em cada tempo contribuem para as indefinições teóricas e metodológicas da área” (Schmidt, 2015, p. 78).

Os léxicos utilizados aqui para referência foram selecionados a partir de uma análise prévia nos sítios eletrônicos de instituições arquivísticas, na busca por identificar as publicações que eram utilizadas como referencial teórico para as práticas arquivísticas.

Outras fontes para identificar os léxicos, com a finalidade de compor este universo, foram as referências das publicações utilizadas para construir a seção relativa ao percurso das três idades nos arquivos.

A partir destes dois pontos, chegou-se aos léxicos utilizados, a saber:

- A Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers (Archival Fundamentals) (Bellardo & Bellardo, 1992);
- Glossary of Archival and Records Terminology Society of American Archivists por Richard Pearce-Morse (Pearce-Moses, 2005) ;
- Encyclopédia Of Archival Science (Duranti & Franks, 2015) ;
- Glossaire de l'Association des archivistes du Québec (s/d)
- Dictionnaire de terminologie archivistique (Direcion des Archives de France, 2002) ;
- Glossario da Direzione Generale per gli Archivi (Direzione Generale per gli Archivi, [s.d.]);
- Lenguaje y vocabulário archivísticos (Heredia Herrera, 2011);
- Dicionario de Archivística (Cruz Mundet, 2011);
- Glossario do Archivo General de la Nación Colombia. Acuerdo n. 27 de 2006
- Norma Portuguesa 4041/2005 (Instituto Português de Qualidade, 2005);
- Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005);
- Dicionário de Terminologia Arquivística (2010)

A forma como o uso das “três idades” ou da “teoria das três idades” se materializa nos léxicos de diferentes autores e instituições, em diversos países, pode indicar, de forma bastante objetiva, como esse termo foi inserido conceitualmente no âmbito teórico do campo arquivístico.

Isso não significa que se possa ter unanimidade ou homogeneidade no termo e no conceito, mas alguns pontos comuns precisam ser identificados e analisados, sob pena de ampliar uma lacuna na construção e compreensão da análise em curso.

O primeiro ponto que precisa ser observado é que há uma variação na acepção do termo arquivo. Nos países de língua inglesa, há uma percepção de arquivo que varia para os países de tradição europeia. Por esta razão, é preciso compreender quais são essas divergências e quais as implicações na construção teórica e prática da divisão dos arquivos em idades por seus distintos estágios de guarda. Em razão dessa variação, o primeiro quadro é destinado a demonstrar as definições do termo arquivo, nos diferentes países do escopo

dessa análise. Foram desconsideradas as acepções para edifício e mobiliário, considerando-se apenas a definição relativa ao “conjunto de documentos”.

Quadro 12: Definição para o termo arquivo nos léxicos

Publicação	Definição	Notas
<p>A Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers</p> <p>(Archival Fundamentals)</p> <p>(Bellardo & Bellardo, 1992)</p> <p>EUA</p>	<p>The documents created or received and accumulated by a person or organization in the course of the conduct of affairs, and preserved because of their continuing value. Historically, the term referred more narrowly to the NONCURRENT RECORDS of an organization or institution preserved because of their continuing value (p. 3)</p>	
<p>Glossary of Archival and Records Terminology</p> <p>Society of American Archivists por Richard Pearce-Morse</p> <p>(Pearce-Moses, 2005)</p> <p>USA</p>	<p>Materials created or received by a person, family, or organization, public or private, in the conduct of their affairs and preserved because of the enduring value contained in the information they contain or as evidence of the functions and responsibilities of their creator, especially those materials maintained using the principles of provenance, original order, and collective control; permanent records (p. 30)</p>	<p>Within the professional literature, archives are characterized by an organic nature, growing out of the process of creating and receiving records in the course of the routine activities of the creator (its provenance). In this sense, archivists have differentiated archives from artificial collections.</p> <p>Many archivists, especially those in the United States who are influenced by the thinking of Theodore Schellenberg, follow an inclusive definition of archives, which encompasses a wide variety of documents and records. Schellenberg also distinguished between the primary and secondary value of the materials; only materials with secondary value, value beyond their original purpose, could be considered archival.</p>
<p>Encyclopedia Of Archival Science</p> <p>(Duranti & Franks, 2015)</p>	<p>An archives is the whole of the documents made or received by a physical or juridical person in the course of activity and kept for further action or reference by this</p>	

<p>Canadá</p>	<p>person or legitimate successor. (p. 95)</p> <p>An archives is an integrated organic whole of documents and relationships produced as instrument and by-products of activity and accumulated by a person or an organization in order to fulfill its purposes, and kept for further action or reference by the same person or organization or a legitimate successor (p. 98)</p> <p>Archives have been traditionally regarded as a natural accumulation of documents kept for the practical purposes of their creator, as opposed to an artificial collection (p. 249).</p>	
<p>Direzione Generale per gli Archivi Glossario (Direzione Generale per gli Archivi, [s.d.]</p>	<p>Complesso dei documenti prodotti o comunque acquisiti da un ente (magistrature, organi e uffici centrali e periferici dello Stato; enti pubblici territoriali e non territoriali; istituzioni private, famiglie e persone) durante lo svolgimento della propria attività. I documenti che compongono l'archivio sono pertanto collegati tra loro da un nesso logico e necessario detto vincolo archivistico. In questa accezione si usa spesso la parola fondo come sinonimo di archivio.</p>	
<p>Dictionnaire de terminologie archivistique (Direcion des Archives de France, 2002) França</p>	<p>Documents, quels que soient leur date, leur forme et leur support matériel, produits ou reçus par toute personne physique ou morale, et par tout service ou organisme public ou privé, dans l'exercice de leur activité. Le mot archives est couramment employé dans le sens restrictif de documents ayant fait l'objet d'un archivage, par opposition aux archives courantes.</p>	
<p>Glossaire de l'Association des archivistes du Québec</p>	<p>1 – « Ensemble des documents, quelle que soit leur date ou leur nature, produits ou reçus par une</p>	<p>Archive(s) « Documents permanents. Documents d'activité, conservés</p>

		<p>personne ou un organisme pour ses besoins ou l'exercice de ses activités et conservés pour leur valeur d'information générale. » (<i>Loi sur les archives</i> (chapitre A-21.1, a. 2)). 2- « [...] l'ensemble des informations, quels que soient leur date, leur nature, ou leur support, organiquement [et automatiquement] réunies par une personne physique ou morale, publique ou privée, pour les besoins mêmes de son existence et l'exercice de ses fonctions, conservées d'abord pour leur valeur primaire, c'est-à-dire administrative, légale, financière ou probatoire, conservées ensuite pour leur valeur secondaire, c'est-à-dire de témoignage ou, plus simplement d'information générale. » (Rousseau et al., 1994).</p>	<p>en vue d'une utilisation pérenne. » (ISO 30300).</p>
<p>Lenguaje y vocabulário archivísticos</p> <p>(Heredia Herrera, 2011)</p> <p>Espanha</p>		<p>Sistema (conjunto de órganos, recursos, normas, Archivos que controlan la gestion documental de la institucion).</p>	
<p>Diccionario de Archivística</p> <p>(Cruz Mundet, 2011)</p> <p>Espanha</p>		<p>Sistema corporativo de gestión que contribuye de manera efectiva mediante una metodología propia a la definición de los procesos de producción administrativa, garantizando la correcta creación de los documentos, su tratamiento, conservación, acceso y comunicación.</p>	
<p>Archivo General de la Nación Colombia</p> <p>Acuerdo n. 27 de 2006 (glossario)</p>		<p>Conjunto de documentos, sea cual fuere su fecha, forma y soporte material, acumulados en un proceso natural por una persona o entidad pública o privada, en el transcurso de su gestión, conservados respetando aquel orden para servir como testimonio e información a la persona o institución que los produce y a los</p>	

	<p>ciudadanos, o como fuentes de la historia.</p> <p>También se puede entender como la institución que ésta al servicio de la gestión administrativa, la información, la investigación y la cultura.</p>	
<p>Norma Portuguesa 4041/2005</p> <p>(Instituto Português de Qualidade, 2005)</p>	<p>Conjunto orgânico de documentos, independente de sua data, forma ou suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica singular ou coletiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua atividade e conservado a título de prova ou informação. É a mais ampla unidade arquivística. A cada proveniência corresponde um arquivo.</p>	
<p>Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística</p> <p>(Arquivo Nacional (BRASIL), 2005)</p>	<p>Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo. (p. 19).</p>	
<p>Dicionário de terminologia arquivística</p> <p>(Camargo, 2010)</p> <p>Brasil</p>	<p>Conjunto de documentos, que independente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. Ver também fundo (p. 21).</p>	

Fonte: elaboração própria com base nos léxicos referidos.

Conforme foi possível constatar com o quadro de definições do termo arquivo, os países de língua inglesa utilizam o termo arquivo circunscrito ao conjunto de documentos de guarda permanente. Com exceção da enciclopédia publicada em 2015 por Duranti e Franks, cujas definições não estão relacionadas somente aos documentos selecionados para guarda definitiva.

Esta coleta foi utilizada para explicitar uma primeira diferença dos termos buscados nos dicionários. Para os léxicos de língua inglesa há “current records”, mas não há como na França, Espanha e Brasil “arquivos correntes” ou “archivos administrativos”. Para explicitar a divisão dos conjuntos de documentos em fases, usam os termos conforme será possível verificar no próximo quadro.

Para não ficar restrito às definições de teoria das três idades ou ciclo de vida dos documentos e permitir rastrear as diferentes percepções e acepções, buscou-se identificar nos léxicos os termos que possuem relação com a divisão dos arquivos em fases ou idades, em todos os léxicos, assim como foram buscados os termos que explicam essa divisão.

Nos léxicos franceses, espanhóis, italianos e portugueses, conforme citado anteriormente, foram buscados os termos “documentos correntes” ou “arquivos correntes”, “documentos intermediários” ou “arquivos intermediários”, “documentos permanentes” ou “arquivos permanentes”, “teoria das três idades” e “ciclo de vida dos documentos” (traduzido para cada idioma).

Nas publicações de língua inglesa, pela própria natureza divergente no campo dos arquivos, foram identificados os termos: *current records*, *semi-current records*, *noncurrent records*, *permanent records*, *records center* e *records life cycle*.

Os próximos quatro quadros (13 a 15), a seguir, expõem de forma sintetizada os termos identificados e abordagens para cada idade (corrente, intermediária e permanente), evidenciando a relação entre os termos a partir das definições apresentadas nos léxicos, nos idiomas inglês, francês, italiano, espanhol e português.

O primeiro quadro (quadro 13) demonstra quais os termos pesquisados nos léxicos que são relacionados ao termo “arquivo corrente”. O segundo quadro (quadro 14) demonstra quais os termos pesquisados nos léxicos que são relacionados ao termo “arquivo intermediário”. O terceiro quadro (quadro 15) apresenta quais os termos pesquisados estão relacionados ao termo “arquivo permanente”.

O quarto quadro (quadro 16) expõe as percepções sobre ciclo de vida dos documentos e teoria das três idades, em todos os léxicos e também nos idiomas inglês, francês, italiano, espanhol e português.

Quadro 13: Termos relacionados ao arquivo corrente nos léxicos analisados

Termos relativos às três idades	Sentido/Abordagem/compreensão	Idioma	Termos relacionados identificados	Léxicos
Arquivo corrente	Documentos produzidos que permanecem em tramitação e/ou consulta com uma frequência que justifique sua manutenção junto à unidade produtora	Inglês	Current records Active records Semicorrent records Semi-active records	- Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers (Archival Fundamentals) (EUA, 1992). - Glossary of Archival and Records Terminology (EUA, 2005). - Encyclopedia Of Archival Science (Canadá, 2015). - Multilingual Archival Terminology (ICA, s/d).
			Current archives	Encyclopedia Of Archival Science (Canadá, 2015)
		Francês	Archive courantes Document actif Document semi-actif	- Dictionnaire de terminologie archivistique (França, 2002). - Glossaire de l'Association des archivistes du Québec (Canadá, s/d). - Multilingual Archival Terminology (ICA, s/d).
			Italiano	Archivio corrente
		Documento archivistico corrente Documento archivistico semiattivo		- Multilingual Archival Terminology (ICA, s/d).
		Espanhol	Archivo administrativo Archivo de oficina / de gestión	- Lenguaje y vocabulário archivísticos (Espanha, 2011). - Dicionario de Archivística (Espanha, 2011). - Acuerdo n. 27/2006 (Archivo General de la Nacion Colômbia, 2006). - Multilingual Archival Terminology (ICA, s/d).
			Português	Arquivo corrente Fase activa (dos documentos)

Fonte: elaboração própria a partir dos léxicos citados.

Quadro 14: Termos relacionados ao arquivo intermediário nos léxicos analisados

Termos relativos às três idades	Sentido/Abordagem/compreensão	Idioma	Termos relacionados identificados	Léxicos
Arquivo intermediário	Documentos que afetam a economia e eficiência das agências e, portanto, não devem ser mantidos juntos das unidades produtoras.	Inglês	Non-current records	- Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers (Archival Fundamentals) (EUA, 1992). - Glossary of Archival and Records Terminology (EUA, 2005). - Encyclopedia Of Archival Science (Canadá, 2015). - Multilingual Archival Terminology (ICA, s/d).
			Records centers	
	Documentos que dada a baixa frequência de uso, não precisam ser mantidos junto à unidade produtora.	Francês	Intermediate archives	- Multilingual Archival Terminology (ICA, s/d).
			Archives semi-active	- Dictionnaire de terminologie archivistique (França, 2002).
			Archives intermédiaires	- Glossaire de l'Association des archivistes du Québec (Canadá, s/d).
			Préarchivage	- Multilingual Archival Terminology (ICA, s/d).
		Italiano	Centre de préarchivage	- Multilingual Archival Terminology (ICA, s/d).
			Archivo deposito	- Direzione Generale de Archivi. - Multilingual Archival Terminology (ICA, s/d).
		Espanhol	Documento archivistico semiattivo	- Multilingual Archival Terminology (ICA, s/d).
			Archivos intermédios Archivo central	-Lenguaje y vocabulário archivisticos (Espanha, 2011). - Dicionario de Archivística (Espanha, 2011). - Acuerdo n. 27/2006 (Archivo General de la Nacion Colômbia, 2006).
Português	Arquivos intermédios Fase semiactiva (dos documentos) Arquivos intermediários	Norma Portuguesa n. 4041 (Portugal, 2005). Dicionário Brasileiro de Terminologia(Brasil, 2005) Dicionário de Terminologia Arquivística (Brasil, 2010).		

Fonte: elaboração própria a partir dos léxicos citados.

Quadro 15: Termos relacionados ao arquivo permanente nos léxicos analisados

Termos relativos às três idades	Sentido/Abordagem/compreensão	Idioma	Termos relacionados identificados	Léxicos
Arquivo Permanente	Documentos que, em razão do valor secundário, devem ser mantidos em guarda definitiva.	Inglês	Permanent records Archives Archival records	- Glossary of Archival and Records Terminology. - Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers (Archival Fundamentals). - Encyclopedia Of Archival Science. - Multilingual Archival Terminology (ICA, s/d).
		Francês	Archive définitive	- Dictionnaire de terminologie archivistique (França, 2002). - Glossaire de l'Association des archivistes du Québec (Canadá, s/d).
			Não há termo correspondente	- Multilingual Archival Terminology (ICA, s/d).
		Italiano	Archivio storico	Direzione Generale de Archivi.
			Documento archivistico inattivo (storico)	- Multilingual Archival Terminology (ICA, s/d).
		Espanhol	Archivo historico	Lenguaje y vocabulário archivisticos (Espanha, 2011). - Diccionario de Archivística (Espanha, 2011). - Acuerdo n. 27/2006 (Archivo General de la Nacion Colômbia, 2006).
			Não há termo correspondente	- Multilingual Archival Terminology (ICA, s/d)
		Português	Arquivo historico Fase inactiva (dos documentos) Arquivo Permanente	- Norma Portuguesa n. 4041 (Portugal, 2005). - Dicionário Brasileiro de Terminologia (Brasil, 2005). - Dicionário de Terminologia Arquivística (Brasil, 2010).
			Não há termo correspondente	- Multilingual Archival Terminology (ICA, s/d).

Fonte: elaboração própria a partir dos léxicos citados.

Quadro 16: Termos e percepções para teoria das três idades e ciclo de vida dos documentos nos léxicos

	Termos e percepções		
	Ciclo de vida dos documentos (Criação, utilização e destinação)	Três idades dos documentos (fases corrente, intermediária e permanente)	Ciclo de vida dos documentos = fases corrente, intermediária e permanente
Léxicos	<ul style="list-style-type: none"> - Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers (Archival Fundamentals) (EUA, 1992). - Glossary of Archival and Records Terminology (EUA, 2005). - Encyclopedia Of Archival Science (Canadá, 2015). - Glossaire de l'Association des archivistes du Québec (Canadá, s/d). 	<ul style="list-style-type: none"> - Encyclopedia Of Archival Science (Canadá, 2015). - Dictionnaire de terminologie archivistique (França, 2002). - Dicionario de Archivística (Espanha, 2011). - Dicionário Brasileiro de Terminologia (Brasil, 2005). 	<ul style="list-style-type: none"> - Dictionnaire de terminologie archivistique (França, 2002). - Lenguaje y vocabulário archivisticos (Espanha, 2011). - Dicionario de Archivística (Espanha, 2011). - Norma Portuguesa n. 4041 (Portugal, 2005). - Dicionário de Terminologia Arquivística (Brasil, 2010).

Fonte: elaboração própria a partir dos léxicos citados.

O *Glossary of Archival and Records Terminology* é utilizado como referência para as definições adotadas pelo NARA e pela *Society of American Archivist*, e reflete a compreensão arquivística norte-americana de que são arquivísticos os documentos definidos para guarda permanente. Todos os termos relativos aos documentos correntes, semi-correntes e não-correntes estão, por definição, incluídos nas fases corrente e intermediária das três idades. O que é possível perceber também pela definição de *records centers*.

Dos léxicos verificados nesta pesquisa, a *Encyclopedia Of Archival Science* é a única que apresenta definição, em língua inglesa, para o termo « teoria das três idades ». A enciclopédia foi a publicação mais recente das verificadas na pesquisa e não apresenta somente as definições. Discorre sobre a trajetória dos conceitos, explica os precursores e as relações com outros termos e definições.

Depois da publicação de Pérotin, em 1966, na revista da *American Archivist*, o termo teoria das tres idades volta a ser apontado, na literatura em língua inglesa, novamente, no *Encyclopedia of Archival Science*, em 2015. Duranti e Franks apontam exatamente que o termo foi publicado pela primeira vez em 1966 e que possui interpretações diversas, dependendo do contexto.

Conforme é possível perceber, o uso de fases corrente, intermediária e permanente está evidenciado com a presença dos termos relacionados nos quadros 13, 14 e 15. Entretanto, as acepções possuem pequenas variações para além das terminológicas.

A fase corrente está pautada no uso e tramitação dos documentos. Porém, nos léxicos de língua inglesa, a fase intermediária está atrelada ao comprometimento da economia e eficiência. O uso da guarda intermediária, conforme indicam as definições de *records centers*, tem a função de reduzir custos e não comprometer a rotina de trabalho, dado o volume de documentos.

Nos léxicos de língua francesa, italiana, espanhola e portuguesa, a utilização dos arquivos intemediários, por definição, tem o objetivo de manter os documentos que já não possuem frequência de uso e consulta como no arquivo corrente, e que podem ter definida uma guarda longa, porém não definitiva.

A partir da busca pelos léxicos internacionais e da identificação das diferentes abordagens para as três idades, a partir dos termos e definições destes léxicos, parte-se para a verificação de alguns manuais institucionais que irão complementar as demais análises.

3.4. Manuais técnicos e os enfoques institucionais

Entre os trabalhos e produtos que se podem analisar para perceber a forma como as três idades nos arquivos são abordadas, nos diferentes contextos arquivísticos, são os manuais institucionais de arquivo, nos quais estão registrados o *modus operandi* de organizações para tratamento dos arquivos.

Um manual, de modo mais amplo, funciona como um guia de instruções orientativas para que se possam estabelecer rotinas e procedimentos de trabalho, ou, também, para resolver problemas específicos. São instrumentos técnicos que registram a instruções para a execução determinadas atividades, dentro de uma organização e, portanto, tem o objetivo principal de ser um instrumento facilitador.

Os manuais de arquivo, em geral, sistematizam as orientações e procedimentos para gestão de documentos e arquivos, nas esferas específicas de atuação de instituições públicas ou privadas e, segundo Rodrigues (2008, p. 59), são também chamadas publicações técnicas. Em seus âmbitos de atuação, esses manuais determinam regras, dinâmicas, ações e procedimentos que devem ser observados, na implementação da gestão de documentos e arquivos nas organizações. Segundo Doyle e Frenière (1991, p. 3).

A handbook may be defined as a management tool designed to explain the essentials of a system or programme and to ensure its efficient and smooth implementation. A handbook will have achieved its purpose if an organization perceives it to be important for its management and its operations. A handbook must allow its users to carry out in full the

tasks, actions and activities for which they are responsible, using the least resources possible, whether human, material, financial or informational.

The two main aims in preparing a handbook are to systematize and standardize the running of an organization, while also making it possible to solve recurrent technical problems.

A busca por soluções para problemas práticos nas rotinas de gerenciamento e tratamento dos arquivos, tem se refletido na produção de manuais que visam a atender a demandas específicas por orientações claras e padronizadas, tornando-se assim, além de fundamental ferramenta de trabalho, uma comunicação formal das opções e percepções teóricas e metodológicas, adotadas pelas instituições.

Considerando a importância dos manuais de arquivo para as boas práticas arquivísticas, foram identificados alguns manuais que podem contribuir para esta investigação, no sentido de perceber as diferentes abordagens para a divisão dos arquivos em diferentes estágios de guarda, a partir do registro nos manuais das boas práticas e nas rotinas organizacionais, ou, ainda, na ausência de manuais, em instruções específicas publicadas pelas instituições arquivísticas, que funcionam como um manual de como fazer.

A primeira busca pelos manuais foi realizada a partir dos sítios eletrônicos das instituições arquivísticas, visando a identificar manuais de procedimentos para a gestão de documentos nas organizações. Nos países em que não foi identificado nenhum manual no sítio eletrônicos das instituições arquivísticas, ou instruções específicas publicadas para seu âmbito de atuação, foi realizada uma busca livre no google com recorte para os países especificados.

3.4.1. Estados Unidos

A busca no sítio eletrônico do *National Archives and Records Administration* identificou o *Disposition of Federal Records: A Records Management Handbook*, que fornece um conjunto de orientações e diretrizes relativas à gestão de documentos nas agências federais.

O manual do NARA estabelece etapas e procedimentos para a gestão de documentos nas agências federais do país. Já na primeira seção do manual, destinada a oferecer uma visão geral sobre a gestão de documentos, a destinação final dos documentos é explicada como a última etapa do ciclo de vida dos documentos, que está definida como “1. creation (or receipt), 2. maintenance and use, and 3. Disposition” (National Archives and Records Administration, 2000, p. 9).

Consta, ainda, do referido guia que os documentos, que, dependendo do estágio que se encontram no ciclo de vida, são referidos como corrente, semi-corrente ou não corrente, e que estes termos não se referem à data ou idade dos documentos, mas se referem ao uso do documento em suas respectivas unidades produtoras, e que a destinação dos documentos se refere às ações adotadas em relação aos documentos que não são mais necessários às agências governamentais.

A explicação do que significa destinação de documentos lista as ações que estão abrangidas pela destinação: transferência de documentos das agências para *records centers* do NARA, transferência de documentos permanentes para o NARA e eliminação de documentos que não são mais necessários.

Com a análise do manual, fica evidente que a divisão dos arquivos (entre corrente, intermediária e permanente) faz parte da prática de gerenciamento dos documentos nas agências federais americanas. Explicam nas partes seguintes do manual outros procedimentos a serem adotados para transferência e recolhimento de documentos públicos.

O elemento principal refere-se, não ao uso, mas à definição adotada para os termos relacionados com as três idades nos arquivos. O documento refere-se às etapas do ciclo de

vida como criação, manutenção, uso e destinação e, logo em seguida, explica que o termo *record* depende da fase do ciclo de vida em que este se encontra, entre corrente, semi-corrente e não corrente.

3.4.2. Canadá

Para o Canadá, dois sítios eletrônicos foram pesquisados: em inglês foi pesquisado o sítio eletrônico da *Library and Archives Canada* e para busca de um manual arquivístico francófono, foi pesquisado o sítio eletrônico da *Bibliothèque at Archives nationales Québec*.

Em língua inglesa não consta disponível no sítio eletrônico do LAC nenhum manual institucional arquivístico, apenas um conjunto de diretrizes gerais que direcionam o tratamento dos documentos públicos do Canadá, porém sem especificar procedimentos. Por esta razão, partiu-se para uma busca livre por um manual, no idioma inglês, que pudesse representar a padronização de procedimentos arquivísticos na parte anglófona canadense.

O primeiro documento identificado na pesquisa, o *Records Management Manual*, da *University of British Columbia* (UBC), é de 2007. O documento define procedimentos específicos para a gestão dos documentos da universidade canadense. Entre estes procedimentos, estão a classificação de documentos e a definição de prazos de guarda e destinação.

O documento define que “Records Retention Schedules define the length of time that specified types of records are to be retained as Active Records and as Semi-active Records, as well as their final Disposition once they become Inactive Records” (University of British Columbia, 2007, p. 7) e explica, também, o que considera documentos ativos, inativos e documentos de valor permanente.

O manual de gestão de documentos da UBC, conforme se apresenta, tem o objetivo de auxiliar os funcionários da universidade a entender sobre a gestão de documentos e aplicar

os procedimentos adequados para tratar os documentos produzidos pela instituição. A adoção da divisão dos arquivos, como na teoria das três idades, faz parte das práticas adotadas. Entretanto, assim como nos Estados Unidos da América, a adoção da divisão dos arquivos é evidenciada pelos termos relativos aos documentos ativos, inativos e documentos de valor permanente. Os ativos são os documentos com uso corrente e muito consultados. Os inativos são os documentos não mais necessários para cumprimento das funções para as quais foram criados e normalmente são armazenados em *records centers*.

A busca no sítio eletrônico da *Bibliothèque at Archives nationales Québec* retornou com um manual, publicado em 2016, pela *Direction générale des Archives nationales e a Direction des services aux usagers et aux partenaires* de Quebec. O *Guide de gestion des archives: à l'intention des établissements d'enseignement privés du Québec* definiu entre outras ações e responsabilidades, um cronograma de retenção de documentos de arquivo.

Ainda que não apresente conceitos e definições sobre as três idades, o documento define que o calendário de conservação é uma importante ferramenta para a gestão de documentos e especifica a partir das atividades da organização, por quais períodos os documentos encontram-se no estado ativo e semi-ativo, os quais identifica como arquivos correntes e intermediários, e registra também a disposição dos documentos inativos (Archives nationales du Québec & Direction des services aux usagers et aux partenaires, 2016).

O documento aponta, ainda, quais são os objetivos do calendário de conservação, entre os quais, cita: reduzir a massa documental a partir da transferência e eliminação sistemática de documentos, identificar os arquivos intermediários para promover sua gestão, identificar os arquivos definitivos para garantir sua preservação no longo prazo e melhorar o estado de conservação dos documentos nas unidades administrativas assim como reduzir os custos de manutenção destes documentos.

Na seção relativa às regras de preservação, seguem os principais elementos de um quadro de conservação: a fase ativa (que indica ser o arquivo corrente), em que os documentos são mantidos nos setores que os produziram, em razão da frequência de uso, e a fase semi-ativa (que indica ser o arquivo intermediário), em que estão definidos os prazos

de retenção dos documentos em um espaço centralizado antes de receberem a destinação final (guarda definitiva ou eliminação).

Portanto, conforme se pode constatar, a adoção de estágios de guarda para os arquivos divididos entre fases corrente, intermediária e permanente faz parte das orientações normativas e das práticas de gestão de documentos no Canadá francófono, assim como no anglófono.

3.4.3. França

Na busca no sítio dos *Archives Nationales de France* foi possível recuperar o documento francês analisado aqui, o *Vade-mecum de l'archivage des documents électroniques*, produzido pelos *Archives Nationales de France*, em 2012, cujo objetivo é fornecer orientações básicas para padronização na gestão de arquivos da administração francesa.

O documento apresenta procedimentos específicos a serem aplicados nos arquivos correntes e intermediários, ainda que para este último, explique que tal noção pode tornar-se obsoleta no ambiente eletrônico, devendo ser considerada a destinação final do documento desde o momento de sua produção e esclarece, ainda, que “Cette catégorie est donc extrêmement réduite en volume. Seuls les documents électroniques à valeur probante ou engageante ayant vocation à être détruits passée la DUA sont à préarchiver. (Archives Nationales de France, 2012, p. 15).

Apesar de citar que os arquivos intermediários podem se tornar obsoletos no contexto de documentos produzidos em ambientes eletrônicos, o termo ainda faz parte do conjunto das ações definidas pelo manual.

Este documento é, no entanto, amparado por uma outra orientação normativa dos *Archives Nationales de France*. A *Note d'information DITN/RES/2007/006* trata do *Records*

management et gestion des archives courantes et intermédiaires dans le secteur public, que aborda o contexto e a prática de gestão de documentos na França. O documento explica, logo na parte introdutória, que tem o objetivo de esclarecer o que a noção de gestão de documentos abrange, no que tange à prática arquivística francesa e, também, apresentar ações e projetos em curso.

Ao iniciar a seção relativa ao contexto da gestão de documentos e das práticas arquivísticas, registra que abordar o tema na França já é por si uma dificuldade, pois a compreensão francesa considera arquivo como um todo, desde sua produção até sua destinação final (para eliminação ou guarda definitiva), ao contrário de países anglo-saxões, que é a gestão de documentos e alguns elementos das práticas arquivísticas na França. Esclarece, ainda, que não existem muitos termos para designar as diferentes etapas do ciclo de vida e que na França o arquivista é o profissional responsável por todos os estágios do ciclo de vida dos documentos.

Do documento, consta o esclarecimento relativo à divisão entre arquivos correntes e intermediários, ainda que considere os arquivos intermediários com forte tendência a se tornarem obsoletos, em razão da produção de documentos em ambientes digitais. (Archives Nationales de France, 2007).

O manual francês, conforme se pode verificar, está apoiado, além de na legislação francesa, em normativas elaboradas pelos *Archives Nationales de France*, como a já citada e a *Instruction DAF/DPACI/RES/2009/018 — Tri et conservation des archives produites par les services communs à l'ensemble des collectivités territoriales (communes, départements et régions) et structures intercommunales*, de 28 de outubro de 2009. Nesta última normativa, pode-se verificar a abordagem específica para a teoria das três idades, conforme disposto na seção relativa às noções presentes nas tabelas: “Trois âges des archives Les trois âges des archives, notion fondamentale qui préside à toute opération de sélection, sont définis par voie réglementaire”. Representados na sequência, as definições de arquivo corrente, intermediário e permanente (Archives Nationales de France, 2009, p. 5).

Apesar de deixar evidente a perspectiva de que o uso dos arquivos intermediários tende a ficar obsoleto, seu uso permanece presente nas práticas arquivísticas da França. O

documento, ao estabelecer que os arquivos são divididos de acordo com a teoria das três idades, explica ser esta uma noção fundamental que subsidia a atividade de seleção dos documentos.

3.4.4. Itália

No contexto italiano, o documento recuperado em busca no sítio eletrônico da *Direzione Generale per gli Archivi* foi o *Manuale di gestione del sistema di protocollo informatvo e dell'archivio*. Publicado no ano de 2013, estabelece procedimentos para a gestão eletrônica de documentos e fluxos de documentos. O manual identifica como premissa a gestão dos documentos em todas as fases da vida dos documentos.

O manual relaciona as etapas de gestão e organização, definindo os procedimentos específicos a serem adotados no *archivio corrente*, no *archivio di deposito* e na seleção de documentos para conservação ou descarte.

Já no item 8 do manual, é explicado o procedimento para a seleção de documentos para armazenamento ou para eliminação (*conservazione/scarto*), considerando ser esta uma atribuição do responsável pela gestão de documentos (*Direzione Generale per gli Archivi*, 2013).

O documento apresenta especificamente a divisão dos arquivos em três fases e explica ser tal separação procedimento fundamental na prática de gerenciamento dos documentos governamentais daquela instituição.

Ainda que sem aprofundar mais na explicação das fases dos arquivos, percebe-se que a adoção das fases é parte dos procedimentos adotados no gerenciamento dos arquivos e que é pautada no uso e no prazo.

Percebe-se, ainda, que o documento estabelece procedimentos para gerenciamento dos documentos, desde a produção destes pelas unidades administrativas; especifica as

responsabilidades das unidades administrativas e do serviço de gestão de documentos da instituição, elementos de controle de tramitação de documentos; e detalha procedimentos específicos a serem adotados para controle dos documentos digitais.

3.4.5. Portugal

No sítio eletrônico da DGLAB, a busca retornou o documento elaborado pela Direção-Geral de Arquivos: Orientações para a gestão de documentos e arquivos no contexto de uma reestruturação da administração-geral do Estado, de 2012, cuja primeira versão data de 2006, abordando os princípios legais e arquivísticos, assim como as etapas a serem observadas na reorganização dos arquivos.

O documento elaborado pela DGARQ, reconhece que alguns princípios arquivísticos deverão nortear os procedimentos adotados na gestão dos documentos de arquivo. Dentre estes, o primeiro relacionado é a teoria das três idades, para a qual consta que “Esta “teoria” define um ciclo de vida para os documentos de arquivo, repartindo-o em três fases distintas, cuja duração está diretamente relacionada com a necessidade e frequência da sua utilização, por parte dos organismos produtores (Direção-Geral de Arquivos, 2012).

O documento descreve, ainda, as três fases da teoria das três idades como: 1ª fase – “documentos ativos”, 2ª fase – “documentos semiativos” e 3ª fase – “documentos inativos”. A primeira fase compreende, segundo o documento, um período em que os documentos são ainda indispensáveis ao desenvolvimento das atividades nas organizações e precisam, portanto, ser mantidos próximos aos produtores em razão das necessidades diárias na tomada de decisão. A segunda fase (semiativos) é o período em que os documentos continuam sendo necessários, porém, como uma frequência de utilização menor e podem, assim, ser mantidos em depósitos secundários, mais afastados das unidades produtoras. A terceira fase (inativa) é o período iniciado a partir do momento em que os documentos não

servem mais à razão pelos quais foram criados. Nesta fase “do ciclo de vida”, conforme esclarece a DGLAB, os documentos podem ser eliminados ou transferidos para um arquivo “definitivo ou histórico” (2012, p. 17).

Outro ponto, que precisa ser evidenciado aqui quanto à orientação da DGARQ, é a afirmação de que “a teoria das três idades, perspectivando os arquivos na ótica dos serviços ou organismos produtores, revela-se útil para uma eficaz gestão de documentos, muito particularmente nas componentes relacionadas com a tomada de decisão sobre espaços de armazenamento, soluções de transferência ou substituição de suporte, bem como de avaliação, seleção e eliminação de documentos” (2012, pp. 17-18).

A orientação normativa portuguesa considera, portanto, que a adoção dos diferentes estágios de guarda é ferramenta útil para as boas práticas de gestão de documentos, considerando ser esta uma boa solução para a economia de recursos com armazenamento de documentos.

3.4.6. Espanha

No contexto das práticas de gestão de documentos na Espanha, foi visitado o sítio eletrônico da *Subdirección General de los Archivos Estatales*, com o fim de localizar manuais institucionais arquivísticos disponíveis. Não foi identificado nenhum manual específico de uma instituição, entretanto, referenciam-se normas e diretrizes relativas à gestão de documentos e para os arquivos estatais. Entre os documentos identificados na busca realizada encontra-se referenciado o *Modelo de Gestión Documental de la RTA, a Red de Transparencia y Acceso a la Información*.

A rede de transparência, fundada em 2011, conta com instituições membros de 17 países ibero-americanos, incluindo Espanha, Argentina, Peru, Paraguai, Uruguai, El Salvador, Guatemala, Bolívia, entre outros.

A partir do *Modelo de Gestión Documental de la RTA* e das *Guías de implementación* são especificadas orientações para cada etapa da gestão. Um conjunto de documentos compõe um *Modelo de Gestión de Documentos y administración de archivos* para a *Red de Transparencia y Acceso a la Información (RTA)*, que é uma estrutura de suporte para a implementação e controle da gestão de documentos e arquivos, a ser utilizada por todos os membros da rede. Conforme explica, tem a finalidade de oferecer suporte e apoio para a gestão de documentos e de arquivos nas diferentes organizações e países membros da rede (*Red de Transparencia y Acceso a la Información a partir do Modelo de Gestión Documental de la RTA*, 2015).

Já de início, consta da apresentação que as diretrizes, estabelecidas no documento, devem nortear a aplicação de procedimentos específicos a cada etapa e para todo o ciclo de vida dos documentos. O documento, entretanto, apresenta apenas diretrizes gerais e remete para os demais documentos que compõem o conjunto de guias de implementação do modelo de gestão de documentos e administração de arquivos da RTA. A *Guía de Implementación Gerencial — Política de gestión de documentos y archivos* (2014) apresenta uma metodologia de implementação dos elementos que compõem a política de gestão e tratamento arquivístico dos documentos. Já da apresentação do documento, consta que pretende ser de utilidade para todo o ciclo de vida dos documentos servindo, portanto, aos *archivos de oficina o gestión, archivos centrales, intermedios e historicos* (2014, p. 5). Na sequência, o documento apresenta os precedimentos a serem adotados na gestão dos documentos, como definição de responsáveis, linhas de atuação, estratégias e procedimentos.

3.4.7. Colômbia

Na procura por um manual arquivístico que pudesse auxiliar na compreensão das práticas arquivísticas colombianas a busca no sítio eletrônico do *Archivo General de la Nacion Colombia* não retornou com nenhum documento, razão pela qual foi realizada busca livre no *google*, onde foi identificado o *Manual de Archivo y Correspondencia da Agencia Presidencial de Cooperación Internacional de Colombia* (APC-Colômbia), publicado em 10 de março de 2017.

O documento tem o objetivo de fornecer auxílio técnico para o estabelecimento de procedimentos técnicos adequados para a gestão de documentos na organização, considerando as ferramentas e normas existentes.

O item 4 do documento institui os procedimentos sobre as fases de formação do arquivo, “teniendo en cuenta el ciclo vital del documento, APC-Colômbia contará com documentos clasificados em las siguientes fases”: o *archivo de gestión*, que compreende os documentos em tramitação pelas unidades administrativas; o *archivo central*, que mantém de forma centralizada os documentos transferidos das unidades administrativas, uma vez que não permanecem em uso frequente, mas seguem vigentes; e o *archivo histórico* para onde se transfere os documentos oriundos do arquivo central e que devem ser mantidos em guarda definitiva (Agencia Presidencial de Cooperación Internacional de Colombia, 2017).

O manual define, neste item, os procedimentos a serem adotados para organização e consulta em cada uma das fases adotadas, e, para isso, especifica as atribuições dos *archivos de oficina* e dos *archivos centrales*.

O manual colombiano também aborda a divisão dos arquivos em idades corrente, intermediária e permanente como as fases do ciclo de vida dos documentos.

3.4.8. Brasil

No contexto arquivístico brasileiro, não foi possível recuperar nenhum manual arquivístico no sítio eletrônico do Arquivo Nacional do Brasil, assim como também não foi identificada nenhuma orientação normativa específica de procedimentos a serem adotados para a gestão de documentos, razão pela qual recorreu-se a busca livre no google. O manual mais recente, identificado na busca, foi o produzido pela Biblioteca Nacional, órgão do Poder Executivo Federal, subordinado à Secretaria de Cultura.

O manual de gestão de documentos da Biblioteca Nacional, de início apresenta que a Divisão de Gestão de Documentos da instituição tem, subordinadas à divisão, três unidades administrativas: unidade protocolizadora, arquivo intermediário e arquivo permanente.

A seção relativa à gestão dos documentos institucionais apresenta referências legais, objetivos e responsabilidades para, sem seguida, explicar o ciclo de vida dos documentos, para o qual elucida que se trata de uma abordagem na qual os documentos passam por três fases distintas: a corrente, para os documentos consultados com frequência e onde estes cumprem os objetivos para os quais foram criados; a fase intermediária, na qual os documentos possuem uso eventual, sendo, portanto, mantidos em depósitos de guarda temporária; e a fase permanente, na qual os documentos encerraram o cumprimento dos objetivos para os quais foram criados e devem ser mantidos em guarda definitiva, em razão do seu valor probatório e informativo para o Estado e para a sociedade (Fundação Biblioteca Nacional (Brasil), 2016).

O manual de gestão de documentos da Fundação Biblioteca Nacional identifica o termo “teoria das três idades”, utilizado entre parênteses, como sinônimo de ciclo de vida dos documentos e não faz qualquer referência ao ciclo de vida dos documentos na passagem das fases de criação, uso e destinação dos documentos.

Assim como no manual de gestão de documentos analisado no caso colombiano, o manual brasileiro também aborda a divisão dos arquivos em idades corrente, intermediária e permanente como as fases do ciclo de vida dos documentos.

3.5. Sob a luz dos pesquisadores: a produção acadêmica

Entre as teses e dissertações identificadas na busca para o termo *records management*, somente algumas foram selecionadas como de interesse para o que se propõe nesta pesquisa. Foram identificadas as pesquisas que fazem alguma reflexão sobre a divisão dos arquivos em estágios de guarda e como esta abordagem é feita.

Conforme explicado na seção relativa aos procedimentos de análise, o primeiro grupo de pesquisas verificado compõe o resultado da busca relativa a *records management* e o segundo grupo de pesquisas compreende aquelas identificadas na busca relativa ao termo *records life cycle*.

3.5.1. Na busca relativa a *records management*

Nesta seção, são apresentadas as pesquisas identificadas na busca relativa ao termo *records management* no período de 2008 a 2018, conforme etapas e critérios relacionados na seção dedicada ao percurso metodológico da pesquisa. Para cada pesquisa apresentada, a partir da identificação das que abordavam a construção teórica sobre a gestão de documentos, foram lidas as seções dedicadas às construções teóricas de cada pesquisa e foi verificado se abordavam e como abordavam os elementos relativos à divisão dos arquivos

em corrente, intermediário e permanente e se abordavam, como abordavam o ciclo de vida dos documentos (uma vez que na seção relativa à compreensão sobre o desenvolvimento das três idades, constatou-se que existem autores a tratá-los como sinônimos).

As pesquisas foram divididas em dois grupos: dissertações de mestrado e teses de doutoramento, conforme quadros (8 a 10) apresentados na seção relativa ao percurso metodológico da pesquisa, e estão dispostas em ordem cronológica da pesquisa mais antiga para a mais recente.

A primeira dissertação a abordar a gestão de documentos é a de Wilson (2010)³² e dedica-se a explicar sua importância e contribuição no contexto corporativo, como elemento central para a execução de projetos para a governança das unidades de negócios da organização. O autor não aprofunda, na discussão teórica, sobre a gestão de documentos e os elementos que a compõem. Os conceitos apresentados têm como referência Arquivos Nacionais, como o norte-americano, o australiano e o sul-africano. Porém, um ponto merece especial atenção que é a diferenciação colocada pelo autor entre *documents* e *records*. Para Wilson esta diferença se dá a fundo para o que deve ou não ser considerado em sistemas eletrônicos de gestão documentos. Alguns *documents* são efêmeros e por esta razão não precisam de mais atenção. Já os “records”, estes sim precisam de total atenção na gestão eletrônica dos documentos (Wilson, 2010).

Carvalho³³ aborda o surgimento da gestão de documentos e afirma que sua aplicação se dá com intervenções nas diferentes fases de vida dos documentos, “desde a criação até a destinação final (eliminação ou arquivamento) é calcada na teoria das três idades ou ciclo vital dos documentos”. Segundo a autora, cada idade representa uma das fases de vida dos documentos, correspondendo portanto aos diferentes tipos de arquivos (corrente, intermediário e permanente) (Carvalho, 2010, p. 52).

³² Wilson, Welma (2010). *Document management system in owner companies during project execution*. [Dissertação de mestrado]. North-West University (África do Sul).

³³ Carvalho, Edna de Souza. (2010). *O impacto da gestão de documentos no processo de produção digital da TV Senado* [Dissertação de mestrado]. Universidade de Brasília (Brasil)

Ávila³⁴ traça um percurso da gestão de documentos ao modelo canadense de arquivística integrada que perpassa pela compreensão de um breve histórico de surgimento da gestão de documentos, para o qual o autor afirma que “a mola propulsora para o nascimento do conceito de gestão de documentos foi o ideal do ‘ciclo vital’ ou o surgimento da ‘teoria das três idades’, englobando as ações de produção, fluxo, acesso, avaliação e destinação” e afirma ainda que com a gestão de documentos novos elementos rompem com a ideia de que somente os documentos de caráter histórico deveriam ser o foco da atuação dos arquivistas. Entretanto, para o autor a gestão de documentos causou uma ruptura no interior do campo arquivístico por ter diferentes profissionais dedicados às diferentes fases na vida dos arquivos e que a arquivística integrada é a proposta de restauração da ruptura para o campo arquivístico (Ávila, 2011).

Munetsi³⁵ mobiliza, em sua pesquisa, alguns conceitos, entre eles, o de gestão de documentos, para, em seguida, confrontar algumas questões na seção identificada por *Theoretical Debates Related to the Study*. Nesta seção, são discutidas questões acerca dos modelos de ciclo de vida dos documentos e de *records continuum*. O ciclo de vida dos documentos é retratado a partir de Stephens (1996) e explicado a partir de Penn, Pennix, and Coulson (1994) e de Popper and Millar (1997). Entretanto, utiliza ainda Mnjama (1996) explicando que este observa que “under the record life cycle, records passed through three stages namely: active, semi-active and non-active stages” (p. 12). É destacado, ainda, que, embora este modelo tenha impulsionado a gestão de documentos em diversos locais do mundo, existem pontos fracos, e que os críticos a este modelo de ciclo de vida dos documentos apontam que ele cria uma distinção entre os profissionais responsáveis pela gestão de documentos e os arquivistas (nos países anglo-saxônicos estes são responsáveis apenas pelos arquivos, ou seja, pela fase permanente).

Um outro ponto levantado na pesquisa, é que, de acordo com o modelo de ciclo de vida, os documentos podem passar apenas uma vez por cada fase. Esta crítica pode ser

³⁴ Ávila, Rodrigo Fortes de. (2011). *Além do que se vê: o uso e o pós-uso da informação orgânica arquivística*. [Dissertação de mestrado] Universidade de Brasília (Brasil).

³⁵ Munetsi, Ndakasharwa. (2011). *Investigation into the state of Digital Records Management in the Provincial government of Eastern Cape: a case study of the Office of the Premier*. [Dissertação de mestrado]. *University of Fort Hare* (África do Sul).

apontada em países que utilizam o modelo de ciclo de vida sem a distinção profissional de para responsáveis por *records* ou *archives*. Outra análise, apresentada por Munesti, refere-se ao modelo de *records continuum* como alternativa ao modelo de ciclo de vida dos documentos, que passa a ser mais discutido pelos autores do campo arquivístico, a partir da produção de documentos arquivísticos em formatos eletrônicos. Para Munesti, a proposta apresentada pelo *records continuum* é bem-vinda, por ser mais adequada não só aos documentos em papel mas também aos registros eletrônicos (Munesti, 2011).

Em sua pesquisa, Tsabedze³⁶ aborda dois pontos centrais para nossa análise, o eixo *records life cycle* (fazendo um contraponto com o modelo de *records continuum*) e o conceito de *records management*. Após explicar o que é o modelo de um ciclo de vida para os documentos, explora o modelo de *records continuum*, a partir de apontamentos de McKemish (1997), explicando que o ponto de partida da ideia de um novo modelo foi a falta de estratégias para intervenções de arquivistas no tratamento e controle dos documentos durante a gestão documental, ou seja, antes de se tornarem arquivos propriamente ditos. De acordo com o autor, o modelo de *records continuum* é baseado numa visão integral dos documentos arquivísticos (os *records*). Não havendo, portanto, uma divisão entre *records* e *archives*. Pelo modelo de *records continuum* os documentos precisam ser analisados e tratados numa perspectiva “global”, sem considerarmos divisões entre gestão de documentos e arquivos (permanentes). Por fim, em sua revisão teórica, o pesquisador explora a ISO 15489 e, em seguida, relaciona a gestão de documentos com a produção de documentos eletrônicos, assimilando aí suas vantagens e desvantagens (Tsabedze, 2011).

Rocco buscou, em sua pesquisa de mestrado³⁷ verificar como as instituições do governo federal brasileiro estavam utilizando a gestão de documentos para melhor produzir, gerenciar e dar acesso aos documentos arquivísticos digitais, cuja produção tem sido cada vez maior no referido âmbito. Para seu referencial teórico, a autora utilizou a tríade

³⁶ Vusi W. Tsabedze. (2011). *Records management in government ministries in Swaziland*. [Dissertação de mestrado]. University of Zululand. (África do Sul).

³⁷ Rocco, Brenda Couto de Brito. (2013) Um estudo sobre a gestão de documentos arquivísticos digitais na Administração Pública brasileira. [Dissertação de mestrado] IBICT/UFRJ (Brasil).

informação, documento e arquivo para em seguida abordar o documento arquivístico digital, o acesso à informação e à gestão de documentos. Durante sua construção teórica acerca da gestão de documentos a autora aponta para a importância da teoria das três idades para a implementação de ações de gestão de documentos. Para ela, “a teoria das três idades orienta diretamente a implementação da GDA [Gestão de Documentos Arquivísticos], pois, por meio dela, é possível identificar a idade em que o documento arquivístico se encontra, permitindo a implementação dos procedimentos adequados para seu tratamento e acesso (Rocco, 2013, p. 77). Conclui sua pesquisa reafirmando que os procedimentos de gestão de documentos são fundamentais para criação e manutenção de documentos digitais ressaltando os riscos e impactos da ausência destes procedimentos (Rocco, 2013).

Ao analisar, em sua construção teórica a relação da gestão de documento com a instituição de arquivo, Geronimo³⁸ conceitua elementos, como a teoria das três idades, para a qual afirma que: “Conhecida também como ciclo de vida dos documentos, a teoria das três idades se configura em delimitar o documento de arquivo em três fases, ou seja, fase corrente, fase intermediária e fase permanente”. E afirma, ainda, que a gestão de documentos surge com o objetivo de direcionar “as intervenções nas três idades dos documentos”(Geronimo, 2014, pp. 63-64).

Já na primeira parte do trabalho Mafu³⁹, dedica uma seção à definição de termos, onde especifica alguns dos utilizados ao longo da pesquisa. Um dos termos constantes é o conceito de ciclo de vida dos documentos, para o qual a autora utiliza como referência a definição adotada pelo *The International Records Management Trust (IRMT)*, para o qual “life cycle concept is a concept that draws an analogy between the life of a biological organism which is born, lives and dies and that of a record, which is created and is used for as long as the record has continuing value and then is disposed of by destruction or by transfer to an archival institution” (2015, p. 9). Posteriormente, Mafu apresenta a discussão, iniciada na década de 1980, com a proposta de *records continuum*, apresentada

³⁸ Geronimo, Michele Brasileiro. (2014). *O Arquivo Universitário e as suas diretrizes: um estudo de caso do Sistema de Arquivo da Unicamp (SIARQ)*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Estadual Paulista (Brasil).

³⁹ Mafu, Ntombizandile Victoria. (2014). *The management of court records in Magistrate Court: A case of Middledrift Magistrate Court, Eastern Cape*. [Dissertação de mestrado]. University of Fort Hare (África do Sul).

como uma alternativa ao modelo de *records life cycle*, uma vez que, na visão de autores como Yusof e Chell (2000), assim como Shepherd e Yeo (2003), o novo modelo estaria mais de acordo com a realidade dos documentos eletrônicos por não causar uma ruptura na gestão e organização destes documentos. Mafu explica, ainda utilizando Yusof e Chell (2000), Shepherd e Yeo (2003) e outros autores, que o conceito de ciclo de vida dos documentos serve para explicar que os documentos passam por fases distintas e bem definidas, além de fornecer uma estrutura de compreensão para uma gestão eficiente dos documentos, e que a ideia, por trás desse conceito, é a de que a vida dos documentos se assemelha à vida de um organismo, que nasce, vive e morre. Mais adiante, Mafu aponta para outros autores, ainda sobre a compreensão do *records life cycle* e explica que Sheperd e Yeo (2003) e Parker (1999) sugerem que “the stages that records pass are current stage, semi-current stage, and non-current stage” (2015, pp. 13-14) e o que significam estes estágios (Mafu, 2015).

Mathebeni-Bokwe⁴⁰ teve como objetivo investigar a gestão de documentos médicos para os serviços de saúde do *Victoria Public Hospital*, a partir da verificação da infraestrutura de gestão de documentos e elementos de conformidade. Ao apresentar os referenciais teóricos, a autora utiliza o *International Records Management Trust* afirmando que o IRMT defende como, um de seus princípios, que os documentos devem seguir um ciclo de vida, segundo o qual estes passam pelas seguintes fases: “the current phase, semi-current phase and the non-current phase, before they are disposed of”. Porém, a autora defende que este modelo serve bem ao gerenciamento focado no suporte e que não mais atende ao gerenciamento focado no conteúdo, razão pela qual autores como Bantin (2008), Flynn (2001) e McKemmish (1997) apontam o *records continuum* como um modelo mais adequado ao novo contexto de demandas para a gestão de documentos. A autora afirma que “The widespread use of technology in organisations and hospitals has resulted in the creation of computer generated records. The continuum records management model

⁴⁰ Mathebeni-Bokwe, Pyrene. (2015) *Management of medical records for healthcare service delivery at the Victoria Public Hospital in the Eastern Cape Province: South Africa*. [Dissertação de mestrado] University of Fort Hare. (África do Sul).

accommodates the preservation of both the paper and the electronic records” (Pyrene, 2015).

Manikas⁴¹, ainda que sem abordar com grande profundidade, para discutir a gestão de documentos e a gestão de documentos eletrônicos em empresas na Grécia, aponta dois entendimentos identificados sobre o ciclo de vida dos documentos e afirma que os estes possuem uma vida útil que está relacionada ao uso atual e à destinação final dos documentos. Segundo afirma, a literatura indica diversos modelos de ciclo de vida dos documentos. Para Manikas, a maioria dos modelos contempla as etapas de criação, captura, armazenamento e descarte dos documentos. Uma outra perspectiva, para o ciclo de vida, categoriza as fases a partir das idades dos documentos, sendo que todos os documentos possuem três idades. O estágio atual, quando o documento está em uso; o estágio semi-corrente, quando o valor de uso é reduzido; e o último estágio, quando os documentos não possuem valor de uso, mas possuem valor histórico ou de arquivo (Manikas, 2015).

Em sua pesquisa, Rodrigues⁴² dedica uma seção a abordar a gestão arquivística de documentos digitais. Para isto, utiliza Marilena Leite Paes (2006) para situar o surgimento da teoria das três idades e explicar suas divisões em arquivo de primeira idade, ou corrente, arquivo de segunda idade, ou intermediário, e arquivo de terceira idade, ou permanente. Mais adiante, o autor aponta que “no que concerne ao ciclo de vida dos documentos Rousseau e Couture (1998) versam sobre a teoria das três idades como delimitadora das fases corrente, intermediária e permanente dos documentos de arquivo. Tais fases perpassam desde a produção até a destinação final” (p. 85) e ressalta que o ciclo de vida dos documentos decorre da frequência de uso e identificação dos valores primários e secundários dos documentos (M. de M. Rodrigues, 2015).

⁴¹ Manikas, Konstantinos. (2015). *Records Management and Electronic Records Management Opportunities and Limitations: A case study in Greek companies*. [Dissertação de mestrado]. Linnaeus University (Suécia).

⁴² Rodrigues, Mateus de Moura. (2015). *Repositório arquivístico digital confiável para o patrimônio documental oriundo do processo judicial eletrônico*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal de Santa Maria (Brasil).

Pradebon⁴³ não aborda a gestão de documentos como referencial teórico, mas define, como uma seção da pesquisa a teoria das três idades. Neste tópico, a autora aborda alguns elementos da gestão de documentos, como classificação, avaliação e destinação, iniciando com sua visão sobre as três idades nos arquivos. Pradebon afirma que o ciclo vital dos documentos surgiu nos anos de 1940 com Philip Brooks, mas que foi difundida e utilizada por Posner e Schellenberg e, citando Indolfo, afirma que a teoria das três idades divide o tempo de vida dos documentos em três idades. Para explicar as fases corrente, intermediária e permanente, utiliza Schellenberg como referência e, mais adiante, afirma que Couture e Rousseau, seguindo nessa linha de pensamento de Schellenberg, propuseram a arquivística integrada (pp. 36-37), apresentando o esquema gráfico de Couture e Rousseau para o ciclo vital dos documentos. Por fim, a autora pontua que “para determinar a movimentação dos documentos em arquivos corrente, intermediário e permanente está o processo de avaliação” (Pradebon, 2016, p. 38).

Uma vez que a pesquisa é um projeto desenvolvido em âmbito empresarial, cujo foco é a “operacionalização de um sistema de gestão documental verticalizável”, Correia⁴⁴ faz uma abordagem resumida sobre a gestão de documentos, focada em explicar sua perspectiva de que a gestão de documentos surgiu para dar conta de documentos “em ambiente físico, com o objetivo final de avaliação e armazenamento num arquivo físico” (p. 38). Em seguida, explica os conceitos abordados por normas internacionais para gestão de documentos eletrônicos e as definições institucionais portuguesas, definidas pela norma NP 4438-1:2005 e pela Direção-Geral de Arquivos (DGARQ). Por fim, Correia conclui sua análise afirmando que a gestão documentos pressupõe a desmaterialização (a partir de soluções tecnológicas) dos documentos e que avaliação permite a abrangência de todo o ciclo de vida dos documentos, desde sua produção até sua eliminação. A autora não aborda a guarda definitiva como uma outra possibilidade de destinação final e considera que a

⁴³ Pradebon, Daiane Regina Segabinazzi. (2016). *Política de preservação digital: subsídios a partir da análise diplomática do histórico escolar da UFSM*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal de Santa Maria (Brasil).

⁴⁴ Correia, Edite Mafalda Gama. (2017). *Modelação de Processos Aplicável à Verticalização de uma Solução de Software de Gestão Documental*. [Dissertação de mestrado]. Universidade do Porto. (Portugal).

solução tecnológica com atributos de armazenamento, organização e recuperação de documentos também pode ser identificada como gestão de documentos (Correia, 2017).

A autora⁴⁵ apresenta o que é a gestão de documentos e qual a sua importância no contexto corporativo, para, em seguida, explicar quais são os seus objetivos e as suas etapas. Aponta que, com a gestão de documentos, surgiu a teoria das três idades com o objetivo de atribuir um ciclo de vida aos documentos e indicando qual caminho cada um deve seguir, qual seu uso e sua necessidade de guarda. Explica, ainda, que a teoria das três idades ou ciclo vital dos documentos foi resultado dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Hoover, cujo objetivo era solucionar problemas de conservação de um grande volume de documentos gerados pelo país, após a Segunda Guerra Mundial. Almeida esclarece que as três idades são estabelecidas de acordo com o valor que os documentos adquirem a partir de sua criação, frequência de uso e vigência administrativa. Por fim, a autora afirma que o ciclo de vida dos documentos está contemplado pela teoria das três idades, dividindo-se nas fases corrente, intermediária e permanente, ainda que os documentos não percorram as três idades. De acordo com o exposto, a autora trabalha com a perspectiva de que teoria das três idades e ciclo vital dos documentos são sinônimos e referencia sua interpretação a partir de Bartalo e Moreno (2015). A autora desenha ainda o ciclo de vida dos documentos como arquivo corrente — arquivo intermediário — arquivo permanente ou eliminação, e afirma que “Uma possibilidade contemplada na Teoria das Três Idades é o descarte de documentos” (Almeida, 2018, p. 30).

Dentre as pesquisas no âmbito de doutoramento, a primeira é a tese de P.R.E dos Santos⁴⁶, que, ao analisar a institucionalização da Arquivologia brasileira, discute, no campo teórico da tese, sobre a teoria e a prática da gestão de documentos no Brasil. Além de traçar um panorama mais geral sobre o surgimento deste conceito nos EUA, o autor aborda também a teoria das três idades e explica que ela surgiu no mesmo contexto da gestão de documentos. P.R.E dos Santos utiliza como referência Heloísa Bellotto e, ainda, a definição

⁴⁵ Almeida, Maria Fabiana Izídio de. (2018). *Gestão documental e seus impactos: uma abordagem nos processos de auditoria*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Estadual Paulista (Brasil).

⁴⁶ Santos, Paulo Roberto Elian dos. (2008). *A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina*. [Tese de doutoramento]. Universidade de São Paulo (Brasil).

do Dicionário de Terminologia Arquivística, que, sobre a teoria das três idades, define: “também denominada ciclo vital dos documentos, essa teoria consiste na sucessão de fases por que passam os documentos desde o momento em que são criados até sua destinação final” (P. R. E. dos Santos, 2008, p. 20).

Rose⁴⁷, em sua pesquisa doutoral, examina a transformação do perfil do *Public Archives of Canadá* após a Segunda Guerra Mundial; expandindo suas atividades até a publicação de uma política de gestão de documentos para agências governamentais, em 1983. Na pesquisa, a autora traça uma trajetória da gestão de documentos no Canadá, com foco no desenvolvimento do Arquivo público canadense, mas ressaltando as importantes contribuições de arquivistas americanos, assim como das instituições arquivísticas americana, britânica e francesa no estabelecimento no *Public Archives of Canadá*. De seus apontamentos, utilizando autores como Philip Brooks e Margaret Norton, a autora destaca, como fundamentais ao desenvolvimento teórico e prático da gestão de documentos e da arquivística, a criação da ideia de ciclo de vida dos documentos e a função de avaliação dos documentos, dada a incapacidade de as agências armazenarem tudo o que fosse produzido por estas. (Rose, 2012).

Para analisar a construção teórica sobre avaliação de documentos arquivísticos, Indolfo⁴⁸ aborda o surgimento e o desenvolvimento do conceito de gestão de documentos, além de analisar também, nesse contexto, o surgimento do conceito de ciclo de vida dos documentos. Para a autora, Philip Brooks foi o primeiro a fazer referência ao ciclo de vida, mas destaca que os responsáveis por sua difusão foram Ernst Posner e Theodore R. Schellenberg, entre as décadas de 1950 e 1960. Indolfo sintetiza uma ideia apresentada por Llansó i Sanjuan, em sua pesquisa doutoral (1993), sobre a diversidade de modelos de gestão de documentos e explica que não é possível tratar de um conceito único e universal

⁴⁷ Rose, Kathryn Elizabeth. *The Long Reach of War: Canadian Records Management and the Public Archives*. [Tese de doutoramento]. University of Waterloo (Canadá).

⁴⁸ Indolfo, Ana Celeste. (2013). *Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)*. [Tese de doutoramento]. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (Brasil).

de gestão de documentos, dado que diversos fatores contribuíram para seu surgimento e desenvolvimento.

Na perspectiva da construção histórica do conceito de gestão de documentos a autora assinala também a necessidade de países de língua francesa, espanhola e portuguesa de traduzir o termo *records management* e, assim como os conceitos foram sendo desenvolvidos contextualmente, as práticas se desdobraram de maneiras diferenciadas. Ressalta, ainda, que, ao final do século XX, “os conceitos de gestão documentos e de ciclo vital encontravam-se consolidados, apesar das aplicações e das práticas diferenciadas. Porém, é possível afirmar que os avanços científicos e o impacto das novas tecnologias de comunicação e informação voltaram a desafiar a Arquivologia a rever, ou melhor, a renovar, mais uma vez, os princípios e as práticas arquivísticas” (Indolfo, 2013, p. 53, grifo nosso). Assim, a autora afirma que há, portanto, uma diversidade de modelos de gestão de documentos que foram construídos a partir de práticas diferentes em vários países.

Kallberg⁴⁹ analisa como algumas práticas de captura e armazenamento de documentos vêm mudando em relação à teoria, a partir das novas configurações administrativas trazidas pela implantação do governo eletrônico, na Suécia. A autora contextualiza sua análise, explicando que a Suécia possui uma “visão holística” sobre os arquivos “from the beginning of the life of the records to their long-term preservation” (introdução). Ao abordar a gestão de documentos, mais especificamente a compreensão sobre o ciclo de vida dos documentos e o percurso arquivístico até o *records continuum*, a autora explica que a divisão da “vida dos documentos” em etapas é uma visão teórica trazida por Schellenberg — especificamente em um contexto pós-guerras cujo volume na produção de documentos no governo americano era exponencial — e que esta perspectiva é resultado de sua distinção entre *records* e *archives*. A partir desta análise, Kallberg explica que as transformações tecnológicas e a chegada dos registros eletrônicos fizeram com que a visão de ciclo de vida fosse questionada uma vez que estes documentos não podem ser “divididos” e explica que a, partir disso, Jay Atherton sugeriu que a visão de ciclo de vida fosse substituída por uma percepção mais simples e que reflete um padrão de continuidade, visão

⁴⁹ Kallberg, Maria. (2013). The Emperor's New Clothes' Recordkeeping in a New Context. [Tese de doutoramento]. Mid Sweden University (Suécia).

esta que foi representada por Upward, na década de 1990, com uma proposta de novo um olhar sobre a criação e manutenção de documentos arquivísticos. Por fim, a autora conclui, afirmando que utiliza o *records continuum* como lente teórica para sua visão holística sobre os arquivos e para verificar se há continuidade na prática de gerenciamento dos *records* e *archives*, no contexto do governo eletrônico sueco (Kallberg, 2013).

Adu⁵⁰, tendo como ponto de partida a proposta de discutir uma estrutura de preservação digital para documentos eletrônicos em Gana, discute modelos e teorias utilizados para gerenciar documentos eletrônicos. Explica o modelo do ciclo de vida, afirmando que foi desenvolvido pelo NARA, nos anos de 1930, e que, segundo este conceito, utilizando Penn, Pennix e Coulson (1994) e Hardcastle (1989) os documentos seguem uma vida em que nascem, vivem e morrem. Em seguida, explica que essa sequência se dá ao passarem pela fase ativa, semiativa e inativa. Por fim, referenciando Yussuf e Chell, diz que os autores afirmam que este modelo não dá conta do gerenciamento de documentos digitais e segue para a abordagem do *records continuum* (Adu, 2015).

A pesquisa de Katuu⁵¹ analisa a gestão de documentos na saúde pública da África do Sul e utiliza a gestão de documentos e seus elementos como referencial teórico que embasa a construção e a análise do campo empírico. O referencial teórico é iniciado com a apresentação da relação distintiva entre “*documents*” e “*records*”, sendo este último um grupo dentro do conjunto de documentos com atributos específicos de produção em razão de uma atividade específica. Em seguida, Katuu apresenta o conceito de “*records life cycle*” e aponta que este foi um conceito muito discutido academicamente, nos anos de 1970 e 1980. Entretanto, o desenvolvimento das tecnologias e a inserção dos trabalhos no ambiente digital fizeram com que diversos estudiosos tenham sugerido o uso do “*records continuum*” como um modelo de gerenciamento mais adequado aos novos documentos produzidos em formato digital (Katuu, 2015).

⁵⁰ Adu, Kofi Koranteng. (2015). *Framework for digital preservation of electronic government in Ghana*. [Tese de doutoramento]. University of South Africa (África do Sul)

⁵¹ Katuu, Shadrack Ayub. (2015). *Managing records in South African public health care institutions: a critical analysis*. [Tese de doutoramento]. University of South Africa (África do Sul)

A autora⁵², em sua pesquisa doutoral, faz uma abordagem enxuta sobre a gestão de documentos, pontuando objetivos e funções, sem contrapor perspectivas ou modelos diferentes. Cita o ciclo de vida dos documentos como importante para eficiência e eficácia dos programas de gestão de documentos e afirma que esta perspectiva se fundamenta no controle sistemático dos documentos ao longo de seu ciclo de vida. Aponta, ainda, que tal perspectiva percebe a gestão de documentos como necessária para facilitar o acesso e a destinação adequada dos documentos, garantindo também que os documentos vitais e historicamente importantes para a instituição sejam preservados (Ambira, 2016).

3.5.2. Na busca relativa a *records life cycle*

O primeiro resultado foi uma dissertação desenvolvida por Cassio Murilo Alves Costa Filho⁵³, na Universidade de Brasília (Brasil), em 2016. O autor pesquisou sobre as limitações ao modelo de ciclo de vida em um contexto “pós-custodial”, inclusive em suas relações com a teoria das três idades, e utilizou, como contraponto ao modelo de ciclo de vida, o modelo australiano de *records continuum*. O autor aponta, no decorrer de sua pesquisa, que, para o entendimento do ciclo de vida dos documentos é fundamental abordar a teoria das três idades, “tendo em vista a constante equivalência que é realizada entre os dois conceitos”. Entretanto, afirma, a seguir que não foi possível identificar um marco histórico para a teoria das três idades devido à falta de unanimidade sobre o tema.

O autor conclui, então, afirmando que a produção de documentos, em ambientes digitais, impôs a revisitação e ressignificação de conceitos e princípios fundamentais da

⁵² Ambira, Cleophas Mutundu. (2016). *A framework for management of electronic records in support of e-government in Kenya*. [Tese doutoramento]. University of South Africa (África do Sul).

⁵³ Costa Filho, Cassio Murilo (2016). *Possíveis limitações ao ciclo vital dos documentos ante ao pós-custodialismo: o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação*. Universidade de Brasília (Brasil).

Arquivologia. Por fim, destaca que o modelo de *records continuum* fornece melhor suporte às necessidades de um novo contexto de produção e gerenciamento de documentos em ambientes digitais (Costa Filho, 2016).

Em sua tese de doutoramento, Ndenje-Sichalwe⁵⁴ buscou compreender até que ponto as práticas de gestão de documentos auxiliaram na prestação de contas do programa de reforma do serviço público, aplicado em alguns Ministérios da Tanzânia. A pesquisa possui, como campo empírico, agências governamentais e tem, como referencial teórico conceitos de arquivo, gestão de documentos, documentos eletrônicos, entre outros. A autora aborda, em seu quadro teórico, o *records life cycle* e o *records continuum* e afirma que estes são os modelos dominantes, no campo da gestão de documentos e dos arquivos. Identifica o surgimento do modelo de ciclo de vida dos documentos, nos anos 1930, atribuído a Schellenberg, arquivista do NARA, e explica que a concepção deste modelo tem por base a vida de um organismo biológico, para o qual o documento nasce, vive e morre, ou tem sua vida baseada na criação, manutenção e destinação. Em seguida, a autora destaca, a partir da perspectiva de Charman (1984), que da criação até a disposição final dos documentos, o ciclo de vidas é composto por três estágios, que inclui os documentos correntes (aqueles requeridos regularmente para execução do negócio da organização), os documentos semi-correntes (que possuem usos menos frequentes) e os documentos não correntes ou inativos (que podem ser destruídos ou transferidos para um repositório arquivístico). Conclui a análise sobre o modelo de ciclo de vida a reconhecer que existem outras interpretações para este modelo e que ele não contempla a gestão de documentos em ambiente eletrônico, lacuna que vem a ser preenchida com o surgimento do modelo de *records continuum* (Ndenje-Sichalwe, 2010).

⁵⁴ Ndenje-Sichalwe, Esther. (2010). *The significance of records management to fostering accountability in the public service reform programme of Tanzania*. [Tese de doutoramento]. University of KwaZulu-Natal (Tanzania)

4. FATOS E VERSÕES: O QUE DIZEM OS DADOS

Nesta seção, são analisados os dados verificados na segunda etapa da pesquisa, registrados na terceira seção desta tese e coletados nas fontes relacionadas: estudos *Records and Archives Management Programme*; leis de arquivo, léxicos e manuais institucionais dos Estados Unidos da América, Canadá, França, Itália, Espanha, Colômbia, Portugal e Brasil; e dissertações e teses pesquisas na base *Networked Digital Library of Theses and Dissertations*.

O primeiro eixo dessa pesquisa, destinado a contextualizar a teoria das três idades a partir de sua historicização, teve como ponto de maior destaque a percepção de que, ao contrário do que repete grande parte da literatura contemporânea, a teoria das três idades não nasce no mesmo âmbito e contexto do *records management* americano, assim como também não foi criada como um modelo conceitual que serviu de referencial para o gerenciamento dos arquivos. Tampouco se desenvolveu posteriormente nos Estados Unidos sob esta ótica, embora diversos autores americanos tenham publicado reflexões destacando a importância da divisão dos arquivos em três fases distintas de guarda e processamento.

A primeira publicação a abordar a divisão dos arquivos em correntes, intermediários e permanentes foi *Archivistica*, do italiano Eugenio Casanova, em 1928. Na publicação ele indica que esta proposta de divisão dos arquivos constava da legislação italiana, de 1900, indicando procedimentos a serem adotados para o controle dos arquivos atuais, de depósitos intermediários e a passagem para os arquivos do Reino.

. A legislação que faz menção Eugenio Casanova, em 1928, foi o Decreto Real nº 35, de 25 de janeiro de 1900. O documento dispõe de uma seção definida como *Archivi*

Art. 79 Ogni Ufficio di registratura avrà un archivio per gli affari che esigono ancora provvedimenti, e si chiamerà corrente. Ogni Ministero avrà un archivio per gli atti sui quali fu definitivamente provveduto e si chiamerà deposito.

Art. 80 Nel gennaio di ciascun anno si levano dall'archivio corrente i fascicoli degli affari compiuti e si portano nell'archivio di deposito. Dagli archivi del personale si levano e trasportano soltanto i fascicoli relativi a persone morte o che più non appartengono all'Amministrazione.

Art. 81 Dopo un decennio gli atti dell'archivio di deposito che più non occorrono ai bisogni ordinari dell'amministrazione passano all'archivio del Regno o sono eliminati.

Conforme se verifica, a legislação italiana, já no último ano do século XIX, apenas dois anos após a publicação do manual dos arquivistas holandeses, define alguns dos elementos que viriam a ser discutidos e implantados nas diversas práticas arquivísticas pelo mundo, alguns anos depois.

Entre os elementos identificados, que tiveram desdobramentos na teoria e na prática arquivísticas, podemos citar três bastante evidentes, no âmbito da gestão de documentos:

— Estabelece a divisão do arquivo em estágios de guarda diferenciados: corrente ou atual, de depósito e, por fim, a eliminação ou ida para o arquivo do Reino. Além de definir as fases, determina o prazo que deverá ser contado para as transferências;

— O respeito à ordem original⁵⁵, ao definir que os arquivos correntes, de depósito e do Reino devem ser organizados seguindo uma mesma lógica de organização e respeitando a divisão inicialmente estabelecida;

— Institui que os documentos a serem transferidos ou eliminados deverão ser definidos por uma comissão nomeada por determinação ministerial.

Além destes, outros pontos específicos de controle são definidos pelo decreto, como a utilização de instrumentos de pesquisa e a forma de acondicionamento. Um regulamento bastante específico e detalhado, para as práticas arquivísticas a serem adotadas nos documentos integrantes dos arquivos públicos italianos.

⁵⁵ Sousa (2003, pp. 249-250) explica que o princípio da ordem original, assim como o da proveniência, evoluíram de uma obrigação legal para a adoção científica e cultural e que, segundo Couture e Rousseau, “foi consagrado somente em 1964” durante a realização do Congresso Internacional de Arquivos, em Paris. (Sousa, 2003)

Anos mais tarde, já durante o processo de desenvolvimento do *records management*, que viria a ser replicado por outros países, na efervescente discussão teórica e prática da gestão de documentos, é publicado o primeiro artigo, identificado no contexto norte-americano, com esta abordagem de divisão dos arquivos em diferentes estágios de guarda, definidos por corrente, intermediária e permanente, que foi de autoria de Helen Chatfield, na *Society of American Archivist*, em 1940, em que, porém, essa divisão dos arquivos aparece sob a designação terminológica de *records life cycle*.

No artigo *Problem of records from the standpoint of management*, Chatfield explica que, durante seu ciclo de vida, os documentos passam por

1. The period of accumulation and current use;
2. The period of infrequent governmental use; and
3. The period of historical use.

Talvez esta seja a origem da adoção por muitos autores e profissionais do termo ciclo de vida dos documentos para designar as fases corrente, intermediária e permanente. Por um outro lado, muitos destes mesmos autores e profissionais identificam Philip Brooks como autor da ideia de uma sequência de vida dos documentos, associando tal ideia à percepção de que, assim como os organismos vivos, os documentos nascem, vivem e morrem.

Muitos autores fazem referência à publicação de Philip Brooks como precursor do termo “*records life cycle*” no mesmo ano e na mesma revista que publicou Chatfield, a revista norte-americana, recém-criada pela *Society of American Archivists*, que escoava grande parte das reflexões dos gestores de documentos e dos arquivistas, principalmente do governo americano, que participavam da busca por soluções de gerenciamento dos grandes volumes de documentos. Entretanto, cumpre diferenciar aqui, que, Chatfield e Brooks utilizam a mesma referência de base (o termo *life*) para designar processos distintos.

Chatfield explica que os documentos precisam ser controlados durante suas existências e refere-se à divisão nos estágios de guarda com o uso do termo *life cycle*, para

o qual explica tratar-se da divisão entre uso corrente, uso pouco frequente e o período de uso histórico. O artigo de Brooks, publicado em outubro de 1940, alguns meses depois de Chatfield, que publicou em abril, utiliza o termo “*life history of a given body of documents*” e não o termo *life cycle*, como Chatfield já havia citado.

Entretanto, em sua análise, apesar de Brooks não usar o termo *life cycle* e *life history*, compara as fases da vida de um documento às fases de um organismo biológico, para o qual, em situação análoga, os documentos, durante o cumprimento de suas funções, também nascem, vivem e morrem.

A ideia de ciclo de vida dos documentos foi amplamente difundida entre as práticas arquivísticas, a reboque da difusão prática e teórica da gestão de documentos, assim como os já institucionalizados *records* e *archives* estavam no centro dos debates, aos quais somava-se os *records centers* ou os *intermediate records*. Ainda que o uso do arquivo intermediário tenha surgido cerca de 40 anos antes, a utilização dos *records centers* apresentou-se como uma solução viável e econômica para o volume de documentos que se acumulava nas agências governamentais.

De forma quase simultânea, a ideia de ciclo de vida dos documentos ganhava eco entre os *records managers*, para os quais fazia sentido, ao ser utilizada como um modelo teórico que serviria como referência para explicar que a gestão de documentos — que se refere também a um campo profissional nos países norte-americanos — era responsável somente pela administração das etapas especificadas no ciclo de vida dos documentos que são criados, mantidos e destinados, para eliminação ou guarda definitiva.

Essas ocorrências simultâneas, a amplitude dada por diversos autores ao ciclo de vida dos documentos, juntamente com a aceitação de que um depósito de guarda temporária dos documentos perfazia uma importante solução para o grande acúmulo de documentos, resultado do uso de novas tecnologias de produção e difusão da informação, fizeram com que fossem geradas muitas compreensões e análises controversas sobre o tema.

Por outro lado, ainda que a primeira referência na literatura arquivística sobre o uso da divisão dos arquivos entre correntes, intermediários e permanentes seja de Casanova, em 1928, somente 38 anos mais tarde, o termo teoria das três idades foi identificado na literatura

arquivística, utilizado por Yves Pérotin, em artigo publicado no periódico *The American Archivists*, em 1966, sob o título *Administration and the "Three Ages" of Archives* (destacando que o uso desse termo tenha se dado pela primeira vez, também por Pérotin durante reunião nos arquivos franceses em 1961).

Assim, ainda que alguns autores remetam a criação da teoria das três idades a Pérotin, como se pode constatar, o que o autor fez foi atribuir o termo para designar a divisão dos arquivos em estágios de guarda diferenciados. Assim, tal divisão assumiu a configuração terminológica de “teoria das três idades” a partir de 1966, com a publicação de um artigo de Yves Pérotin, na *The American Archivist*. Embora o artigo publicado por um autor francês tenha sido em revista da *Society of American Archivist*, não houve na mesma revista desdobramentos desta “teoria”, abordada conforme termo descrito por Pérotin.

Duranti e Franks, na *Encyclopedia of Archival Science* apontam o surgimento do *record's three age* para a literatura francesa da década de 1960, quando foi formalmente apresentada como uma teoria, por Yves Pérotin.

A contextualização, partindo também de uma historicização, da teoria das três idades, permitiu identificar os termos que seriam coletados nos léxicos, uma vez que cada país aborda o fenômeno de maneira diferente.

Desta forma, o segundo eixo, realizado para identificar como os países situam a teoria das três idades em suas referências teórico-normativas, foi desenvolvido a partir do mapeamento e identificação de diferentes tipos de fontes: os estudos RAMP, as diferentes leis de arquivo, os manuais técnicos institucionais, os léxicos internacionais e as produções acadêmicas no âmbito de mestrado e doutorado. Tais dados permitiram identificar, aparentemente, o que, em alguns casos, trata-se de variação apenas terminológica e, em outros casos, trata-se de variação conceitual.

A análise de diferentes fontes — estudos RAMP, legislação arquivística, léxicos, manuais técnicos institucionais e a produção acadêmica — permitiu identificar como o fenômeno em análise está posicionado nos diferentes contextos arquivísticos, assim como traçar possíveis elementos basiladores para sua compreensão.

Segundo o Conselho Internacional de Arquivos⁵⁶, terminologia é:

- An international source for the terminology and definitions used by many traditions to express shared archival concepts
- A dynamic instrument that will reflect international archival practice and its evolution over time
- A product created by archival professionals from around the world using authoritative sources and common practice.

Assim, a terminologia é entendida como um elemento dinâmico, que deve funcionar como instrumento facilitador no compartilhamento profissional e científico para o tratamento e estudo dos arquivos.

Nomear os diversos elementos no universo arquivístico tem o objetivo de padronizar, ampliar e facilitar a comunicação entre os atores e agências, seja no âmbito da atuação profissional, seja no âmbito acadêmico. Segundo a norma *International Organization for Standardization* (ISO), a menor unidade da terminologia é o termo (ISO-704, 2009) e este serve para representar um conceito. Aganette & Almeida explicam que definições são criadas a partir de conceitos, pois “uma definição é um enunciado que descreve um conceito permitindo diferenciá-lo de outros conceitos” (Aganette & Almeida, 2014, p. 399).

Entretanto, os autores afirmam, ainda, que “uma definição não é exclusiva e pode variar conforme a fonte. Criar uma definição equivale a limitar o termo segundo algum critério, de forma a fixar os limites de um conceito ou ideia”. Assim, compreender uma prática e identificá-la através de termos, definições e conceitos desenvolvidos e aplicados em diferentes contextos, exige entender também as diferenças desses contextos.

Os dados expostos evidenciam que a multiplicidade de definições para termos comuns em uma área do conhecimento tende a dificultar a troca de informação. O primeiro ponto, que se pode apontar, sobre esta questão, no campo dos arquivos, e que tem evidente

⁵⁶ Fonte: sítio eletrônico do Conselho Internacional de Arquivos <https://www.ica.org/en/online-resource-centre/multilingual-archival-terminology>

desdobramento em todos os demais termos e definições está nas diferentes compreensões para o termo arquivo.

Couture e Ducharme (2005), ao analisarem o status da pesquisa na Arquivística, discutem sobre seu objeto e seu objetivo e apontam que a própria compreensão desses elementos tem variações, resultantes da própria definição de documentos e arquivos em diferentes realidades arquivísticas.

Doze estudos desenvolvidos no âmbito do projeto *Records and Archives Management Programme*, no período de 1981 a 1991, abordaram a divisão dos arquivos em fases (corrente, intermediária e permanente) ou explicaram o que os autores compreendiam por ciclo de vida dos documentos.

Desses estudos, somente os que foram desenvolvidos pelos autores Marie Charlotte Stark (1983), Wimalaratne, K.D.G. (1984), Derek Charman (1984) e Peter Mazikana (1990) explicam o ciclo de vida como as fases pelas quais passam os documentos, entre correntes, semi-correntes, não-correntes e inativos.

Entretanto, todos, em todos os estudos, evidenciam que a prática de dividir os arquivos em estágios de guarda, de acordo com a frequência de uso constitui elemento central no conjunto de procedimentos aplicados aos documentos, no âmbito da gestão de documentos. Considerando que os estudos desenvolvidos no âmbito do RAMP tinham o objetivo de estimular o desenvolvimento dos arquivos e embasar a melhoria das práticas arquivísticas nos diferentes países, principalmente os países em desenvolvimento, entende-se que a definição e explicação frequentes, pelos diversos autores de estudos sobre a divisão dos documentos em correntes, semi-correntes, não-correntes, intermediários e definitivos, caracterizam um estímulo à utilização dessa divisão.

Nas leis que regulamentam as ações e práticas arquivísticas, constatou-se que a divisão dos arquivos em correntes, intermediários e permanentes está regulamentada na maioria dos atos normativos, de países como: Itália, França, Espanha, Portugal, Brasil e Colômbia. No Canadá, a lei de arquivos e bibliotecas é mais geral e não faz menção direta à divisão dos arquivos em fases, mas define o local de guarda definitiva dos documentos e sobre a transferência de documentos de valor histórico.

Na legislação dos Estados Unidos, talvez a mais detalhada de todas, apesar de não especificar sobre os *current records* e os *non current records*, determina que, no momento em que o acúmulo de documentos nas agências afetarem a eficiência e economia, o chefe deverá providenciar a transferência dos documentos para um *records center*, operado e mantido pelo *National Archives*.

Assim, enquanto as outras leis analisadas na seção relativa às legislações arquivísticas nacionais focam na transferência de documentos para os arquivos intermediários, pautadas, somente no cumprimento da função administrativa, o *44 US Code* é o único a especificar que a transferência de documentos deve ocorrer quando comprometer a economia e a eficiência da gestão nas agências governamentais.

A legislação espanhola parece indicar a guarda intermediária em dois níveis: no nível da própria organização e no nível ministerial, o que parece chegar mais próximo ao modelo norte-americano de *records centers*, apesar de, no caso espanhol, não ficar evidente se os *Archivos generales* possuem ingerência dos Arquivos Nacionais de Espanha, como ocorre no caso dos *records centers* norte-americanos, que são operados pelo NARA.

Importante destacar que as leis de arquivo não representam somente um marco regulatório no campo dos arquivos, mas a partir do momento que estabelecem termos e definições utilizados para sua regulação, funcionam também como uma parametrização na forma como os profissionais, ao menos da esfera pública, deverão compreender e aplicar as três idades dos documentos no âmbito de suas atuações profissionais.

A *Model Records and Archives Law* foi produzida pelo *International Records Management Trust (IRMT)*, com coordenação e edição de Michael Roper e Laura Millar, em parceria com o Conselho Internacional de Arquivos. O objetivo de tal documento era fornecer bases e elementos norteadores, para os profissionais do campo arquivístico, na elaboração de leis para regulação da atividade arquivística. Segundo explica, a aprovação e implantação de leis de arquivo constituem requisito essencial para um “integrated system for managing records and archives throughout their life cycle” (1999, p. 3) e aponta também que a configuração assumida pela legislação dependerá inevitavelmente de outros atos

reguladores, além de ser orientada pelo ambiente político, econômico, social, cultural e administrativo de cada região.

Tais regulações terão, conseqüentemente, impacto na produção de manuais técnicos institucionais, que, no âmbito dos organismos governamentais mais especificamente, devem seguir as diretrizes de forma mais fiel às diretrizes legais e também impactam, portanto, na construção dos léxicos, principalmente os institucionais.

O documento elaborado pelo IRMT propõe também que

A records and archives act that provides a detailed prescription for the management of records throughout their life cycle will give a clear mandate for implementation.

On the other hand, it is difficult to make changes of practice to take account of changing external circumstances, because such changes require time-consuming amendment of the primary act. A records and archives act that establishes only a general framework, leaving the detail to be added in the form of subordinate legislation and professional standards, guidelines and procedure manuals, makes for ease of change but may appear to lack the authority of the more prescriptive approach, especially where life-cycle records and archival management systems are not well developed, and may result in patchy and inconsistent provisions if there is insufficient continuing commitment to drive through the necessary initial subordinate legislation, etc., and to maintain it thereafter.

Portanto, conforme recomendação do *International Records Management Trust*, uma boa lei de arquivos deve contemplar elementos que direcionem a gestão do ciclo de vida dos documentos desde a “creation to their eventual disposal by destruction or by transfer to the National Archives” (1999, pp. 3-4).

Ao confrontar os termos e definições presentes nos léxicos, percebe-se que as diferenças não são questões meramente terminológicas, mas também conceituais e começa pelo termo mais básico da área: arquivo. Enquanto léxicos de língua inglesa e francesa compreendem como arquivo somente os documentos que, após o processo de avaliação

foram identificados como de guarda definitiva, léxicos nos idiomas italiano, espanhol e português entendem por arquivo o conjunto de documentos desde o momento de sua produção, independentemente da fase em que se encontram.

Isso talvez não fosse um problema se os países, ao adotar modelos e práticas arquivísticas de outros países, o fizessem contextualizando termos e conceitos. A compreensão sobre a divisão dos arquivos em fases corrente, intermediária e permanente atravessa essa percepção de forma central, conforme pode ser constatado pelo uso dos termos *current records*, *document actif*, arquivos correntes, *archivo administrativo* ou *corriente*, *archivo de gestión*, *archivo corriente* e, ainda, *archives courantes*.

Apesar de divisão dos arquivos também fazer parte das práticas arquivísticas norte-americanas, conforme identificado na literatura, a única referência, em língua inglesa, encontrada no âmbito deste estudo, para o termo teoria das três idades ou três idades dos arquivos, está presente apenas na enciclopédia editada por Luciana Duranti e Patricia Franks, em 2015, sob a designação *record's three age*.

Nos léxicos franceses, foi possível perceber a abordagem relativas às idades com os termos arquivos correntes e intermediários, entretanto chama a atenção a utilização do termo *préarchivage* como sinônimo de arquivo intermediário. O termo pré-arquivo, conforme o próprio termo indica, é o que vem antes de ser arquivo.

A partir destes elementos, pode-se entender que os países que percebem o arquivo desde o momento da produção (sem distinção entre *records* e *archives*), ao adotar o termo pré-arquivo, assim como consta da literatura ter sido adotado no Brasil, entre meados de 1970 e fins de 1980, com a criação de uma unidade administrativa no Arquivo Nacional do Brasil denominada Divisão de Pré-Arquivo, incidem em uma inconsistência terminológica que tende a reproduzir equívocos entre pesquisadores e profissionais do campo dos arquivos, principalmente.

No idioma francês, o termo *préarchivage* consta do *Dictionnaire de terminologie archivistique*, da *Direction des Archives de France* (2002). O verbete, entretanto, explica tratar-se de um termo obsoleto, utilizado para designar a gestão dos arquivos intermediários. O uso do termo *préarchivage*, ou pré-arquivo, entretanto, somente faz sentido, quando o

arquivo é considerado apenas como o conjunto de documentos de guarda permanente, fato que é possível perceber na literatura verificada no âmbito desta pesquisa, nos países de língua inglesa.

Na terminologia arquivística, no idioma francês, do *Multilingual Archival Terminology*, por outro lado, não consta que *préarchivage* seja um termo obsoleto. Na base de terminologia do ICA, o termo refere-se a um serviço arquivístico responsável pela conservação dos arquivos intermediários.

A percepção dos termos diferentes para designar a fase corrente dos documentos contribui para a percepção sobre a distinção entre *records* e *archives*, mas uma questão ainda mais problemática ocorre com a definição de ciclo de vida dos documentos e teoria das três idades.

Enquanto alguns léxicos definem o ciclo de vida dos documentos como as diferentes fases pelas quais passam os documentos arquivísticos, desde sua produção até sua destinação final, outros definem como ciclo de vida, as três fases pelas quais passam os arquivos (corrente, intermediária e permanente), tratando ciclo de vida dos documentos e teoria das três idades como sinônimos, conforme podemos ver na sistematização apresentada no quadro a seguir (quadro 17).

Quadro 17: Termos e definições para ciclo de vida dos documentos e teoria das três idades

	Ciclo de vida dos documentos	Teoria das três idades
Itália		
França	voir archives courantes, archives définitives, archives intermédiaires, théorie des trois âges.	Notion fondamentale sur laquelle repose l'archivistique contemporaine, et qui fait passer tout document par trois périodes, courante, intermédiaire et définitive, caractérisées par la fréquence et le type d'utilisation qui en est faite. Voir aussi archives courantes, archives intermédiaires, archives définitives. (p. 34)

Espanha	Coincide com las etapas o edades por las que sucessivamente se reconocen por su utilidade los documentos de archivo y suelen coresponderse com su custodia em los sucessivos archivos que formam la red de archivos de una organización (archivo de oficina, archivo central, archivo intermedio, archivo histórico). Su reconocimiento y aplicación elevan a la estimación de principio archivístico (Heredia, p. 62)	Heredia Herrera: Não há.
	<p>1. Periodo comprendido entre la producción de un documento — incluido su diseño- y su eliminación o, em su caso, conservación permanente.</p> <p>2. Principio establecido en los años treinta en los Estados Unidos, según el cual el documento tiene una vida similar a la de un organismo biológico, el cual nace (fase de producción), vive (fase de mantenimiento y uso) y muere (fase de expurgo). (Cruz Mundet, p. 109)</p>	Trasunto de la teoría del ciclo de vida de los documentos, según el cual los documentos conocen tres edades, la primera en la que son producidos y recibidos para la resolución de los asuntos o negocios, la segunda em la que una vez concluida su finalidad inicial se conservan a efectos de consulta, y la tercera em la que se conservan permanentemente, los que no han sido destruidos.
Portugal	Sucessão de fases — corrente, intermédia e definitiva — por que passam os documentos de arquivo, desde a sua produção até estar ultimado o procedimento que lhes deu origem. Norma Portuguesa n. 4041	
Estados Unidos	<p>Records · The distinct phases of a record's existence, from creation to final disposition. (p. 232)</p> <p>The life span of a RECORD from its creation or receipt to its final DISPOSITION (p. 21)</p> <p>In a records and archives environment, a concept or record keeping that draws an analogy between the life of a biological organism, which is born, lives and</p>	

	<p>dies, and that of a record, which is created, is used for so long as it has continuing value and is then disposed of by destruction or by transfer to an archival institution. (p. 26)</p>	
<p>Canadá (uma definição em francês e outra em inglês)</p>	<p>1- « [Ensemble des étapes que franchit un document] depuis sa création, en passant par son transfert, sa consultation et sa transmission, jusqu'à sa conservation, y compris son archivage ou sa destruction. » (<i>Loi concernant le cadre juridique des technologies de l'information</i> (chapitre C-1.1, a. 6). 2- « Tout document d'archives passe par une ou plusieurs périodes caractérisées par la fréquence de son utilisation et par le type d'utilisation qui en est faite. On parle alors du cycle de vie du document. Ce cycle de vie fait partie des fondements sur lesquels repose, en tant que discipline, l'archivistique contemporaine. L'archiviste répartit ainsi la vie du document d'archives en trois périodes : l'activité, la semi-activité et l'inactivité. » (Rousseau et al., 1994).</p> <p>In the United States and Canada, the records lifecycle is an important concept based on the idea that records lose their usefulness as time passes. The phases or stages of the life of record vary from country and through time but correspond to the lifecycle of an organism: birth (creation phase), life (maintenance and use phase), and death (disposition phase). At times, the lifecycle of a record is divided into phases to allow for different storage options: creation, active records, semi-active records, inactive records, and final disposition (destruction or transfer</p>	<p>France, in the 1960s, developed the theory of the record's three ages (Duchemin, 1970), based on the whom the records are useful, as follows :</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Administrative age : usefulness to the creator 2. Intermediate age : decreasing usefulness to the creator, increasing usefulness to others <p>Historical age : general usefulness (p. 344)</p>

	<p>to another department, organization, or an archives). In the international context, there is no universal term to define the semi-active and inactive phases of records; nevertheless, the procedures for the legal maintenance of documents are almost the same in all countries. On one hand, the definition "current record" and "historical record" are commonly accepted; on the other hand, in North America and Europe the second stage (semi-active/inactive) of records is defined according to different terms and concepts." (p. 328)</p> <p>The phases or stages of records' life have since varied from country and through time, as have the criteria determining which they are, but everywhere the concept of records lifecycle involves a progression, a sequence, a beginning, and an end. (p. 342)</p>	
Brasil	<p>Sucessivas fases por que passam os documentos de um arquivo(1), sua produção à guarda permanente ou eliminação. Eliminação. Ver também teoria das três idades. (DIBRATE, 2005, p. 39)</p>	<p>Teoria segundo a qual os arquivos(1) são considerados arquivos correntes, arquivos correntes intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e a identificação de seus valores primário e secundário. Ver também ciclo vital dos documentos. (p. 151)</p>
	<p>Sucessão de fases por que passam os documentos desde o momento em que são criados até a sua destinação final. (Camargo, 2010, p. 30)</p>	<p>Sistematização das características dos arquivos correntes (1), intermediários (1) e permanentes (1) quanto à sua gênese, tratamento documental e utilização. (p. 79)</p>
Colômbia	<p>Etapas sucesivas por las que atraviesan los documentos desde su producción o recepción, hasta su disposición final. AGN Colômbia</p>	

Fonte: elaboração própria a partir dos léxicos analisados na pesquisa.

Conforme pode ser constatado, no quadro sintético, com as definições de ciclo de vida dos documentos e de teoria das três idades, não há uma compreensão uniforme nem mesmo entre autores de um mesmo país ou entre países com o mesmo idioma. Enquanto a norma portuguesa compreende ciclo de vida como as fases correntes, intermediária e permanente, os dicionários brasileiros entendem que ciclo de vida dos documentos são as fases pelas quais passam os documentos, desde sua criação até sua destinação final, que pode ser a eliminação ou a guarda permanente.

Da mesma forma, as definições em espanhol apresentam diferenças. O dicionário de autoria de Antonia Heredia Herrera, amplamente difundido e utilizado por arquivistas de outros países para além da Espanha, define ciclo de vida dos documentos como as idades pelas quais passam os documentos, a partir de sua utilidade e frequência de uso. Enquanto, de outro modo, o dicionário elaborado por Ramon Cruz Mundet, outro autor espanhol amplamente reconhecido no campo arquivístico, define por ciclo de vida as fases pelas quais passam os documentos, sem relacioná-las com as fases corrente, intermediária ou permanente.

No caso da definição de teoria das três idades, consta apenas de léxicos de quatro países: França, Canadá, Espanha (no dicionário elaborado por Cruz Mundet) e Brasil. Itália, o primeiro país onde foi possível identificar a divisão dos arquivos em estágios de guarda, a partir da frequência de uso, não constam o termo nem a definição, ainda que a divisão seja identificada pelo uso dos termos relacionados a arquivo corrente, intermediário e permanente. Nos léxicos dos Estados Unidos, país indicado por diversos autores como berço da gestão de documentos com foco na eficiência administrativa, também não utiliza o termo três idades ou teoria das três idades, ainda que a divisão esteja constatada pela adoção, já citada, dos termos *currents records*, *semi current records*, *non-current records*, *records centers* e *inactive records*.

Muitos termos verificados nos léxicos regionais encontram-se referenciados também no *Multilingual Archival Terminology*, do ICA. Entretanto, alguns elementos sobressaem a partir da análise:

1. Apenas no idioma francês, há um termo para designar a passagem dos documentos ou arquivos entre as fases corrente, intermediária e permanente. Sob a designação de *théorie des trois âges*. O *Multilingual Archival Terminology* define como uma “Notion fondamentale sur laquelle repose l'archivistique contemporaine, et qui fait passer tout document par trois périodes, courante, intermédiaire et définitive, caractérisées par la fréquence et le type d'utilisation qui en est faite”.
2. O termo teoria das três idades não apresenta nenhuma referência na base do ICA tanto em português quanto em espanhol, idiomas nos quais se encontra definição para o termo nos dicionários de Herrera, Cruz Mundet, Norma Portuguesa 4041, DIBRATE e Dicionário de Terminologia Arquivística.
3. Não há referência ao termo “arquivo permanente” em português, conforme consta em todos os documentos consultados no idioma, Norma Portuguesa, DIBRATE e Dicionário de Terminologia Arquivística.

Percebe-se, portanto, que mesmo na base de dados produzida pelo Conselho Internacional de Arquivos, as lacunas de termos e definições tendem a indicar que o instrumento não está coerente com a terminologia adotada pelos países dos idiomas representados na base.

A partir da análise das pesquisas acadêmicas, percebe-se que a adoção do modelo de ciclo de vida dos documentos, como elemento norteador para aplicação dos procedimentos de gestão de documentos, vem sendo revisitada e rediscutida já há cerca de vinte anos, conforme apontaram as pesquisas acadêmicas.

A análise permitiu perceber que as pesquisas estão divididas em três linhas de compreensão:

- a) Pesquisas na quais se percebe o ciclo de vida dos documentos como os diferentes estágios baseados nos usos correntes e não correntes desses documentos;
- b) Pesquisas em que se compreende a divisão de documentos correntes, não correntes e históricos ou permanentes, como as três idades dos arquivos;
- c) Pesquisas que reconhecem diferentes interpretações possíveis para o ciclo de vida dos documentos.

A pesquisa de P.R.E. dos Santos (2008) reconhece, no conceito de ciclo de vida dos documentos, que este corresponde à passagem dos documentos pelas fases corrente, intermediária e permanente. Enquanto a pesquisa de Rocco defende que, para aplicação de requisitos de gestão de documentos, é fundamental a aplicação da teoria das três idades, separando os arquivos em fases.

No estudo desenvolvido por Konstantinos, verifica-se a percepção de que existe um entendimento majoritário no qual o ciclo de vida dos documentos refere-se à criação, manutenção e destinação final, assim como a ideia de que os documentos passam por estágios que correspondem a sua frequência de uso.

Uma das pesquisas afirma que a teoria das três idades está contida no ciclo de vida dos documentos e que tais ideias foram concebidas no âmbito do surgimento da gestão de documentos, no período pós-guerra, e outra que explica que a teoria das três idades divide o tempo de vida dos documentos entre as suas três fases.

Das pesquisas sobre o ciclo de vida dos documentos, o trabalho de Costa Filho (2016), que debate uma possível trajetória para o ciclo de vida dos documentos, discute, ao longo do trabalho, as confluências de diversos autores sobre as definições atribuídas ao modelo de ciclo de vida como as fases corrente, intermediária e permanente. O autor conclui sua análise, afirmando que o modelo de *records continuum*, no contexto dos documentos produzidos em ambiente digital, atende melhor às necessidades de controle e gerenciamento.

A ideia apresentada por Murilo Costa Filho (2016), também aparece retratada em outras pesquisas. Outros autores, como Munetsi (2011), Tsabedze (2011), Kallberg (2013), Adu (2015), Katuu (2015), Mafu (2015) e Pyrene (2015), utilizam o ciclo de vida dos

documentos como referencial teórico, apenas para explicar que a proposta de gestão de documentos pautada no modelo de *records continuum* atende melhor às necessidades atuais dos documentos, principalmente ao considerar as especificidades do ambiente digital.

Neste contexto, o modelo de ciclo de vida dos documentos não atende às necessidades específicas daquele ambiente e, também por conta deste modelo, há uma ruptura no tratamento dos documentos — por *records managers* ou por *archivists* — que tem consequências negativas para o tratamento documental e para a percepção da cadeia lógica de produção e armazenamento dos documentos arquivísticos.

Portanto, a partir da análise das pesquisas acadêmicas percebe-se que os estágios de guarda nos arquivos são abordados, mas a discussão teórica, assim como as críticas, recaem sobre a adoção do modelo de ciclo de vida dos documentos, razão pela qual o modelo de *records continuum* encontra-se também discutido nestas pesquisas, como uma abordagem mais ampla e adequada às novas demandas de produção e gerenciamento dos arquivos.

Para além das questões já discutidas até aqui, a análise da literatura arquivística quando confrontada com as pesquisas acadêmicas jogou luz sobre outras duas questões:

- a) a adoção do termo teoria ou modelo para designar as três idades, pois muitos autores, que defendem que a divisão dos arquivos em estágios de guarda, utilizam o termo modelo para designar o ciclo de vida, razão pela qual os termos teoria e modelo foram contrastados; e
- b) o uso do modelo de *records continuum* como uma proposta alternativa ao modelo de ciclo de vida, que precisou ser trazido à discussão, também em razão das constantes confluências conceituais entre ciclo de vida dos documentos e teoria das três idades.

Esses pontos serão discutidos na próxima seção, dedicada a debater tais elementos evidenciados pela perspectiva da aplicabilidade destes no gerenciamento dos arquivos.

5. UM FENÔMENO E MÚLTIPLAS PERCEPÇÕES

O desenvolvimento desta seção pretende jogar luz e confrontar os elementos evidenciados na historicização e na análise sobre as abordagens terminológicas e conceituais relativas às três idades dos arquivos a partir de dois eixos: enquadramento das três idades a partir da identificação dos termos teoria, noção, modelo e método e na sequência apresenta a discussão sobre a tríade teoria das três idades, ciclo de vida dos documentos e *records continuum*.

O estabelecimento de dois eixos paralelos no desenvolvimento dessa pesquisa permitiu que fosse mapeada o máximo possível da literatura arquivística com abordagens sobre a teoria das três idades, incluindo percepções teóricas e práticas sobre sua compreensão e aplicação.

O mapeamento da literatura arquivística, nas mais diversas fontes, desde as produções institucionais às acadêmicas, permitiu perceber que não são apenas variações e diferenças terminológicas, mas elementos conceituais que precisam ser confrontados com vistas à análise e elucidação dessas variações, resultantes de modelos de gestão de documentos distintos, cuja adoção tende também a se manifestar em modelos teóricos e práticos diferentes.

5.1. Diferentes formas de identificar/abordar: teoria, noção, modelo ou método?

As questões que envolvem a adoção de termos e conceitos, quando analisadas sob uma perspectiva mais ampla refletem contextos legais e administrativos distintos, resultantes de estruturas governamentais também distintas, e que se traduzem em práticas diferenciadas para o tratamento dos arquivos.

Por esta razão, as pesquisas acadêmicas têm o dever de transpor as barreiras geográficas, ao analisar determinados fenômenos e colaborar para a elucidação de conceitos tão fundamentais ao campo arquivístico. Assim o fez Martin-Pozuelo Campillos, ao estudar as origens e ramificações do princípio da proveniência.

Martin-Pozuelo Campillos, assim como tantos outros autores, aponta para uma fragilidade da área como uma questão fundamental: a ausência de uma normalização terminológica.

Esse *gap*, que se mantém ao longo dos anos, espreitando a Arquivologia, apesar de todos os esforços dedicados para sua supressão, implica na percepção diferenciada para os termos utilizados pelos diferentes atores do cenário arquivístico.

Pelo que nos demonstra a literatura, a teoria das três idades, assim como o princípio da proveniência, analisado por Martin-Pozuelo Campillos, não corresponde a um único termo e uma única definição (1996, pp. 19-20). Este é um desafio na compreensão do que é e do que significa a teoria das três idades. Conforme aponta Schmidt,

As preocupações terminológicas no campo dos arquivos se ampliam na medida em que se percebe que uma disciplina pode abordar um mesmo conceito com termos diferentes ou um mesmo termo pode ter significados diferentes, questões que se alargam em decorrência do crescimento do campo científico da Arquivologia bem como pela expansão da colaboração internacional pela sua comunidade científica. Se princípios e funções têm sido apropriados e algumas vezes ressignificados pelas diferentes abordagens, nos mais diversos países e ao

longo do tempo, principalmente a partir dos resultados de experiências com documentos públicos cuja produção, acúmulo e tratamento variam de um país para outro, as práticas da profissão do arquivista também se alteram, o que implica aceitar que as teorias e metodologias são abordadas pela literatura da área em suas especificidades, dificultando a comunicação das pesquisas e a troca de conhecimento (Schmidt, 2015, pp. 71-72).

Claro que tais questões estão refletidas também na teoria das três idades, que, ao que indica a literatura, foi apropriada em contextos variados e adotada de formas distintas, em alguns casos, tendo termos diferentes para designar uma mesma prática de dividir os arquivos em três fases ou idades.

A percepção sobre as variações terminológicas foram e são elementares para este mapeamento sobre as diferentes formas pelas quais a teoria das três idades se manifesta, nas diversas realidades arquivísticas. Fato que pode ser mais claramente percebido em países de língua inglesa, por exemplo, onde os documentos são identificados entre correntes e não correntes, e também não há um termo que englobe a divisão dos arquivos a partir dos seus estágios de guarda, considerando-se, ainda, que, nestes países, somente são arquivos os documentos de guarda permanente, definitiva. Para os estágios anteriores de guarda, nas fases correntes e intermediárias, os arquivos são denominados identificados apenas como documentos (os *records*). Em publicação de língua inglesa, somente na literatura mais recente, na *Encyclopedia of Archival Science* (Duranti & Franks, 2015), o termo “*records three ages*” foi identificado, sem um termo anterior para qualificá-lo, como teoria, por exemplo, nos demais contextos arquivísticos.

Foram identificadas diferentes formas de abordagens quanto à divisão dos arquivos em fases ou idades para diferenciar seus estágios de guarda, na literatura consultada. Enquanto alguns autores reconhecem a designação terminológica da divisão dos arquivos como teoria das três idades (Pérotin, 1966; Silva *et al*, 1999; Schmidt, 2012; Indolfo, 2013; Duranti & Franks, 2015; Jardim, 2015), outros autores a referenciam como um modelo — especificamente por interpretar a divisão das fases corrente, intermediária e permanente como ciclo de vida dos documentos (Chatfield, 1940; Charman, 1984; Rousseau &

Couture, 1998). Outros autores citam a divisão sem sequer caracterizá-la com quaisquer destes termos (Casanova, 1928; Schellenberg, 1956; Favier, 1958).

Em alguns dos trabalhos foi identificada, inclusive, como princípio arquivístico (V. B. Santos, 2011), (Rousseau & Couture, 1998), ainda que se tenha verificado que não seja adequado determiná-la como tal, uma vez que a teoria das três idades não cumpre os requisitos para ser designada um princípio científico (V.B. Santos, 2011 e Cunha, 2013).

Uma das abordagens mais comuns, conforme já apontado, nos idiomas francês e português, a designação da divisão dos arquivos como “teoria das três idades” teve seu uso identificado pela primeira vez por Yves Pérotin, em 1961, durante reunião nos arquivos franceses e, em 1966, publicado em seu artigo *Administration and “three ages” of archives*, além de, aparentemente, ter sido adotada nos países latinos, conforme observaram Duranti e Franks (2015) e Kern, Holgado e Cottin (2015).

Jardim (2015), no entanto, ao traçar os caminhos e as perspectivas da gestão de documentos, explica que a teoria das três idades tem suas bases no ciclo de vida dos documentos, razão pela qual os termos sejam frequentemente confundidos. O autor explica que há diferentes percepções para o termo e, a partir de reflexões de Marcel Caya, Michel Roberge e Daniel Ducharme, afirma que, recentemente, a teoria das três idades tem sido alvo de questionamentos, no cenário internacional.

Por fim, o autor aponta alguns questionamentos importantes quanto à cientificidade da teoria das três idades, questionando inicialmente se esta cumpre os requisitos para ser considerada uma teoria. Para Jardim, há ainda que se verificar se as três idades, por ser designada como uma teoria, cumpre requisitos teóricos que a sustentem efetivamente como uma tal e, dada a multiplicidade de tradições arquivísticas e os diferentes modelos de gestão arquivística, até que ponto mantém sua dimensão universalizante.

O Dicionário Michaelis possui onze definições para teoria, sendo que algumas aceções em contextos específicos. Por isso, selecionamos apenas as mais genéricas e as da filosofia.

Conjunto de princípios, regras ou leis, aplicados a uma área específica, ou mais geralmente a uma arte ou ciência.

Sistema ou doutrina que resultam desses princípios, regras ou leis.

FILOS Conhecimento abstrato que se limita à exposição de caráter meramente especulativo, voltado para a contemplação da realidade, em oposição à prática e ao saber técnico.

FILOS Conjunto de conhecimentos sistematizados que se fundamentam em observações empíricas e em estudos racionais e que, ao formular leis e categorias gerais, possibilitam classificar, ordenar e interpretar os fatos e as realidades da natureza.

Conjunto de opiniões e ideias sistematizadas sobre um assunto dado

Qualquer noção geral e abrangente; generalidade (“Teoria”, 2020).

No senso comum, o termo teoria é utilizado para designar uma ideia sobre algo. O termo é utilizado, com frequência, com o sentido especulativo ou uma ideia que ainda carece de comprovação, ou uma oposição à teoria. Neste cenário, o fato é a realidade “verdadeira, inquestionável, definitiva” e a teoria é apenas uma ideia especulativa que precisa ser verificada (Marconi & Lakatos, 2010, p. 98).

Para a ciência o termo teoria significa uma forma de interpretar uma determinada realidade. Portanto, é preciso verificar a compreensão, no âmbito científico, entendendo por ciência “uma sistematização de conhecimentos, um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar” (Marconi & Lakatos, 2010, p. 62).

Para Karl Popper, o objetivo da ciência é explicar tudo o que se julga precisar de uma explicação (1974). Considera-se, portanto, que toda a explicação deve conter um conjunto de enunciados que devem abordar e descrever o fenômeno. Marconi e Lakatos (2010, p. 98) concluem, então, que

Sob o aspecto científico, entretanto, se fato é considerado uma observação empiricamente verificada, a teoria se refere a relação entre fatos ou, em outras palavras, à ordenação

significativa desses fatos, consistindo em conceitos, classificações, correlações, generalizações, princípios, leis, regras, teoremas, axiomas etc. (Marconi & Lakatos, 2010, p. 98).

Os autores explicam, ainda, que o desenvolvimento da ciência está diretamente apoiado na relação entre fato e teoria. Enquanto um ocorre, o outro explica, ao mesmo tempo em que fornece os instrumentos e referenciais de observação, e a ciência avança.

Marconi e Lakatos fornecem uma estrutura de análise da relação de interdependência entre fato — ou fenômeno — e teoria. Não há, portanto, como isolar um do outro, pois há uma relação de causa e efeito entre ambos, em que qualquer alteração em um, altera também no outro. Em síntese, os autores explicam primeiro o papel da teoria em relação ao fato, e, depois, o papel do fato em relação à teoria. Para o primeiro, explicam que

- a) A teoria orienta os objetivos da ciência: restringindo a amplitude dos fatos estudados ou definindo os aspectos fundamentais de uma investigação;
- b) Oferece um sistema de conceitos: serve como sistema de conceptualização e classificação dos fatos;
- c) Resume o conhecimento: explica de forma sintética o que já se sabe sobre o fenômeno;
- d) Prevê os fatos: baseado no que já se sabe sobre determinado fenômeno, prevê a ocorrência de outros;
- e) Indica lacunas no conhecimento: uma vez que a teoria resume o que já se conhece sobre os fatos, é possível identificar o que ainda carece de ser explorado, investigado (Marconi & Lakatos, 2010, pp. 99-102).

Para o segundo, o papel dos fatos em relação à teoria, os autores explicam que

- a) O fato inicia a teoria: cada novo fenômeno dá margem ao desenvolvimento de uma nova teoria;
- b) O fato reformula e rejeita teorias: qualquer nova observação pode provocar a revisão das teorias já existentes;

- c) O fato redefine e esclarece teorias: considerando sempre novas observações, os fatos podem reafirmá-las, melhorá-las ou, conforme dito anteriormente, negá-las;
- d) O fato clarifica os conceitos contidos na teoria: o que ocorre na pesquisa empírica direciona para o esclarecimento do que já consta da teoria (Marconi & Lakatos, 2010, pp. 102-106).

Assim, percebe-se que a natureza da relação entre fenômeno e teoria é ampla e complexa, possuindo diversas ramificações e possibilidades de interpretação. Entende-se, portanto, que ao mesmo tempo em que a teoria é formulada, a partir da observação da realidade, serve de referencial para continuar a estudar esta mesma realidade, ainda que sempre seja possível surgir, a partir da observação, uma nova descoberta que chegue a uma nova teoria ou a outras teorias.

Neste contexto das teorias e experimentos, Popper avalia por que uma teoria é aceitável, se sobrepondo a outras teorias

Optamos pela teoria que melhor se mantém, no confronto com as demais, aquela que, por seleção natural, mostra-se mais capaz de sobreviver. Ela será não apenas a que já foi submetida a severíssimas provas, mas também a que é suscetível de ser submetida a provas da maneira mais rigorosa. Uma teoria é um instrumento que submetemos à prova pela aplicação e julgamos, quanto à capacidade, pelos resultados das aplicações (Popper, 1974, p. 116).

O físico Stephen Hawking explica a partir de Popper que "uma boa teoria deve satisfazer dois requisitos: precisa descrever com precisão um número razoável de observações, com base em um modelo que contenha poucos elementos arbitrários; e deve prever com boa margem de definição resultados de observações futuras" (Hawking, 2015, p. 20).

Uma teoria, portanto, é entendida aqui como o resultado de uma construção relativa à determinada área do conhecimento, é uma explicação consolidada. É o resultado da

observação e da verificação de um fenômeno cujo resultado poderá subsidiar uma melhor compreensão da realidade, assim como a previsão de novos fatos.

Schmidt, ao analisar o objeto científico da Arquivologia, perpassa por uma discussão que atravessa o eixo teoria e prática, ou fato, trazendo o debate especificamente para o contexto arquivístico: a relação entre o saber e o fazer. A autora considera o saber (científico) como “significados derivados da ciência e da disciplina em seus processos de construção de conhecimento que resultam na formação de teorias científicas. Este tipo de teoria legitima-se como instrumento da ciência e da disciplina para definir fatos, organizar e classificar conhecimentos, sendo suas formulações transformadas e transmitidas menos como um conjunto de boas regras científicas e mais como juízos científicos” (Schmidt, 2012, p. 50). A teoria cumpre, portanto, seu lugar no saber da Arquivologia e deve explicar os fenômenos do universo arquivístico.

Ao seguir também o eixo teoria e prática, Demo reflete sobre esta relação e evidencia sua análise ao explicar que “Prática é condição de historicidade. Teoria é maneira de ver e não de ser” (Demo, 2012, p. 100). Assim, a teoria serve como subsídio e como explicação da realidade concreta, a prática.

Minayo, no âmbito das pesquisas em ciências sociais, ao explicar que todo processo investigativo começa com um problema, uma questão, avalia que para solucionar os problemas colocados, o investigador precisa investigar os conhecimentos anteriores já construídos sobre o tema, afirmando que

Esse conhecimento anterior, construído por outros estudiosos e que lançam luz sobre a questão de nossa pesquisa, é chamado teoria. A palavra teoria tem origem no verbo grego “theorein”, cujo significado é “ver”. A associação entre “ver” e “saber” é uma das bases da ciência ocidental.

A teoria é construída para explicar ou compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos. Este conjunto citado constitui o domínio empírico da teoria, pois esta sempre tem um caráter abstrato (Minayo et al., 2002, p. 18).

Uma teoria científica começa como um questionamento, passa por hipóteses ou pressupostos, que após observação, estudos, análises, contestações e comprovações, reúne os elementos necessários para comprovar a hipótese e passa a ser aceita por uma determinada comunidade. Embora uma teoria científica seja o resultado consolidado de uma observação para um ou mais fenômenos, ela não é imutável e pode ser refutada por novas verificações.

Fourez, utilizando as reflexões de Claude Bernard, aponta como funciona o método científico, no qual explica que “As ciências partem da observação fiel da realidade. Na sequência dessa observação, tiram-se leis. Estas são então submetidas a verificações experimentais e, desse modo, postas à prova. Estas leis testadas são enfim inseridas em teorias que descrevem a realidade” (Fourez, 1995, p. 38).

Assim, a partir das compreensões sobre o que define uma teoria, pode-se inferir que a teoria das três idades não apresenta os elementos norteadores de uma teoria para ser designada como tal, uma vez que não se observa nela uma construção científica realizada a partir da observação de um fenômeno, como também não subsidia melhor compreensão da realidade nem auxilia na previsibilidade de novos fenômenos.

Portanto, segue-se para o outro termo utilizado para designar a divisão dos arquivos ou o ciclo de vida dos documentos, que foi o termo noção (fundamental), utilizado nos léxicos de língua francesa. Portanto, é preciso explorar o que se entende por noção.

Para o Michaelis, dicionário brasileiro de língua portuguesa, a definição para o termo noção compreende as seguintes acepções:

1. Conhecimento ou ideia que se tem de algo; concepção, entendimento.
2. Conhecimento incipiente e superficial acerca de algo.
3. Representação mental de algo concreto ou abstrato; opinião, pensamento
4. Entendimento acerca de determinado tema ou ideia; consciência, discernimento, percepção (“Noção”, 2020).

Assim, o termo noção relaciona-se à ideia de um conhecimento ainda pouco aprofundado sobre algo, ou sobre determinada prática. Pode indicar um conhecimento básico ou elementar que carece ainda de maior aprofundamento. Fourez (1995) explica a diferença entre noção, ideia e conceito, para esclarecer sobre as representações a respeito da ciência. O autor, portanto, define os termos como:

- noção: acepção bem próxima do senso comum;
- ideia: apresentação de uma noção como existindo eternamente;
- conceito: maneira de definir ou construir um a noção dentro de um paradigma ou contexto preciso (Fourez, 1995, p.49).

Para Fourez, a noção traduz a percepção de que existe algum conhecimento superficial sobre algo, um conhecimento que não foi aprofundado e continua, ao apontar que o conceito é uma expressão mais específica da noção, caracterizada pelo aprofundamento e pelo âmbito de aplicação, uma vez que é construído, ou consolidado, para uma determinada área do conhecimento. Assim, Fourez explica, ainda, que “quando, em um dado âmbito teórico ou axiomático, defino o que é um quadrado, construo um conceito”.

É preciso esclarecer aqui que a diversidade de conceitos e a inexistência de uma harmonia em uma área do conhecimento tem por consequência a existência de ruídos na comunicação entre profissionais e pesquisadores, limitando, portanto, o potencial desenvolvimento científico. Por outro lado, ainda que seja fundamental, para qualquer área, exercer o controle da significação dos termos no seu domínio, no âmbito dos arquivos, a adoção de termos e definições é resultado antes de conceitos que, por sua vez, derivam de políticas, estruturas e práticas administrativas distintas e entender os conceitos diferenciados requer compreender estas realidades variadas e diversas.

O termo modelo pode ser empregado em diversos sentidos e, para cada um pode ser entendido a partir de um significado distinto. Para o termo o dicionário Michaelis também possui acepções diversas, conforme expõe:

1 Objeto que se destina a ser reproduzido por imitação.

2 maquete, acepção 1.

3 ART PLÁST modelo-vivo.

4 ESCULT Figura feita em argila, cera ou gesso, que posteriormente será reproduzida em bronze, mármore ou pedra.

5 Desenho em papel pelo qual se corta algo; molde.

6 Fôrma oca de metal, usada em fundição, que permite a reprodução de determinada peça; molde.

7 Réplica tridimensional de algo, de tamanho natural, ampliada ou reduzida, usada como recurso didático, como o corpo humano ou suas partes isoladas.

8 Protótipo de algo que se destina à produção industrial em série.

9 Cada uma das variedades de um determinado produto, como carro, geladeira, televisão etc.

10 Peça de vestuário criada por um estilista.

11 Coisa ou pessoa que serve de exemplo ou padrão a ser imitado; standard.

12 Impresso usado em empresas, bancos etc., com lacunas a serem preenchidas pelo interessado para fazer pedidos, prestar declarações etc.; formulário.

13 Indivíduo considerado o representante típico de sua categoria.

14 FÍS Esquema de representação de um fenômeno ou conjunto de fenômenos físicos e eventualmente a previsão de novos fenômenos, tendo-se como base um determinado número de leis físicas.

Das acepções possíveis de serem utilizadas para compreensão sobre as referências utilizadas para compreender a designação das três idades nos arquivos, destaca-se aqui especificamente a última, na qual um modelo é entendido como um esquema de representação.

Japiassu & Marcondes (2001) explicam que o termo modelo tem origem no latim “*modulus*, diminutivo de *modus*: medida” e definem, como modelo,

1. Paradigma, forma ideal. Objeto que serve de parâmetro para a construção ou criação de outros. Qualquer coisa ou pessoa que se toma como inspiração ou ideal a ser imitado ou copiado.
2. Modelo teórico: modo de explicação, construção ou criação teórica, idealizada, hipotética, que serve para a análise ou avaliação de uma realidade concreta (Japiassú & Marcondes, 2001, p. 132).

O modelo, no sentido epistemológico, que se pretende compreender aqui, deve, portanto, ser entendido como uma representação, conforme explica Silva & Catelli (2019). “Tomados no sentido epistemológico todos podem ser considerados como estruturas concretas ou abstratas que visam de alguma forma representar alguns aspectos de uma determinada realidade — fato ou coisa ou fenômeno”. Assim, explicam, ainda, os autores que, independentemente de serem concretos ou abstratos, o importante, para que sejam considerados bons ou não “é a estrutura teórica que carregam”, ou seja, apesar de todas as limitações que qualquer modelo pode ter ou ainda dos elementos que eventualmente possam fugir da representação, o que define ser um modelo é a sua estrutura teórica. Portanto, o mais importante é compreender sua função ou contribuição para percepção da realidade representada.

Assim, um modelo significa uma forma de representar o mundo, incorporando as características julgadas mais fundamentais para a descrição do conjunto e construído a partir de hipóteses. De forma mais geral, “o propósito de um modelo é simplificar certa realidade para que ela possa ser analisada”.

Um exemplo que se pode utilizar na tentativa de compreender melhor o termo “modelo”, no universo arquivístico, podem ser os modelos de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, como o *Model requirements for the management of electronic records update and extension*, 2007 (MoReq) e o Modelo de

requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (e-Arq Brasil).

Ainda que não sejam modelos teóricos, tais documentos que têm por objetivo subsidiar a implantação de sistemas informatizados, com procedimentos adequados de gestão de documentos, podem ser então caracterizados como modelos operacionais, visto que fornecem elementos para a definição de procedimentos para produção, captura, controle, armazenamento, acesso e destinação dos documentos produzidos em ambientes digitais.

Portanto, um modelo teórico constitui-se numa forma de explicar uma construção em dada realidade, sem que se deixe também de servir às ações e práticas específicas da área de estudo, enquanto um modelo operacional, por outro lado, fornece elementos procedimentais.

Seguindo a tentativa de identificar o termo que melhor representa a então denominada teoria das três idades, parte-se, por fim, à verificação do termo método, ainda que não tenha sido abordado nem pela literatura técnica nem pela científica, mas na tentativa de compreender o que seria uma designação adequada à divisão dos arquivos em três estágios de guarda.

Pelo dicionário Michaelis, o termo método possui dez acepções possíveis, das quais seis podem ser aplicáveis para análise da percepção das três idades nos arquivos:

- 1 Emprego de procedimentos ou meios para a realização de algo, seguindo um planejamento; rumo.
- 2 Processo lógico e ordenado de pesquisa ou de aquisição de conhecimento.
- 3 Qualquer procedimento técnico ou científico.
- 4 Conjunto de princípios ou técnicas de ensino.
- 6 Modo de agir; meio.

10 FILOS Conjunto ordenado de regras e procedimentos que devem ser seguidos na investigação científica para se chegar ao conhecimento e à verdade (“Método”, 2020).

O método compreende, então, uma forma de fazer. Para Rheingantz (2019, p. 24), o método refere-se a

1. Caminho pelo qual se atinge um objetivo. 2. Programa que regula previamente uma série de operações que se devem realizar, apontando erros evitáveis, em vista de um resultado determinado. 3. Processo ou técnica de ensino: 4. Modo de proceder; maneira de agir; meio. 5. V. meio¹ (8). 6. Tratado elementar. 7. Fig. Prudência, circunspeção; modo judicioso de proceder; ordem (Rheingantz, 2020).

De acordo com o autor, o método compreende uma maneira ordenada e planejada de se atingir determinado objetivo. O termo, que tem origem grega, significa caminho para se atingir uma meta.

O método tem função basilar no trabalho científico, pois regula o caminho percorrido pelo pesquisador para atingir seus objetivos de pesquisa, sendo referenciado ao longo da história das ciências como um guia de trabalho do cientista. Segundo afirma Pedro Demo, “científico é aquilo que é feito com método” (2012, p. 23). Entretanto, não somente a ciência é feita com método e, ainda que cientificamente, há uma diversidade de métodos para as mais diversas áreas do conhecimento.

Gil distingue o método simples do método científico e afirma que “pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (2008, p. 8).

Assim, voltando à origem do termo método, como o caminho que se percorre para atingir determinado objetivo, percebe-se que este se configura, na prática, como um conjunto de procedimentos ordenados para execução de determinadas ações e consecução de objetivos previamente definidos.

A partir da identificação e discussão sobre o uso dos termos teoria, noção, modelo e método, para designar a divisão dos arquivos entre correntes, intermediários e permanentes, parte-se então para a discussão da tríade evidenciada na análise dos dados: a relação três idades x ciclo de vida dos documentos x *records continuum*.

Isto porque é inevitável que qualquer debate sobre teoria das três idades jogue luz também sobre o ciclo de vidas dos documentos e, conseqüentemente, esbarre nas discussões sobre o *records continuum*. Primeiro porque os conceitos são, com alguma frequência, percebidos como sinônimos. Segundo porque, ainda que não tenham surgido no mesmo contexto, ambos ganharam os palcos da literatura arquivística a reboque de um mesmo ambiente histórico, político e administrativo. Tais fatores puderam ser constatados com a análise da literatura arquivística, de autores, origens e períodos distintos, além dos léxicos produzidos também por instituições.

5.2. Uma via de mão tripla: Teoria das três idades, ciclo de vida dos documentos e *records continuum*

Duranti e Franks (2015), na *Encyclopedia of Archival Writers*, explicam que inspirado no conceito de ciclo de vida dos documentos, Pérotin lança o conceito de teoria das três idades (2015, p. 435). O texto de Pérotin citado por Duranti e Franks, é o publicado na *American Archivist Journal*, de 1966, no qual o autor francês afirma que

The less informed observer recognizes two ages in the "**life**" of public records. The first is that of administrative documents: the bureaus preserve for their use their recent records (registers and well developed case files or dossiers—useful, practical, but at the same time banal and prosaic). After that, the age of historic documents: the Archives preserve in their

records depositories old papers, more or less like parchment, covered with that fine layer of dust that settles on the best wines (Pérotin, 1966, p. 364).

A associação de Pérotin pode ter sido uma das primeiras a citar a relação evidente de uma suposta sinonímia entre os dois conceitos: teoria das três idades e ciclo vital dos documentos, mas não foi a única. A primeira referência encontrada remete ao ano de 1940 nas reflexões da arquivista americana Helen Chatfield, na qual a autora é uma das primeiras (se não a primeira) a apontar especificamente o termo ciclo de vida dos documentos. A autora descreve as etapas desse ciclo de vida como as fases de guarda junto aos produtores, uma fase de guarda onde os documentos possuem pouco uso e uma fase de guarda de documentos históricos.

Essa percepção do ciclo de vida dos documentos como as fases corrente, intermediária e permanente foi rapidamente absorvida e reproduzida por diversos autores. A definição apresentada por Derek Charman (1984) para o ciclo de vida dos documentos e publicada no estudo RAMP, é um exemplo, conforme já apontado anteriormente.

A definição de Charman é analisada por Yusof e Chell (2000) que afirma ser compartilhada por Hare e McLeod (1997), mas apresenta, como contraponto outros autores que conceituam o *records life cycle* de maneira diferente, como Smith (1986) e Penn, Pennix e Coulson (1994).

Também nessa linha, segue Terry Cook (1997), ao explicar a visão de Schellenberg e outros arquivistas americanos que o precederam, como Norton e Brooks, sobre a participação do arquivista no processo de avaliação de documentos ilustra sua compreensão sobre o que entende por ciclo de vida.

From these concerns came the American "life cycle" concept, where records were first organized and actively used by their creators, then stored for an additional period of infrequent use in off-site record centres, and then, when their operational use ended entirely, "selected" as archivally valuable and transferred to an archives, or declared non-archival and destroyed (Cook, 1997, p. 26).

Rondinelli, em sua pesquisa doutoral, utilizando como referência os canadenses Couture e Rousseau e o espanhol Llansó Sanjuan, explica que

O ciclo de vida dos documentos corresponde à teoria das três idades. Segundo essa teoria, oriunda dos estudos desenvolvidos nos Estados Unidos sobre gestão de documentos a partir dos anos de 1940, os documentos arquivísticos passam por três idades ou fases: corrente, intermediária e permanente (Rondinelli, 2011, p. 158).

Assim como Rondinelli, Bellotto (1994, 2006) faz referência também à teoria das três idades como correspondente ao ciclo de vida dos documentos.

Os canadenses Rousseau e Couture discutem sobre a constituição e a evolução do ciclo de vida dos documentos de arquivo e afirmam que “Esta maneira de abordar a realidade da organização e o tratamento dos arquivos tem adesão unânime dos especialistas que a eles se referem quando falam das três idades nos arquivos” (1998, p. 111). Essa percepção do ciclo de vida dos documentos e da teoria das três idades como sinônimos é sistematizada pelos autores na obra, conforme já visto anteriormente, deixando clara a ideia de que se trata de sinônimos (1998).

O espanhol Cruz Mundet percorre brevemente a trajetória do ciclo de vida dos documentos e explica que, a partir de seu surgimento foi criado um dos paradigmas da arquivística contemporânea, e que possui grande influência ainda nos dias atuais, no qual o documento tem uma vida similar à vida de um organismo no qual nasce, vive e morre, correspondendo respectivamente às fases de criação, manutenção e uso, e eliminação.

Cruz Mundet esclarece, ainda, que o ciclo de vida dos documentos foi elaborado a partir das fases acima descritas e, em seguida, esclarece que estas fases também foram denominadas como “activa, semiactiva e inactiva (current, semicurrent e non current)” (Cruz Mundet, 2012, p. 91).

Em razão dessa relação de sinonímia, o mapeamento sobre o uso e a difusão da teoria das três idades nos arquivos, ao longo de sua história, esbarra inevitavelmente no ciclo de vida dos documentos, elemento que, conforme já foi apontado aqui, foi fundamental à difusão e aplicação dos métodos e técnicas da gestão de documentos. Entretanto, há neste

sentido uma mistura de conceitos distintos, ainda que ambos sejam concernentes à gestão de documentos e, indubitavelmente, complementares.

Pela análise de Glen Dingwall (2010), expostas na publicação *Currents of Archival Thinking*, o ciclo de vida dos documentos tem sua origem na primeira metade do século XX e é resultado dos diversos problemas de ordem prática, no âmbito da gestão dos documentos, consequência das transformações tecnológicas do período entre fim do século XIX e metade do século XX. Dingwall aponta para os questionamentos apresentados, à época, por Sir Hilary Jenkinson e explica que, dado o elevado acúmulo de documentos e a incapacidade da administração americana para armazenar todo o volume, a solução foi criar espaços de arquivamento intermediário.

The records center functioned as a repository for records that were no longer needed in offices for current business, but could not be disposed of through destruction or relegation to archival custody because there was still a possibility that the creating office might need to refer to the records. By shifting these records to other locations, offices were able to save space and reduce costs (Dingwall, 2010, p. 141).

Dingwall segue suas reflexões apontando, ainda, que o modelo de ciclo de vida dos documentos foi exposto e reproduzido de diversas formas distintas e com níveis de detalhamento também diferenciados. No mais básico nível faz distinção entre “records that exist on either side of the archival threshold — between current records maintained and organized by archivists for the use by the record creator’s business, and archival records organized by archivists for the use of scholarly (and other) researchers” (Dingwall, 2010, p. 142).

Em um artigo escrito em 2015 por Giliane Kern, Sandra Holgado e Michel Cottin, *Cinquante nuances de cycle de vie. Quelles évolutions possibles?*, os autores tentam fornecer uma visão geral dos diferentes modelos identificados e indicam diferentes acepções para o ciclo de vida dos documentos mapeados.

Os autores iniciam o trajeto afirmando que teóricos como Michel Duchein e Marcel Caya apontam para o surgimento do ciclo de vida dos documentos com os relatórios da

Comissão Hoover (1948 e 1953). Enquanto Heredia Herrera aponta para as reorganizações administrativas americanas, nos anos 1940, e Cruz Mundet aponta para os anos de 1930 também a referenciar as reorganizações administrativas do governo norte-americano. Em seguida, Kern, Holgado e Cottin afirmam que este conceito foi teorizado por Schellenberg com sua publicação sobre os arquivos modernos, em 1956. Apesar das referências citadas, os autores explicam que “Or, il nous a été impossible de trouver cette théorie des trois âges dans les textes de Schellenberg et encore moins dans l’un des rapports Hoover” (p. 38).

Os primeiros indícios de uma divisão de arquivos em fases podem ser apontados para anos anteriores à publicação do arquivista americano, conforme já foi visto na seção dedicada a mapear a trajetória da teoria das três idades e, especificamente, nas origens da divisão entre *records* e *archives*. Entretanto, a publicação de Schellenberg é reconhecida por muitos autores, conforme também já foi visto, como responsável por difundir uma separação entre *records* e *archives*, que já ocorria na prática de gerenciamento dos arquivos americanos, mas que foi consolidada teoricamente pelo arquivista americano que ficou, conseqüentemente, reconhecido pela difusão dessa prática.

Bantin (1998), ao analisar os modelos para gerenciamento de documentos eletrônicos, afirma que o modelo de ciclo de vida foi articulado por Schellenberg (e outros) e que este modelo foi referência para arquivistas e gestores de documentos, desde os anos de 1960, pelo menos. Ao explicar as fases pelas quais passam os documentos, Bantin (1998) explica a divisão das fases com a atuação profissional e afirma que

The life cycle model describes not only what will happen to a record, it also defines who will manage the record during each stage. During the creation and active periods, the record creators have primary responsibility for managing the record, although records managers may well be involved to various degrees. In the semiactive stage, it is the records manager who takes center stage and assumes major responsibility for managing the records. Finally, in the inactive stage, the archivist takes the lead in preserving, describing, and providing access to the archival record (Bantin, 1998, p. 19).

Para Bantin, o modelo de ciclo de vida dos documentos, especialmente no âmbito norte-americano, contribuiu para uma demarcação do campo de atuação profissional, dividindo responsabilidades entre os arquivos e a gestão de documentos.

Seguindo essa mesma linha de divisão no campo da atuação profissional, Earlandsson (1996), ao escrever uma revisão de literatura sobre a gestão de documentos eletrônicos para o ICA, aponta que houve uma mudança no conceito de ciclo de vida dos documentos, desde que escreveu a primeira versão do artigo (publicada em 1993) e explica que quando o texto foi, originalmente escrito, o autor se referia ao ciclo de vida como as fases desde a criação até a destinação final, incluindo o arquivo, ou estágio não corrente. E ressalta que não via no conceito de ciclo de vida como uma expressão que representasse uma bifurcação profissional, algo que sugere parecer ter mudado (Erlandsson, 1996).

Para o autor, os australianos O'Shea e Roberts, assim como David Bearman, reconhecem no ciclo de vida dos documentos uma forma de equiparar o tratamento dos documentos à distinção profissional típica dos países anglo-saxônicos, *archivist* e *records managers*.

É importante destacar aqui, no entanto, que o que é possível identificar tanto nos relatórios da Comissão Hoover (1948 e 1953), quanto na publicação de Schellenberg são alguns indícios da adoção da teoria das três idades e suas divisões entre documentos correntes, intermediários e permanentes. O que não é possível perceber nos relatórios da Comissão Hoover, assim como na publicação de Schellenberg, é qualquer referência ao ciclo de vida dos documentos como produção, utilização e destinação.

Esses relatórios da Comissão Hoover apontam para a necessidade de criação de *records centers* sob administração do Arquivo Nacional americano, onde seriam estes os depósitos para arquivamento de documentos ainda necessários à administração, porém não mais de uso corrente.

O mapeamento realizado por Kern, Holgado e Cottin (2015) utilizou como principais ferramentas dicionários, glossários e enciclopédias em alemão, inglês, espanhol, francês e italiano, visando identificar a relação entre os termos coletados e as definições utilizadas para cada um.

Nesse levantamento, os autores verificam que, no contexto arquivístico francês, a aceção de ciclo de vida dos documentos é definida como teoria das três idades e afirmam ainda que, da mesma forma que o dicionário de terminologia arquivística francesa, os dicionários espanhóis também apontam para a definição de ciclo de vida como teoria das três idades.

A seção desta pesquisa, dedicada aos termos e conceitos nas legislações arquivísticas, nos léxicos e manuais institucionais internacionais ratifica essas questões levantadas. O termo ciclo de vida, no dicionário francês de terminologia arquivística (2002), aponta para as definições de arquivos correntes, intermediários e permanentes, solicitando, ainda, que conste também a definição de teoria das três idades com o mesmo significado. Seguindo na mesma direção, os dicionários de terminologia espanhóis de Antonia Heredia (2011) e Cruz Mundet (2011), indicam que as definições de ciclo de vida coincidem com as idades pelas quais passam os arquivos, entre correntes, intermediários e permanentes.

Kern, Holgado e Cottin realizam o que chamam de “explicação” do ciclo de vida e sintetizam suas explicações da seguinte forma:

— Le groupe des « précurseurs » qui parlent plus ou moins informellement d’un parcours de vie sans le théoriser (Casanova, 1928; Paczkowski, 1930; Brooks, 1940; Brenneke, Leesch, 1953; Schellenberg, 1956);

— Le groupe des « trois âges », essentiellement français, dont la théorie tourne autour des notions d’âge intermédiaire et de préarchivage (em France, Pérotin, 1961; Direction des archives de France, Association des archivistes français, 1970; Service central d’organisation et méthodes (SCOM), 1982; Direction des archives de France, 1993; en Belgique, Wyffels *et al.*, 1972; au Canada francophone, Couture, Rousseau, 1982; Rousseau, Couture, 1994; en Espagne, Cortés Alonso, 1982; Heredia Herrera, 1986; en Italie, Lodolini, 1984);

— Le groupe du « life cycle », essentiellement nord-américain, qui représente un cycle de vie linéaire (aux États-Unis Maedke *et al.*, 1974; Penn, 1983, 1989; Wallace *et al.*, 1992;

Robek *et al.*, 1996; au Canada, Couture, Rousseau, 1982; Atherton, 1986; en Espagne, Cruz Mundet, 1994; en Grande-Bretagne, McLeod, 1996);

— Le groupe du « records continuum », essentiellement australien, qui a créé un univers multidimensionnel incluant documents et archives (em Australie, Upward, 1996, 1997, 2000; McKemish, 1997; Bettington, Australian Society of Archivists *et al.*, 2008; en Chine, An, 2003; Lin, 2007; en Espagne, Cruz Mundet, 2006; au Canada, Modeling Crossdomain Task Force, 2008) (Kern, Holgado & Cotin, 2015, p. 43).

Ressalta-se, no entanto, que as percepções verificadas por Kern, Holgado e Cottin (2015) não abordam esta percepção de ciclo de vida como teoria das três idades nas publicações e definições em língua inglesa, ainda que a primeira reflexão teórica encontrada no contexto americano, que utiliza o termo *records life cycle*, seja a de Helen Chatfield que, conforme visto na seção relativa às percepções e evidências sobre a trajetória das três idades nos Estados Unidos, remete à divisão dos arquivos em *current*, *semicurrent* e *non current* (1940, 99-100).

Ao escrever uma breve trajetória da gestão de documentos e de como seu conceito está apoiado no conceito de ciclo de vida e de teoria das três idades, Sousa explicita a diferença entre estes conceitos, apesar de citar no decorrer da explicação, que a gestão de documentos é operacionalizada a partir do ciclo de vida ou das três idades. O autor esclarece, portanto, que

O ciclo de vida é formado pelas distintas fases da existência do documento, da criação até a disposição final. A teoria das três idades é uma noção fundamental sobre a qual repousa a Arquivologia contemporânea, e determina que todo documento passa por três períodos: corrente, intermediário e permanente, caracterizados pela frequência e o tipo de utilização que é feita (Sousa, 2019, p. 23).

Antes de ser apropriado e adotado para os arquivos o conceito de ciclo de vida tem sua origem na biologia, ciência responsável pelo estudo da vida e dos seres vivos. Os ciclos

de vida dos seres vivos são garantidos por uma característica inerente a todos: a sua capacidade de reprodução. A Enciclopédia Britânica define ciclo de vida, para a biologia, como “the series of changes that the members of a species undergo as they pass from the beginning of a given developmental stage to the inception of that same developmental stage in a subsequent generation” (Britannica, 2020).

Assim, para esse campo do saber, o ciclo de vida de um organismo compreende a sequência de ocorrências na sua história reprodutiva, desde o momento de sua concepção até que se reproduza sua descendência.

O Dicionário Michaelis define, para a biologia, o termo ciclo como “Fenômeno ou processo biológico recorrente, isto é, que ocorre em períodos e em uma sequência determinados”.

De acordo com o *Collins Dictionary* existem duas acepções para o termo *life cycle*:

4. The life cycle of an animal or plant is the series of changes and developments that it passes through from the beginning of its life until its death.
5. The life cycle of something such as an idea, product, or organization is the series of developments that take place in it from its beginning until the end of its usefulness (The Editors of Collins Dictionary, 2010).

Neste dicionário, a acepção biológica para ciclo de vida pressupõe a passagem por diferentes fases ou estágios de desenvolvimento. Assim como na biologia, na Arquivologia, o termo ciclo de vida (dos documentos) tem o objetivo de explicar as sucessivas fases pelas quais passa o documento, desde sua produção até que a finalidade para a qual foi criado seja concluída e o documento seja destinado.

O modelo de gestão de documentos, baseado no modelo de ciclos de vida, refere-se à ideia de que os documentos de um arquivo seguem o fluxo de vida de um organismo biológico e que, assim como esses organismos, possuem início, meio e fim. Tais propostas foram elaboradas, assim como a teoria das três idades, como consequência de uma

necessidade emergencial e prática de gerenciar os documentos, desde o momento da produção.

At this time, the concept consisted of three phases that included the creation phase; maintenance and use phase; and disposition. The concept was founded and invented by the National Archives of the USA in response to the ever increasing volume of records produced by organizations. The concept stated that records have a clearly defined life from birth to death, and the life cycle concept was regarded as very relevant in providing a framework for identifying the specific elements, or functions of records management (Yusof & Chell, 2000, p. 135).

Assim como Yusof e Chell (2000), o ciclo de vida dos documentos é explicado por Jay Atherton (1985), seguindo a mesma interpretação.

For some years the National Archives in Washington and the Public Archives in Ottawa have championed the "life-cycle" concept of the records management-archives relationship. This theory is based on the premise that it is possible to divide the life of a record into eight distinct, separate stages, starting with a records management phase consisting of

- creation or receipt of information in the form of records,
- classification of the records or their information in some logical system,
- maintenance and use of the records, and
- their disposition through destruction or transfer to an archives.

This is then followed by a second, archival phase consisting of

- selection/acquisition of the records by an archives,
- description of the records in inventories, finding aids, and the like,
- preservation of the records or, perhaps, the information in the records, and

- reference and use of the information by researchers and scholars (Atherton, 1985, p. 44).

A ideia de ciclo de vida dos documentos, especificado como as fases pelas quais passam todos os documentos desde a produção até a destinação final, foi inicialmente apontada por Brooks, em 1940, durante reunião na *Society of American Archivists*. Já Yusof e Chell (2000) defendem que esta ideia foi formulada pelo Arquivo Nacional americano nos anos de 1930, utilizando como referências Hare e McLeod (1997), além de Penn, Pennix e Coulson (1994).

Em reunião da *Society of American Archivists* Brooks aborda o tema da avaliação de documentos, sob o título “What records shall we preserve” que deu origem ao artigo “The selection of records preservation”. No artigo, Brooks cita o que entende por história de vida dos documentos, onde explica que essa história de vida divide-se em dois pontos, cuja ideia principal é que um grupo de documentos em um determinado conjunto será eliminado e outro grupo irá compor os arquivos e, portanto, “That idea is that the earlier in the life history of the documents the selection process begins, the better for all concerned” (Brooks, 1940, p. 226).

Cruz Mundet aponta Ira A. Penn como elemento difusor da ideia de ciclo de vida dos documentos, outros autores atribuem tal propagação aos estudos RAMP — *Records and Archives Management Programme* — da UNESCO, desenvolvidos a partir de 1979. Outros, atribuem tal difusão a Schellenberg.

Os estudos RAMP tinham diferentes temáticas e abordagens para o gerenciamento de documentos e arquivos, como educação em arquivos, acesso à informação, legislação arquivística entre outros. O objetivo de todos os estudos, elaborados por diferentes profissionais e pesquisadores em suas respectivas áreas de atuação, era orientar governos e gestores na definição e implementação de infraestruturas próprias e eficientes para gerenciar os documentos e arquivos. Neste sentido, Indolfo (2013) afirma que foi por meio dos estudos desenvolvidos no âmbito do RAMP que a comunidade arquivística internacional ficou a conhecer o trabalho desenvolvido por James Rhoads, *The Role of archives and records management in national information systems: a RAMP study* (1983), no qual o autor especifica as diferentes fases e os elementos que integram um programa de gestão de

documentos com o objetivo de conduzir de maneira econômica e eficaz o ciclo de vida dos documentos, assim como os níveis de implantação do referido programa (Indolfo, 2013).

Rhoads inicia sua abordagem ao explicar que o ciclo de vida dos documentos de arquivo passa por fases distintas, as quais descreve como: “records creation, records use and maintenance e records disposition” (1983). Poucos anos depois do estudo publicado por Rhoads, Charles Dollar também elaborou, no âmbito do RAMP, um estudo sob o título *Electronic records management and archives in international organizations: a RAMP study with guidelines*, no qual, ao abordar o aspecto relativo ao controle na gestão de documentos o autor explica detalhadamente o que entende por ciclo de vida e descreve, ainda, de que tratam as suas fases.

This involves what is called the life cycle of a record: creation, maintenance, and use. The creation phase involves the question of the need for the information itself and what use will be made of the information. The maintenance aspect of a record refers to the availability of the information when it is needed. Usually, this has involved formal systematic filing procedures that ensure speedy retrieval as well as cost-effective storage. Disposition, the last phase of the life cycle deals with what happens to the information after the initial purpose for which the information has been satisfied. In many instances, this means destruction since the information is of temporary value. In other instances, the information has some legal, financial, or historical value that mandates long-term preservation. Disposition obviously involves issues of concern to archivists (Dollar, 1986, p. 81).

Dollar não apenas cita quais as fases como deixa evidente o que significam criação, manutenção e destinação, enquanto fases do ciclo de vida dos documentos.

Esse modelo de ciclo de vida dos documentos que passava a ser difundido teve, segundo Jardim, um impacto da adoção de um modelo de gestão de documentos que, baseado na noção ciclo de vida, alterou os métodos de atuação do Arquivo Nacional americano e teve impacto, também, na atuação de outras instituições como aquela.

A noção de ciclo vital dos documentos reconfigurou o modelo de instituição arquivística até então adotado pelo Arquivo Nacional dos Estados Unidos. Visualizado como um processo, o ciclo vital dos documentos passou a ser o objeto de atuação da instituição, transcendendo a lógica do gerenciamento arquivístico voltada exclusivamente, até então, para o “produto final” consubstanciado em arquivo permanente. Esse novo modelo de administração arquivística influenciou diretamente outras instituições arquivísticas no universo anglo-saxônico e inspirou outros modelos de intervenção no ciclo vital dos documentos (Jardim, 2015, p. 29).

Tais modelos, não só reconfiguram a atuação de instituições arquivísticas, como também embasam o olhar de profissionais e pesquisadores. O projeto *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems* — INTERPARES, desenvolvido pela *University of British Columbia* (Canadá) e que tem como responsável Luciana Duranti, além da participação de diversos profissionais e pesquisadores do universo arquivístico de vários países distintos, define ciclo de vida dos documentos como

A model of records management and archival science that characterizes the life span of a record as comprising sequential stages: creation or receipt; classification; maintenance and use; disposition through destruction or transfer to an archival institution or agency; description in archival finding aids; preservation; reference and use.

A definição apresentada pelo INTERPARES foi desenvolvida no âmbito do segundo projeto, cujo objetivo era desenvolver e articular conceitos, princípios, critérios e métodos que permitisse a criação e manutenção de documentos arquivísticos confiáveis e preservação de longo prazo. Caracteriza-se, portanto, como uma referência teórica e prática a profissionais e pesquisadores do campo arquivístico e compreende o ciclo de vida tal como concebido e difundido por Rhoads (1983) e Dollar (1986).

O Arquivo Nacional americano, embora de forma um pouco mais enxuta, assim como o INTERPARES, define *records life cycle* como “The concept that records pass through a continuum of identifiable phases from the point of their creation, through their

active maintenance and use, to their final disposition by destruction or transfer to an archival institution or records center”.

Este ciclo de vida dos documentos, enquanto modelo de referência para a gestão de documentos, foi adotado por muitos países além dos Estados Unidos, como Canadá, França e Brasil, e também foi questionado por muitos profissionais e pesquisadores no campo dos arquivos, como Ira Penn (1984), Jay Atherton (1985), Frank Upward (1996) e Sue McKemmish (1997).

Jay Atherton afirma ainda que o conceito de ciclo de vida foi fundamental para promover um senso de ordem e uma abordagem mais sistematizada na gestão dos documentos, deixando claras as funções e atribuições, de acordo com cada etapa deste gerenciamento. O autor destaca que “However, strict adherence to its principles undermines any trend toward greater cooperation and coordination of archivists and records managers” (1985, p. 47).

É evidente que muitos desafios têm sido impostos pelo crescimento, cada dia maior, da produção de documentos em ambientes digitais, mas esta não é uma realidade exclusivamente recente e consequência exclusiva dos documentos digitais. A complexidade administrativa das organizações modernas, aliada à inserção de tecnologia da informação e comunicação nos processos administrativos já despertou a preocupação dos profissionais e pesquisadores do campo arquivístico, não apenas com os problemas de gerenciar volumes de documentos cada vez maiores, mas também de acompanhar a complexidade dos arquivos formados por estas administrações.

Dentre as críticas apresentadas por Jay Atherton, ao ciclo de vida dos documentos como referência para a gestão de documentos, o autor concentra sua análise ao apontar algumas provocações apresentadas por Ira Penn (1984) — relacionadas à divisão do ciclo de vida e à importância da gestão de documentos como oposição aos arquivos — e acrescenta a estas provocações três pontos principais sobre a utilização do ciclo de vida dos documentos como referência para a gestão de documentos.

1. O primeiro ponto é a conciliação entre as profissões de gestor de documentos e de arquivista, que parece mais bem aceita no setor privado, para o que o autor

explica que “the eminently sensible proposition of a combined records manager-archivist function” (Atherton, 1985, p. 46).

2. O segundo ponto é a criação de documentos eletrônicos que não são, conforme explica o autor, criados de forma “estática”, como os documentos produzidos em papel. Por sua natureza dinâmica, não podem ser gerenciados a partir de uma separação por estágios. Para exemplificar, explica então que a criação, por exemplo, “is an ongoing process rather than an event in time. The record thus created is probably going to be altered a number of times during its period of administrative use” (Atherton, 1985, p. 47).

3. O terceiro ponto que o autor explica “is that external pressures sometimes cause a re-evaluation of traditional approaches”, em que, no Canadá, por exemplo, a lei de acesso a informação fez com que os cidadãos procurassem cada vez mais ter acesso a documentos que ainda não estavam sob responsabilidade dos arquivos e sim dos *records managers*. Desta forma, o uso do ciclo de vida que divide os estágios entre “active, dormant, and dead stages”, estão se tornando, definitivamente, confusos.

Um elemento fundamental para que a perspectiva de Atherton, em sua crítica ao modelo de ciclo de vida, seja compreendida é a sua defesa de que este modelo compromete a cooperação profissional entre arquivistas e *records managers*, uma vez que, em países como os anglo-saxônicos, há uma divisão no campo da atuação profissional por gerenciamento e tratamento dos documentos. Esta divisão é o que explica muitas críticas direcionadas ao modelo de ciclo de vida dos documentos e que faz com que o records continuum tenha mais adeptos nestes países.

A partir das diversas críticas, tanto por parte de pesquisadores, como por parte de profissionais, uma nova proposta de modelo de gestão de documentos, baseada na continuidade dos documentos, foi apresentada por arquivistas australianos como uma alternativa à linearidade do ciclo de vida dos documentos arquivísticos. Tal perspectiva é considerada sobretudo como uma abordagem de “construção contínua e de tempo/espço” (McKemmish, 2001).

Sue McKemmish é professora da universidade australiana *Monash University* e autora de artigos que defendem o uso do *records continuum* como modelo de gerenciamento de arquivos. A autora se declara como usuária deste modelo, desenvolvido por Frank Upward (1996), como referência para abordar toda a cadeia de gerenciamento e manutenção de documentos arquivísticos, mas cuja ideia precursora de continuidade e o uso do termo *continuum*, a autora remete a Ian MacLean em meados de 1950, arquivista australiano que não via sentido na separação norte-americana entre *records* e *archives* (McKemmish, 2001).

Para McKemmish, o modelo de ciclo de vida para os documentos evidencia uma quebra no processo de gerenciamento e tratamento dos documentos arquivísticos. Já um *continuum*, segundo a autora, é algo no qual nenhuma parte pode ser separada das demais. Os elementos perpassam entre si e tal perspectiva pode, portanto, ser contrastada com o modelo de ciclo de vida, que define estágios para o gerenciamento dos documentos.

The life cycle model argues that there are clearly definable stages in recordkeeping, and creates a sharp distinction between current and historical recordkeeping. The records continuum, on the other hand, has provided Australian records managers and archivists with a way of thinking about the integration of recordkeeping and archiving processes. The life cycle model sees records passing through stages until they eventually 'die', except for the 'chosen ones' that are reincarnated as archives. A continuum-based approach suggests integrated time- space dimensions. Records are 'fixed' in time and space from the moment of their creation, but recordkeeping regimes carry them forward and enable their use for multiple purposes by delivering them to people living in different times and spaces (McKemmish, 1997, pp. 2-3).

A quebra no processo de gerenciamento e manutenção dos arquivos evidenciada pelo modelo de ciclo de vida, conforme apresenta a autora, ocorre quando o ciclo é encerrado e uma parte dos documentos “morrem” e outra parte destes documentos “renasce” como um “arquivo” (o arquivo permanente). Para McKemmish (1997, 2001) o modelo de gestão de documentos pautado pela continuidade proposta na análise de Upward

(1996) transcende as rupturas causadas pelo modelo de ciclo de vida que estabelece a divisão entre *records* e *archives* e restabelece a percepção integral dos arquivos desde o momento em que são produzidos.

Entre os críticos a este modelo está Upward, autor da proposta deste outro modelo de gestão de documentos baseado na continuidade, onde o ponto principal é que as partes não podem ser dissociadas e a relação tempo/espço também não.

Muitos autores viriam a encorpar as reflexões assumindo que, principalmente no contexto de documentos produzidos em ambientes eletrônicos, o ciclo de vida dos documentos já não atendia enquanto modelo de referência para a gestão de documentos. Yusof e Chell, neste sentido, afirmam que “Advances in technology mean that the concept of the record’s life cycle needs to be replaced by one which more appropriately reflects the special characteristics of electronic records” (2000, p. 135).

Para Acker (2017), a proposta dos teóricos defensores do *records continuum* tinha o objetivo de transpor as distinções artificiais do ciclo de vida dos documentos.

For continuum theorists, such as Frank Upward and McKemmish, recordkeeping is a continuum of processes that encapsulates the life cycles of records and their attendant activities. These activities range from the creation of records, to capture, organisation of recordkeeping processes, and pluralization of records. Taken together, these four dimensions of recordkeeping establish the evidentiality of context as records move across spacetime, just as they may serve differently in multiple contexts. The continuum approach allows archival scholars to move beyond artificial distinctions from the records life cycle model by deemphasizing static stages of records (Acker, 2017, pp. 298–299).

Os defensores do modelo de *records continuum* argumentam que esta forma de olhar para os documentos permite que não haja uma ruptura entre aqueles que estão sendo tratados pelos profissionais que atuam na gestão dos documentos e os que se encontram sob custódia dos arquivistas, nos arquivos permanentes.

Ainda que a proposta apresentada por McKemmish e Upward seja reconhecida em muitas pesquisas analisadas como uma abordagem mais ampla e uma forma mais atual de olhar os arquivos, principalmente no contexto digital, é preciso observar que o modelo de *records continuum* somente encontra sentido de se opor ao modelo de ciclo de vida dos documentos em países que distinguem *records* e *archives*, conforme explica M. da Silva.

O conceito de records continuum tem uma grande importância nos países de língua inglesa, que adotaram a divisão entre records e archives, em que os primeiros são documentos criados pelo produtor para cumprir uma determinada finalidade e o último é sinônimo de documentos selecionados para preservação permanente (M. da Silva, 2015, p. 210).

Segundo Margareth da Silva, a ideia central da proposta do *records continuum* é não fazer distinção, não separar os *records* e os *archives*, assim como também não fazer distinção entre valor de prova e valor para a memória. Esta compreensão apontada por M. da Silva, está evidenciada também nas reflexões de Atherton já em 1985, onde o autor pondera sobre a utilização do modelo de ciclo de vida dos documentos no âmbito da atuação profissional.

The life-cycle concept has been useful in promoting a sense of order, a systematic approach, to the overall management of recorded information. However, strict adherence to its principles undermines any trend toward greater cooperation and coordination of archivists and records managers. It ignores the many ways in which the records management and archives operations are interrelated, even intertwined. It may be convenient in a large bureaucracy to attempt to clarify roles and responsibilities by delineating carefully the records management and archival functions. It may also be counterproductive. Does the archivist really have no role to play in serving the creator of the records, in determining disposal periods, or developing classification systems? Does the records manager really have no responsibility in identifying permanently valuable records or serving researchers? To ask these questions is to answer them (1985, p. 47).

A análise defendida por Atherton está focada no que o autor aponta ser uma ruptura causada pelo modelo de ciclo de vida dos documentos, que ocorre nos casos em que há efetivamente distinção profissional no campo de atuação dos arquivos.

Assim, fica evidente, portanto, que essa proposta de um novo modelo para embasar as ações de gestão de documentos e arquivos, em contraponto ao modelo de ciclo de vida, cujo foco exclusivo está nas ações de gestão de documentos, tinha como principal objetivo romper com a distinção, inclusive no campo da atuação profissional entre os profissionais dedicados à gestão de documentos e os dedicados aos *archives*, pressupondo um conjunto de ações planejadas e implementadas de forma contínua nos arquivos, que devem ocorrer independente do espaço e do tempo.

Há que se considerar que, assim como o modelo de ciclo de vida, o *records continuum* é um modelo conceitual, cuja proposta é ser uma alternativa ao ciclo de vida para subsidiar as intervenções sobre os documentos.

O *records continuum*, no entanto, visa a integrar a percepção sobre supostos diferentes contextos de espaço e de tempo nas ações relacionadas à criação e manutenção de documentos, uma vez que os documentos podem ser criados com valores que os qualifiquem à guarda permanente e que, portanto, não é aplicável a percepção de que tais documentos somente serão arquivísticos quando recolhidos aos arquivos.

Portanto, percebe-se que a proposta de *records continuum* tem como objetivo, especificamente, romper com a distinção entre *records* e *archives* uma vez que não é o tempo que acrescenta valor aos documentos. O documento que possui valor de prova, de pesquisa, para a história, já é criado com este valor, não o adquire, necessariamente, no decorrer de suas funções ou de sua vigência. Assim, a proposta deste modelo não se relaciona especificamente com os estágios de guarda e sim com as intervenções e responsabilidades sobre os arquivos.

Por esta razão, a proposta de um modelo de *records continuum*, para amparar as intervenções na gestão dos documentos, tende a ganhar efetiva projeção somente nos países que não consideram arquivo como um todo, desde o momento de sua produção.

A percepção dos documentos como arquivísticos, independentemente do espaço e do tempo, significa assumir que os documentos são parte do arquivo como um todo – um conjunto de documentos produzidos e recebidos no decorrer do exercício das atribuições de uma pessoa física ou jurídica – e não dependem de sua valoração para guarda definitiva, pois não é isto que os qualifica como documentos arquivísticos.

5.3. Notas finais e análise

Os dados apresentados e discutidos até aqui evidenciam que a percepção sobre a teoria das três idades permeia pontualmente a compreensão sobre o modelo de ciclo de vida dos documentos, na medida em que ambos reúnem elementos que subsidiam a prática arquivística. As duas referências são tratadas pela literatura, em alguns casos, como sinônimos, em outros, não, constituindo processos distintos.

Nesta perspectiva, os dados obtidos e discutidos, conforme procedimentos metodológicos adotados, permitem considerar válida o pressuposto exposto na seção introdutória desta pesquisa:

A teoria das três idades não teve seu surgimento atrelado ao da gestão de documentos, concebida no contexto norte-americano e, a partir de seus objetivos e atributos, constituiu-se, ainda nos dias atuais, como referência adotada para o gerenciamento dos arquivos, cujos componentes foram absorvidos e reproduzidos de formas distintas, nas diversas realidades arquivísticas.

A compreensão evolutiva da teoria das três idades, por meio de análise da literatura arquivística verificada no escopo desta pesquisa, permitiu perceber que a adoção da divisão

dos arquivos em corrente, intermediário e permanente, é anterior ao surgimento da gestão de documentos, nos moldes em que se pratica, ainda, atualmente, tendo surgido primeira metade do século XX. A análise da literatura indica que a primeira divisão dos arquivos ocorreu com a diferenciação entre *records* e *archives*, que, apesar de sido adotada primeiramente por juristas latinos e alemães, traduz-se como mais um ponto na história dos arquivos, sobre o qual a Revolução Francesa teve grande impacto.

Esses primeiros indícios do aparecimento da teoria das três idades, apontados por Duranti, como consequência da criação de instituições arquivísticas, responsáveis pelos documentos que devem mantidos de forma definitiva para gerações futuras, diferenciou a guarda, definida a partir do uso, e também a responsabilidade sobre os documentos, uma vez que os *records* referem-se aos documentos em uso e sob a responsabilidade do produtor.

Com as muitas transformações trazidas pelo período revolucionário francês, esta foi uma mudança cujo impacto alterou profundamente as teorias e práticas arquivísticas, a partir da qual se institucionalizou a divisão na guarda e na responsabilidade sobre os documentos produzidos pelo Estado francês.

Entretanto, a partir desta primeira divisão, um estágio de guarda entre os arquivos correntes (*records*) e os arquivos permanentes (*archives*) foi identificada, na legislação italiana de 1900. Tal divisão, apresentada primeiro por Casanova, em 1928, sem nenhum termo que nomeasse a utilização dos três estágios de guarda e tratamento, foi, também, reproduzida por Chatfield (1940), sob a designação de *records life cycle* e exportada para os países de língua francesa e, posteriormente, também para os de língua espanhola e portuguesa, sob o termo teoria das três idades.

Poucos meses depois de Chatfield, Brooks publica um artigo, associando a vida dos documentos à vida de um organismo biológico, onde os documentos nascem, vivem e morrem. Este modelo foi mais bem discutido, anos mais tarde, por Rhoads (1983) e difundido por muitos autores do campo arquivístico (Atherton, 1985; Dollar, 1986; Yusof e Chell, 2000; Dingwall, 2010), referenciado como uma sequência lógica que serve para embasar as atividades dos profissionais que atuam na gestão dos documentos.

Assim, percebe-se que a origem da confusão terminológica na utilização do termo *records life cycle* pode ter ocorrido a partir das publicações de Chatfield e Brooks no mesmo ano na revista *The American Archivist*, uma publicação periódica criada em 1938 pela *Society of American Archivists* (SAA) e que escoou as reflexões de profissionais do Arquivo Nacional americano, dentre os quais podemos destacar: Philip Brooks, Emmet Leahy, Helen Chatfield e Solon Buck.

Percebe-se, portanto, que, apesar de utilizarem o mesmo termo, a abordagem de Chatfield e Brooks são complementares, mas diferentes. Entretanto, uma associação de sinonímia foi reproduzida por outros autores (e pelos léxicos, conforme demonstrado na seção 3.3, relativa à identificação dos termos e definições nos léxicos), de acordo com o que se pode ver no quadro a seguir (quadro 18):

Quadro 18: Termos e percepções dos autores para os termos ciclo de vida e teoria das três idades

Termos e percepções dos autores			
	Três idades dos arquivos: corrente, intermediária e permanente	Ciclo de vida dos documentos: criação, utilização e destinação	Ciclo de vida dos documentos = Idades corrente, intermediária e permanente
Autores	Pérotin, 1966 A.M. Silva et al, 1999 Fonseca, 2005 Caya, 2004 V.B. Santos, 2011 Indolfo, 2013 Duranti e Franks, 2015 Jardim, 2015	Brooks, 1940 Rhoads, 1983 Atherton, 1985 Dollar, 1986 Yusof e Chell, 2000 Dingwall, 2010	Chatfield, 1940; Charman, 1984 Cook, 1997; Llansó i Sanjuan, 1993 Bellotto, 1994 Bantin, 1998 Rousseau e Couture, 1998 Rondinelli, 2011

Fonte: elaboração própria a partir da literatura referenciada.

Apesar das associações identificadas na literatura, conforme se pode verificar na figura a seguir (figura 8), as etapas do ciclo de vida dos documentos são distintas dos estágios de guarda da teoria das três idades. O ciclo de vida é utilizado para que seja possível perceber como se dá a sequência lógica que serve como pano de fundo aos procedimentos adotados pelos profissionais, no campo da gestão de documentos.

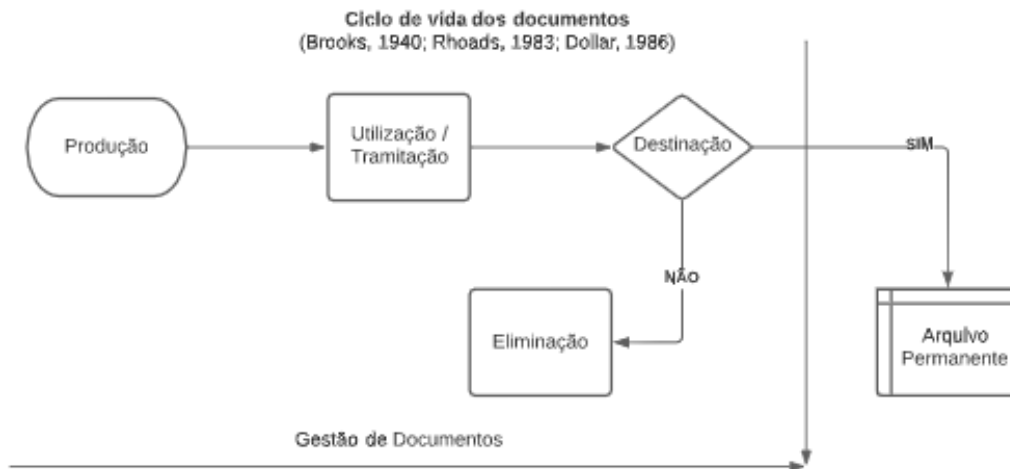


Figura 8: Ciclo de vida dos documentos.

Fonte: elaboração própria a partir de Brooks (1940), Rhoads (1983) e Dollar (1986).

Conforme se pode constatar, a partir das reflexões de Brooks (1940), Rhoads (1983) e Dollar (1986), a ideia de ciclo de vida dos documentos serve para ilustrar que todos os documentos, enquanto cumprem suas finalidades, ou servem aos objetivos para os quais foram criados, passam por diferentes fases, como na vida de um organismo qualquer. Serve, também, para ilustrar aos profissionais que atuam na gestão de documentos que diferentes procedimentos precisam ser planejados e executados, visando a um melhor controle dos documentos, desde sua produção até o momento em que é destinado, seja para eliminação ou para guarda definitiva. De acordo com o modelo proposto, todas as etapas do ciclo de vida podem ocorrer já na primeira idade dos arquivos, a corrente.

A teoria das três idades, por outro lado, atende a outra finalidade, de separar o local de guarda dos documentos, a partir da sua frequência de uso e dos valores identificados. A primeira divisão, entre *records* e *archives*, conforme vimos, surgiu como consequência do estabelecimento de uma instituição que deveria custodiar os documentos considerados importantes para a história de uma sociedade (Duranti, 1997). A criação de um estágio de guarda entre os *records* e os *archives* surgiu com a finalidade de reduzir o custo de manutenção destes documentos que já não atendiam plenamente aos requisitos do primeiro estágio, mas também não atendiam aos requisitos do último estágio, a guarda definitiva.

Conforme se pode constatar na ilustração a seguir (figura 9), o ciclo de vida dos documentos e a teoria das três idades são dois processos distintos, embora complementares.

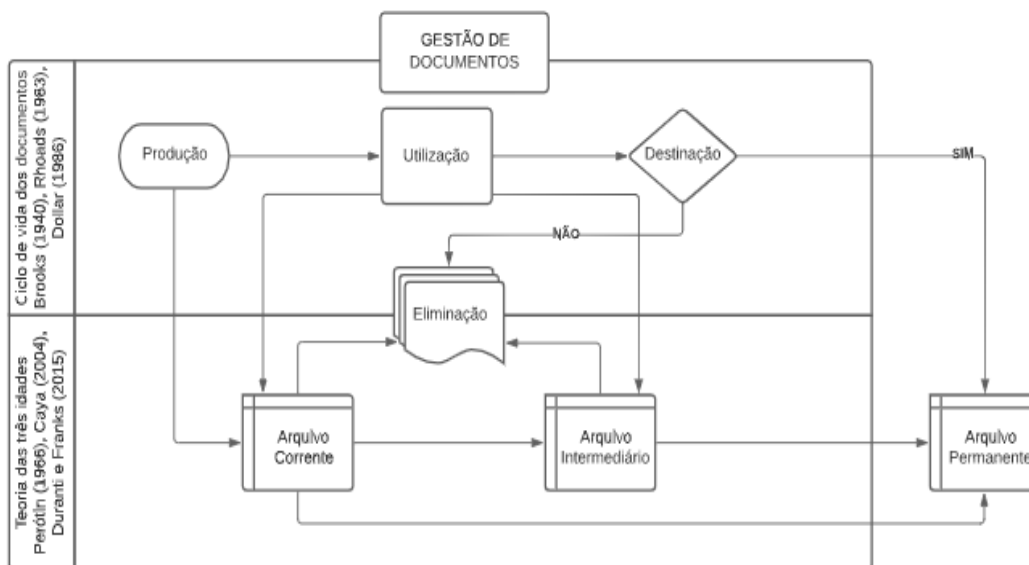


Figura 9: Comparativo entre as fases do ciclo de vida dos documentos e os estágios de guarda da teoria das três idades

Fonte: elaboração própria a partir da análise da literatura referenciada na imagem.

A guarda permanente, conforme indica a literatura, compõe a teoria das três idades, mas não está no escopo da gestão de documentos e, portanto, também fora das fases do ciclo de vida dos documentos indicado pelos autores, no qual todas as fases estão abrangidas pela gestão. Enquanto a teoria das três idades tem relação com a guarda dos documentos em locais diferentes, definidos a partir da vigência, frequência de uso e valores para guarda

definitiva dos documentos, o ciclo de vida documental, conforme indicado por Brooks (1940), Rhoads (1983) e Dollar (1986), atende a outras funções, como direcionar o olhar do profissional para um processo inerente a qualquer documento.

Portanto, a partir da ilustração, pode-se perceber que: a) nem todos os documentos arquivísticos passam pelos três estágios de guarda; b) todos os documentos arquivísticos passam obrigatoriamente por todas as fases do ciclo de vida dos documentos; c) alguns documentos podem passar por todas as fases do ciclo de vida ainda no primeiro estágio de guarda das três idades.

Em 2015 Jardim apresenta um questionamento sobre a existência, na teoria das três idades, de elementos que a configurem como uma teoria, assim como questiona sua dimensão universalizante, dada a multiplicidade de tradições arquivísticas e diferentes modelos de gestão de documentos adotados nos diferentes países.

Os diferentes modelos de gestão de documentos foram apresentados por Llansó i Sanjuan, em 1993. O autor dividiu sua análise em dois grupos: o modelo de gestão de documentos norte-americano, no qual analisou Estados Unidos e Canadá (especificamente, Quebec), e o modelo de gestão de documentos europeu, no qual o autor analisou perspectivas sobre a gestão de documentos na Alemanha, Itália, Inglaterra e França. Entre os países analisados por Llansó i Sanjuan, verificou-se na segunda etapa desta pesquisa Estados Unidos, Canadá, França e Itália, somando-se, ainda, Espanha, Portugal, Brasil e Colômbia.

Dentre os modelos apresentados pelo espanhol, somando-se aos elementos verificados nesta pesquisa, não é possível, dado o universo ainda reduzido desta pesquisa, indicar se a teoria das três idades possui uma aderência a outros contextos arquivísticos, como, por exemplo, fora da Europa e América, que indiquem alguma possibilidade de possuir uma dimensão universalizante, conforme apontado por Jardim. O que é possível, até aqui, é demonstrar a presença de indícios, que, em algum nível, tendem a indicar uma possibilidade de adoção da teoria das três idades nos ambientes arquivísticos mais diversos, a partir de diferentes modelos de gestão de documentos, que também podem ter sido adotados e replicados por outros países. Apesar da ausência do termo teoria das três idades,

ou ainda de qualquer outro termo que a identifique, a adoção dos estágios de guarda divididos em corrente, intermediário e permanente está presente em todos os países analisados no escopo da pesquisa.

Entretanto, é preciso esclarecer também, que, conforme exposto na primeira subseção deste capítulo, ainda que permaneça a designação teoria das três idades, esta não nos parece cumprir os requisitos para ser considerada uma teoria, nos moldes de uma teoria científica. Cumpre, todavia, uma função operacional pela qual pode ser reconhecida como um método, que se desdobra em procedimentos adequados às necessidades de guarda e tratamento técnico indicados em cada estágio. Tais procedimentos visam a subsidiar as ações adotadas para a manutenção e tratamento dos arquivos, sendo estes orientados pela perspectiva da vigência dos documentos, no cumprimento de seus objetivos e, também, pela economia e eficácia, em estágios de guarda diferentes.

Neste contexto, evidenciadas também as diferenças entre três idades e ciclo de vida, percebe-se que a proposta de *records continuum*, como um modelo alternativo para embasar a gestão dos documentos e dos arquivos, não se sobrepõe, nem descarta, a divisão dos arquivos em estágios diferentes de guarda e tratamento técnico.

Uma vez que, apesar da associação terminológica, a teoria das três idades e o ciclo de vida dos documentos cumprem funções distintas e operam de forma complementar, mas não igual, é preciso reconhecer, aqui, também, que o modelo de *records continuum* discutido por autores australianos é apresentado como uma alternativa ao modelo de ciclo de vida proposto por Brooks e detalhado por James Rhoads e por Charles Dollar. O modelo, que propõe que os documentos possuem uma vida associada a um organismo biológico e que sustenta as etapas e processos da gestão de documentos, consubstancia uma ruptura profissional, o olhar compartimentado que veio a ser criticado por Atherton, Youssof e Chell, Upward e Mckemmish.

A proposta de *records continuum*, conforme indica M. da Silva (2015), somente faz sentido nos contextos arquivísticos em que a distinção entre *records* e *archives* efetiva-se também na adoção de profissionais distintos no campo dos arquivos: o *records manager*, dedicado a cobrir todas as intervenções necessárias durante o ciclo de vida dos documentos,

e o arquivista, dedicado a manter e preservar os arquivos selecionados para guarda permanente.

O *records continuum* propõe uma abordagem contínua e integrada sobre os documentos, sem que as distinções de espaço e tempo tenham como consequência uma visão compartimentada sobre os arquivos. Entretanto, nos casos em que os arquivos são percebidos como tais desde o momento de produção, o modelo defendido por Upward (1997) e McKemmish (2001) parece não encontrar aderência.

Ter uma percepção de abordagem contínua sobre os arquivos, independentemente do valor identificado em um documento a partir da avaliação, já é uma perspectiva inerente aos países que compreendem o arquivo como tal desde o momento de sua produção, sem distinção entre *records* e *archives*. É, também, por esta razão, que podemos utilizar o termo *records* como sinônimo de documento arquivístico, como documento produzido ou recebido por uma organização ou pessoa, no desenvolvimento de suas atividades (M da Silva, 2017; Rondinelli, 2011).

Considerações finais

Esta seção apresenta uma síntese sistematizada das construções desenvolvidas no decorrer da tese. Volta-se ao ponto de partida para verificar o que foi alcançado, a partir da proposta inicial de pesquisa, jogando-se luz sobre os resultados mais significativos identificados no seu curso. Para tanto, são contrastados os elementos evidenciados, a partir do cumprimento dos três objetivos específicos e, por fim, indica-se outros caminhos possíveis para novos estudos, no eixo de análise.

O permanente avanço no uso das tecnologias da informação e comunicação, para produção e gerenciamento de documentos arquivísticos, tem impactado de maneira contínua na produção científica do campo arquivístico e tem feito com que conceitos centrais das teorias e práticas arquivísticas sejam constantemente revisitados. Por este motivo, esta pesquisa partiu do questionamento sobre como a teoria das três idades está refletida na literatura arquivística. Como esta literatura explica o surgimento e o desenvolvimento da teoria das três idades, enquanto referência para o gerenciamento de arquivos, nos diferentes contextos arquivísticos e como este modelo foi caracterizado como uma teoria.

Conforme foi possível observar, no decorrer deste percurso sobre a teoria das três idades, apesar de ser amplamente citada em diferentes contextos e perspectivas por diversos autores, ainda não tinha sido objeto de um estudo mais profundo com a finalidade de mapeá-la e identificar suas diferentes percepções.

Para responder à pergunta de partida, bem como às questões subjacentes desdobradas da questão principal, esta pesquisa cumpriu o objetivo de identificar e analisar as diferentes abordagens e percepções sobre a teoria das três idades, na literatura arquivística, para compreender como seu desenvolvimento teórico-conceitual é percebido e como esta prática, de dividir os documentos em estágios de guarda, tornou-se referência para gerenciamento dos arquivos, além de identificar como é percebida na atualidade em

distintos contextos arquivísticos. Para responder à pergunta de partida e cumprir o objetivo determinado, três objetivos foram definidos, para os quais foram desenvolvidos os capítulos dois até cinco desta tese.

A partir de uma abordagem metodológica qualitativa, que utilizou a análise de conteúdo como ferramenta, foi realizado o mapeamento, exploração e descrição do fenômeno, a partir do qual se desenvolveu este estudo que identificou e analisou as diferentes abordagens e percepções sobre a teoria das três idades na literatura arquivística.

O primeiro objetivo resultou na construção do terceiro capítulo desta investigação. Tal objetivo buscou identificar e compreender como se manifesta o fenômeno das três idades na literatura arquivística a partir da historicização dos elementos associados à adoção das três idades como base para o gerenciamento dos arquivos.

Tal mapeamento permitiu contextualizar e perceber o fenômeno das três idades nos arquivos, sem isolá-lo dos contextos nos quais foi adotado. Pudemos perceber, portanto, um possível ponto de partida para a divisão dos arquivos em diferentes estágios de guarda e identificou-se, ainda, que distintas formas de abordar a teoria das três idades estão presentes na literatura arquivística. Esta construção nos possibilitou jogar luz e contrastar estas percepções.

Com uma pesquisa exploratória, na produção bibliográfica dos principais autores que abordam a gestão de documentos, percebeu-se que o mapeamento deste conceito seria falho, se não buscasse perceber, no eixo seguinte, o conceito de ciclo de vida dos documentos, uma vez que frequentemente ambos eram relacionados como sinônimos.

A coleta de fontes bibliográficas, incontornáveis à compreensão evolutiva da teoria das três idades, buscou identificar e analisar todos os indícios que pudessem indicar os momentos iniciais da adoção da divisão dos arquivos em estágios diferenciados de guarda e tratamento. Entretanto, cumpre esclarecer, que a abordagem das fontes, neste percurso, foi realizada com algum grau de seletividade, fator que é inerente ao processo, uma vez que não é factível esgotar todas as fontes possíveis de serem utilizadas para a análise proposta, razão pela qual pode haver omissões não intencionais na literatura utilizada.

Portanto, teve-se, como ponto de partida, o ano de 1898, a partir da publicação *Handlciding vocr het ordenen em beschreijven van Archieven*, dos arquivistas holandeses S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin. Um manual considerado por diversos autores contemporâneos (Cook, 1997; Fonseca, 2005; Rondinelli, 2011; Schmidt, 2012; Delsalle, 2018) como o de maior influência e um marco na produção de conhecimento arquivístico.

Com o mapeamento da literatura, constatou-se que os primeiros indícios de divisão dos arquivos em estágios de guarda são anteriores aos preceitos da gestão de documentos, oriunda da administração governamental americana. A divisão dos arquivos tem suas bases na distinção entre *records* e *archives* surgidas, conforme reflete Luciana Duranti (1997, 2004), ainda no período revolucionário francês com a criação de uma instituição arquivística responsável pela guarda centralizada dos conjuntos documentais que iriam compor o patrimônio arquivístico francês. Até então os documentos produzidos pelos Estados serviam apenas à administração que os produziu e a partir da Revolução Francesa, com a criação de uma instituição de guarda responsável por custodiar os documentos do Estado, tais documentos passam a ser percebidos como de interesse da sociedade. Esta primeira ruptura, na percepção sobre os documentos, resultou na primeira dicotomia arquivística: os documentos para a administração e os documentos para a história da sociedade.

A partir da identificação do surgimento de duas das três idades, partiu-se para o mapeamento de onde estaria localizado o surgimento de mais um estágio de guarda, entre os *records* (os arquivos correntes) e os *archives* (os arquivos de guarda permanente). Ainda que Marcel Caya (2004) afirme que a teoria das três idades apareceu pela primeira vez no *Hoover Comission Report*, em 1948, a literatura analisada, no decorrer desta pesquisa, revela a divisão dos arquivos entre as fases corrente, intermediária e permanente em uma legislação italiana de 1900.

Dentre os textos identificados por este estudo, a primeira publicação que indica tal divisão é de Eugenio Casanova, em 1928, onde o autor se refere à legislação italiana e aos procedimentos adotados pelo governo italiano para gerenciar os arquivos correntes, os depósitos e a passagem dos documentos para os *archivos del regno*. Sob a designação de *archivio corrente*, *archivio de deposito* e *archivio del regno*, o Decreto Real nº 35, de 25 de

janeiro de 1900, estabelece a divisão dos arquivos em fases corrente, intermediária e permanente, como os estágios de guarda para os documentos produzidos pelo Estado como resultado de uma comissão especial nomeada em 1894, para propor um método de manutenção dos arquivos que permitisse a guarda segura e menos onerosa dos documentos.

Somente cerca de 30 anos mais tarde, também na busca por soluções para gerenciamento dos grandes volumes de documentos produzidos e acumulados pelas instituições governamentais dos Estados Unidos da América, conforme apontam os relatórios institucionais do *National Archives and Records Service*, são identificadas as ações iniciais do que viria a ser institucionalizada, tanto em âmbito prático como teórico, como gestão de documentos.

Entre as ações identificadas, no âmbito de surgimento da gestão de documentos, visando a solucionar o grande acúmulo de documentos junto às unidades produtoras, estava a criação dos *records centers*, depósitos de guarda de documentos que não eram mais frequentemente úteis aos gestores, mas também ainda não poderiam ser eliminados e cujo valor não se justificava seguir para a instituição arquivística, ou seja, para a guarda definitiva. Tais elementos encontravam-se presentes nas discussões relativas à necessidade de um processo de avaliação de documentos que permitisse a análise e identificação, com critérios adequados, dos documentos que deveriam ser mantidos de forma definitiva ou que poderiam ser eliminados com segurança.

A busca acirrada por soluções, para que fosse possível controlar e reduzir os volumes de documentos que se acumulavam cada vez mais nos escritórios, resultou em algumas reflexões que viriam a ser escoadas, principalmente, na recém-criada *The American Archivist*. Tais artigos eram publicados basicamente por profissionais que atuavam nos escritórios governamentais e nos arquivos públicos.

Posteriormente à publicação de Casanova (1928), a divisão dos arquivos foi identificada na proposta de Helen Chatfield, publicada em abril de 1940 na revista *The American Archivist*. Ainda que a autora faça referência ao ciclo de vida dos documentos para designar a divisão dos *current*, *semi-current* e *non-current records*, percebe-se que tal proposta apresentava a mesma lógica de separação dos documentos de acordo com o cumprimento de suas finalidades e sua frequência de uso. O artigo, publicado por Helen

Chatfield, permite identificar uma possível origem dos conflitos terminológicos entre ciclo de vida dos documentos e teoria das três idades, sem, contudo, ser taxativo.

Tal percepção sobre os estágios de guarda como ciclo de vida dos documentos passou, portanto, a ser reproduzida por autores como Heredia Herrera (1991), Bantin (1998), Rousseau e Couture (1998), Bellotto (1996, 2004) e Rondinelli (2011).

Poucos anos adiante, na década seguinte às publicações de Chatfield e Brooks, percebe-se que outros autores clássicos no campo dos arquivos tiveram, ainda, importante contribuição para a difusão da prática e do conceito das três idades nos arquivos. Talvez o principal deles, o arquivista americano T. R. Schellenberg. Reconhecido também pela difusão do processo de avaliação de documentos baseado na identificação dos valores primário e secundário, conseqüentemente também acabou por difundir, a partir da década de 1950, a divisão dos arquivos em estágios de guarda segundo o processo de avaliação de documentos baseado na identificação dos referidos valores. Para autores como Cook (1997), Roberge (2012) e Delsalle (2018), as propostas de Schellenberg reforçaram a ideia de separação entre *records* e *archives*.

O discurso reproduzido com maior frequência, em grande parte da literatura arquivística, relaciona o surgimento da teoria das três idades ao mesmo contexto de concepção da gestão de documentos, desde a prática de dividir os arquivos entre correntes, intermediários e permanentes até sua caracterização terminológica enquanto “teoria das três idades”.

Esta designação — “teoria das três idades” — encontra-se referenciada no que autores como Caya (2004) e Delmas (2010) reconhecem como a formulação teórica para o mundo francófono, identificada no artigo de Yves Pérotin, em 1961, intitulada *L'Administration et les “trois ages”*, publicada na revista *Seine et Paris* e no mesmo conteúdo publicado pelo autor, porém em língua inglesa, na *The American Archivist*, em 1966.

Assim, concluído o primeiro objetivo — de historicizar a teoria das três idades, a partir do rastreamento de seus primeiros indícios registrados pela literatura arquivística, e à luz dos elementos evidenciados neste processo de exploração, desde a publicação do

Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, em 1898,) o segundo objetivo buscou identificar as percepções, a partir de fontes bibliográficas e documentais que permitissem compreender quais as abordagens quanto à adoção da divisão dos arquivos, produzidas em contextos técnico-institucionais e acadêmicos. Este segundo objetivo, que resultou na construção do terceiro e quarto capítulos desta tese, foi desenvolvido a partir da seleção de cinco fontes:

1. Os estudos produzidos no âmbito do projeto *Records and Archives Management Programme*, desenvolvidos pelo Conselho Internacional de Arquivos, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;
2. A legislação de arquivos dos Estados Unidos, Canadá, França, Itália, Portugal, Espanha, Colômbia e Brasil.
3. Os léxicos internacionais referenciados nos sítios eletrônicos das instituições arquivísticas ou referenciados também pela literatura arquivística consultada;
4. Os manuais arquivísticos institucionais dos mesmos países onde foram pesquisadas as leis de arquivo;
5. As pesquisas acadêmicas em nível de mestrado e doutoramento, buscadas na *Networked Digital Library of Theses and Dissertations*, por ser uma base que agrupa repositórios de pesquisas acadêmicas de diversos países.

Este segundo objetivo explorou os conceitos relacionados com a teoria das três idades, cujos termos foram identificados na historicização do fenômeno, e foi desenvolvido a partir das cinco áreas fundamentais para uma compreensão maior e mais profunda na forma como as três idades dos arquivos estão definidas, abordadas e exploradas em diferentes países.

A adoção dos termos e definições, assim como os tipos de abordagens, permitiram compreender que, além das variações terminológicas, há conflitos conceituais entre a teoria das três idades e que esses conflitos permeiam também a compreensão do ciclo vital dos documentos, cujo primeiro indício já havia sido constatado no mapeamento do fenômeno em perspectiva historicizada.

O fato, verificado pela análise da literatura arquivística, foi confirmado pelos estudos RAMP, legislações, pelos léxicos, manuais institucionais e pelas pesquisas acadêmicas pois, nestas variações, a teoria das três idades e o ciclo de vida dos documentos são tratados como sinônimos, ou seja, como práticas iguais com nomenclaturas diferentes, conforme é apontado na publicação “Fundamentos da disciplina Arquivística” de Rousseau e Couture (1998).

Tornou-se possível inferir que o modelo de ciclo de vida dos documentos que efetivamente utiliza como referência a vida de um organismo biológico, conforme proposta de Brooks (1940), na qual os documentos nascem (produção), vivem (tramitação e utilização) e morrem (destinação para eliminação ou guarda definitiva) foi apropriado, definido, detalhado e disseminado a partir do estudo desenvolvido por James Rhoads (1983), no âmbito dos estudos *Records and Archives Management Programme*, no qual detalha quais são as fases e elementos do ciclo de vida dos documentos, seguido por Charles Dollar em outro estudo RAMP, de 1986.

Ainda que a literatura indique uma possível origem para a confusão terminológica, assumida na difusão dos conceitos de ciclo de vida dos documentos e teoria das três idades, tais conflitos terminológicos e conceituais permanecem e foram identificados com maior frequência na literatura e léxicos, nos idiomas francês e espanhol, bem como os trabalhos traduzidos para o português. Nos trabalhos em inglês e italiano não há qualquer conflito, apenas reconhecem, como no *Dictionary of Archives Terminology*, da *Society of American Archivists*, ou na *Encyclopedia of Archival Science*, de Duranti e Franks, que existem outras compreensões para o conceito de ciclo de vida.

O cumprimento deste segundo objetivo deixou evidente, ainda, que a designação terminológica em teoria das três idades, está longe de caracterizar um consenso, ainda que esteja fortemente presente na literatura internacional. Por outro lado, constatou-se o que Fonseca e Marques destacaram, em 2005 e 2011, respectivamente, a teoria arquivística é fortemente marcada por reflexões originárias nas práticas de manutenção e tratamento dos arquivos nas organizações e isto reflete realidades distintas, pois, independente da designação, a divisão dos arquivos em estágios de guarda está fortemente presente nas fontes analisadas.

A adoção teórica, inclusive como representação da prática, relativa à divisão dos arquivos, para os países que compreendem como tais os arquivos desde o momento da produção dos documentos arquivísticos – entre correntes, intermediários e permanentes ficou evidente em toda a literatura verificada, nos documentos institucionais, léxicos, assim como na produção acadêmica.

Constatou-se, portanto, que uma das principais questões subjacentes aos estudos no campo arquivístico passa pela perspectiva da análise terminológica, que implica obviamente na compreensão da construção conceitual. Desenvolver uma pesquisa que envolve países com realidades arquivísticas tão distintas, exige um esforço ainda maior de compreensão de termos que possuem acepções diferentes, de acordo com o contexto em que estão inseridos, conforme ressalta Ketelaar (1997), ao abordar as imprecisões conceituais e terminológicas do campo arquivístico, em contextos diversos, e sua consequente dificuldade de se comunicar com outras áreas.

Assim, para além dos elementos evidenciados pelo segundo objetivo, a pesquisa jogou luz sobre outras duas questões que se desdobraram, na análise desenvolvida, no âmbito do terceiro objetivo:

1. a adoção de diferentes termos para designar os estágios de guarda dos arquivos. O termo teoria adotado por Pérotin (1961 e 1966), o termo modelo ou noção para designar as três idades, pois há autores (Bantin, 1998; Munetsi, 2011) que defendem que a divisão dos documentos e arquivos em três fases ou idades e utilizam o termo modelo para designar o ciclo de vida, razão pela qual a percepção sobre os termos teoria, noção e modelo foram verificadas;
2. o uso do modelo de *records continuum* como uma proposta alternativa ao modelo de ciclo de vida, que precisou ser trazido à discussão, também em razão das constantes confluências conceituais entre ciclo de vida e três idades dos arquivos.

Dado este contraste de percepções, e visando a atender a proposta do terceiro objetivo estabelecido nesta pesquisa, de discutir as diferentes perspectivas de aplicabilidade da teoria das três idades evidenciadas na literatura e perceber qual o seu estatuto na prática de gerenciamento dos arquivos, foi preciso discutir as variações e interpretações da teoria

das três idades associada ao conceito de ciclo de vida dos documentos e confrontá-las, também, com as construções relativas ao *records continuum*, apresentado como uma proposta alternativa ao ciclo de vida dos documentos.

Se por um lado foi possível perceber que, mesmo ao carregar o termo “teoria”, em sua designação atribuída por Pérotin e amplamente difundida em diversos países, como França, Portugal e Brasil, a divisão dos arquivos não se traduz em uma teoria científica; por outro lado também não é possível negar o uso de tal designação ainda nos dias atuais nos mais diversos contextos arquivísticos.

Enquanto para alguns países, como França e Brasil, constatou-se estar referenciada pela literatura como uma “teoria”, para outros países, como Portugal e Espanha, esta divisão foi designada como ciclo de vida dos documentos e, ainda para outros países, como Estados Unidos, Canadá e Itália, como um referencial de práticas arquivísticas adotadas para gerenciamento de grandes volumes de documentos, mas sem um termo, ou uma designação específica.

Ainda que sob tal designação e a percepção de que não se traduz em uma teoria científica, é importante ressaltar que a ausência de padronização terminológica compromete o intercâmbio teórico e prático, no campo dos arquivos, e tem, como consequência, interpretações descontextualizadas dos diferentes métodos e procedimentos arquivísticos migrados de um contexto para outro sem que sejam consideradas as especificidades locais.

Portanto, conforme foi possível verificar, a teoria das três idades mostrou-se uma ferramenta operacional para a gestão de arquivos, que possibilita identificar quais as intervenções que devem ser adotadas para preservação e acesso dos conjuntos de documentos, a partir dos seus diferentes estágios de armazenamento e tratamento dos arquivos. Tal separação, a literatura indicou ocorrer a partir, principalmente, do tempo e da frequência de uso dos documentos, mas com objetivo maior focado na otimização da gestão do acervo e na melhor administração do volume de documentos nos setores que os produziram, enquanto ainda podem ser úteis, por um prazo maior até serem eliminados ou até serem recolhidos à instituição arquivística.

Em uma via paralela, o ciclo de vida dos documentos, conforme se verificou no modelo disseminado por James Rhoads e Charles Dollar de produção, utilização e destinação, é uma representação lógica, ou um modelo, que visa a nortear a atuação e intervenção dos profissionais que atuam na gestão de documentos. Tal representação oferece a compreensão do trajeto percorrido obrigatoriamente por qualquer documento arquivístico, com objetivo de nortear o responsável pelos documentos, na adoção de procedimentos específicos a cada etapa do ciclo de vida. A teoria das três idades, entretanto, conforme já indicado, cumpre outro papel.

Concluiu-se, portanto, que a teoria das três idades e o ciclo de vida não são sinônimos. São elementos do campo arquivístico com características e objetivos distintos, cujos fluxos são complementares e guardam uma relação tão próxima, principalmente em sua perspectiva evolutiva, a ponto de serem confundidos. Uma vez que ambos servem como referência – um enquanto modelo teórico e outro, enquanto método operacional – à compreensão e aplicação dos procedimentos técnicos adotados para a gestão de documentos.

Neste sentido, a partir da análise da literatura e do confronto de perspectivas realizado neste terceiro objetivo, permitiu-se compreender onde a proposta de *records continuum*, como uma alternativa ao modelo de ciclo de vida dos documentos, encontra eco.

Uma vez que ciclo de vida dos documentos corrobora uma distinção basilar entre *records* e *archives*, nos países de língua inglesa especificamente, em que se constitui campos profissionais distintos, onde há os responsáveis pelos arquivos em fase corrente e intermediária (denominados *records*) e os que atuam nos arquivos em guarda permanente (*archives*), os profissionais e que atuam nestes contextos entenderam esta separação como uma ruptura.

Isto porque a gestão de documentos, tal como concebida no contexto americano e canadense do período pós-guerra, pressupõe a intervenção com técnicas e procedimentos específicos durante o ciclo de vida dos documentos, ou seja, a partir da produção e até sua destinação final, seja a eliminação ou a guarda permanente (neste contexto, os *archives*).

Entretanto, a análise nos permitiu compreender que, ao que se pode perceber, tais propostas somente fazem sentido nos contextos arquivísticos em que há a distinção entre *records* e *archives*, com efetiva separação entre campos e entre profissionais diferentes no tratamento dos documentos arquivísticos.

Ficou evidente, ainda, com o cumprimento deste objetivo que a percepção, e até mesmo a adoção, da teoria das três idades, deu-se de formas distintas, nos mais variados contextos. Porém, percebeu-se que a divisão dos arquivos em fases corrente, intermediária e permanente funciona como um instrumento operacional para gerenciamento dos arquivos, enquanto o ciclo de vida dos documentos, segundo constatou-se, funciona como pano de fundo, ou sequência lógica para explicar as abordagens e intervenções dos *records managers*.

Portanto, se a gestão de documentos compreende o conjunto de atividades e procedimentos aplicado durante o ciclo de vida dos documentos visando a sua eliminação ou à guarda permanente, a partir da análise, nos parece fazer pouco sentido que ciclo de vida dos documentos seja utilizado como sinônimo de teoria das três idades, visto que esta última inclui a guarda permanente, área sobre a qual a gestão de documentos não possui ingerência.

Conforme evidenciou a autora espanhola Antonia Heredia Herrera (1988, pp. 111-113), não é possível compreender a gestão de documentos, ou os conceitos estreitamente relacionados a ela, sem entender o conceito de arquivo, conforme compreendido no contexto americano (e canadense). Isto porque tal compreensão é fundamental para o entendimento mais exato sobre a gestão de documentos e, no contexto americano, o arquivo somente é considerado após avaliação e seleção, quando passa para a terceira idade, a permanente, e se torna efetivamente um arquivo.

Concluiu-se, portanto, com o desenvolvimento desta pesquisa que a teoria das três idades se desenvolveu em contextos que podem ser percebidos como dois cenários principais e um subjacente, no que diz respeito aos diferentes modelos de gestão de documentos, elemento que pode ser verificado conforme pesquisa desenvolvida por Llansó y Sanjuan, em 1993.

Os modelos de gestão de documentos, desenvolvidos em diversos países da Europa, possuem práticas seculares e geralmente cumprem maiores esforços dedicados a compor e preservar os arquivos considerados históricos, visto que estes conjuntos de documentos remetem à construção e solidificação do próprio continente europeu.

Ao contrário do que ocorreu no continente europeu, nos Estados Unidos e Canadá, considerados o berço da gestão de documentos no mundo contemporâneo, desde meados dos anos de 1940 com a institucionalização do “*records management*” o foco tem sido desenvolver métodos e técnicas para o gerenciamento dos documentos com o objetivo de otimizar e melhorar as práticas de gestão administrativa, o que conseqüentemente impacta na construção mais sólida de arquivos permanentes.

Por outro lado, foi reconhecida na literatura arquivística da América do Sul, tanto a influência das práticas arquivísticas e dos preceitos da gestão de documentos surgidos no contexto norte-americano, quanto das práticas evidenciadas nos países europeus com foco na formação e preservação dos arquivos como fonte para a compreensão histórica.

Conforme destacou a literatura, ainda que a proposta de dividir os arquivos entre corrente, intermediário e permanente tivesse sido adotada primeiramente na Europa, no fim do século XIX, esta mesma divisão tornou-se referência para as práticas de gerenciamento arquivístico a partir da difusão teórica e prática da gestão de documentos, em que tais evidências ressoaram na literatura arquivística internacional.

Enquanto referencial prático para separação dos documentos, a partir do processo de avaliação arquivística, a teoria das três idades foi desenvolvida com o objetivo de distribuir os documentos arquivísticos em diferentes estágios de guarda, compreendendo a adoção de procedimentos gerenciais de modo a facilitar o controle e adotar os tratamentos específicos para preservação e acesso de acordo com cada estágio. Para além deste elemento, é preciso pensar que a criação de depósitos de guarda entre o setor de produção do documento e a guarda definitiva foi uma solução pensada para reduzir os custos de armazenagem, uma vez que estes depósitos idealmente deveriam ficar fisicamente em locais com menor custo de manutenção.

Portanto, o que fica evidente, com esta pesquisa, é que a adoção de elementos predeterminados, de uma outra realidade arquivística, pode comprometer o entendimento e a utilização de um determinado procedimento. Assim, a discussão apresentada, no decorrer desta pesquisa, demonstra que a teoria das três idades dos arquivos não é um consenso terminológico no campo arquivístico, mas iluminou as diferentes percepções e abordagens nos variados contextos. Conclui-se, assim, a partir da análise da literatura arquivística – tanto produzida por instituições, como por pesquisadores e autores – que a teoria das três idades possui objetivos e atributos que a caracterizam como um referencial operacional para o gerenciamento e manutenção dos arquivos, o que a diferencia de outros referenciais no campo da gestão de documentos e dos arquivos, e que sua adoção, anterior à própria gestão de documentos concebida na primeira metade do século XX, foi impulsionada e difundida a partir da ampla adoção de seus preceitos teóricos e práticos.

Cenários futuros e perspectivas

Em 2017, Ivan Szekely publicou, na *Journal of Contemporary Archival Studies* suas reflexões sobre se os arquivos teriam lugar na era digital e, para além de questionar quais as necessidades dos arquivos e das instituições de arquivo, apresentou como as funções arquivísticas foram afetadas pelas mudanças de contexto (Szekely, 2017).

A avaliação de documentos, a gestão de documentos e o ciclo de vida dos documentos emergiram praticamente em um mesmo contexto. A divisão dos arquivos em fases ou idades, a partir dos estágios de guarda, ainda que seja anterior, ganhou novo fôlego e ampla divulgação, a reboque da discussão teórica e prática da gestão de documentos.

As demandas para recolher ao Arquivo Nacional americano somente o que tivesse realmente algum valor, a necessidade crescente pelo controle do grande volume de documentos e a necessidade em desocupar as agências governamentais desses grandes

volumes de documentos, fizeram com que tais funções, operações e modelos fossem aplicados na tentativa de suprir tais demandas.

Em tempos de armazenamento em ambiente digital, onde, em grande parte dos países já se está discutindo a necessidade de guarda física dos documentos por instituições arquivísticas, ainda faz sentido adotar um modelo focado especificamente na separação física deles? Ou estamos caminhando involuntariamente para novos modelos de gerenciamento não orientados pelo controle físico?

Para países onde o acervo de guarda permanente tem sido mantido pela própria entidade produtora ou onde o local de guarda não é afastado do produtor, de modo a reduzir os custos de armazenamento, talvez nem seja aplicado exatamente o conceito de guarda intermediária, tal como consta da literatura, da legislação, dos manuais institucionais, dos léxicos ou das pesquisas acadêmicas.

Entretanto, tais questões somente podem ser verificadas à luz de realidades arquivísticas específicas, com elementos analisados sob a ótica arquivística de um determinado contexto, ainda que não se possa perder de vista todo o percurso percorrido até aqui, para o qual se abre, portanto, novas janelas investigativas que são deixadas no horizonte desta pesquisa.

Até aqui, buscou-se compreender como se deu o desenvolvimento da teoria das três idades e como tem sido absorvida pela literatura, proveniente dos diferentes contextos arquivísticos. Entretanto, para além de responder as questões de partida, esta pesquisa abre outras possibilidades de investigação relativas à temática trabalhada.

Diante do cenário inevitável, de crescente adoção do ambiente tecnológico, tanto para a produção como para a gestão e o armazenamento de documentos ainda haverá necessidade de uso da teoria das três idades, pautada na separação em diferentes estágios de guarda para os documentos, sendo divididos em fase corrente, intermediária e permanente?

É possível que, no horizonte arquivístico, as práticas de gerenciamento dos arquivos retornem à divisão dos arquivos somente entre corrente e permanente, considerando que, no ambiente digital, pode não haver a necessidade de um depósito de guarda intermediária tal como o modelo que foi concebido com foco na redução do custo de armazenamento?

Todas estas questões registram que ainda existem muitos caminhos a serem trilhados no campo da investigação arquivística. Especificamente, há muito espaço no que se aprofundar a pesquisa sobre as atuais práticas de gerenciamento dos arquivos, nos mais diversos contextos.

O arquivista canadense Marcel Caya questionou, durante uma conferência no ano de 2004, a necessidade de se manter a teoria das três idades entre as práticas arquivísticas atuais e os novos modelos de gerenciamento dos documentos arquivísticos. Apesar de afirmar que não possuía nenhum novo modelo para sugerir, Caya afirma que as práticas arquivísticas vão mudando à medida que nosso conhecimento é ampliado. Entretanto, o autor afirma que, segundo publicações atuais, as práticas arquivísticas ainda estão pautadas na divisão dos arquivos entre correntes, intermediários e permanentes. Apesar das muitas ponderações sobre a divisão dos arquivos, Caya conclui ao afirmar que a teoria das três idades ainda é útil

D'une partie, il est certain que la théorie appuie considérablement l'action des responsables de gestion des documents; le concept des trois âges est très utile, en effet, pour sensibiliser les producteurs d'archives à un processus d'élagage progressif marqué par des étapes bien définies et permettant à la fois au producteur, à l'utilisateur et à d'autres responsables de l'administration de travailler de concert avec l'archiviste pour convenir d'un tableau de gestion et d'un plan de traitement et d'entreposage surtout dans un contexte où une grande proportion de documents sont sur un support papier (Caya, 2004).

O contraponto feito pelo próprio Caya é que as garantias, dadas por este processo encorajam negativamente os arquivistas a não fazerem intervenções durante a aplicação dos procedimentos de gestão de documentos.

Outro elemento, que é preciso considerar, é que as estruturas administrativas também estão em constante transformação e cada vez mais complexas. A literatura arquivística brasileira e espanhola indicam a existência de arquivos centrais nas instituições e uma breve verificação de sites institucionais evidenciam que estes arquivos centrais têm assumido funções de guarda intermediária e permanente, não fazendo, portanto, distinção

entre os documentos. Um possível não recolhimento de documentos selecionados para guarda permanente às instituições arquivísticas, pode, também, representar uma evidência de que há em curso uma mudança na adoção da teoria das três idades, ainda que a bibliografia analisada indique exatamente o contrário.

Nestes casos, somente são separados os que ao fim do prazo de guarda, são então selecionados para eliminação. Ao considerar também este cenário, já não estamos caminhando efetivamente para um possível desaparecimento da guarda intermediária?

É possível perceber que muitos são os elementos que podem intervir ou não na adoção da divisão dos arquivos entre correntes, intermediários e permanentes. Para quaisquer desdobramentos, repousa, nesta pesquisa, uma contribuição a respeito do surgimento e do desenvolvimento da teoria das três idades, em diferentes realidades arquivísticas, que pode contribuir para qualquer análise sobre sua adoção em outros contextos e a partir de novos elementos, assim como explica sua relação teórica e prática com o modelo de ciclo de vida e com a gestão de documentos.

Referências bibliográficas

- Acker, A. (2017). When is a record? A Research Framework for Locating Electronic Records in Infrastructure. In *Research in the Archival Multiverse* (p. 980). Monash University Publishing. <http://library.oapen.org/handle/20.500.12657/31429>
- Adu, K. K. (2015). *Framework for digital preservation of electronic government in Ghana*. [Tese de Doutorado, University of South Africa]. <http://hdl.handle.net/10500/20118>
- Aganette, E. C., & Almeida, M. B. (2014). *Teoria da terminologia e teoria da ontologia: Um comparativo baseado na criação de definições para termos*. [Anais de Congresso]. Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Belo Horizonte. http://repositorios.questoeseemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2621/ANAIS-FINAL_GT2b.75-93.pdf?sequence=4#:~:text=A%20Teoria%20da%20Terminologia%20%C3%A9,conhecimento%20especializado%20e%20na%20sua
- Agencia Presidencial de Cooperación Internacional de Colombia. (2017). *Manual de Archivo y Correspondencia da Agencia Presidencial de Cooperación Internacional de Colombia*. https://www.apccolombia.gov.co/sites/default/files/archivos_usuario/2017/a-ot-012manualarchivocorrespondenciav6.pdf
- Almeida, M. F. I. de. (2018). *Gestão documental e seus impactos: Uma abordagem nos processos de auditoria*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista]. <http://hdl.handle.net/11449/154275>
- Ambira, C. M. (2016). *A framework for management of electronic records in support of e-government in Kenya*. [Tese de Doutorado, University of South Africa]. <http://hdl.handle.net/10500/22286>
- Araújo, C. A. Á. (2013). Correntes teóricas da Arquivologia. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 18(37), 61–82. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2013v18n37p61>
- Archives Nationales de France. (2007). *Note d'information DITN/RES/2007/006—Records management et gestion des archives courantes et intermédiaires dans le secteur public*. Archives Nationales de France. https://francearchives.fr/fr/file/fbd1fb68878f0c85bf5e6b5b971a03ef7843209c/static_856.pdf

- Archives Nationales de France. (2009). *Instruction DAF/DPACI/RES/2009/018—Tri et conservation des archives produites par les services communs à l'ensemble des collectivités territoriales (communes, départements et régions) et structures intercommunales*. Archives Nationales de France. https://francearchives.fr/fr/file/8229105e7fca3fec9580af165e8de5468076601d/DPACI_RES_2009_018_maj_20170822.pdf
- Archives Nationales de France. (2012). *Vade-mecum de l'archivage des documents électroniques*. Archives Nationales de France. https://francearchives.fr/fr/circulaire/DITN_RES_2009_011
- Archives nationales du Québec, & Direction des services aux usagers et aux partenaires. (2016). *Guide de gestion des archives: À l'intention des établissements d'enseignement privés du Québec*.
- Arquivo Nacional (BRASIL). (2005). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Arquivo Nacional.
- Atherton, J. (1979). The Origins of the Public Archives Records Centre, 1897—1956. *Archivaria*, 8(January), 35–59.
- Atherton, J. (1985). From Life Cycle to Continuum: Some Thoughts on the Records Management -Archives Relationship. *Archivaria*, 21, 43–51.
- Ávila, R. F. de. (2011). *Além do que se vê: O uso e o pós-uso da informação orgânica arquivística*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/9480>
- Baggio, C. C., Costa, H., & Blattmann, U. (2016). Seleção de tipos de fontes de informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 6(2), 204–217.
- Bantin, P. C. (1998). Strategies for managing electronic records: A new archival paradigm? An affirmation of our archival traditions? *Archival Issues*, 23(1), 17–34.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (5ª). Edições 70.
- Bellardo, L. J., & Bellardo, L. L. (1992). *A Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers (Archival Fundamentals)*. Society of American Archivists. <https://files.archivists.org/pubs/free/SAA-Glossary-2005.pdf>
- Bellotto, H. L. (2004). *Arquivos permanentes: Tratamento documental*. FGV.
- Bradsher, J. G., & Pacífico, M. F. (1988). History of Archives Administration. In *Managing Archives and Archival Institutions* (p. 18–33). University of Chicago.
- Portaria nº 384 do Ministério da Justiça do Brasil, nº 384 (1991).
- Brenneke, A. (1967). *Archivistica—Contributo alla teoria ed alla storia archivistica europea*. Fondazione Italiana per la Storia Amministrativa.
- Britannica, T. E. of E. (2020). Life Cycle. In *Encyclopedia Britannica*. Encyclopedia Britannica, inc. <https://www.britannica.com/science/life-cycle>
- Brooks, P. C. (1940). The Selection of records for preservation. *The American Archivist*, 3(4), 221–234. <https://doi.org/10.17723/aarc.3.4.u77415458gu22n65>

- Brooks, P. C. (1943). Current Aspects of Records Administration. *The American Archivist*, 6(3), 158–164. <https://doi.org/10.17723/aarc.6.3.m22613816894k064>
- Buck, S. J. (1945). Lets look at the records. *The American Archivist*, 3(2), 109–114. <https://doi.org/10.17723/aarc.8.2.6u23k674v1701582>
- Calvet, L.-J. (2011). *Tradição oral & tradição escrita*. Parabola Editorial.
- Calvino, I. (2007). *Por que ler os clássicos*. Companhia das Letras.
- Camargo, A. M. A. (2010). *Dicionário de terminologia arquivística*. Fapesp.
- Carvalho, E. de S. (2010). *O impacto da gestão de documentos no processo de produção digital da TV Senado*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/7196>
- Casanova, E. (1928). *Archivistica* (2^o ed). Grafiche Lazzeri.
- Caya, M. (2004). *La théorie des trois âges en archivistique. En avonnsnous toujours besoin ? L'archivistique est-elle une science ?* <http://elec.enc.sorbonne.fr/conferences/caya>
- Charman, D. (1984). *Records surveys and schedules: A RAMP study with guidelines*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000063518?posInSet=3&queryId=502f1a9b-18a4-431d-b908-f36739b85413>
- Chatfield, H. (1940). Problem of records from the standpoint of management. *The American Archivist*, 3(2), 93–101. <https://doi.org/10.17723/aarc.3.2.d7683226j7167838>
- Chatfield, H. (1968). Records Management in the Administration of College and University Archives. *The American Archivist*, 31(3), 243–245. <https://doi.org/10.17723/aarc.31.3.m848123114210q47>
- Congress of the United State of America. (1934). *Public Law 73-432 (National Archives Act)*. <https://catalog.archives.gov/id/299840>
- Cook, T. (1997). What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. *Archivaria*, 43, 17–63. <https://doi.org/10.1007/BF02435636>
- Cook, T. (2001). Archival Science and Postmodernism: New Formulations for Old Concepts. *Archival Science*, 1, 3–24.
- Correia, E. M. G. (2017). *Modelação de Processos Aplicável à Verticalização de uma Solução de Software de Gestão Documental*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. <https://hdl.handle.net/10216/106324>
- Costa Filho, C. M. A. (2016). *Possíveis limitações ao ciclo vital dos documentos ante ao pós-custodialismo: O modelo australiano records continuum como instrumento de elucidção*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20998>
- Couture, C., & Ducharme, D. (2005). Research in Archival Science: A Status Report. *Archivaria*, 59, 41–67.

- Cox, R. (1990). RAMP Studies and Related UNESCO Publications: An International Source for Archival Administration. *The American Archivist*, 53(3), 488–495. <https://doi.org/10.17723/aarc.53.3.3208575353831608>
- Cruz Mundet, J. R. (2011). *Diccionario de Archivística (con equivalencias en inglés, francés, alemán, portugués, catalán, euskera y gallego)*. Alianza Editorial.
- Cruz Mundet, J. R. (2012). *Archivística: Gestión de documentos y administración de archivos*. Alianza Editorial.
- Cury, Antonio. (2000). *Organização e métodos: uma visão holística* (7ª ed.). Atlas.
- Decreto del Presidente della Repubblica 28 dicembre 2000, n. 445, n° 445, Camera dei deputati (2000). <https://www.camera.it/parlam/leggi/deleghe/00443dla.htm>
- Delsalle, P. (2018). *A History of Archival Practice*. Routledge.
- Demo, P. (2012). *Metodologia Científica em Ciências Sociais* (3a ed). Atlas.
- Dingwall, G. (2010). Life Cycle and Continuum: A view of recordkeeping models from the Postwar Era. In *Currents of Archival Thinking* (p. 139–161). Libraries Unlimited.
- Direção-Geral de Arquivos. (2012). *Orientações para Gestão de Documentos de Arquivo—No contexto de uma reestruturação da Administração Central do Estado*. https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/02/2012-Orientacoes_ACE-v11.pdf
- Direcion des Archives de France. (2002). *Dictionnaire de terminologie archivistique*.
- Direzione Generale per gli Archivi. ([s.d.]). *Glossario da Direzione Generale per gli Archivi*. Direzione Generale per gli Archivi. <http://www.archivi.beniculturali.it/index.php/abc-degli-archivi/glossario>
- Direzione Generale per gli Archivi. (2013). *Manuale di gestione del protocollo informatico e dell'archivio*. [archivi.beniculturali.it/images/pdf_articoli/servizio%20I/manuale_gestione.pdf](http://www.archivi.beniculturali.it/images/pdf_articoli/servizio%20I/manuale_gestione.pdf)
- Dollar, C. (1986). Electronic records management and archives in international organizations: a RAMP study and guidelines. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000069976>
- Dollar, C. M. (1994). O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: Algumas considerações. *ACERVO: revista do Arquivo Nacional*, 7(1–2), 03–38.
- Doyle, M., & Freniere, A. (1991). *The Preparation of records management handbooks for government agencies: A RAMP study*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000091076?posInSet=1&queryId=26152549-409a-48d3-b4e5-70068047b1a0>
- Duchain, M. (1983). *Obstacles to the Access, Use and Transfer of Information from Archives: A RAMP Study*. Unesco. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000057672?1=null&queryId=a0030551-c907-41d2-b071-60659324ea39>

- Duranti, L. (1989a). The Odissey of Records Management—Part I From the Dawn of Civilization to the Fall of the Roman Empire. *ARMA International - Records Management Quartely*, 23(3), 3–11.
- Duranti, L. (1989b). The Odissey of Records Management—Part II From the Middle Ages to Modern Times. *ARMA International - Records Management Quartely*, 23(4), 1–11.
- Duranti, L. (1994). The Concept of Appraisal and Archival Theory. *The American Archivist*, 57, 328–344.
- Duranti, L. (2007). Archives as a place. *Archives & Social Studies: a journal of interdisciplinary research*, 1, 445–466.
- Duranti, L., & Franks, P. C. (2015). *Encyclopedia of Archival Science*. Rowman & Littlefield.
- Duranti, L., & Franks, P. C. (2019). *Encyclopedia of Archival Writers, 1515—2015*. Rowman & Littlefield.
- Eastwood, T. (2010). A contested realm: The nature of archives and the orientation of archival science. In *Currents of Archival Thinking* (p. 3–21). Libraries Unlimited.
- Eco, U. (2012). *Como se faz uma tese*. Perspectiva.
- Erlandsson, A. (1996). *Electronic Records Management: A Literature Review*. International Council on Archives. https://www.na.ae/en/Images/ICA_Study-10-Electronic-records-management-literature-review_EN.pdf
- Estevão, S. N. de M., & Fonseca, V. M. M. da. (2010). A França e o Arquivo Nacional do Brasil. *Revista Acervo*, 23(1), 81–108.
- Evans, F. B. (1967). Archivists and Records Managers: Variations on a Theme. *The American Archivist*, 30(1), 45–58. <https://doi.org/10.17723/aarc.30.1.61531w0h80746748>
- Evans, F. B., & Ketelaar, E. (1983). *A Guide for surveying archival and records management systems and services: A RAMP study*. Evans, Frank Bernard. Ketelaar, Eric. 1983. UNESCO.
- Favier, J. (1975). *Les Archives* (4^a). Universitaires de France.
- Fonseca, M. O. (2005). *Arquivologia e ciência da informação*. FGV.
- Fourez, G. (1995). *A construção das ciências: Introdução à filosofia e à ética das ciências*. Editora UNESP.
- Fox, U. (2016). The history of records management in Canada, 1867-1967. *SAGESSE: Journal of Canadian Records and Information Management*. <https://armacanada.org/home/portfolio/2016-edition/#History-Records-Management-Canada>
- Fredriksson, B. (2003). Postmodernistic Archival Science—Rethinking the Methodology of a Science. *Archival Science*, 3(3), 177–197. <https://doi.org/10.1007/BF02435657>

- Freitas, M. C. V. de. (2009). *A arquivística sob o signo da mudança: Cenários arquivísticos (re) desenhados pelo documento eletrônico* [Tese de Doutorado]. Universidade de Salamanca.
- Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). (2016). *Manual de Gestão Documental*. <https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/institucionais/demais-documentos-institucionais/manual-gestao-documental-3316.pdf>
- Geronimo, M. B. (2014). *O Arquivo Universitário e as suas diretrizes: Um estudo de caso do Sistema de Arquivo da Unicamp (SIARQ)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista]. <http://hdl.handle.net/11449/122064>
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed). Atlas.
- Gilliland, A. J. (2017). Archival and recordkeeping traditions in the multiverse and their importance for researching situations and situating research. In *Research in the Archival Multiverse* (p. 31–73). Monash University Publishing.
- Goody, J. (1986). *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Edições 70.
- Hawking, S. W. (1994). *Uma breve história do tempo* (3ª).
- Heredia Herrera, A. (1991). *Archivística General: Teoría y práctica* (5ª). Diputación Provincial de Sevilla.
- Heredia Herrera, A. (2011). *Lenguaje y Vocabulario Archivístico—Algo más que un diccionario*. Junta de Andalucía.
- Hoover Commission. (1949). *The Hoover Commission Report: On organization of the executive branch of the government* (p. 524). <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015043507113;view=1up;seq=525>
- Hull, F. (1981). *The Use of sampling techniques in the retention of records: A RAMP study with guidelines*. Unesco. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000047452?posInSet=3&queryId=2369e974-0f65-4a6f-a5f7-e1bab14e05bf>
- Indolfo, A. C. (2013). *Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)* [Tese de Doutorado, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)]. <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/893/1/Tese%20Ana%20Celeste.pdf>
- Instituto Português de Qualidade. (2005). *Norma Portuguesa 4041*.
- International Council on Archives. ([s.d.]-a). Active record. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/38>
- International Council on Archives. ([s.d.]-b). Archives. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/64>
- International Council on Archives. ([s.d.]-c). Archives courantes. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/355>

- International Council on Archives. ([s.d.]-d). Archives intermédiaires. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/357>
- International Council on Archives. ([s.d.]-e). Archivio intermedio. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/2394>
- International Council on Archives. ([s.d.]-f). Archivio intermedio. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/3474>
- International Council on Archives. ([s.d.]-g). Arquivo corrente. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/1138>
- International Council on Archives. ([s.d.]-h). Arquivo intermediário. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/1139>
- International Council on Archives. ([s.d.]-i). Centre de préarchivage. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/370>
- International Council on Archives. ([s.d.]-j). Ciclo di vita (di un documento archivistico). In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/2458>
- International Council on Archives. ([s.d.]-k). Ciclo vital (de un documento de archivo). In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/3420>
- International Council on Archives. ([s.d.]-l). Ciclo vital dos documentos. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/1179>
- International Council on Archives. ([s.d.]-m). Current record. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/128>
- International Council on Archives. ([s.d.]-n). Cycle de vie du document. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/1028>
- International Council on Archives. ([s.d.]-o). Document de archivo semi corriente. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/3705>
- International Council on Archives. ([s.d.]-p). Document inactif. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/1525>
- International Council on Archives. ([s.d.]-q). Documento archivistico corrente. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/1913>
- International Council on Archives. ([s.d.]-r). Documento archivistico inattivo (storico). In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/2400>
- International Council on Archives. ([s.d.]-s). Documento archivistico semiattivo. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/2586>
- International Council on Archives. ([s.d.]-t). Documento de archivo activo. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/3722>
- International Council on Archives. ([s.d.]-u). Documento de archivo corriente. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/3371>
- International Council on Archives. ([s.d.]-v). Inactive record. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/201>

- International Council on Archives. ([s.d.]-w). Intermediate archives. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/210>
- International Council on Archives. ([s.d.]-x). Life cycle. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/222>
- International Council on Archives. ([s.d.]-y). Non-current record. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/243>
- International Council on Archives. ([s.d.]-z). Records centre. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/220>
- International Council on Archives. ([s.d.]-aa). Records centre. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/2395>
- International Council on Archives. ([s.d.]-ab). Semi-active record. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/318>
- International Council on Archives. ([s.d.]-ac). Théorie des trois âges. In *Multilingual Archival Terminology*. <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/1027>
- InterPARES 2 Project. (s.d.). Records life cycle. In *InterPARES 2 International Terminology Database*. http://www.interpares.org/ip2/ip2_term_fdisplay.cfm?tid=813&pageID=1
- Japiassú, H., & Marcondes, D. (2001). *Dicionário Básico de Filosofia*. Jorge Zahar Editor.
- Jardim, J. M. (1988). Do pré-arquivo à gestão de documentos. *Revista Acervo*, 3, 33–36.
- Jardim, J. M. (2015). Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. *ACERVO: revista do Arquivo Nacional*, 28(2), 19–50.
- Jenkinson, H. (1922). *A manual of archive administration*.
- Kallberg, M. (2013). *The Emperor's New Clothes' Recordkeeping in a New Context*. [Tese de Doutorado, Mid Sweden University]. <http://miun.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A664496&dswid=7575>
- Katuu, S. A. (2015). *Managing records in South African public health care institutions: A critical analysis*. [Tese de Doutorado, University of South Africa]. <http://hdl.handle.net/10500/19058>
- Ketelaar, E. (1985). *Archival and records management legislation and regulations: A RAMP study with guidelines*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000064948?posInSet=1&queryId=246514d7-f755-44c7-b4d9-8159d9d4e4e6>
- Ketelaar, E. (1997). The Difference Best Postponed? Cultures and Comparative Archival Science. *Archivaria*, 44, 142–148.
- Krieger, M. da G., & Finatto, M. D. G. (2004). *Introdução a terminologia: Teoria & prática* (1ª). Contexto.
- Lanza, E., & Golinelli, P. (2006). *Elementi essenziali di Arquivística teorica e pratica*. Patron Editore.

- Leahy, E. J. (1940). Reduction of Public Records. *The American Archivist*, 3(1), 13–38.
- Lei de Arquivos, nº 8.159, Congresso Nacional (1991). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm
- Ley General de Archivos, nº 594, El Congreso de la República (2000). <https://dapre.presidencia.gov.co/normativa/normativa/ley-594-14-julio-2000.pdf>
- Library and Archives of Canada Act, nº S.C. 2004, c. 11, Government of Canadá (2004). <https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/L-7.7/index.html>
- Livelton, T. (1996). *Archival Theory, Records and the Public* (Society of American Archivists and Scarecrow Press).
- Llansó i Sanjuan, J. (1993). *Gestion de documentos: Definicion y analisis de modelo*. Administracion de la comunidad autonoma de Euskadi.
- Lodolini, E. (2011). *Archivistica: Principi e problemi* (14^a). FrancoAngeli.
- Mabbs, A. W., & Duboscq, G. (1974). *The organization of intermediate records storage*. Unesco.
- MacNeil, H. M. (2010). Introduction—Shifting Currents. In *Currents of Archival Thinking* (p. vii–xii). Libraries Unlimited.
- Mafu, N. V. (2015). *The management of court records in magistrate court: A case of Middledrift Magistrate Court, Eastern Cape* [Dissertação de Mestrado, University of Fort Hare]. <http://hdl.handle.net/10353/d1020172>
- Manikas, K. (2015). *Records Management and Electronic Records Management Opportunities and Limitations: A case study in Greek companies*. [Dissertação de Mestrado, Linnaeus University]. <http://urn.kb.se/resolve?urn=urn%3Anbn%3Ase%3Ainu%3Adiva-45536>
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos da metodologia científica* (7a ed). Atlas.
- Mariz, A. C. A. (2005). *Arquivos públicos brasileiros: A transferência da informação na internet* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/681>
- Martin-Pozuelo Campillos, M. P. (1996). *La construcción teórica en archivística: El principio de procedencia* (Universidad Carlos III de Madrid e Boletín Oficial del Estado). Universidad Carlos III de Madrid e Boletín Oficial del Estado.
- Mazikana, P. C. (1990). *Archives and Records Management for decision makers: A RAMP study*. UNESCO. https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_0000086338&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_dda0715e-214d-4825-8073-eb197beab4ac%3F_%3D086338engo.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf0000086338/PDF/086338engo.pdf#%5B%7B%22num%22%3A106%2C%22

gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2Cnull%2Cnull%2C0%5D

- McKemmish, S. (1997). Title Yesterday, Today and Tomorrow: A Continuum of Responsibility. *Proceedings of the Records Management Association of Australia 14th National Convention*. https://bridges.monash.edu/articles/conference_contribution/Yesterday_today_and_tomorrow_a_continuum_of_responsibility/4037433
- Mendo Carmona, C. (1995). El largo camino de la archivística: De práctica a ciencia. *Revista de Historia de la Cultura Escrita da Universidad de Alcalá de Henares*, 2, 113–132.
- Mendo Carmona, C. (2004). Consideraciones sobre el método en archivística: A reflection on archival science methodology. *Documenta & Instrumenta*, 1, 35–46.
- Método. (2020). In *Michaelis—Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Editora Melhoramentos. <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/m%C3%A9todo/>
- Minayo, M. C. de S., Deslandes, S. F., Cruz Neto, O., & Gomes, R. (2002). *Pesquisa Social: Teoria, Método, Criatividade*. Editora Vozes.
- Munetsi, N. (2011). *Investigation into the state of Digital Records Management in the Provincial government of Eastern Cape: A case study o the Office of the Premier* [Mestrado, University of Fort Hare]. <http://hdl.handle.net/10353/496>
- 44 US Code—Public Printing and Documents, 33 44. <https://www.archives.gov/about/laws/disposal-of-records.html#def>
- National Archives and Records Administration. ([s.d.]-a). Archives [Institucional]. *National Archives and Records Administration*. Recuperado 17 de fevereiro de 2020, de <https://www.archives.gov/research/alic/reference/archives-resources/questions-about-archives.html>
- National Archives and Records Administration. ([s.d.]-b). Records [Institucional]. *Archives and Records Management Resources*. Recuperado 17 de fevereiro de 2020, de <https://www.archives.gov/research/alic/reference/archives-resources/terminology.html#note>
- National Archives and Records Administration. (2000). *Disposition of Federal Records: A Records Management Handbook*. <https://www.archives.gov/files/records-mgmt/pdf/dfr-2000.pdf>
- Ndenje-Sichalwe, E. (2010). *The significance of records management to fostering accountability in the public service reform programme of Tanzania*. [Tese de Doutorado, University of KwaZulu-Natal]. <https://researchspace.ukzn.ac.za/xmlui/bitstream/handle/10413/3259/ESTHER%20NDENJE-SICHALWE%20PhD%20Thesis%20INFORMATION%20STUDIES%202010.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

- Noção. (2020). In *Michaelis—Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Melhoramentos. <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/no%C3%A7%C3%A3o/>
- Norton, M. C. (1956). The Illinois Records Management Survey. *The American Archivist*, 19(n. 1), 51–57. <https://doi.org/10.17723/aarc.19.1.948q0q01u0754201>
- Ordonnance n° 2004-178 du 20 février 2004 relative à la partie législative du code du patrimoine, n° 2004-178, République Française (2004). <https://www.legifrance.gouv.fr/dossierlegislatif/JORFDOLE000017761129/>
- Paes, M. (2005). *Arquivo: Teoria e prática*. Fundação Getulio Vargas.
- Parkinson, J. (1993). *Accountability in Archival Science* [Dissertação de Mestrado, University of British Columbia]. <https://open.library.ubc.ca/media/download/pdf/831/1.0086151/1>
- Paul, K. D. (1988). Archivists and Records Management. In *Managing Archives and Archival Institutions* (p. 35–52). University of Chicago.
- Pearce-Moses, R. (2005). *A Glossary of Archival and Records Terminology*. Society of American Archivists. <https://files.archivists.org/pubs/free/SAA-Glossary-2005.pdf>
- Pérotin, Y. (1966). Administration and the “Three Ages” of Archives. *The American Archivist*, 29(3), 363–369. <https://doi.org/10.17723/aarc.29.3.j6162758673p3740>
- Pinto, R. (1953). Reorganização do executivo nos Estados Unidos da América do Norte. *Revista de Direito Administrativo*, 31, 29–67.
- Popper, K. R. (1974). *A lógica da pesquisa científica*. Editora Pensamento Cultrix.
- Posner, E. (1972). Manual of Archives Administration; Theory and Practice of Public Archives in France: A Review Article. *The American Archivist*, 35(1), 51–58.
- Pradebon, D. R. S. (2016). *Política de preservação digital: Subsídios a partir da análise diplomática do histórico escolar da UFSM*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria]. <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/11065>
- Pyrene, M.-B. (2015). *Management of medical records for healthcare service delivery at the Victoria Public Hospital in the Eastern Cape Province: South Africa* [Dissertação de Mestrado, University of Fort Hare]. <http://hdl.handle.net/10353/6517>
- Real Decreto 1708/2011, n° 1708 (2011). <https://www.boe.es/eli/es/rd/2011/11/18/1708/con>
- Red de Transparencia y Acceso a la Información a partir do Modelo de Gestión Documental de la RTA. (2015). *Modelo de Gestión de Documentos y administración de archivos para a Red de Transparencia y Acceso a la Información (RTA)*. <http://mgd.redrta.org/modelo-de-gestion-de-documentos-y-administracion-de-archivos-para-la-red-de-transparencia-y-acceso-a-la-informacion/mgd/2015-01-23/093820.html>

- Regime geral dos arquivos e do património arquivístico, nº 16/93, Presidência do Conselho de Ministros (1993). <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1993-72851445>
- Rheingantz, P. A. (2020). *Glossário de termos de filosofia e de métodos de pesquisa*. <http://prologar.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/06/2020-Rheingantz-Glossario-de-Termos-de-Filosofia-e-de-Metodos-de-Pesquisa-05jun2020.pdf>
- Rhoads, J. B. (1982). *The Applicability of UNISIST Guidelines and ISO International Standards to Archives Administration and Records Management: A RAMP Study*. Unesco.
- Rhoads, J. B. (1983). *The Role of archives and records management in national information systems: A R A M P study*. Unesco.
- Ridener, J. (2009). *From polders to postmodernism: A concise history of archival theory*. Litwin Books LLC.
- Roberge, M. (2012, março 23). La théorie des trois âges revisitée. *Les Carnets de Michel Roberge*. <http://gestarcarnets.blogspot.com/2012/03/532-la-theorie-des-trois-ages-revisitee.html>
- Rocco, B. C. de B. (2013). *Um estudo sobre a gestão de documentos arquivísticos digitais na Administração Pública brasileira* [Dissertação de Mestrado, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)]. <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/711>
- Rodrigues, A. C. (2002). *Tipologia documental como fundamento para a gestão de documentos em arquivo: Um manual para o município de Campo Belo (MG)* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042003-181526/pt-br.php>
- Rodrigues, M. de M. (2015). *Repositório arquivístico digital confiável para o patrimônio documental oriundo do processo judicial eletrônico*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria]. <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/11050>
- Rondinelli, R. C. (2002). *Gerenciamento eletrônico de documentos arquivísticos* (1ª). Fundação Getulio Vargas.
- Rondinelli, R. C. (2011). *O conceito de documento arquivístico frente a realidade digital: Uma revisão necessária*. [Universidade Federal Fluminense]. <https://50.ppgci.ibict.br/tese/o-conceito-de-documento-arquivistico-frente-a-realidade-digital-uma-revisitacao-necessaria/>
- Rose, K. E. (2012). *The Long Reach of War: Canadian Records Management and the Public Archives*. [Tese de Doutorado, University of Waterloo]. <http://hdl.handle.net/10012/6522>
- Ross, R. A. (1985). The National Archives: The Formative Years, 1934-1949. *Guardian of Heritage: Essays on the History of the National Archives*, 33-49.
- Rousseau, J. Y., & Couture, C. (1998). *Os fundamentos da disciplina arquivística* (1ª). Dom Quixote.

- Santos, P. R. E. dos. (2008). *A arquivística no laboratório: História, teoria e métodos de uma disciplina*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022009-124733/pt-br.php>
- Santos, P. R. E. dos. (2010). *Arquivística no laboratório—História, teoria e métodos de uma disciplina*. FAPERJ.
- Santos, V. B. (2011). *A teoria arquivística a partir de 1898: Em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos* [Tese de Doutorado]. Universidade de Brasília.
- Schellenberg, T. R. (2002). *Arquivos modernos—Princípios e técnicas* (2ª). Editora FGV.
- Schellenberg, T. R. (2003). *Modern Archives: Principles and techniques* (3ª). The society of american archivist.
- Schmidt, C. M. dos S. (2012). *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: Concepções, trajetória e contextualizações* [Tese de doutorado]. Universidade de São Paulo.
- Schmidt, C. M. dos S. (2015). *A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia*. Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo.
- Silva, A. M. da, Ribeiro, F., Ramos, J., & Real, M. L. (2009a). *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação*. Afrontamento.
- Silva, A. M. da, Ribeiro, F., Ramos, J., & Real, M. L. (2009b). *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação* (3ª). Afrontamento.
- Silva, E. L. da, & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação* (4a ed). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Silva, M. da. (2015). *O arquivo e o lugar: A custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22122015-093801/publico/2015_MargarethDaSilva_VCorr.pdf
- Silva, M. da. (2017). *O arquivo e o lugar: A custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos*. EDUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Society of American Archivists. (2005). RAMP - Records and Archives Program. In *Dictionary of Archives Terminology*. Society of American Archivists. <https://dictionary.archivists.org/entry/records-and-archives-management-programme.html>
- Sousa, R. T. B. de. (2003). Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. (p. 240–269). Thesaurus.
- Sousa, R. T. B. de. (2004). *Classificação em arquivística: Trajetória e apropriação de um conceito* [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo.

- Sousa, R. T. B. de. (2019). Tudo que não é sólido não se sustenta no ar: O papel da gestão de documentos na era do acesso à informação. In *Arquivos Fluminenses no contexto Íbero-Americano* (p. 314). Eleetele. <http://www.rj.gov.br/LivroArquivosFluminensesnoContextoIberoamericano.pdf>
- Stark, M. C. (1983). *Development of records management and archives services within United Nations Agencies: A RAMP study with guidelines*. UNESCO.
- Szekely, I. (2017). Do Archives Have a Future in the Digital Age? *Journal of Contemporary Archival Studies*, 4(Article 1). <https://elischolar.library.yale.edu/jcas/vol4/iss2/1/>
- Tanodi, A. (2009). *Manual de Arquivología Hispanoamericana: Teorias y principios*. Editorial Brujas.
- Tanus, G. F. de S. C., & Araújo, C. A. Á. (2013). O ensino da arquivologia no Brasil: Fases e influências. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 18(37), 83–102. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2013v18n37p83>
- Teoria. (2020). In *Michaelis—Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Melhoramentos. <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/teoria/>
- The Editors of Collins Dictionary. (2010). Life Cycle. In *Collins Dictionary*. <https://www.collinsdictionary.com/pt/dictionary/english/life-cycle>
- Tognoli, N. B. (2013). *A construção teórica da Diplomática: Em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos* [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual Paulista.
- Tognoli, N. B., & Guimarães, J. A. C. (2011). A organização do conhecimento arquivístico: Perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. *Perspectivas em ciência da informação*, 16(1), 21–44. <https://doi.org/10.1590/S1413-99362011000100003>
- Tsabedze, V. W. (2011). *Records management in government ministries in Swaziland* [Dissertação de Mestrado, University of Zululand]. <http://uzspace.unizulu.ac.za/xmlui/bitstream/handle/10530/1113/Records%20%20management%20in%20Government%20Ministries%20in%20Swaziland%20by%20Vusi%20Tsabedze.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- United State Government. (1940). *Sixth Annual Report of the Archivist of the United States (1939-1940)* (Annual report 6º; p. 61). The National Archives. <https://www.archives.gov/files/about/history/sources/reports/1940-annual-report.pdf>
- United State Government. (1941). *Seventh Annual Report of the Archivist of the United States (1940-1941)* (Annual report 7º; p. 57). The National Archives. <https://www.archives.gov/files/about/history/sources/reports/1941-annual-report.pdf>
- University of British Columbia. (2007). *Records Management Manual*. https://recordsmanagement.ubc.ca/files/2014/10/rm_manual.pdf

- Wilson, W. (2010). *Document management system in owner companies during project execution* [Dissertação de Mestrado, North-West University]. <http://hdl.handle.net/10394/4146>
- Wimalaratne, K. D. G. (1984). *Scientific and technological information in transactional files in government records and archives: A RAMP study*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000062842?posInSet=26&queryId=2369e974-0f65-4a6f-a5f7-e1bab14e05bf>
- Yusof, Z. M., & Chell, R. W. (2000). The Records Life Cycle: An inadequate concept for technology-generated records. *Information Development*, 16(3), 135–141. <https://doi.org/10.1177/0266666004240413>

Apêndices

Apêndice A - Termos e definições para as três idades no *Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers (Archival Fundamentals)*.

Apêndice B - Termos e definições para as três idades no *Glossary of Archival and Records Terminology*.

Apêndice C - Termos e definições para as três idades na *Encyclopedia of Archival Science*.

Apêndice D - Termos e definições para as três idades no *Glossaire de l'Association des archivistes du Québec*.

Apêndice E - Termos e definições para as três idades no *Dictionnaire de terminologie archivistique*.

Apêndice F - Termos e definições para as três idades no glossário da *Direzione Generale per gli Archivi*.

Apêndice G - Termos e definições para as três idades no *Lenguaje y vocabulario archivísticos*.

Apêndice H - Termos e definições para as três idades no *Diccionario de Archivística*.

Apêndice I - Termos e definições para as três idades no *Acuerdo nº 27 de 2006 (Colômbia)*.

Apêndice J - Termos e definições para as três idades na Norma Portuguesa nº 4041 de 2005.

Apêndice K - Termos e definições para as três idades no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.

Apêndice L - Termos e definições para as três idades no Dicionário Terminologia Arquivística.

Apêndice M – Termos e definições para as três idades, em inglês, no *Multilingual Archival Terminology*.

Apêndice N – Termos e definições para as três idades, em francês, no *Multilingual Archival Terminology*.

Apêndice O – Termos e definições para as três idades, em italiano, no *Multilingual Archival Terminology*.

Apêndice P – Termos e definições para as três idades, em espanhol, no Multilingual Archival Terminology

Apêndice Q – Termos e definições para as três idades, em português, no Multilingual Archival Terminology

Apêndice A – Termos e definições para as três idades no Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers (Archival Fundamentals)

<p>A Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers (Archival Fundamentals) – utilizado como referência pelo National Archives and Record Administration (EUA) Lewis J Bellardo e Lynn Lady Bellardo Ano: 1992</p>		
Termo	Conceito	Nota
Current records	records regularly used for the conduct of the current business of their creator and that, therefore, continue to be maintained in office space. In Canada, current records are known as active records. See also: noncurrent RECORDS; SEMICURRENT RECORDS (p. 9)	
Semicurrent records (Semi-active records)	RECORDS required so in frequently in the conduct of current business that they should be moved to a holding area or directly to a records center, pending their ultimate disposition. See also: current records; NONCURRENT RECORDS (p. 32)	
Noncurrent records	records no longer needed by their creator to conduct current business. See also: CURRENT RECORDS; SEMICURRENT RECORDS (p. 23)	
Records center	A facility for the low-cost storage, maintenance, and reference use of SEMICURRENT records pending their ultimate disposition. Records centers are also referred to as intermediate storage or limbo (p. 29)	
(Permanent records see) Archives	The documents created or received and accumulated by a person or organization in the course of the conduct of affairs, and preserved because of their continuing value. Historically, the term referred more narrowly to the NONCURRENT RECORDS of an organization or institution preserved because of their continuing value. 2. The building or	

	part of a building where archival materials are located; also referred to as an archival repository. 3. The agency or program responsible for selecting, acquiring, preserving, and making available archival materials; also referred to as an archival agency, archival institution, or archival program (p. 3)	
Records life cycle	The life span of a RECORD from its creation or receipt to its final DISPOSITION (p. 21)	

Fonte: elaboração própria a partir do *Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers (Archival Fundamentals)*

Apêndice B – Termos e definições para as três idades no *Glossary of Archival and Records Terminology*

Glossary of Archival and Records Terminology Society of American Archivists por Richard Pearce-Moses Ano: 2005		
Termo	Conceito	Nota
Current records Synonym: Active records (p. 9)	Records that continue to be used with sufficient frequency to justify keeping them in the office of creation; active records. (p. 100)	The frequency of use that makes records current is subjective. The distinction between active and inactive records attempts to relate the costs of storing records in the office against the costs of retrieving them from off-site storage. If records continue to be active, the cost of frequent retrieval from off-site storage will negate any savings in office storage.
Semicurrent records	Records that are seldom used in day-to-day operations and that are appropriate for off-site storage. (p. 357)	
Temporary records Synonym: Transitory records (p. 387)	A record of ephemeral value that can be destroyed immediately or after a specified time period. (p. 381)	
Noncurrent records Synonym: Inactive records (p. 200)	Records that are no longer used in the day-to-day course of business, but which are preserved and occasionally used for legal, historical, or operational purposes. (p. 266)	Noncurrent records are often stored out of the office of creation in a records center or on offline media. Either they may be destroyed when their frequency of use falls so low that they have lost all value or they may be transferred to an archival repository for permanent retention.
Permanent records Synonym: Archival records (p. 28)	Materials created or received by a person, family, or organization, public or private, in the conduct of their affairs intended to be preserved because of the enduring value contained in the information they contain or as evidence of the	Some archivists may distinguish permanent records from archives, the former representing records still in the hands of the records creators before transfer to the archives. In the vernacular, 'archives' is often used to refer to any collection of documents that are old or of historical interest, regardless of how they are

	functions and responsibilities of their creator. (p. 290)	organized; in this sense, the term is synonymous with permanent records.
Records centre	A facility used for low-cost storage of inactive and semicurrent records before those records are destroyed or transferred to an archives (p. 333)	A records center is frequently located in a warehouse facility, where space is cheaper than in prime office space.
Life cycle	Records · The distinct phases of a record's existence, from creation to final disposition. (p. 232)	Different models identify different stages. All models include creation or receipt, use, and disposition. Some models distinguish between active and inactive use, and between destruction and archival preservation.

Fonte: elaboração própria a partir do *Glossary of Archival and Records Terminology*.

Apêndice C – Termos e definições para as três idades na *Encyclopedia of Archival Science*

Encyclopedia Of Archival Science Patricia C. Franks e Luciana Duranti Canadá, 2015		
Current records	Não há definição.	Consta como palavra-chave na definição «protocol register». (p. 298)
Current archives	Não há definição.	Consta da definição de protocol register : the protocol register is a tool for the legal and procedural control of current archives (p. 295) e consta também como palavra-chave (p. 298)
Semi-active records	Semi-active records are those that are referred to infrequently based on their primary value. They may be stored onsite or in a records center. (p. 330)	
Inactive records	Inactive records are those that are no longer needed for current business but have not yet met the end of their retention period. (p. 330)	
Records center	In the United States, the term records center is used to describe facilities that store records that have primary value, and the term archive is used to describe facilities that store records based on their secondary (historic or research) value. Early records center maintained the physical memory of a creator; today, digital records are also stored. The goal is to maintain and preserve all records in a safe and secure environment. Services offered by records centers, whether managed in-house or by the third party, can carry out any combination. (p. 328-329)	When the creator transfers custody of its semi-active or inactive records to an in-house records centers, expenses for staff and facilities (e.g. purchase or rent, cleaning, furniture) can be substantially reduced. Because most records centers are located outside of city centers, the price for properties are much lower than the value of properties in the city center, where the most of the public offices are located. It is clear that such decisions can be financially advantageous, inducing economies of scale. (p. 329)
Permanent records	Não consta definição.	A definição relacionada é para permanence : permanence and the associated term permanent value are symbolic concepts by

		which archivists measure their commitment to the long term care of archival records. (p. 263)
Records life cycle	<p>In the United States and Canada, the records lifecycle is an important concept based on the idea that records lose their usefulness as time passes. The phases or stages of the life of record vary from country and through time but correspond to the lifecycle of an organism: birth (creation phase), life (maintenance and use phase), and death (disposition phase). At times, the lifecycle of a record is divided into phases to allow for different storage options: creation, active records, semi-active records, inactive records, and final disposition (destruction or transfer to another department, organization, or an archives).</p> <p>In the international context, there is no universal term to define the semi-active and inactive phases of records; nevertheless, the procedures for the legal maintenance of documents are almost the same in all countries. On one hand, the definition "current record" and "historical record" are commonly accepted; on the other hand, in North America and Europe the second stage (semi-active/inactive) of records is defined according to different terms and concepts." (p. 328)</p> <p>The phases or stages of records' life have since varied from country and through time, as have the criteria determining which they are, but everywhere the concept of records lifecycle involves a progression, a sequence, a beginning, and an end. (p. 342)</p>	
Record's three age	<p>France, in the 1960s, developed the theory of the record's three ages (Duchemin, 1970), based on the whom the records are useful, as follows :</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Administrative age : usefulness to the creator 	

	<ol style="list-style-type: none">2. Intermediate age : decreasing usefulness to the creator, increasing usefulness to others3. Historical age : general usefulness (p. 344)	
--	---	--

Fonte : elaboração própria a partir da *Encyclopedia Of Archival Science*

Apêndice D – Termos e definições para as três idades no *Glossaire de l'Association des archivistes du Québec*

Glossaire de l'Association des archivistes du Québec		
Document actif	<p>1- « un document qui est couramment utilisé à des fins administratives ou légales [sic]. ». (<i>Loi sur les archives</i>(chapitre A-21.1, a. 2)). 2- Document couramment utilisé à des fins administratives ou juridiques. [Définition adaptée de la <i>Loi sur les archives</i> (chapitre A-21.1, a. 2)].</p>	
Document semi-actif	<p>1- « un document qui est occasionnellement utilisé à des fins administratives ou légales [sic]. » » 2- Document occasionnellement utilisé à des fins administratives ou juridiques. [Définition adaptée de la <i>Loi sur les archives</i>(chapitre. A-21.1, a. 2)].</p>	
Document inactif	<p>1- « un document qui n'est plus utilisé à des fins administratives ou légales [sic]. » (<i>Loi sur les archives</i> (chapitre A-21.1, a. 2)). 2- Document qui n'est plus utilisé à des fins administratives ou juridiques. [Définition adaptée de la <i>Loi sur les archives</i> (chapitre A-21.1, a. 2)].</p>	
Préarchivage	<p>Période déterminée durant laquelle un ensemble de documents ou de dossiers sont en attente de versement.</p>	
Cycle de vie	<p>1- « [Ensemble des étapes que franchit un document] depuis sa création, en passant par son transfert, sa consultation et sa transmission, jusqu'à sa conservation, y compris son archivage ou sa destruction. » (<i>Loi concernant le cadre juridique des technologies de l'information</i> (chapitre C-1.1, a. 6)). 2- « Tout document d'archives passe par une ou plusieurs périodes caractérisées par la fréquence de son utilisation et par le type d'utilisation</p>	

	qui en est faite. On parle alors du cycle de vie du document. Ce cycle de vie fait partie des fondements sur lesquels repose, en tant que discipline, l'archivistique contemporaine. L'archiviste répartit ainsi la vie du document d'archives en trois périodes : l'activité, la semi-activité et l'inactivité. » (Rousseau et al., 1994).	
Théorie des trois âges	Não consta.	

Fonte: elaboração própria

Apêndice E – Termos e definições para as três idades no *Dictionnaire de terminologie archivistique*

Dictionnaire de terminologie archivistique France Archives Ano : 2002		
Termo	Conceito	Nota
Archive courantes	Dans le cycle de vie des archives (1), documents qui sont d'utilisation habituelle et fréquente pour l'activité des services, établissements et organismes qui les ont produits et reçus, et qui sont conservés pour le traitement des affaires. Voir aussi GESTION DES ARCHIVES COURANTES ET INTERMÉDIAIRES, THÉORIE DES TROIS ÂGES. (p. 9)	
(Archives semi-active usar) Archives intermédiaires (1)	Dans le cycle de vie des archives (1), documents qui, n'étant plus d'usage courant, doivent être conservés temporairement, pour des besoins administratifs ou juridiques (y compris les documents qui après tri seront conservés comme des archives définitives). Voir aussi THÉORIE DES TROIS ÂGES. (p. 10)	
Archive définitive	Dans le cycle de vie des archives (1), documents qui, ayant subi des tris, ne sont plus susceptibles d'élimination, par opposition aux archives courantes ou intermédiaires, et qui sont conservés pour les besoins de la gestion et de la justification des droits des personnes physiques ou morales, publiques ou privées, et pour la documentation historique de la recherche. Voir aussi ARCHIVES HISTORIQUES (1), THÉORIE DES TROIS ÂGES. (p. 9)	
Théorie des trois âges	Notion fondamentale sur laquelle repose l'archivistique contemporaine, et qui fait passer tout document par trois périodes, courante, intermédiaire et définitive, caractérisées par la fréquence et le	

	type d'utilisation qui en est faite. Voir aussi ARCHIVES COURANTES, ARCHIVES INTERMÉDIAIRES, ARCHIVES DÉFINITIVES. (p. 34)	
Préarchivage	<p>Terme en désuétude utilisé pour désigner la gestion des archives intermédiaires jusqu'à l'expiration de leur délai d'utilité administrative, induisant à terme leur tri, leur élimination ou leur conservation définitive. Voir aussi SERVICE DE GESTION DES ARCHIVES INTERMÉDIAIRES.</p> <p>Intermediate storage (p. 28)</p>	
Cycle de vie	voir ARCHIVES COURANTES, ARCHIVES DÉFINITIVES, ARCHIVES INTERMÉDIAIRES, THÉORIE DES TROIS ÂGES.	

Fonte: elaboração própria com base no *Dictionnaire de terminologie archivistique*

Apêndice F – Termos e definições para as três idades no glossário da *Direzione Generale per gli Archivi*

Direzione Generale per gli Archivi Itália		
Archivio corrente	Complexo di documenti conservati presso gli uffici usati prevalentemente per finalità pratico-amministrative, per il disbrigo degli affari in corso.	
Archivio di deposito	Complexo di documenti relativi ad affari esauriti, non più occorrenti alla trattazione degli affari in corso ma non ancora destinata istituzionalmente alla conservazione permanente e alla consultazione da parte del pubblico.	
Archivio storico	Complexo di documenti relativi ad affari esauriti, destinati alla conservazione permanente e alla consultazione da parte del pubblico per finalità di studio o non di studio (privati, amministrativi o legali).	
Teoria das três idades	Não há termo correspondente	
Ciclo de vida dos documentos	Não há termo correspondente	

Fonte: elaboração própria com base no glossário da *Direzione Generale de Archivi*

Apêndice G – Termos e definições para as três idades no *Lenguaje y vocabulario archivísticos*

Lenguaje y vocabulário archivísticos Antonia Heredia Herrera Ano : 2011		
Termo	Conceito	Nota
Archivo administrativo	Es cada uno de los archivos de custodia, segun su edad y uso, los documentos com vigência administrativa	Archivo administrativo es tanto las oficinas o gestion, el central y el intermedio
Archivo de oficina / de gestión	Archivo vinculado a las unidades productoras que custodia los documentos y expedientes em tramitacion hasta su resololucion (p. 50)	No suele tener adscrito, ni archivero, ni espacio expreso, per si debe estar tutelado por el archivo siguiente de la rede que suele ser el archivo central.
Archivos intermédios	Es aquel al que han de transferirse los documentos desde los archivos de gestion cuando su consulta por los organismos produtores es esporádica y en el que permanecen hasta su eliminacion o transferência al archivo histórico Es la antessala de el archivo historico. Dentro de lo ciclo vital de los documentos es la residência para que todavia tienen vigência administrativa pero son utilizados com poca frecuencia para la administracion y estan a la espera de su eliminacion o su transferência al archivo histórico (p. 49)	Em España, no Suelen existir archivos intermédios de uma solo organizacion y tampoco com funciones exclusivas de archivos intermédios. Habitualmente las funciones del intermédio suelen ir acopladas al archivo histórico.
Archivo historico	Es el archivo que custodia los documentos de conservaci3n permanente (p. 49)	
Ciclo vital de los documentos	Coincide com las etapas o edades por las que sucessivamente se reconocen por su utilidade los documentos de archivo y suelen coresponderse com su custodia em los sucessivos archivos que formam la red de archivos de uma organizaci3n (archivo de oficina, archivo central, archivo intermédio, archivo histórico). Su reconocimiento y	La teoria del ciclo vital de los documentos proceden del informe de la Comision Hoover em 1947 em USA e fue difundida por Schellenberg em 1956.

	aplicación elevan a la estimación de principio archivístico (p. 62)	
Edad de los documentos	Não consta.	

Fonte: elaboração própria com base na publicação *Lenguaje y vocabulário archivísticos* (Heredia Herrera, 2011)

Apêndice H – Termos e definições para as três idades no *Dicionario de Archivística*

Dicionario de Archivística Jose Ramon Cruz Mundet Ano: 2011		
Termo	Conceito	Nota
Archivo administrativo	<p>el que conserva y gestiona los documentos que contienen todas las actuaciones administrativas y son indispensables para el buen funcionamiento de la Administración, y por extensión de cualquier organización, y para el ejercicio del derecho de los ciudadanos al acceso a los mismos.</p> <p>Referido a los documentos con validez administrativa.</p>	
Archivo de gestión o archivo de oficina	<p>es el próprio de las unidades administrativas de una organización, de ahí que sea también conocido como archivo de oficina, y está compuesto por los documentos y expedientes en fase de tramitación, con plena vigencia administrativa y jurídica, así como los que son de uso frecuente para la gestión de los asuntos corrientes de dicha unidad.</p>	
Archivo intermedio	<p>aquel donde se asegura la instalación masiva y a bajo coste de documentos ya valorados, o que van a ser objeto devaluación, selección y eliminación parcial o total, de modo que se libera a las organizaciones de los documentos que ya no son necesarios para su trabajo diario, y se evita colapsar los archivos históricos con documentos que o bien todavía no son de libre acceso para el público, o bien una parte considerable de los mismos está destinada a ser destruida</p>	

	transcurridos ciertos plazos de tiempo.	
Archivo historico	aquel donde se conservan los documentos seleccionados por su valor permanente, em condiciones que garanticen su integridad y transmisión a las generaciones futuras, por cuanto constituyen parte del patrimonio histórico de las naciones y, por ende, de la humanidad. También se considera el que posee fondos cerrados de personas físicas o jurídicas que han dejado de existir.	
Ciclo de vida de los documentos (ing. Records lifecycle ; fr. Théorie des trois âges ; al. Lebenszyklus ; pt. Ciclo de vida dos documentos ; cat. Cicle de vida deis documents ; eus. Dokumentuen biziziklo ; gal. Ciclo de vida dos documentos) m. Traducción literal del término estadounidense Records lifecycle.	1. Periodo comprendido entre la producción de un documento - incluido su diseño- y su eliminación o, em su caso, conservación permanente. 2. Principio establecido en los años treinta en los Estados Unidos, según el cual el documento tiene una vida similar a la de un organismo biológico, el cual nace (fase de producción), vive (fase de mantenimiento y uso) y muere (fase de expurgo).	
Edad de los documentos (ing. Records lifecycle , fr. Théorie des trois riges ; al. Lebenszyklus ; pt. Ciclo de vida dos documentos ; cat. Edats deis documents ; eus. Dokumentuen adinak ; gal. Idades dos documentos)	f. Trasunto de la teoría del ciclo de vida de los documentos, según el cual los documentos conocen tres edades, la primera en la que son producidos y recibidos para la resolución de los asuntos o negocios, la segunda em la que una vez concluida su finalidad inicial se conservan a efectos de consulta, y la tercera em la que se conservan permanentemente, los que no han sido destruidos.	

Fonte: elaboração própria com base no *Diccionario de Archivística* (Cruz Mundet, 2011)

Apêndice I – Termos e definições para as três idades no *Acuerdo* n° 27 de 2006 (Colômbia)

Archivo General de la Nacion Colômbia (2006)		
Archivo de gestión	Archivo de la oficina productora que reúne su documentación en trámite, sometida a continua utilización y consulta administrativa.	
Archivo central	Unidad administrativa que coordina y controla el funcionamiento de los archivos de gestión y reúne los documentos transferidos por los mismos una vez finalizado su trámite y cuando su consulta es constante.	
Archivo histórico	Archivo al cual se transfiere del archivo central o del archivo de gestión, la documentación que por decisión del correspondiente Comité de Archivo, debe conservarse permanentemente, dado el valor que adquiere para la investigación, la ciencia y la cultura. Este tipo de archivo también puede conservar documentos históricos recibidos por donación, depósito voluntario, adquisición o expropiación.	
Teoria das três idades	Não há termo correspondente	
Ciclo vital del documento	Etapas sucesivas por las que atraviesan los documentos desde su producción o recepción, hasta su disposición final	
Archivo Total	Concepto que hace referencia al proceso integral de los documentos en su ciclo vital.	

Fonte: elaboração própria com base no *Acuerdo* n° 27/2006 (Colômbia)

Apêndice J – Termos e definições para as três idades na Norma Portuguesa nº 4041 de 2005

<p>Norma Portuguesa n. 4041 Instituto Português de Qualidade Ano: 2005</p>		
Arquivo Corrente	Arquivo constituído por documentos correspondentes a procedimentos ainda não concluídos. Também denominado arquivo administrativo.	
Arquivo intermédio	Arquivo constituído por documentos correspondentes a procedimentos administrativos ou judiciais já concluídos, mas ainda suscetíveis de reabertura.	
Arquivo histórico	Arquivo constituído por documentos correspondentes a procedimentos já concluídos [...]. Também denominado arquivo definitivo.	
Fase activa (dos documentos)	Primeira idade do ciclo de vida dos documentos de arquivo ligada ao seu valor legal e probatório. Os documentos são de utilização corrente, para fins administrativos, fiscais, legais, etc., por parte da entidade produtora. São necessários ao cumprimento das atividades que justificaram a sua criação.	
Fase semiactiva (dos documentos)	Segunda idade do ciclo de vida dos documentos de arquivo. Os documentos deixam de ser de utilização corrente uma vez que os procedimentos administrativos que suportam já foram concluídos. No entanto, pelo seu valor probatório podem vir ainda a ser necessários ao trabalho da entidade produtora.	
Fase inactiva (dos documentos)	Terceira idade do ciclo de vida dos documentos de arquivo ligada ao seu valor informativo ou arquivístico. Os documentos deixam de ter qualquer utilidade administrativa para a entidade produtora. Pelo seu valor informativo passam a ser vistos como uma fonte do conhecimento ou memória histórica da entidade	

	produtora, em particular, e da sociedade, em geral.	
Ciclo de vida dos documentos	Sucessão de fases – corrente, intermédia e definitiva – por que passam os documentos de arquivo, desde a sua produção até estar ultimado o procedimento que lhes deu origem.	
Teoria das três idades	Não consta.	

Fonte: elaboração própria com base na Norma Portuguesa nº 4041 (Instituto Português de Qualidade, 2005).

Apêndice K – Termos e definições para as três idades no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística

Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística Arquivo Nacional (Brasil) Ano: 2005		
Termo	Conceito	Nota
Arquivo Corrente	Conjunto de documentos, em documentos tramitação ou tramitação não, que, pelo seu valor primário, é objeto de consultas freqüentes pela entidade que o produziu, a quem compete a sua administração. (p. 21)	
Arquivo intermediário	Conjunto de documentos originários de arquivos correntes(2) com uso pouco frequente, que aguarda destinação. (p. 24)	
Arquivo permanente	Conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor (p. 26)	
Teoria das três idades	Teoria segundo a qual os arquivos(1) são considerados arquivos correntes, arquivos correntes intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e a identificação de seus valores primário e secundário. Ver também ciclo vital dos documentos. (p. 151)	
Ciclo vital dos documentos	Sucessivas fases por que passam os documentos de um arquivo(1), sua produção à guarda permanente ou eliminação. Eliminação. Ver também teoria das três idades. (p. 39)	

Fonte: elaboração própria com base no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005).

Apêndice L – Termos e definições para as três idades no Dicionário Terminologia Arquivística

Dicionário de terminologia arquivística Ana Maria Almeida Camargo Brasil, 2010		
Arquivo corrente	Conjunto de documentos estreitamente vinculados aos objetivos imediatos para os quais foram produzidos ou recebidos no cumprimento de atividades-fim ou atividades-meio e que se conservam junto aos órgãos produtores em razão da de sua vigência e da frequência com que são por eles consultados. (p. 22)	
Arquivo intermediário	Conjunto de documentos originários dos arquivos correntes (2), com uso pouco frequente, que aguardam, em depósito (2) de armazenamento temporário, sua destinação final. (p. 23)	
Arquivo permanente	Conjunto de documentos custodiados em caráter definitivo, em função do seu valor. (p. 24)	
Teoria das três idades	Sistematização das características dos arquivos correntes (1), intermediários (1) e permanentes (1) quanto à sua gênese, tratamento documental e utilização. (p. 79)	
Ciclo vital dos documentos	Sucessão de fases por que passam os documentos desde o momento em que são criados até a sua destinação final. (p. 30)	

Fonte: elaboração própria com base no Dicionário de terminologia arquivística (Camargo, 2010).

Apêndice M – Termos e definições para as três idades, em inglês, no *Multilingual Archival Terminology*

Multilingual Archival Terminology International Council of Archive Inglês		
Active record (International Council on Archives, [s.d.]-a)	A record needed to perform current operations, subject to frequent use, and usually located near the user. Also referred to as current record.	
Current record (International Council on Archives, [s.d.]-m)	Records that continue to be used with sufficient frequency to justify keeping them in the office of creation; active records.	
Inactive record (International Council on Archives, [s.d.]-v)	A record no longer needed to conduct current business but preserved until it meets the end of its retention period.	
Intermediate archives (International Council on Archives, [s.d.]-w)	(Intermediate storage): The storage of semi-current records in a records centre pending their ultimate disposal.	
Semi-active record Semi-current record (International Council on Archives, [s.d.]-ab)	Records that are seldom used in day-to-day operations and that are appropriate for off-site storage.	
Non-current record (International Council on Archives, [s.d.]-y)	Records no longer needed by their creator to conduct current business; See also: current records, semicurrent records.	
Records centre (International Council on Archives, [s.d.]-z)	A facility for the low-cost storage, maintenance and reference use of semicurrent records pending their ultimate disposition. Records centres are also referred to as intermediate storage or limbo.	
Archives	1. The whole of the documents made and received by a juridical or physical person or organization in the conduct of affairs, and preserved.	Obs.: Possui 12 acepções diferentes para o termo arquivo. Foram selecionadas apenas as relativas a conjuntos de documentos. As definições de

(International Council on Archives, [s.d.]-b)	<p>2. Materials created or received by a person, family, or organization, public or private, in the conduct of their affairs and preserved because of the enduring value contained in the information they contain or as evidence of the functions and responsibilities of their creator, especially those materials maintained using the principles of provenance, original order, and collective control; permanent records.</p> <p>3. Those records that are appraised as having continuing value. Traditionally the term has been used to describe records no longer required for current use which have been selected for permanent preservation. Also referred to as permanent records.</p>	arquivo como lugar ou instituição não foram consideradas.
Teoria das três idades	Não há termo correspondente	
<p>Life cycle</p> <p>(International Council on Archives, [s.d.]-x)</p>	<p>A model of records management and archival science that characterizes the life span of a record as comprising several sequential stages from creation to disposition and communication.</p> <p>The life span of a record from its creation or receipt to its final disposal.</p>	

Fonte: elaboração própria com base nas definições em inglês do *Multilingual Archival Terminology* (ICA, s/d)

Apêndice N – Termos e definições para as três idades, em francês, no *Multilingual Archival Terminology*

Multilingual Archival Terminology International Council of Archive Francês		
Archives courantes (International Council on Archives, [s.d.]-c)	1. Dans le cycle de vie des archives (1), documents qui sont d'utilisation habituelle et fréquente pour l'activité des services, établissements et organismes qui les ont produits et reçus, et qui sont conservés pour le traitement des affaires. 2. Ensemble des documents actifs.	
Archives intermédiaires (International Council on Archives, [s.d.]-d)	1. Ensemble de documents qui, n'étant plus d'usage courant, doivent être conservés temporairement, pour des besoins administratifs ou juridiques (y compris les documents qui après tri seront conservés comme archives définitives). 2. Dans le cycle de vie des archives (1), documents qui, n'étant plus d'usage courant, doivent être conservés temporairement, pour des besoins administratifs ou juridiques (y compris les documents qui après tri seront conservés comme des archives définitives).	
Document inactif (International Council on Archives, [s.d.]-p)	Document qui n'est plus utilisé à des fins administratives ou légales.	
Centre de préarchivage (International Council on Archives, [s.d.]-i)	Service d'archives spécifique pour le conservation et la communication des archives intermédiaires. Dit aussi dépôt intermédiaire.	
Archive définitive	Não há termo correspondente	
Théorie des trois âges (International Council on Archives, [s.d.]-ac)	Notion fondamentale sur laquelle repose l'archivistique contemporaine, et qui fait passer tout document par trois périodes, courante, intermédiaire et définitive, caractérisées par la fréquence et le type d'utilisation qui en est faite.	

Cycle de vie du document (International Council on Archives, [s.d.]-n)	Tout document d'archives passe par une ou plusieurs périodes caractérisées par la fréquence de son utilisation et par le type d'utilisation qui en est faite. On parle alors du cycle de vie du document. [...] L'archiviste répartit ainsi la vie du document d'archives en trois périodes : l'activité, la semi- activité et l'inactivité.	
--	--	--

Fonte: elaboração própria com base nas definições em francês do *Multilingual Archival Terminology* (ICA, s/d)

Apêndice O – Termos e definições para as três idades, em italiano, no *Multilingual Archival Terminology*

Multilingual Archival Terminology International Council of Archive		
Italiano		
Documento archivistico corrente (International Council on Archives, [s.d.]-q)	Documento archivistico regolarmente usato nella conduzione delle attività correnti di un ente, istituzione o organizzazione e che, dunque, continua ad essere mantenuto nel suo luogo d'origine. Sinonimo di documento archivistico attivo	
Archivio intermedio (International Council on Archives, [s.d.]-e)	L'archiviazione di documenti semicorrenti in un records centre in attesa della decisione sulla destinazione finale. Nota: nella tradizione archivistica italiana, il termine può corrispondere al concetto di archivio di deposito, gestito anche in modalità esterna	
Documento archivistico semiattivo (International Council on Archives, [s.d.]-s)	Documenti archivistici richiesti occasionalmente per lo svolgimento degli affari correnti (in corso) e che possono essere spostati dall'ufficio (produttore) ad una zona di conservazione o direttamente al records centre, in attesa della loro destinazione finale. Sinonimo di documento archivistico semicorrente	
Records centre (International Council on Archives, [s.d.]-aa)	Nella tradizione archivistica inglese, una struttura per il deposito, la tenuta e la consultazione a costi contenuti di documenti di archivio semicorrenti in attesa della decisione sulla loro destinazione finale. Il records centre può essere chiamato anche deposito intermedio o limbo. Nota: a) nella tradizione archivistica italiana il termine può corrispondere ai due concetti archivio di deposito o archivio intermedio, gestiti anche in modalità esterna. b) La dizione inglese è entrata nell'uso corrente della lingua italiana	
Documento archivistico inattivo (storico) (International Council on Archives, [s.d.]-r)	Documento archivistico che non è più necessario al soggetto produttore per condurre gli affari correnti. Sinonimo di documento archivistico non corrente.	
Teoria das três idades	Não há termo correspondente	

Ciclo di vita (di un documento archivistico) (International Council on Archives, [s.d.]-j)	Il periodo di vita di un documento archivistico dalla sua produzione o ricezione fino alla destinazione finale	
--	--	--

Fonte: elaboração própria com base nas definições em italiano do *Multilingual Archival Terminology* (ICA, s/d)

Apêndice P – Termos e definições para as três idades, em espanhol, no *Multilingual Archival Terminology*

Multilingual Archival Terminology International Council of Archive Espanhol		
Documento de archivo corriente (International Council on Archives, [s.d.]-u)	Los documentos de archivo que se utilizan con una frecuencia suficiente para justificar su permanencia en la oficina productora; documentos de archivo activos.	
Documento de archivo activo (International Council on Archives, [s.d.]-t)	Un documento de archivo necesario para el productor con el fin de llevar a cabo la acción para la cual fue creado o para una referencia frecuente. Sinónimo.: documento de archivo corriente.	
Archivo intermedio (International Council on Archives, [s.d.]-f)	1. Es la antesala del Archivo histórico. Dentro del ciclo vital de los documentos es la residencia para los documentos que todavía tienen vigencia administrativa pero son utilizados con poca frecuencia por la Administración y están a la espera de su eliminación o de su transferencia al Archivo histórico. 2. Depósito intermedio: El depósito de los documentos de archivo semiactivos en un ARCHIVO INTERMEDIO en espera de su eliminación final; archivo intermedio - instalaciones para depósito a bajo costo, mantenimiento y de referencia para el uso de DOCUMENTOS DE ARCHIVO SEMICORRIENTES en espera de su disposición final. A los archivos intermedios también se los conoce como depósito intermedio o limbo.	
Document de archivo semi corriente	Los documentos de archivo que rara vez se utilizan en las rutinas cotidianas y que es apropiado conservarlos en un depósito anexo.	

(International Council on Archives, [s.d.]-o)		
Arquivo Permanente	Não há termo correspondente	
Teoria das três idades	Não há termo correspondente	
Ciclo vital (de un documento de archivo) (International Council on Archives, [s.d.]-k)	Coincide con las etapas o edades por las que sucesivamente se reconocen por su utilidad los documentos de archivo y suelen corresponderse con su custodia en los sucesivos Archivos que forman la red de Archivos de una organización (Archivos de oficina, Archivo central, Archivo intermedio, Archivo histórico). Su reconocimiento y aplicación lo elevan a la estimación de principio archivístico.	

Fonte: elaboração própria com base nas definições em espanhol do *Multilingual Archival Terminology* (ICA, s/d)

Apêndice Q – Termos e definições para as três idades, em português, no *Multilingual Archival Terminology*

Multilingual Archival Terminology International Council of Archive Português		
Arquivo corrente (International Council on Archives, [s.d.]-g)	1. Arquivo constituído por documentos correspondentes a procedimentos administrativos ou judiciais ainda não concluídos. 2. Arquivo responsável pelo arquivo corrente. 3. Conjunto de documentos, em tramitação ou não, que, pelo seu valor primário, é objeto de consultas frequentes pela entidade que o produziu, a quem compete a sua administração.	
Arquivo intermediário (International Council on Archives, [s.d.]-h)	1. Conjunto de documentos originários de arquivos correntes, com uso pouco frequente, que aguarda destinação. 2. Arquivo constituído por documentos correspondentes a procedimentos administrativos ou judiciais já concluídos, mas ainda susceptíveis de reabertura.	
Arquivo permanente	Não há termo correspondente	
Teoria das três idades	Não há termo correspondente	
Ciclo vital dos documentos (International Council on Archives, [s.d.]-l)	1. Sucessão de fases – corrente, intermédia e definitiva – por que passam os documentos de arquivo, desde a sua produção até estar ultimado o procedimento que lhes deu origem. 2. Sucessivas fases por que passam os documentos de um arquivo, da sua produção à guarda permanente ou eliminação.	

Fonte: elaboração própria a partir das definições em português do *Multilingual Archival Terminology* (ICA, s/d)